

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Gustavo Paccelli

Estruturas de mobilização e oportunidades políticas: análise dos ciclos de protestos no
Brasil contemporâneo

Juiz de Fora
2024

Gustavo Paccelli

**Estruturas de mobilização e oportunidades políticas: análise dos ciclos de protestos no
Brasil contemporâneo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais. Área de
concentração: Cultura, Democracia e Instituições

Orientadora: Christiane Jalles de Paula

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pacelli, Gustavo.

Estruturas de mobilização e Oportunidades Políticas : Análise dos Ciclos de Protestos no Brasil Contemporâneo / Gustavo Pacelli. -- 2024.

233p.

Orientador: Christiane Jalles de Paula

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Ciclos de protestos. 2. Oportunidades políticas. 3. Estruturas de mobilização. 4. Conjunturas fluídas. 5. Movimentos sociais no Brasil. I. Jalles de Paula, Christiane, orient. II. Título.

Gustavo Paccelli da Costa

Estruturas de mobilização e Oportunidades Políticas: análise dos Ciclos de Protestos no Brasil Contemporâneo

Tese apresentada ao
Programa de Pós-
graduação
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de doutor em
Ciências Sociais.
Área de
concentração:
Cultura, Poder e
Instituições.

Aprovada em 6 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Christiane Jalles de Paula - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Leonardo Silva Andrada
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Olivia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí

Prof(a) Dr(a) Matheus Gomes Mendonça Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina

Juiz de Fora, 28/08/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Jalles de Paula, Professor(a)**, em 06/09/2024, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a)**, em 10/09/2024, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Gomes Mendonça Ferreira, Usuário Externo**, em 11/09/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Olivia Cristina Perez, Usuário Externo**, em 11/09/2024, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Andrada, Professor(a)**, em 12/09/2024, às 07:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1951355** e o código CRC **8166E773**.

*Dedico esse trabalho aos meus pais e familiares.
À Nathália, com amor. Em especial, à Alice.
Amo vocês!*

Agradecimentos

Concluir esta tese de doutorado é, sem dúvida, um marco em minha vida, mas é também o desfecho de um período que foi marcado por intensas dificuldades e desafios. Sinto a necessidade de expressar meu profundo reconhecimento a todos que, de alguma forma, me apoiaram durante esse processo, que muitas vezes foi doloroso e repleto de angústia.

Durante este percurso, vivi momentos em que a linha entre continuar e desistir era tênue. A conciliação entre a vida pessoal e o mundo acadêmico me fez questionar muitas vezes se seria capaz de seguir em frente, de conseguir. O nascimento da minha filha foi, simultaneamente, uma luz e um desafio. Em meio à alegria de sua chegada, enfrentei dificuldades que nunca havia imaginado, e confesso que algumas vezes me senti à beira do colapso. Não por me sentir incapaz de realizar tal empreitada, mas pelas contingências próprias da vida.

Agradeço à minha família, pelo apoio, mesmo não compreendendo muito tudo isso. Aos meus pais Vilma Paccelli da Costa e Joely Montanha da Costa, por se fazerem presentes, mesmo quando a distância física nos separava. À minha companheira, Nathália Couto de Freitas, que me estendeu a mão e me ajudou até o último instante. Pela sua atenção e amor. Sem a ajuda incondicional dela, acredito que esse trabalho não teria sido concluído. À minha filha Alice Freitas da Costa, por me mostrar que mesmo nas tempestades mais fortes, há sempre um motivo para seguir em frente. Ela foi a força que me puxou para cima quando pensei que não havia mais saída.

Meu agradecimento também à minha orientadora, Christiane Jalles de Paula, que, com paciência e compreensão, soube respeitar meus limites e me guiar, mesmo nos momentos em que eu próprio não acreditava mais em mim. Agradeço igualmente aos membros da banca, Matheus Gomes Mendonça Ferreira, Olivia Cristina Perez, Leonardo Silva Andrada, Fernando Perlatto Bom Jardim, pela disponibilidade e prestatividade em querer conhecer este trabalho. Por suas críticas e por me ajudarem a melhorá-lo.

Aos amigos e colegas que, mesmo sem saber, foram âncoras nos momentos em que a desolação parecia insuportável. A lista é grande, e no receio de sempre esquecer de alguém, faço esse agradecimento no atacado. Vocês que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo não apenas palavras de encorajamento, mas também um ombro amigo nos dias em que o peso parecia insuportável.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o seu dedicado trabalho na expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil e, consequentemente, da ciência e tecnologia em nosso país. Ao Departamento de Ciências Sociais através do qual saúdo todos os meus professores que foram muito importantes nessa trajetória. Ao Instituto de Ciências Humanas e à Universidade Federal de Juiz de Fora, os quais foram quase que minha segunda casa durante todos esses anos.

Por fim, dedico esta tese a todos que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui. Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, e só foi possível graças ao apoio de cada um de vocês. Não sei se estou totalmente recuperado das provas que enfrentei, mas sei que, por agora, consegui chegar até aqui. E por isso, agradeço.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta tese examina a dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, enfocando a inter-relação entre estruturas de mobilização e oportunidades políticas em ciclos de protestos no período democrático. Ao explorar três momentos distintos de mobilização coletiva (1992, 2013 e 2015), a tese procura compreender como essas estruturas possibilitaram a ação coletiva e construíram dinâmicas de mobilização específicas. Por meio da análise das conjunturas fluídas e do processo político, a tese identifica as condições que permitem a emergência e a sustentação dos protestos, enfatizando o papel das oportunidades políticas e discursivas na construção da ação coletiva. Além disso, o estudo dá centralidade às estruturas de mobilização como agentes importantes na construção dos ciclos de protestos, destacando suas contribuições para as dinâmicas de contestação a partir da inter-relação entre diferentes atores sociais. A tese conclui que a interação entre mobilização coletiva e política institucional é fundamental para compreender as dinâmicas de protestos e suas implicações para a democracia brasileira.

Palavras-chave: Ciclos de protestos; Oportunidades políticas; Estruturas de mobilização; Conjunturas fluídas; Movimentos sociais no Brasil

ABSTRACT

This thesis examines the dynamics of social movements in Brazil, focusing on the interrelationship between mobilization structures and political opportunities during cycles of protests in the democratic period. By exploring three distinct moments of collective mobilization (1992, 2013, and 2015), the thesis seeks to understand how these structures enabled collective action and shaped specific mobilization dynamics. Through the analysis of fluid conjunctures and the political process, the thesis identifies the conditions that allow for the emergence and sustainability of protests, emphasizing the role of political and discursive opportunities in constructing collective action. Furthermore, the study highlights the importance of mobilization structures as significant agents in shaping protest cycles, underlining their contributions to the dynamics of contention through the interaction between different social actors. The thesis concludes that the interaction between collective mobilization and institutional politics is essential for understanding the dynamics of protests and their implications for Brazilian democracy.

Keywords: Protest cycles; Political Opportunities; Mobilization Structures; Fluid Conjunctures; Social Movements in Brazil

Figura 1 - A agenda clássica do movimento social para explicar a política contenciosa	18
Figura 2 - Avaliação governo Collor 1992	58
Figura 3 - Indicadores econômicos - Dilma Rousseff	91
Figura 4 - Avaliação de presidentes - Dilma Rousseff	95
Figura 5 - Cobertura do caso Petrobrás pela Folha de São Paulo	114
Figura 6 - Mediação na estrutura de mobilização: jovens e os grupos nos eventos	141
Figura 7 - Preferência, filiação e posição no espectro ideológico	159
 Quadro 1 - Ciclos de Protestos no Brasil (1970-2019): contextos, movimentos e teorias	 9
Quadro 2 – Principais conceitos de análise da Teoria do Processo Político	26
Quadro 3 – Uma Comparação de quatro teorias estruturais básicas da mobilização	42
Quadro 4 - Comparação dos Discursos dos Líderes Políticos	98
Quadro 5 – Mecanismos do confronto eleitoral.....	104
Quadro 6 – Ciclos de Confronto dos Protestos no Brasil (2013-2016)	107
Quadro 7 - Grupos envolvidos no MEP e suas narrativas	144
Quadro 8 - Estruturas de Mobilização e oportunidades políticas nos ciclos de protestos no Brasil	200
 Tabela 1 - Perfil dos entrevistados durante as manifestações	 156

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	OBJETIVOS	13
1.2	METODOLOGIA	14
1.3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A AÇÃO COLETIVA	20
2	EVENTOS PRECIPITANTES E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS.....	35
2.1	ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS EM CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL REDEMOCRATIZADO.....	40
2.2	CICLO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO BRASIL (1970-2015)	45
2.2.1	<i>Depois da transição: oportunidades políticas e discursivas no Fora Collor.....</i>	<i>47</i>
2.2.2	<i>Abertura das franquias democráticas e a participação social no Brasil</i>	<i>60</i>
2.2.3	<i>Lula e Dilma: mudança social e oportunidades políticas</i>	<i>70</i>
2.2.4	<i>2013, 2014 e 2015: oportunidades políticas no intermezzo eleitoral.....</i>	<i>94</i>
3	AS ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO, PROCESSO POLÍTICO E GRANDES MANIFESTAÇÕES.....	121
3.1	JOVENS, ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E MANIFESTAÇÕES	125
3.2	O MOVIMENTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA: ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E GRANDES MANIFESTAÇÕES NO IMPEACHMENT DE COLLOR.....	131
3.3	ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E PROTESTOS NOS GOVERNOS DILMA (2013 E 2015).....	146
3.3.1	<i>A multidão nas ruas: motivações e perfil.....</i>	<i>152</i>
3.3.2	<i>Estruturas em dinâmica contenciosa, arenas em disputa.....</i>	<i>160</i>
3.3.3	<i>Dos coletivos progressistas aos movimentos de direita.....</i>	<i>173</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa três ciclos de protestos no Brasil: a Campanha Pela Ética na Política (Fora Collor), as manifestações de junho de 2013 e os protestos de 2015 contra o governo Dilma Rousseff (Fora Dilma). Nesses momentos as pessoas foram, em massa, às ruas. Em 1992 pedindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Em junho de 2013, o qual se desenrolou, posteriormente, com as manifestações contra os grandes eventos realizados no Brasil (a Copa do Mundo FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016). Em 2015 e 2016 com o Fora Dilma e a disputa em torno do *impeachment*, um evento que marca o aparecimento da mobilização pautada em uma agenda conservadora e de direita. O que esses momentos guardam de semelhança foi a capacidade de mobilização da população que ganhou dimensões nacionais, com grande contingente de pessoas e composição relativamente heterogênea. Ainda que o fato de várias pessoas terem se mobilizado representou algo extraordinário na cena política brasileira, existem mudanças importantes na forma como foi conduzida a ação coletiva em cada um destes momentos. Neste sentido, compreender como surgiram esses protestos e seus porquês, tanto quanto o formato que a mobilização tomou, quais as ações engendradas pelos manifestantes e sua relação contenciosa com os diversos atores da sociedade, foram as tarefas principais desta tese.

Certamente, não podemos descreditar do fato de que outras mobilizações ocorreram durante todo esse período. Com menor impacto e expressão, em termos quantitativos, várias manifestações ocorreram na década de 1990 como tentativas de combater a política neoliberal proposta pelo primeiro governo eleito democraticamente após o processo constituinte de 1988 (TATAGIBA, 1994; RODRIGUES 2000). Parte das ações, conduzidas por movimentos sociais organizados, tiveram como pauta a luta por direitos e o não alinhamento do país às exigências das agências multilaterais. Por mais que a década de 1990 fosse basilar no que tange à Campanha Pela Ética na Política e o consequente *impeachment* de Fernando Collor, outras manifestações marcaram a virada do século com protestos que questionavam os acordos comerciais do país a nível internacional. Lembramos que o final desta mesma década é marcado por uma forte contextualização dos movimentos e da ação coletiva a nível global. Isso devido ao aparecimento de um ativismo internacional e transnacional multiescalar, assim como uma mudança significativa no cenário internacional e regional em torno de crises, guerras e novas disputas por hegemonia (GOHN & Bringel, 2012). Esse contexto passou a fazer parte da cartilha das ações de diversos movimentos de contestação, sejam locais ou globais. Este

fenômeno representa uma mudança importante na forma de condução da ação coletiva e no caráter modular da ação. Surgem as diversas formas de ação direta e os boicotes de cúpulas pelo mundo, um tipo de ativismo que vem influenciar a maneira de se comportar dos movimentos ao longo dos anos 2000 (LUDD, 2002; DELLA PORTA, 2007; GOHN e BRINGEL, 2012). Entender essas influências, na maneira como organizam os movimentos sociais e a ação coletiva durante esses momentos, é algo importante e necessário a este estudo. No entanto, em termos da circunscrição da pesquisa em torno de três ciclos de protestos, esses elementos se apresentarão de forma mais residual do que centralizada.

Como aponta Gohn (2019, p. 94), podemos detectar no Brasil dos últimos 50 anos cinco ciclos de protestos (Quadro 1) sob os quais a utilização de certas teorias tem certa correlação com a conjuntura social, política e econômica do país. Neste sentido, a existência de ciclos específicos de lutas, movimentos, protestos e mobilizações, ou então de práticas de cooperação e participação em políticas institucionalizadas nos mesmos ciclos, possibilitou determinadas convergências analíticas em torno dos movimentos sociais, dos ciclos de protestos e das ações coletivas. Isso não significa dizer que passado esses momentos históricos certas abordagens se tornariam obsoletas ou inadequadas à interpretação de uma nova dinâmica da ação coletiva. Ou então que outros olhares poderiam analisar o mesmo fenômeno de maneira diametralmente oposta. O que podemos dizer é que a predominância de determinadas abordagens forneceu interpretações recorrentes ao campo da teoria dos movimentos sociais consolidando uma agenda de pesquisa que passou a ter importância dentro desses contextos. O que queremos dizer é que tal categorização não extingue a possibilidade de articular abordagens e conceitos para explicar fenômenos ao longo de determinado tempo. Antes, os conceitos acabam comportando determinada dinâmica na medida em que são capazes de lançar luz sobre a análise do mundo social. Assim, em cada momento e em cada ciclo a capacidade analítica se comportou de acordo com a centralidade da dinâmica social que nos traz à tona elementos estruturais que procuram explicar a dinâmica do processo político a longo, juntamente com elementos conjunturais que marcam as características particulares de cada um desses ciclos tomados em sua dimensão única.

Quadro 1 - Ciclos de Protestos no Brasil (1970-2019): contextos, movimentos e teorias

<i>Ciclo</i>	<i>Período</i>	<i>Contexto histórico</i>	<i>Principais Movimentos</i>	<i>Teorias predominantes</i>	<i>Características</i>
<i>Primeiro Ciclo</i>	Década de 1970	Regime Militar, AI-5	Movimentos pela Anistia, Comunidades Eclesiais de Base, Novo Sindicalismo do ABC, Movimentos Populares Urbanos, Movimento Estudantil	Teorias Neomarxistas e da Experiência Cultural	Resistência ao regime militar, luta por direitos sociais básicos, participação popular em bairros periféricos, destaque para a produção empírica e teses acadêmicas com abordagem marxista.
<i>Segundo Ciclo</i>	Década de 1980	Transição democrática, redemocratização	Movimentos de Gênero, Afrodescendentes, Centrais Sindicais, MST, Diretas Já	Teorias culturalistas e Identitárias dos Novos Movimentos Sociais	Luta por direitos básicos, igualdade, fortalecimento da sociedade civil, destaque para movimentos identitários, aumento da participação dos movimentos populares urbanos. Foco na participação institucional, criação de novos canais de participação, destaque para redes de movimentos sociais e educação, debates sobre a crise dos movimentos populares urbanos.
<i>Terceiro Ciclo</i>	Pós-Constituição de 1988	Nova Constituição, institucionalização da participação	Participação em Políticas Públicas, Conselhos, Câmaras, Conferências Nacionais	Teorias Institucionalistas da mobilização política	Participação em esferas institucionais públicas, ativismo institucional, surgimento de novos movimentos sociais, renovação das teorias marxistas, crítica à globalização.
<i>Quarto Ciclo</i>	Anos 2000	Altermundialismo, ascensão do PT	Fórum Social Mundial, Via Campesina, Movimentos de Moradia, Movimento Passe Livre	Teorias do Confronto Político, Neomarxismo e Socialismo Libertário	Aumento do uso de novas tecnologias, participação de ativistas independentes, novas formas de organização, crescimento de movimentos conservadores e neoliberais, retomada da luta dos estudantes.
<i>Quinto Ciclo</i>	Pós-2013	Crise Econômica, protestos dos indignados	Movimentos dos Indignados, Primavera Árabe, Occupy, Coletivos de Jovens, Black Blocs, Movimentos de Estudantes	Teorias Autonomistas e Libertárias, Teorias do Conservadorismo Neoliberal	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Gohn, 2019.

Embora as teorias dos movimentos sociais tenham sido associadas a determinados ciclos de protestos, é importante reconhecer que essas teorias possuem uma flexibilidade que lhes permite ser aplicadas em uma variedade de contextos históricos e sociais. A riqueza conceitual dessas abordagens teóricas oferece ferramentas analíticas que transcendem os momentos específicos em que surgiram, permitindo uma interpretação contínua, específica e dinâmica dos fenômenos sociais. As teorias não são estanques, ao contrário, são adaptáveis e podem ser reinterpretadas à luz de novos acontecimentos e tendências sociais. Por exemplo, conceitos como identidade coletiva, mobilização de recursos, oportunidades políticas e enquadramento cultural podem ser utilizados para analisar movimentos sociais de diferentes épocas, fornecendo insights sobre as continuidades e transformações nas estratégias de ação coletiva.

Além disso, a atemporalidade dessas teorias permite que sejam utilizadas para compreender fenômenos emergentes. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, os movimentos sociais enfrentam novos desafios e oportunidades que exigem uma abordagem analítica capaz de integrar múltiplas perspectivas teóricas. A articulação entre diferentes teorias e conceitos enriquece a análise, permitindo que pesquisadores capturem a complexidade dos movimentos sociais e das ações coletivas contemporâneas. Essa abordagem multidimensional não só amplia a compreensão dos fenômenos sociais, mas também oferece uma base para o desenvolvimento de novas teorias que podem emergir em resposta a realidades sociais em constante mudança.

Da mesma forma que as abordagens teóricas, a ação coletiva e a sua forma de estruturação não modulam da noite para o dia. Isso faz parte de um processo político que ocorre ao longo de determinado tempo, mas que também se contingência em momentos conjunturais que respondem a processos mais ou menos estruturados. Ainda que os ciclos anteriores à Constituição de 1988 tenham importância paradigmática na forma como é estruturada a ação coletiva, em vias do presente trabalho, pretendemos tratar das questões que envolvem dois ciclos recentes no período de redemocratização do Brasil. Sabemos que a campanha pelas Diretas Já (RODRIGUES, 1993; 2003; LEONELLI & OLIVEIRA, 2004; BERTONCELO, 2007) marcou um ciclo de grandes manifestações que possibilitaram a abertura do processo político que irá desaguar na transição democrática e na Constituinte de 1988. Esses processos permitiram também um ciclo de abertura institucional e democrática onde a ação coletiva passou a ganhar novas formas e nuances diferenciadas.

Nesse sentido, os anos 1990 e princípio dos anos 2000 observa-se uma institucionalização da participação dos movimentos sociais e das diversas formas de ação

coletiva, dado o início de um ciclo de incentivos estatais que favoreceram a experiência da participação institucional através dos Conselhos Gestores, dos Orçamentos Participativos, Fóruns e Conferências organizadas municipal e nacionalmente (AVRITZER, 2007, 2008, 2012; CARLOS, 2011; LUCHMANN, 2007; GOHN, 2006). Ao mesmo tempo, constatamos também as ações dos movimentos de contestação globais que foram relevantes na configuração do ativismo social brasileiro, sobretudo com a criação do Fórum Social Mundial (FSM) e os incentivos deste na composição das chamadas redes de movimentos. Essas, responsáveis por difundir práticas, intercâmbios e ações dos diversos movimentos sociais mundo afora (BRINGEL & FALERO, 2008; GOHN & BRINGEL, 2012; SCHERER-WARREN, 2006, 2008).

No final da primeira década de 2000 é perceptível a mudança na forma de organização e atuação da ação coletiva. Primeiro, a conjuntura de crise internacional possibilitou a formação de ações que tiveram impacto massivo em alguns países do globo: a Primavera Árabe (2010), o Occupy Wall Street em Nova Iorque (2011), os Indignados na Espanha (2011), e a ocupação da praça Taksim na Turquia (2013)¹, que depois se desenrolou em protestos contra o governo. Em segundo lugar, a forma de organização da ação coletiva nestes contextos: as ocupações, a tomada das ruas e o uso das redes sociais convergiram como força social capaz de imputar uma nova gramática de participação e contestação baseada no poder da comunicação (CASTELLS, 2009, 2013). Essa recente gramática de contestação pública, que ganha espaço importante nas redes sociais, congrega contingente e esforços em torno da mobilização em massa.

No Brasil, junho de 2013 inauguraria um novo ciclo de protestos. De forma conjuntural, esses protestos têm seu estopim com a reivindicação pelo aumento do preço da passagem de ônibus nas principais capitais brasileiras, passando pela crítica à ordem institucional e os grandes eventos que viriam a ser realizados em 2014 e 2016. Reservado o fato de que durante esse mesmo ciclo podemos observar, no ano de 2015, manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (PT), que se estenderam até a queda do seu governo em agosto de 2016. Aliás, os dois grandes ciclos recentes de manifestações ocorrem no bojo do governo Dilma Rousseff com reverberações e respostas diferenciadas. Apesar destes dois momentos

¹ O importante a notar neste período é a forma como a ação coletiva organizou sua mobilização no que tange à implementação de práticas que se tornarão presentes nos momentos posteriores. O uso das redes sociais como mecanismos mobilizadores da ação e a prática de ocupação se transformaram elementos principais no desenvolvimento da tática contenciosa nos anos seguintes. Porém, é preciso deixar claro que existe uma diferença no desenrolar dos protestos da Primavera Árabe. Neste contexto, temos uma mobilização em torno da ruptura política com governos autoritários que, não havendo qualquer relação com o contexto de crise iniciado em 2008, agrega o fato de que a maneira como o ativismo se comportou representa uma marca semelhante aos processos de mobilização deste mesmo período.

estarem próximos cronologicamente, podemos dizer que são de naturezas mais ou menos distintas. Em junho de 2013 a mobilização que ganha as ruas começa em torno da demanda básica e se desenrola como uma contestação a todo o sistema político. Os protestos que antecederam o início ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, surgem na baila do aparecimento de uma agenda conservadora na política brasileira que se juntou com uma crise de governabilidade durante o seu governo. Neste contexto, a dinâmica do processo político nas eleições de 2014 marcaria um momento importante em nossa análise a respeito da mobilização que viria a ocorrer nos protestos pelo *impeachment*.

Como pudemos observar nestes contextos, as mobilizações aparecem como fatos que derivam de uma articulação coletiva que carrega, ora elementos conjunturais que estão inseridos nas contradições da estrutura de uma dada sociedade em um momento específico e que revelam os motivos de determinada ação contenciosa; ora elementos pontuais que definem a forma através da qual atores coletivos enxergam o mundo que os circunda e se sentem engajados a participar, isto é, a maneira como o ativismo se comporta em cada momento histórico. Se por um lado, encontramos os motivos que levam as pessoas às ruas devido a problemas de ordem coletiva, por outro, entendemos que as diferentes formas de manifestação (as performances, os protestos, as marchas) são fruto da relação que os sujeitos estabelecem entre si e o sentido que imprimem a essas ações.

Com efeito, o conteúdo desta ação é socialmente difundido e culturalmente compartilhado, está inscrito em uma gramática social e é mobilizado como força coletiva em uma ação contenciosa (TARROW, 2009). Essa ação se desenrola como um confronto político entre diversos atores da sociedade e do Estado. A intensificação das ações é dada pelo contexto de engajamento e mobilização que se aprofunda à medida que as oportunidades políticas são exploradas pelos manifestantes. Assim, a proposta de interpretar os ciclos de protestos no Brasil é a tentativa de estabelecer um estudo sobre as diferenças e semelhanças da ação coletiva nestes momentos, como surgem e a forma que ganharam em cada contexto histórico. Portanto, esta pesquisa propõe explorar as dinâmicas de interação entre a mobilização social e as oportunidades políticas, investigando como essas estruturas se manifestaram em três momentos marcantes da história política brasileira. Ao enfatizar os aspectos conjunturais e estruturais que moldaram esses protestos, busca lançar luz sobre as condições que facilitaram ou restringiram a ação coletiva. Mais do que compreender os protestos em si, o objetivo é situar a ação coletiva no contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas, revelando seus desdobramentos na democracia brasileira.

1.1 OBJETIVOS

Situar movimentos sociais e ações coletivas no universo do confronto político, com suas dinâmicas particulares, é o objetivo central deste estudo. Parte-se da ideia de que a transformação nas formas de organização e mobilização da ação coletiva, observadas nos ciclos de protestos analisados, está profundamente relacionada à conjuntura sociopolítica da sociedade brasileira em cada momento histórico. Essa relação não apenas reflete as respostas ao contexto geral da sociedade, mas também destaca as dinâmicas internas dos movimentos, incluindo a organização de grupos institucionalizados, coletivos sociais e pessoas comuns. É, portanto, uma abordagem que busca compreender os movimentos sociais em sua totalidade, articulando aspectos estruturais, conjunturais e estratégicos.

Entre os objetivos específicos da pesquisa, estão as condições estruturais e conjunturais que possibilitaram a emergência e a evolução dos ciclos de protestos no Brasil. Aspectos como a abertura democrática, crises econômicas e políticas, e escândalos de corrupção, que impactaram a confiança nas instituições e a percepção pública. Além disso, o estudo procura explorar as estruturas de oportunidade política e discursiva que, em cada contexto, facilitaram ou restringiram a ação coletiva, possibilitando a articulação de demandas e a influência no debate público. Outra dimensão importante é a investigação das estruturas de mobilização e das formas pelas quais os movimentos sociais e seus atores organizaram suas ações, adaptando-se às oportunidades e aos desafios impostos pelas conjunturas de cada ciclo.

A hipótese que orienta este trabalho postula que os ciclos de protestos no Brasil contemporâneo emergem da interação entre estruturas de mobilização e oportunidades políticas em contextos marcados por crises econômicas, sociais e políticas. Essa interação não só molda a forma e o alcance das mobilizações, mas também reconfigura as relações entre Estado, movimentos sociais e sociedade civil. A hipótese sugere que os protestos refletem mais do que uma simples resposta a estímulos externos: eles representam processos dinâmicos que simultaneamente reagem às condições existentes e contribuem para moldá-las, influenciando o equilíbrio democrático, as configurações institucionais e o jogo de forças na sociedade.

A análise empreendida busca, assim, compreender como essas interações se manifestam nos ciclos de protestos estudados, com atenção às semelhanças e diferenças que os caracterizam. Compreender os fatores que levaram à mobilização, as estratégias empregadas pelos manifestantes e as respostas do Estado e da sociedade é essencial para desvendar as condições que tornam a ação coletiva possível e sustentável. Mais do que isso, ao destacar as

dinâmicas internas dos movimentos e os impactos externos na agenda política, este estudo revela como cada ciclo de protesto contribuiu para reconfigurações mais amplas no sistema político brasileiro.

Por fim, os objetivos e a hipótese constitutivos do presente trabalho convergem para uma análise que transcende os protestos como eventos isolados. Eles são tratados como manifestações de processos mais amplos, nos quais os movimentos sociais se constituem como atores fundamentais na transformação das relações entre sociedade e política. Esta perspectiva relacional reforça a importância de situar os movimentos no contexto das oportunidades e limitações apresentadas a cada ciclo, revelando as múltiplas dimensões que conectam ação coletiva, política institucional e mudanças sociais.

1.2 METODOLOGIA

Para as teorias dos movimentos sociais, os motivos que levam a formação de uma ação coletiva é um dos diversos fatores que são importantes na análise. Com efeito, para que possamos formular uma base compreensiva dessa investigação é preciso fazer uso da análise de conjuntura. Como afirma Herbert José de Souza, quatro categorias são importantes para trabalhar a análise de conjuntura: os acontecimentos, os cenários, as relações de forças e a articulação (relação) entre estrutura e conjuntura (JOSÉ DE SOUZA, 1986, p. 9). A definição de conjuntura e a metodologia para sua análise variam entre autores e disciplinas (VELASCO E CRUZ, 2000; VIEIRA, 2015; ANDRADA, 2021; VIRGENS e TEIXEIRA, 2023). Velasco e Cruz (2000) destacam a ausência de um consenso na Ciência Política sobre o que constitui uma conjuntura. Seria essa uma configuração dada definida num tempo curto, ou então o que viria a consistir um curto prazo em política. A dificuldade reside em diferenciar a prática da análise de conjuntura da capacidade de explicitar seus princípios e pressupostos. Virgens e Teixeira (2023) corroboram a necessidade de fundamentação teórica, notando que a ausência de rigor teórico-metodológico restringe a análise de conjuntura ao senso comum. Enfatizam a importância da dimensão temporal com a conjuntura, exigindo uma condensação particular do tempo social em um tempo curto. Vieira (2015), por sua vez, apresenta uma abordagem histórica, utilizando o conceito de múltiplas temporalidades de Fernand Braudel. Nessa perspectiva, apontamentos de Vieira nos chamam a atenção para um pressuposto importante contido na teoria de Braudel: os de que a conjuntura se caracteriza como um conjunto de acontecimentos encadeados, os quais explicam o processo histórico diretamente relacionado ao fato histórico (VIEIRA, 2015, p. 17). Neste sentido, a conjuntura se situa entre os fatos de curta

duração e as estruturas históricas de longa duração, representando um recorte temporal de algumas décadas.

Além da análise de conjuntura levar à necessidade de uma análise de estruturas históricas, levantar os fatos que encadeiam o processo e o campo de análise também são passos importantes dentro do procedimento analítico. Essa estratégia se torna importante com vistas a ampliar o máximo possível o número de fatores e acontecimentos relacionados que compõem a conjuntura, como também a localização espacial da conjuntura (VIEIRA, 2015, p. 19-20). Certamente, o ponto central levantado por Vieira é elencar e situar os sujeitos históricos fundamentais, assim como as correlações de força que estão em movimento permanente. A partir dessa compreensão podemos observar as estruturas e os determinantes históricos que interferem na consecução da conjuntura (VIEIRA, 2015, p. 22).

Virgens e Teixeira (2023) não propõem a delimitação de um tipo ideal de análise de conjuntura. Antes, os autores situam, de acordo com a bibliografia sobre o tema, um campo de interseção no qual a análise de conjuntura se situa. Esse campo de interseção leva em conta as dimensões da análise histórica, da análise estrutural, da análise dos sujeitos e da análise das tendências e expectativas. Para os autores, esse processo será influenciado pelo referencial adotado e pelo olhar do analista que pode se debruçar de maneira superficial ou profunda sobre a conjuntura. Entendemos que elencar essas dimensões são importantes na análise de conjuntura e esboçamos a ideia de que a análise de conjuntura deve levar, obrigatoriamente, a compreensões geradas a partir da análise dos chamados contextos conjunturais. Como veremos, os princípios de longa duração que marcam as mudanças sociais, políticas e culturais na sociedade brasileira marcam a configuração de estruturas de mobilização que competem nos cenários aqui analisados. Além do mais, as correlações de força são elementos importantes para nos conduzir metodologicamente na análise das oportunidades políticas e discursivas. Esse princípio da análise de conjuntura nos fornece bases para pensar os ciclos de protestos como resultados de um momento particular do tempo social, ou o acúmulo de condições que extrapolam o campo político e engendram processos de abertura para ações variadas.

Com efeito, a análise de conjuntura constitui um instrumento fundamental para compreender a emergência e o desenvolvimento dos ciclos de protestos, pois permite captar as dinâmicas interativas entre estrutura e agência no campo da ação coletiva. No contexto dos ciclos de protesto no Brasil, essa abordagem se mostra essencial para conectar a Teoria do Processo Político (TPP) às conjunturas fluídas (Dobry, 2015), destacando como momentos de crise política e institucional geram aberturas que reconfiguram o espaço da contestação. As

conjunturas fluídas revelam períodos em que a estrutura social e política perde sua rigidez, favorecendo a articulação de atores antes desconectados e possibilitando novas formas de mobilização. Ao mesmo tempo, as estruturas de mobilização oferecem o arcabouço organizacional necessário para transformar essas oportunidades conjunturais em ação coletiva concreta, viabilizando a disseminação de repertórios de protesto e a articulação de demandas compartilhadas. Nesse cenário, as oportunidades políticas atuam como variáveis cruciais na intensificação ou retração dos protestos, pois delimitam os incentivos e constrangimentos impostos aos atores sociais. Dessa forma, a hipótese metodológica que guia esta pesquisa postula que os ciclos de protestos no Brasil emergem da interseção entre processos estruturais de longo prazo e dinâmicas conjunturais que reconfiguram temporariamente as condições da contestação. Em momentos de conjunturas fluídas, a plasticidade do sistema político e social amplia as possibilidades de ação coletiva, permitindo que estruturas de mobilização convertam insatisfações latentes em desafios diretos ao poder. Assim, a análise de conjuntura não apenas revela os fatores precipitantes das mobilizações, mas também fornece um modelo interpretativo para compreender os mecanismos que sustentam e transformam os ciclos de protesto, evidenciando como a interação entre estrutura, agência e oportunidade define os rumos da política contenciosa no Brasil contemporâneo.

Por conseguinte, entendemos que os motivos que tornam uma ação coletiva de confronto são amplos. Geralmente, quando a ação coletiva irrompe ela passa de um gotejamento para uma torrente à medida que as pessoas percebem, pela primeira vez, que outras como elas foram para as ruas. Neste sentido, entender como a estrutura social subjacente e a mobilização potencial são transformadas em ação, perpassa por uma análise de conjuntura que leva em consideração a relação de forças e o momento histórico no qual está inserido determinado confronto político.

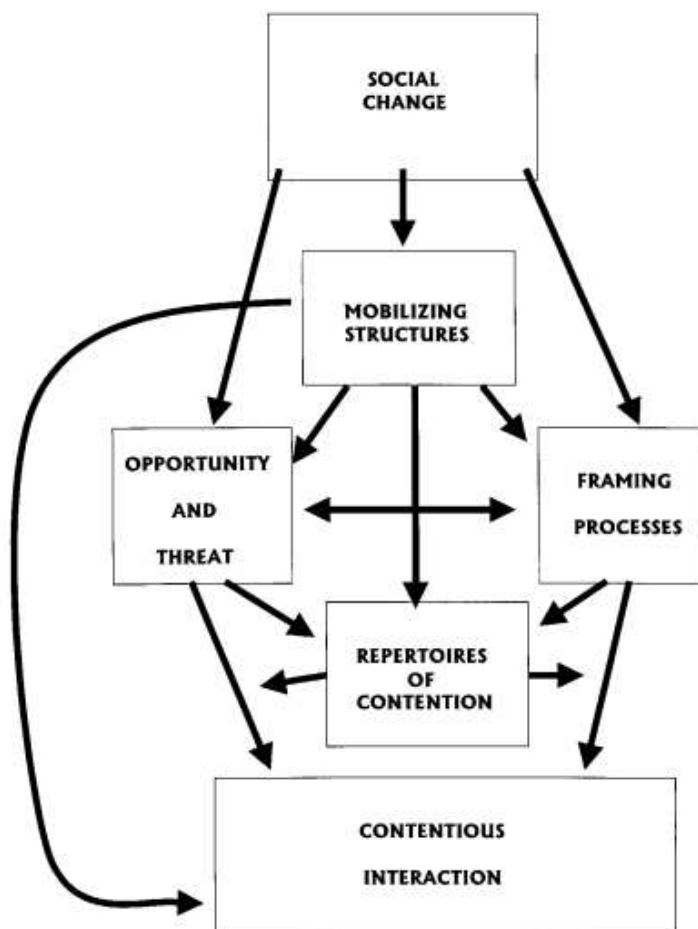
Por outro lado, a dimensão dos ciclos de protestos pode ser compreendida por mecanismos que estão presentes no processo social. Por mecanismos, Tilly e Tarrow (2015, p. 24) argumentam que são uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre os conjuntos de elementos descritos de maneira similar em diferentes situações. Eles podem ser encadeados em processos de menor ou maior escala. Por processo entende-se mecanismos regulares (geralmente complexos e contingentes) que produzem transformações nos elementos constitutivos dos processos de interação nos ciclos de confronto (MCADAM *et al*, 2004, p. 27). A maneira como a ação coletiva se organiza em determinado lugar e momento histórico é uma forma de identificar os motivos que fazem com que se desenvolva um ciclo de protesto. Tanto

quanto, é preciso estar atento em como a estrutura e a conjuntura de determinado acontecimento proporcionam o surgimento e o desencadear de um episódio específico. Assim, mecanismos e processos compõem e produzem eventos ou fluxos contínuos de ação coletiva através dos quais encontramos elementos como emergência, difusão, repressão e radicalização do confronto.

Em termos do nosso estudo, estamos tentando compreender como processos estruturais de médio a longo prazo engendram oportunidades políticas (TARROW, 2009) as quais interagem com as dinâmicas de conjunturas fluídas (DOBRY, 2015) que possibilitam o desenvolvimento de ciclos de protestos. Neste sentido, nossa abordagem se respalda nas teorias dos movimentos sociais que têm uma preocupação com as dinâmicas de protestos e suas explicações estruturais em termos dos ciclos de protestos (TARROW, 2009). Procuramos uma abordagem interativa da política contenciosa e das dinâmicas de contenção (*interactive approach to contentious politics*) (Tilly & Tarrow, 2015; MCADAM *et al*, 2004) a partir da Teoria do Processo Político (TPP).

Em termos explicativos, a política contenciosa se manifesta a partir de mudanças sociais que afetam a dinâmica de mobilização em cada momento e contexto (TILLY, 1984; TILLY & TARROW, 2015; MCADAM *et al*, 2004). A interação contenciosa ocorre por um conjunto de fatores que implicam os processos de mobilização em suas dimensões mais variadas. Com efeito, a ação coletiva em ciclos de protesto não é uma reação espontânea. É possível compreender que o caráter do confronto político é historicamente herdado e está inserido no processo de mudança social pelo qual as sociedades perpassam. Esse processo influencia não só as estruturas de mobilização, como também as oportunidades políticas que podem ser anteriores e que se criam a partir da ação contenciosa. A maneira como se organizam no tempo e no espaço, sua estrutura de mobilização, e as oportunidades políticas são dimensões desse processo que nos permite analisar como se dá a interação entre sistema político e sociedade nos momentos de intensa mobilização. Nosso foco será em torno das estruturas de mobilização e das oportunidades políticas em cada um dos casos analisados. Neste sentido, procuramos construir uma narrativa onde os componentes históricos e comparativos (RITTER, 2014; TARROW, 2010) desses ciclos de protestos implicam em um ponderado processo através do qual a interação contenciosa ocorre. A figura a seguir (Figura 1), nos traz a característica da abordagem do processo político em termos da política contenciosa.

Figura 1 - A agenda clássica do movimento social para explicar a política contenciosa²



Com efeito, um movimento reivindicatório depende de ações que sejam reconhecíveis, de relações anteriores entre as partes e do uso prévio de alguma forma de reivindicação. Entendemos que toda essa gramática de ação coletiva está inserida em contextos históricos específicos, mas que apresentam tendências ao longo de determinado tempo. Para examinar essa gramática da ação coletiva, a metodologia desta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise de estudos de caso para explorar as dinâmicas de mobilização e as oportunidades políticas em três ciclos de protestos no Brasil: a Campanha pela Ética na Política (Fora Collor), as manifestações de junho de 2013, e os protestos contra o governo Dilma Rousseff (Fora Dilma). A seleção desses casos foi baseada em sua representatividade como momentos críticos de mobilização social no contexto político brasileiro.

A escolha desse enfoque metodológico é justificada pela necessidade de uma análise aprofundada e contextualizada de cada caso, permitindo a compreensão das especificidades de cada ciclo de protesto e das dinâmicas de mobilização social envolvidas.

² McAdam *et al*, 2004, p. 17.

A análise dos dados foi realizada a partir de fontes secundárias, incluindo documentos históricos, relatórios governamentais, artigos de jornais e literatura acadêmica. Para os casos mais recentes, particularmente junho de 2013 e Fora Dilma, a análise incluiu também o exame de mídias sociais, com o objetivo de entender como as tecnologias digitais e as redes sociais contribuíram para a organização e difusão das mobilizações. Inspirado pela teoria dos ciclos de protestos e das oportunidades políticas, a análise focou na identificação e interpretação das estruturas de oportunidade e das estruturas de mobilização que influenciaram cada ciclo de protesto. Estas estruturas incluem a abertura ou fechamento das instituições políticas, as crises econômicas e os escândalos de corrupção, bem como o papel de atores, movimentos sociais, da mídia tradicional e das redes sociais na mobilização.

A metodologia procurou também utilizar-se de uma abordagem comparativa, analisando as semelhanças e diferenças entre os três ciclos de protesto, para entender como diferentes contextos influenciaram estes ciclos. Hopkin (2010) destaca que o estudo comparativo com small-N é particularmente útil para explorar processos políticos em contextos específicos, onde variáveis qualitativas e contextuais desempenham um papel importante. Esta abordagem metodológica permite aos pesquisadores analisar em detalhes as relações entre variáveis em um número limitado de casos, algo essencial para a compreensão das interações complexas entre as estruturas de mobilização e as oportunidades políticas observadas nos ciclos de protestos brasileiros. Conforme Hopkin (2010, p. 287), a análise de poucos casos permite "um entendimento mais profundo das relações que moldam os resultados em contextos específicos," o que é particularmente relevante para a análise dos protestos políticos, onde cada evento está imerso em um contexto político e social único.

A comparação entre esses diferentes ciclos de protestos no Brasil é crucial para identificar os fatores que levaram à emergência, sustentação e declínio desses movimentos. Isso não só permite uma análise mais aprofundada dos processos de mobilização, mas também oferece uma compreensão mais clara das interações entre atores sociais e estruturas políticas em contextos de crise. Neste sentido, a metodologia utilizada permite explorar em profundidade como as condições específicas de cada período moldaram as estratégias de mobilização e as respostas institucionais.

Neste sentido, esta tese elabora um estudo das estruturas de mobilização e das oportunidades políticas de três casos de ciclos de protestos no Brasil democrático, identificando critérios que se assemelham e diferenciam quanto à natureza do confronto político. Para abarcar esses processos, além da abordagem do processo político, nos valem da análise histórica no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva (BOSI & REITER, 2014). A análise dos

dados foi conduzida qualitativamente, buscando interpretar a interação entre a agência dos movimentos sociais e o contexto político de cada período, elucidando os mecanismos que facilitaram ou restringiram a mobilização e seus impactos na política brasileira.

1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A AÇÃO COLETIVA

O respaldo teórico do tema de pesquisa parte de contribuições na teoria dos movimentos sociais. Entendemos que as abordagens teóricas³ no estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais são importantes, guardadas as devidas proporções em sua relação com determinada realidade. Neste sentido, fez-se necessário delinear o campo analítico de nossa empreitada por meio de uma revisão bibliográfica que levasse em conta diversas contribuições teóricas no estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais. Podemos dizer que a abordagem clássica sobre os movimentos sociais está nos primeiros estudos sobre as ações coletivas na corrente sociológica norte-americana influenciada, principalmente, pela teoria da ação de Parsons (2010). Necessariamente, diríamos também que a ação coletiva não basta para explicar o que posteriormente se desenvolveu em outra via de compreensão dos movimentos sociais pela escola sociológica europeia, a qual apresentaria, com determinada importância, a noção de atores coletivos derivada das teorias weberianas e marxistas. Neste sentido, concordamos com Gohn ao argumentar que o núcleo articulador das análises para a compreensão dos movimentos sociais e da ação coletiva é, em grande parte, a contribuição das teorias da ação social (GOHN, 2012, p. 23). Entretanto, tratando-se de um objeto de pesquisa tão amplo, esses ciclos de protestos deveriam ser encarados como fatos que derivam de uma articulação coletiva que carrega, ora elementos conjunturais, que estão inseridos nas contradições da estrutura da sociedade brasileira, ora elementos específicos que definem a forma através da qual os atores coletivos enxergam o mundo que os circunda e se sentem engajados a participar dos atos de protesto. Se por um lado, encontramos os motivos que levam as pessoas às ruas devido a problemas de ordem coletiva, por outro, entendemos que as diferentes formas de manifestação

³ O interessante notar é que o desenvolvimento do estudo dos movimentos sociais acarretou diferentes abordagens que receberam influências importantes na composição de suas teorias (ALONSO, 2009; DELLAPORTA & DIANI, 2006; GOHN, 2012a; COSTA, 2013). Como afirma Alexander (1987; 1998), a mudança de paradigma na maneira de observar a ação coletiva possibilitou um deslocamento do modelo clássico de análise dos movimentos sociais, desprendendo-se do campo de análise preocupado com o comportamento coletivo e entrando no campo da ação. Esse movimento possibilitou o surgimento de três principais tipos de abordagens teóricas: as abordagens histórico-estrutural, culturalista-identitária e institucional/organizacional comportamentalista (GOHN, 2012). Della Porta e Diani (2006) apontam detalhadamente a separação de cada uma dessas correntes levando em consideração aspectos mais específicos no desenvolvimento de cada abordagem. Neste sentido, os autores trabalham desde a visão do ator, sua identidade, as redes e a dimensão simbólica da ação coletiva, até os fenômenos de impacto estrutural, as organizações, os repertórios de protestos e as oportunidades políticas. (ALONSO, 2009; DELLAPORTA & DIANI, 2006; GOHN, 2012)

(as performances, os protestos, as marchas, o engajamento) são fruto da relação que os sujeitos estabelecem entre si e o sentido que imprimem a essas ações.

Mas, como a ação coletiva é possível? Em contraste com diversos problemas que se tem em encarar as ações coletivas e os movimentos sociais como reações irracionais de um largo fenômeno reativo⁴, sociólogos norte-americanos passaram a entender este fenômeno como uma coordenação de esforços compartilhados em torno de interesses ou programas (TILLY e TARROW, 2015, p. 8). De acordo com essa perspectiva, movimentos sociais seriam entendidos como ações organizadas racionais e intencionais. Com efeito, a ação coletiva apareceria aqui a partir de um cálculo dos custos e benefícios, na qual haveria uma influência e presença de recursos (DELLA PORTA & DIANI, 2006, p. 14). A questão dos recursos é muito importante na compreensão do que seria um movimento social, mas não é, contudo, primordial. A emergência da ação coletiva não pode ficar restrita somente a conflitos de interesse, oposições ideológicas, sentimentos de desconforto e diferenças de opinião. Movimentos sociais também possuem uma densa rede de relações formais e informais, identidades, emoções e sentimentos que são mobilizados durante a ação coletiva (MELUCCI, 1985; 1989; 1994; 1997; TOURAINE, 1989; 1996; 2006). Esses fatores estão de acordo com o momento em que se situam os movimentos sociais, sua historicidade (TOURAINE, 1994). Neste sentido, movimentos sociais são também uma categoria histórica, não universais (TILLY & TARROW, 2015, p. 11). São compreendidos não somente pelo fato de como a ação é desenvolvida, ela é física, mas também possui significados que são compartilhados pelos diversos grupos que compõem essa ação.

Com efeito, podemos dizer que nosso entendimento gira também em torno da questão da mudança social⁵: como compreender que as ações das pessoas envolvem diferentes formas de organização em cada momento analisado? Quais repertórios de ação são recorrentes? Quais

⁴ A vertente funcionalista, que veio influenciar, principalmente, os trabalhos de Parsons (2010), tinha como princípio o entendimento das ações coletivas e dos movimentos sociais como reações provenientes da disfuncionalidade que o sistema tem em produzir coesão social. Neste sentido, as ações coletivas seriam encaradas como momentos de irracionalidade social nos quais as pessoas sairiam de suas rotinas costumeiras para fazer coisas que não fariam como indivíduos. De acordo com Jasper (2016, p. 47), parte dos teóricos da conhecida *teoria das multidões* desacreditavam no caráter transformado das ações coletivas postulando que nada de relevante pudesse resultar desse tipo de atividade.

⁵ Ver, Alexander (1987; 1998), cuja contribuição chama nossa atenção para os processos de mudança social e como eles impactam na forma de articulação da ação coletiva e dos movimentos sociais. Apesar da questão de a mudança social ser algo importante na teoria sociológica clássica, haja vista as teorias de entendimento sobre os processos de modernização, queremos, contudo, apontar o caráter de configuração dessa mudança em períodos em que processos políticos se desenrolam influenciando as oportunidades exploradas pelos atores. Tanto quanto a forma como essas manifestações foram mobilizadas, os significados atribuídos à ação coletiva em cada momento. Mudanças estruturais na sociedade configuram formas de ação coletiva, imprimem identidades específicas e, a partir destas, promovem repertórios de ação diversificados.

são novos? Todas essas e outras questões são relevantes ao se tratar da ação coletiva. Além do mais, como afirmam Della Porta e Diani (2006, p. 5), dada a sua natureza multidimensional e complexa, não é surpresa que movimentos sociais podem ser abordados em referência a uma gama de questões intelectuais, as quais enfocam dimensões que envolvem ideias, indivíduos, eventos e organizações que estão ligados uns aos outros em processos mais amplos de ação coletiva e que indicam alguma continuidade. Neste sentido, quatro pontos são importantes na análise dos movimentos sociais e da ação coletiva: 1) a relação entre mudança estrutural e as transformações nos padrões do conflito social; 2) o papel das representações culturais no conflito social; 3) o processo através do qual valores, interesses e ideias se transformam em ação coletiva; e 4) como um determinado contexto social, político e/ou cultural afeta as chances de sucesso dos movimentos sociais e as formas que assumem (DELLAPORTA *et al*, 2006, p. 5-6).

Como afirma Jasper (2016, p. 23), movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais que têm o intuito de promover ou obstruir mudanças políticas, jurídicas ou sociais. Eles operam, basicamente, fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades. Diferem-se dos partidos políticos, pois nem sempre os movimentos possuem um caráter institucionalizado⁶. Alguns grupos de protesto podem se transformar em grupos de interesse, ou partidos políticos, mas isso não é regra. Frequentemente possuem redes sociais informais. No entanto, sua persistência pode propiciar o desenvolvimento de organizações formais. Eles se diferem de eventos isolados, tanto quanto de comportamentos sociais padronizados. Realmente, é difícil delimitar uma fronteira clara entre movimentos e outros fenômenos como revoluções, motins, partidos políticos e grupos de interesse. Neste sentido, entendemo-los como um processo social distinto que consiste em mecanismos através dos quais atores engajam-se em uma ação coletiva. Estão envolvidos em relações conflituosas com

⁶ Para Mancur Olson (2002), o problema da ação coletiva era agregativo. A compreensão da ação coletiva estava em como mobilizar um número de indivíduos em torno de determinados bens coletivos. Isto é, como envolver os diferentes interesses individuais para alcançar bens coletivos. Em seu livro, *The logic of collective action* o autor procura responder a essa questão através de uma análise utilitária da ação social. De fato, Olson não estuda os movimentos sociais em sua especificidade. Sua finalidade é o estudo dos grupos de interesses. O autor observa que nos grupos que se compõem de muitos membros a necessidade de organização da ação coletiva está em uma estrutura composta de líderes, os quais conseguem mobilizar os demais indivíduos através da organização dos interesses de um grupo. Neste sentido, se a ideia comumente utilizada de que os grupos pequenos se organizariam devido aos contatos de proximidade e a homogeneidade de seus interesses, a mesma noção não se aplicaria aos grandes grupos. Estes, por sua vez, teriam de ser estruturados por meio de instituições especiais para resolver os objetivos da ação coletiva (OLSON, 2002, p. 65). Necessariamente, tal abordagem tende a observar os movimentos sociais em relação ao seu fracasso e ao seu sucesso. Os movimentos ou a ação coletiva que não se transformasse em uma organização burocratizada/institucionalizada fracassariam. Mobilizar recursos será um fator importante para a compreensão de alguns dos nossos casos. Entretanto, não significará uma questão de sucesso ou fracasso de determinado movimento ou ação.

opponentes claramente definidos; estão ligados por redes informais densas; e compartilham uma identidade coletiva distinta (DELLA PORTA *et al*, 2006, p. 20).

Para Gohn, movimentos sociais são

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e políticas de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. (GOHN, 2012, p. 251-252).

Ainda que tal definição seja demasiadamente complexa é preciso atentar que ela envolve diversos aspectos da vida social, mas que tem como princípio o campo político, cujo contexto é fundamental para compreendermos como operam as relações de força de uma dada sociedade. Neste sentido, todo movimento social e toda ação coletiva refere-se à ação das pessoas na sociedade, na história. Entretanto, essa ação tem que ser conduzida através de uma força social que se traduz em demanda ou reivindicação por meio da qual um grupo se põe em movimento.

Se se estabelece que a ação tem um princípio que a coloca dentro de uma teoria da prática, do contrário, também percebemos que ela está inserida em um contexto que é estruturalmente definido e compartilhado. Toda ação coletiva também se desenvolve em um contexto em que os atores lutam em torno da relação de forças de uma sociedade para levar a cabo um projeto, uma perspectiva de mundo. Como afirma Jasper (2016, p. 25), os processos culturais, compostos de pensamentos, sentimentos e princípios morais comuns, juntamente com as representações, dão-nos significado ao mundo. A cultura permeia as ações dos manifestantes expressando significados e dando sinais que os ajudam a processar informações, avaliar situações e começar a formular métodos de ação. A princípio a indignação coletiva surge de uma situação insuportável, que se coloca na condição da vivência mútua em torno daquilo que determinado grupo julga importante. Nessas situações os atores pretendem modificar as

relações de força de uma sociedade. Para que isso ocorra utilizam-se de reivindicações e de ações concretas que projetam as pessoas num cenário de conflito.

Desta maneira, movimentos sociais são frequentemente compreendidos como formas de ação coletiva organizadas que emergem em resposta a contextos sociais e políticos específicos. A teoria do processo político, desenvolvida ao longo das últimas décadas, fornece uma estrutura analítica interessante para entender como os movimentos sociais se formam, se desenvolvem e impactam o cenário político. Dentro dessa perspectiva, a ação coletiva (*Collective Action*) é vista como resultado de uma interação dinâmica entre os atores sociais e as oportunidades políticas disponíveis. Ou seja, uma coordenação de esforços por parte de um grupo de indivíduos ou organizações em prol de interesses ou objetivos compartilhados. De acordo com Tilly e Tarrow (2015, p. 11-12), a ação coletiva envolve a organização de atividades conjuntas que visam alcançar objetivos comuns. Esta definição de ação coletiva destaca que a maior parte das ações coletivas ocorre fora da política contenciosa. Essas ações podem ser vistas em atividades diárias, em que grupos coordenam esforços para atingir objetivos sem necessariamente desafiar estruturas de poder estabelecidas.

No entanto, quando inserida no contexto da política contenciosa, a ação coletiva assume um papel ainda mais significativo. Por política contenciosa (*Contentious Politics*), entende-se interações coletivas, públicas e episódicas em que os atores fazem reivindicações que afetam os interesses de outros, com a participação de governos, seja como alvo, iniciador ou por uma terceira parte envolvida (TILLY & TARROW, 2015, p. 7). Esse conceito engloba a sobreposição entre três elementos centrais: a contenção, a ação coletiva e a política. Além de dar atenção para o caráter interativo da política contenciosa. Os autores enfatizam que a política contenciosa não é limitada apenas às disputas eleitorais ou parlamentares, mas inclui uma ampla gama de atividades que desafiam, contestam ou se engajam com o poder governamental.

Por sua vez, Tilly (2008, p. 6) explica que, em cenários de contenção política, a ação coletiva se torna um mecanismo pelo qual grupos de indivíduos expressam suas reivindicações e desafiam as autoridades. Nesses casos, a ação coletiva pode envolver a organização de manifestações, greves, petições e outras formas de protesto, todas elas concebidas para exercer pressão sobre autoridades ou outros grupos de poder. Em sua essência, representa a capacidade dos grupos de coordenar esforços para alcançar um objetivo comum, seja em contextos cotidianos ou em situações de confronto político. Neste sentido, para compreender os cenários de contensão política, Tilly e Tarrow (2015) consideram o conceito de episódios de contensão (*Contentious Episodes*) referindo às sequências delimitadas de interação contínua e pública entre atores envolvidos em um conflito. Esses episódios são caracterizados pela natureza

esporádica, em vez de contínua, das ações, e envolvem a interação coletiva de reivindicações entre atores e seus alvos. Em termos metodológicos, episódios de contenção são frequentemente identificados e analisados por estudiosos que segmentam fluxos maiores de contenção em partes menores para fins de observação sistemática, comparação e explicação. Para o presente estudo, trabalharemos com três episódios marcantes na sociedade brasileira que nos fornecem pistas para identificar os processos de construção da ação coletiva, assim como os rumos dessas ações nesses episódios.

Os episódios de contenção são sequências de interações que podem variar em complexidade, desde ocupações simples até ciclos maiores de revoluções ou guerras civis. Estes episódios são considerados "episódicos" por sua ocorrência não contínua, e são delimitados por meio da análise das interações observadas e das interrupções entre elas. A delimitação dos episódios é crucial para entender os processos causais envolvidos em cada episódio específico de contenção, bem como para estabelecer comparações entre diferentes episódios e os mecanismos neles envolvidos. Por sua vez, as dinâmicas da contenção (*Dynamics of Contention*) referem-se aos mecanismos e processos que governam a interação entre atores em episódios de contenção (MCADAM *et al.*, 2004). Esses episódios podem incluir desde greves e revoluções, até movimentos sociais e guerras. A análise das dinâmicas da contenção busca identificar os mecanismos que se repetem nesses episódios, observando como os processos afetam os resultados desses conflitos. O Quadro 2 abaixo procura traduzir esses conceitos e suas aplicabilidades.

Quadro 2 – Principais conceitos de análise da Teoria do Processo Político⁷

Conceito	Definição	Contexto	Exemplos
Ação Coletiva	Coordenação de esforços por parte de grupos em prol de interesses ou objetivos compartilhados. Pode ocorrer em contextos cotidianos ou políticos, envolvendo uma organização coletiva que possibilita a mobilização de recursos e a ação coordenada para alcançar metas comuns. Inclui ações formais e informais, como greves, protestos, ou mesmo atividades rotineiras em comunidades.	Pode ocorrer dentro e fora da política contenciosa, envolvendo tanto ações cotidianas quanto mobilizações políticas organizadas.	Times de futebol, igrejas, manifestações, greves.
Episódios de Contenção	Sequências delimitadas de interação contínua e pública entre atores em conflito, caracterizadas por sua ocorrência esporádica e limitada no tempo. Esses episódios são momentos críticos onde a dinâmica de poder entre grupos e autoridades pode ser visivelmente desafiada, frequentemente resultando em mudanças sociais ou políticas.	Delimitado por interações observadas e suas interrupções, geralmente em momentos de crise ou mudanças políticas.	Ciclos de revoluções, guerras civis, insurreições localizadas.
Dinâmicas de Contenção	Mecanismos e processos que governam as interações entre atores em episódios de contenção. Focam na análise das causas subjacentes e nas variações que emergem durante esses episódios, incluindo a formação de alianças, deserções, e o desenvolvimento de estratégias que impactam o curso e o resultado dos conflitos.	Focado na análise causal e variabilidade dos episódios de contenção, examinando como diferentes fatores interagem para produzir resultados específicos.	Formação de categorias, deserção de elites, corretagem política.
Política Contenciosa	Interações coletivas, públicas e episódicas onde atores fazem reivindicações que afetam os interesses de outros. Frequentemente envolve governos como alvos, mediadores ou iniciadores. A política contenciosa abrange tanto atividades convencionais, como manifestações e petições, quanto formas de contenção mais disruptivas, que visam desafiar diretamente a autoridade governamental.	Envolve a participação do governo como alvo, mediador ou iniciador de reivindicações, e abrange tanto atividades convencionais quanto disruptivas.	Manifestações, greves, petições, campanhas de desobediência civil.

⁷ Elaborado pelo autor a partir de Tilly & Tarrow (2015); Tilly (2008); McAdam, Tilly e Tarrow, 2004.

Conceito	Definição	Contexto	Exemplos
Performances Contenciosas	Modos padronizados e familiares pelos quais grupos fazem reivindicações coletivas sobre outros atores políticos. Essas performances, que podem incluir protestos, marchas e ocupações, fazem parte de um repertório contencioso, que é o conjunto de ações conhecidas e aceitas em um determinado contexto histórico e cultural. Essas performances são moldadas tanto por tradições locais quanto por inovações estratégicas.	Parte de um repertório de ações conhecidas em determinado contexto político e cultural, frequentemente moldado por tradições e inovações locais.	Protestos, marchas, ocupações, bloqueios de estradas.
Repertórios	Repertórios referem-se ao conjunto de formas de ação coletiva que um grupo tem à sua disposição em um determinado momento histórico e cultural. Eles são compostos por práticas estabelecidas, como greves, petições, e manifestações, que são conhecidas e reconhecidas tanto pelos participantes quanto pelos adversários. Os repertórios são moldados por experiências passadas, recursos disponíveis, e as expectativas culturais e políticas do tempo.	São moldados por tradições locais, experiências passadas e as expectativas culturais e políticas do tempo. Adaptam-se às circunstâncias e evoluem com base na eficácia percebida e na resposta dos oponentes.	Greves, boicotes, ocupações, marchas, petições.

Na prática, esses conceitos se inter-relacionam de forma dinâmica e adaptativa. Por exemplo, em uma situação de crise política (episódio de contenção), um movimento social (ação coletiva) pode utilizar um protesto massivo (performance contenciosa) como uma forma de ação. As dinâmicas da contenção determinarão como o movimento se organizará internamente, quais alianças formará, e como responderá à repressão ou apoio governamental (política contenciosa). A escolha do tipo de protesto será influenciada pelo repertório de ações historicamente disponíveis e adaptadas ao contexto específico. Todos esses conceitos se entrelaçam para explicar como os conflitos e mobilizações sociais e políticas se materializam e desenvolvem no mundo social.

Dessa maneira, a teoria sugere que os movimentos sociais não surgem espontaneamente, mas sim em momentos em que o contexto político oferece certas "janelas de oportunidade" que facilitam a mobilização (TARROW, 2009). Essas oportunidades podem incluir, por exemplo, divisões entre as elites, mudanças nas políticas governamentais, ou a abertura de canais institucionais que tornam a ação coletiva mais viável. Para Meyer (2004) o sucesso dos movimentos sociais está intimamente ligado à sua capacidade de explorar oportunidades políticas. O autor destaca que a eficácia de um movimento depende não apenas da mobilização de recursos, mas também da habilidade dos atores em identificar e aproveitar contextos políticos favoráveis. Meyer também ressalta que as oportunidades políticas não são estáticas, elas mudam ao longo do tempo, à medida que os movimentos influenciam e são influenciados pelo ambiente político. No contexto dos movimentos sociais no Brasil, a teoria do processo político oferece uma lente de análise interessante para compreender como os diferentes ciclos de protestos— o Fora Collor, as manifestações de junho de 2013 e o Fora Dilma—se desenvolveram em resposta a mudanças nas oportunidades políticas. Esses movimentos ilustram claramente como a ação coletiva pode ser desencadeada por momentos de crises econômicas, escândalos de corrupção, polarização política, em que abrem ou fecham espaço para a mobilização social.

Além disso, a teoria do processo político sublinha também a importância da agência dos atores sociais. Embora podemos encontrar diferenças nos momentos aqui analisados, precisamos compreender que em ambos os casos os atores fizeram reivindicações às autoridades, utilizaram performances públicas, recorreram a formas herdadas de ação coletiva e inventaram novas, assim como forjaram alianças com membros influentes de suas respectivas comunidades políticas. Dito isso, embora as estruturas de oportunidade desempenhem um papel fundamental, a capacidade dos movimentos sociais de agir estrategicamente dentro desses contextos determina também o seu impacto na esfera política. Assim, a ação coletiva deve ser

vista não apenas como uma resposta às condições externas, mas também como uma prática estratégica que molda e redefine essas condições. As estruturas de mobilização aparecem, nesse contexto, como veículos para canalizar a insatisfação coletiva em direção a ações organizadas e coordenadas. Elas permitem que grupos descontentes articulem suas demandas de maneira eficaz e as apresentem de forma contestatória para o sistema político, assim como para a sociedade. Isso pode resultar em mudanças políticas significativas, especialmente quando essas demandas são amplamente apoiadas e conseguem atrair a atenção pública e midiática (MCADAM *et al.*, 2004, p. 50).

Neste sentido, ao organizar e consolidar esforços dispersos em uma força coletiva, as estruturas de mobilização ampliam o poder de grupos sociais que, de outra forma, poderiam ser marginalizados ou ignorados. Este aumento pode pressionar o governo e outras instituições a responderem às reivindicações dos movimentos, seja por meio de reformas, concessões ou mudanças de políticas (MCADAM *et al.*, 2004, p. 47). Em contextos e episódios onde as estruturas de mobilização são estão, de certa maneira, organizadas e sustentadas, elas podem desestabilizar regimes políticos ao expor e explorar fraquezas no sistema. Movimentos que conseguem mobilizar grandes segmentos da população e manter um nível elevado de pressão sobre as instituições políticas, podem forçar mudanças radicais, como a derrubada de governos ou a introdução de novas formas de governança (MCADAM *et al.*, 2004, p. 50). Por fim, as estruturas de mobilização também afetam a política ao transformar identidades coletivas e criar alinhamentos políticos. Ao reunir indivíduos e grupos em torno de causas comuns, essas estruturas podem redefinir a forma como as pessoas se identificam politicamente e como percebem seu papel no sistema político. Isso pode levar ao surgimento de novas coalizões políticas e à reconfiguração de alianças existentes (MCADAM *et al.*, 2004, p. 50).

As dinâmicas da ação coletiva têm ocupado espaço importante na literatura dos movimentos sociais dos últimos tempos. Esse fenômeno pode ser observado pela retomada de uma agenda de pesquisa que ganhou fôlego novo, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000⁸ (SWACKO *et al.*, 2020). Entender os fenômenos de contestação política, como surgem, por que se mantêm, as formas de propagação da ação e a organização dessas coletividades, representa uma tarefa incansável para os estudiosos da temática. Ainda que haja

⁸ O artigo supracitado analisa a produção acadêmica sobre movimentos sociais na base Scielo.com, publicados entre 2000 e 2017. Os autores realizam a descrição estatística do corpus em termos longitudinais, de frequência de palavras e, ainda, por correferências. As conclusões dos autores permitem notar que o debate brasileiro sobre movimentos sociais tem sido liderado por autoras mulheres, bem como tem se aproximado dos teóricos da chamada Contentious Politics dando destaque às abordagens que têm como centralidade as interações entre Estado e sociedade.

uma preocupação em elaborar um aporte teórico que dê conta da realidade específica de um movimento social, ou dos tipos de ação coletiva que são decorrentes das práticas ou momentos históricos em que estão inseridos, é importante reservar espaço para o entendimento de processos através dos quais essas ações e movimentos surgem e impactam a vida de uma determinada sociedade, em formas de contestação em grande escala. Neste sentido, ao invés de um foco restrito sobre movimentos sociais, nossa proposta é destacar o processo político no qual se inserem os casos aqui observados a partir da interação entre os diferentes atores que tomam parte na cena contenciosa. Para isso, queremos compreender não só as motivações e constrangimentos estruturais, como também a dinâmica do confronto dentro desses ciclos a partir de seus elementos conjunturais e relacionais.

Como aponta McAdam *et al.* (2004), o processo político consiste numa combinação de mecanismos causais (*causal mechanisms*) que são recorrentes em determinados momentos; possuem sequências que se repetem com diferentes combinações; e produzem inúmeros efeitos em larga escala, a partir de variadas condições iniciais. Segundo os autores, a compreensão dos mecanismos causais permite entender que a mobilização não é um processo isolado e que ela se entrelaça com diversos outros mecanismos e processos. A criação e a transformação de atores, a certificação de suas reivindicações ou a não aceitação política, como também a repressão e a radicalização na difusão de novos protestos ou contenção destes, envolvem trajetórias complexas que estão inseridas em processos sociais amplos⁹.

Com efeito, torna-se importante analisar o cenário sociopolítico em que determinada ação coletiva se desenvolve. Será este espaço que irá fornecer os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças que envolvem os mecanismos causais (GOHN, 2012, p. 262). Por sua vez, nestes mesmos cenários que reconheceremos a construção de narrativas através das quais os movimentos e as pessoas comuns elaboram a ação política de confronto. De acordo com Tarrow, “o confronto político surge como uma reação a mudança

⁹ É preciso deixar claro uma distinção que a Teoria do Processo Político tem em relação à chamada Teoria da Mobilização de Recursos. A preocupação da teoria da mobilização de recursos está na ênfase da base institucional/organizacional da ação coletiva e dos movimentos sociais. Segundo essa abordagem teórica, existe uma similaridade e convergência da ação coletiva e dos movimentos sociais com os interesses de grupos da política institucionalizada. Neste sentido, a eficácia de determinado movimento seria medida pelo grau de proximidade que este estaria em garantir recursos, coordenar a ação coletiva e se organizar em uma institucionalidade. Para a Teoria do Processo Político, que surgiu de uma crítica à Teoria da Mobilização de Recursos e com influências da teoria dos Novos Movimentos Sociais (MELUCCI, 1989; TOURAINE, 1989), tem que ser levado em conta o contexto de engajamento tanto quanto a orientação que cada movimento confere à ação coletiva: os símbolos culturais, as redes de sociabilidade entre os atores, os repertórios de confronto, os frames da ação coletiva (*action frames*), são elementos que têm de ser considerados nas dinâmicas de confronto político. Com efeito, a perspectiva do processo político incorporou aos poucos em suas análises as temáticas referentes à cultura. Tilly acabou reconhecendo que processos culturais de persuasão também constituem uma parte fundamental da história (ALONSO, 2012; JASPER, 2016, p. 54).

nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos” (TARROW, 2009, p. 27). Esses incentivos são de ordem material ou ideológico, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. As estruturas das oportunidades políticas representam este contexto em que movimentos, órgãos públicos, empresas e mídia colocam suas agendas e pautas para serem confrontadas. O resultado disso pode surgir como uma ação contenciosa de curto ou longo prazo.

Embora boa parte dos incentivos que colocam as pessoas em uma ação coletiva de confronto ocorram de forma esporádica, os atores utilizam-se de repertórios conhecidos de ação para agir de forma contenciosa: uso da imprensa, ou de mecanismos que ampliam o acesso à informação, performances, violência, boicotes, petições, barricadas e até repressão. Geralmente, o confronto pode ocorrer quando cidadãos comuns, aliados a pessoas influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores (TARROW, 2009, p. 18). Neste sentido, diferentemente das formas convencionais de participação, a ação coletiva de confronto demonstra as possibilidades da ação para outros e oferece, até aos grupos com poucos recursos, oportunidades para participar que lhes poderiam ser negadas. Isso ocorre porque expõe os pontos de fraqueza dos opositores que podem ou não estar evidentes até que sejam desafiados; revela aliados que até então não tinham afinidade com aquele tipo de ação; como também pode derrubar barreiras institucionais possibilitando a passagem de outras reivindicações.

Não obstante, para Michel Dobry (2014), os momentos de grande mobilização guardam uma relação forte com os momentos de crise política. Nesses momentos, constroem-se arenas que possibilitam a formação de mobilizações multisetoriais e, com isso, aumentam as chances de movimentação dos atores e as possibilidades alargadas de ação. Para o autor, os sistemas complexos carregam uma plasticidade estrutural que em momentos de crise política possibilita a *dessetorização do espaço social* em três aspectos: 1) redução da autonomia, onde há ocorrência de jogadas transetoriais das quais essas mobilizações tendem a ser mais portadoras; 2) abertura de espaços de confronto, as quais são importantes para as táticas dos atores e a eficácia dos recursos localizados no jogo e nos setores; e 3) a evasão de cálculos, com a diminuição da autorreferência dos setores. O importante a notar, referente aos preceitos de Dobry, é que a abertura dos espaços de confronto possibilita a formação de conjunturas de forte mobilidade de pautas que tornam difícil, por parte dos atores, o controle das pautas em jogo nos confrontos em que estão comprometidos (DOBRY, 2014, p. 107-108). Desta maneira, em momentos de *conjunturas fluidas* a ação coletiva ganha diversas nuances que engendram

quadros interpretativos múltiplos motivando pessoas a participarem da dinâmica social proporcionada em determinado ciclo de confronto.

Neste sentido, a ação coletiva de confronto ganha aspectos múltiplos devido à própria capacidade de ser empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições. Em boa parte dos confrontos são as oportunidades e restrições políticas em mudança que criam incentivos para atores que não têm recursos próprios conduzirem-se a uma interação sustentada com opositores. Essa interação será cada vez mais forte na medida em que for apoiada por densas redes sociais e estimulada por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação (TARROW, 2009).

O que difere as formas contenciosas de ação coletiva das relações de mercado, dos grupos de pressão ou da política representativa é sua capacidade de colocar pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades. Geralmente, os organizadores usam o confronto para explorar oportunidades políticas e criar identidades coletivas com o intuito de reunir pessoas e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Por outro lado, o caráter próprio de determinados mecanismos de mobilização convida as pessoas a se enveredarem na ação coletiva, seja por fruto de um convite devido às afinidades estabelecidas nas redes que envolvem pessoas de determinados grupos que compartilham uma cultura em comum, ou por intermédio de mecanismos de mobilização, como as redes sociais, as convocações realizadas por sindicatos e movimentos sociais via cartas, telefones, anúncios, a mídia etc.

De fato, o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores. Embora os esses utilizam-se do confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. É a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas para os diversos atores se engajarem no confronto político. Como afirma Tarrow,

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. (...) um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades (...) (TARROW, 2009, p. 38-39).

Neste sentido, é importante notar que os incentivos e as oportunidades criam ambiente necessário para o surgimento de uma cadeia de acontecimentos que norteiam os aspectos principais do confronto publicamente organizado. Além disso, as ações coletivas incorporam reivindicações na medida em que a dramaticidade do ato público mostra os diversos caminhos a serem abordados pelos diferentes grupos. Assim, na medida em que se aumentam as

oportunidades e se expandem a informação sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, não só os ativistas, mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. A consequência imediata desse processo é o que Tarrow chamou de *ciclo de confronto*:

Entendo ‘ciclo de confronto’ como uma fase do conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (TARROW, 2009, p. 182).

Na compreensão de Tarrow, o processo de difusão nos ciclos de confronto não ocorre meramente por simples contágio social. Nos processos de difusão nos ciclos de confronto os atores tomam decisões, por vezes racionais, para tirar vantagens de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos. Isso se tratando tanto das elites políticas quanto de cidadãos comuns, grupos moderados ou grupos extremistas. Tarrow compreende que na medida em que o ciclo se amplia os movimentos vão criando oportunidades tanto para elites quanto para grupos de oposição. As alianças podem ser formadas até entre participantes e desafiantes. No campo do controle social, as forças governamentais podem reagir através de reformas, repressão ou uma combinação entre as duas. Por sua vez, os resultados na esfera política institucional podem se demonstrar confluentes ou divergentes das reivindicações dos participantes. Isso devido ao fato de os atores terem cada vez menos controle sobre os resultados das decisões na política institucional (TARROW, 2009, p. 44).

Os ciclos de confronto possuem seu ápice e conseqüentemente seu declínio. O pico do confronto ocorre quando o efeito-demonstração da ação coletiva de um grupo insurgente apresenta uma variedade de processos de difusão, extensão, reação e imitação dos grupos participantes. O fluxo de informações e o alto nível de participação dos atores tem influência direta na difusão do confronto. As performances públicas e a conseqüente resposta institucional podem levar à desmobilização como também à generalização do confronto. Assim, em países não democráticos, onde a política de controle social atua de forma repressiva, a fase de desmobilização ocorre mais cedo do que os demais. Por sua vez, a polarização e o aparecimento de líderes dentro dos movimentos podem ser oportunidades para as elites congregarem ações no sentido de institucionalizar as reivindicações em agendas políticas futuras. Entretanto, competidores mais radicais utilizam-se de táticas de confrontação para poder retomar o apoio de militantes e evitar recaídas (TARROW, 2009, p. 190). Isso intensifica a ação coletiva fazendo com que determinado ciclo de protestos perdure.

Neste sentido, o problema da tese se delimita em encontrar, nesses ciclos os motivos que ocasionaram determinado ciclo de protestos, as oportunidades políticas exploradas, tanto por atores coletivos, movimentos sociais, pessoas comuns, quanto pelas elites. Entende-se que o vínculo entre mobilização coletiva e política institucional pode ser um dos pontos de interseção para a compreensão dos ciclos de protestos. Acreditamos como Tarrow (2009, p. 99) que a variação nos níveis de oportunidades com os quais as pessoas se deparam no tempo e no espaço fornece a chave para compreendermos como se constrói a ação contenciosa. Explorar, em cada um destes momentos, como desafiantes empregam os repertórios de confronto e enquadram suas mensagens de forma dinâmica fazendo com que se construam estruturas de mobilização unificadoras é um dos pontos principais deste projeto, pois dadas as oportunidades políticas de cada momento a ação contenciosa se manifesta de forma peculiar.

Por fim, a interação entre ação coletiva e oportunidades políticas podem criar um ciclo curto ou contínuo de mobilização e resposta institucional. Essa perspectiva ajuda a entender como os movimentos sociais no Brasil não apenas reagiram às mudanças no ambiente político, mas também contribuíram para transformá-lo, influenciando a política e reconfigurando a esfera pública. Levando em consideração esses fatores, acreditamos que o estudo sobre os movimentos sociais e a ação coletiva tem que envolver um esforço multidisciplinar. Neste sentido, diante da possibilidade de cometer equívocos, estamos empenhados a desvendar as diversas facetas dos importantes fenômenos na tentativa de construir um quadro analítico que venha a contribuir com as interpretações e análises desses momentos de mobilização na história recente brasileira.

Neste primeiro introdutório, exploramos os objetivos centrais da pesquisa e estabelecemos o contexto necessário para a compreensão das dinâmicas dos movimentos sociais no Brasil, particularmente no que se refere aos ciclos de protestos analisados. A partir da apresentação dos propósitos da tese e o delineamento da problemática avançaremos em direção à análise das estruturas de oportunidades políticas que têm influenciado a emergência e o desenvolvimento dos ciclos de protestos no Brasil nos três momentos recentes na história do Brasil.

2 EVENTOS PRECIPITANTES E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

No âmbito acadêmico, a noção de eventos precipitantes (*precipitating events*) desempenha um papel significativo na compreensão dos fenômenos associados à ação coletiva. Esses eventos são caracterizados por sua capacidade de desencadear ou catalisar a ação coletiva, motivando os potenciais participantes a considerarem-na como necessária ou desejável. Além disso, os eventos precipitantes podem marcar um ponto de viragem crítico na dinâmica de um padrão específico de mobilização social. Vale ressaltar que tais eventos podem assumir diversas formas e apresentar uma variedade de características (LIEBERSON e SILVERMAN, 1965).

Os eventos precipitantes podem variar em sua natureza e impacto. Alguns deles podem ser violentos e traumáticos, enquanto outros podem ser relativamente pacíficos ou até mesmo comemorativos. Além disso, esses eventos podem ser percebidos como eventos isolados e singulares, ou como parte de um padrão cumulativo que se desenvolve ao longo do tempo. Alguns eventos podem ser planejados e executados pelos próprios participantes do movimento, enquanto outros podem ocorrer de forma completamente inesperada.

É importante notar que os eventos precipitantes podem ter a capacidade de desencadear episódios imediatos e explosivos, como tumultos e manifestações, mas também podem resultar em mudanças de longo prazo na estratégia de um movimento social. Apesar dessa diversidade, a característica fundamental que define um evento precipitante é sua função como um "gatilho" sociocognitivo, que influencia, em parte, as formas subsequentes de ação coletiva.

Os primeiros teóricos da ação coletiva empregaram o conceito de eventos precipitantes para explicar o surgimento da mobilização social dentro do contexto das condições estruturais subjacentes. Por exemplo, o modelo de comportamento coletivo de "valor agregado" desenvolvido por Smelser (1963) identificou os eventos precipitantes como um dos elementos necessários, embora insuficientes, para a ocorrência da ação coletiva. Nesse sentido, os eventos precipitantes funcionam como uma espécie de "evidência" que conecta as tensões subjacentes às tensões coletivas, contribuindo para o entendimento dos processos de mobilização social.

Momentos de loucura ou *moments of madness* (ZOLBERG, 1972), foi também um outro recurso para tratar sobre momentos turbulentos na história. De alguma maneira, em pontos históricos tão turbulentos é notório que a política venha a romper alguns limites da vida comum das pessoas proporcionando expressivos colapsos que inquietam até os participantes mais desiludidos – para não falar das autoridades e elites políticas (TARROW, 2009). Entretanto, o aparecimento desses momentos pode ser de significância – como também

necessários – para a transformação social e política das sociedades. Eles podem possibilitar o surgimento de novos atores capazes de quebrar as convenções sociais, assim como romper a barreira que divide o Estado e a sociedade. Anterior, e no decorrer desses momentos *oportunidades políticas* são exploradas de diversas formas. Estas aparecem como elementos que possibilitam o surgimento desses fenômenos e que nos permitem, também, analisá-los como condições de desenvolvimento de novas formas de mobilização.

Dentro da abordagem sobre o *processo político* utilizou-se o termo *estrutura de oportunidade política* para se referir às características externas relevantes para o desenvolvimento ou aparecimento de um movimento social. Neste sentido, essas modalidades de manifestação social são suscetíveis a influências significativas resultantes de amplas transformações contextuais, das quais a formação do Estado-nação figura como exemplo paradigmático. Em estudos posteriores, abordagens de natureza transnacional identificaram correlações entre características específicas das instituições políticas e a capacidade e estratégias dos atores opositores (KRIESI *et al.*, 1995). De forma adicional, condições contingentes, como a existência de potenciais aliados e a instabilidade no poder dos atores opositores, foram sendo reconhecidas como fatores que representam *janelas de oportunidade* propícias ao surgimento de movimentos sociais (TARROW, 1989).

Em suma, quando referimos ao termo *oportunidades políticas* estamos falando de um conjunto de condições que dizem respeito a duas questões fundamentais na política: 1) a estabilidade de determinadas estruturas institucionais que permitem ou não a emergência de movimentos; e 2) mudanças na configuração do poder que poderiam causar aberturas repentinas no sistema (DELLA PORTA, 2013). No que tange às *condições institucionais estruturais* os estudos apontam elementos importantes de análise: 1) a característica do Estado enquanto forte ou fraco; 2) a burocracia pública e a autonomia dos poderes; 3) a quantidade global de poder nas mãos do Estado; 4) a inserção das instituições na cultura política; e 5) a influência histórica democrática de um país.

Referente aos aspectos políticos a literatura tem considerado as dimensões mais dinâmicas, suscetíveis a mudanças no curto prazo e sujeitas à pressão de movimentos sociais. Neste sentido, as dimensões analisadas partiram de: 1) *mudanças que poderiam resultar em aberturas repentinas no sistema*, com atenção direcionada a aspectos como instabilidade eleitoral, divisões na elite ou disponibilidade de aliados (TARROW, 1989; TILLY e TARROW, 2006); 2) *a interação tanto com aliados como com oponentes dentro de diversas esferas*, como a administração pública, o sistema de partidos, as clivagens políticas, as divisões dentro dessas clivagens, a influência da competição eleitoral, a estrutura de grupos de interesse, a sociedade

civil, etc. Interações estas que criam uma dinâmica complexa que influencia o desenvolvimento desses movimentos (DELLA PORTA & RUCHT, 1995); 3) a *configuração de poder*, definida como a distribuição de poder entre os diferentes atores no sistema de partidos ou grupos de interesse, desempenhando também um papel crucial na forma como os conflitos se desenrolam e nos resultados que são alcançados. Muitos movimentos sociais estabelecem conexões especiais com partidos políticos ou famílias de partidos. Essas conexões são fundamentais para entender as oportunidades políticas (KRIESI, 1989, 2004).

Com efeito, ao longo dos anos o conceito de *estrutura de oportunidades políticas* se tornou central para as interpretações da interação entre atores institucionais e não institucionais. Isso levando em consideração o decorrer de determinado período histórico, assim como o surgimento de ciclos de protestos e mobilizações. De fato, quando olhamos para as primeiras definições sobre o conceito de estrutura de oportunidades vemos preocupações que olhavam para mudanças que poderiam causar rupturas repentinas no sistema. Isso devido ao fato de que as formulações estavam sempre ligadas à compreensão dos processos de formação do Estado-nação. Neste processo os pesquisadores focaram seus estudos nos aspectos mais voláteis das oportunidades políticas os quais geravam certas *janelas de oportunidades* que encorajavam os atores coletivos a formarem ou se engajarem em torno de um movimento de protesto (GIUGNI, 2011, p. 272).

Por outro lado, podemos ver também como as oportunidades políticas têm sido enxergadas a partir da atenção dada às dinâmicas de vários atores dentro de processos simbólicos duradouros, atuando a partir de campos de ação complexos. Nesse ponto os pesquisadores examinaram os aspectos mais estáveis das oportunidades políticas e tentaram explicar as diferenças nas formas, nos níveis e nos resultados dos movimentos sociais e das atividades de protesto, sobretudo entre países. Assim, o que importa não é apenas até que ponto os movimentos sociais enfrentam um ambiente institucional aberto ou fechado, mas também até que ponto as suas reivindicações e identidades se relacionam com os discursos predominantes no domínio público (GIUGNI, 2011, p. 275).

A abordagem do *processo político* foi muito criticada por focar demais na estrutura e não identificar os mecanismos intermediários entre estruturas amplas e ação. Uma dessas críticas se dirige principalmente ao fato de que esse tipo de abordagem não dá importância à dimensão cultural, ignorando a capacidade dos temas dos movimentos ressoar com valores culturais (GOODWIN e JASPER, 2004; POLLETTA, 2004). Koopmans e Statham (1999, p. 228) introduziram o conceito de *estrutura de oportunidade discursiva* (*Discursive Opportunity Structure* - DOS) com o propósito de identificar ideias na cultura política mais ampla que são

percebidas como "sensatas", "realistas" e "legítimas". A presença dessas ideias facilitaria a aceitação de formas específicas de construção de narrativas para a ação coletiva, as quais estariam alinhadas com os elementos ideacionais já existentes. A noção de *estrutura de oportunidade discursiva* proporcionou aos estudos dos movimentos sociais uma ferramenta conceitual para compreender quais molduras de movimento social têm certa capacidade de mobilizar, tanto pessoas já engajadas, quanto novos adeptos, e persuadir o público acerca das demandas do movimento e influenciar as autoridades a ajustarem políticas e práticas conforme a agenda do movimento¹⁰.

No geral, compreendemos que essas compreensões abordam uma leitura das condições que possibilitam o aparecimento de *momentos de mobilização*, destacando os efeitos de oportunidades específicas no surgimento de movimentos de protesto. Neste sentido, o conceito de *estruturas de oportunidades políticas* busca apreender as dimensões ou características do sistema político – em especial sua dimensão institucional, mas não apenas essa – que podem “facilitar” ou “constranger” a mobilização coletiva dos grupos sociais e a formação de agentes coletivos (TARROW, 2009, 1996; MCADAM, 1996). Não obstante, Tarrow (2009) compreende que a estrutura de oportunidades políticas são sinais consistentes (não permanentes, formais ou nacionais) a atores sociais e políticos que os encorajam ou desencorajam a ativar recursos para produzir ação coletiva.

Diversas pesquisas procuraram delinear tanto os componentes culturais quanto institucionais das *estruturas de oportunidade discursiva* entendendo que os ativistas consideravam o alinhamento de seus esforços de enquadramento com crenças generalizadas e

¹⁰ Benford & Snow (2000) destacaram que os processos de enquadramento, juntamente com a mobilização de recursos e os processos de oportunidade política, são dinâmicas centrais para entender os movimentos sociais. Eles argumentaram que os processos de enquadramento passaram a ser considerados essenciais para moldar o caráter e o curso dos movimentos sociais. A conceitualização das oportunidades discursivas procura integrar teorias relacionadas ao enquadramento de movimentos sociais (*frames*) e à estrutura de oportunidade política. A teoria do enquadramento, isoladamente, mostra-se limitada em sua capacidade de elucidar o porquê de algumas molduras de ação coletiva alcançarem maior sucesso do que outras. Por sua vez, a teoria da oportunidade política, ao destacar oportunidades político-institucionais para a mobilização eficaz do movimento, tende a negligenciar as dinâmicas culturais que desempenham um papel crucial nos desdobramentos do movimento. As *estruturas de oportunidade discursiva* evidenciam que elementos culturais no contexto mais amplo podem facilitar ou restringir a eficácia do enquadramento do movimento social. Embora o termo "estrutura de oportunidade discursiva" tenha sido introduzido no final da década de 1990, a ideia por trás dele existia há algum tempo. Snow e Benford (1988) descreveram várias circunstâncias nas quais um enquadramento ressoará (*frame resonance*) com o público-alvo. Isto é, como a centralidade dos valores ou crenças de determinado enquadramento no decorrer da dinâmica de algum movimento social adequava-se a um quadro referente às experiências do mundo real do público em geral. Da mesma forma, foram encontradas situações nas quais existiam "oportunidades culturais em expansão" que poderiam suscitar tipos específicos de esforços de enquadramento entre os ativistas (MCADAM, 1994), assim como o reconhecimento do lado cultural de estruturas de oportunidade (GAMSON e MEYER, 1996) em diálogo com o conceito de "campos discursivos" enquanto um papel privilegiado de crenças e valores hegemônicos no contexto mais amplo (STEINBERG, 1999).

valores fundamentais na população em geral enquanto um componente cultural¹¹. Ao mesmo tempo, esses ativistas navegavam no terreno estruturado de instituições-chave para ajudar a definir o discurso na esfera pública (FERREE *et al*, 2002). Outros estudos destacaram o papel crucial da mídia de massa e das funções de controle dos editores e jornalistas (KOOPMANS e OLZAK, 2004; GAMSON, 2004), assim como outros aspectos referentes a importância dos debates públicos sobre leis e direitos legais e as maneiras pelas quais os atores dos movimentos muitas vezes precisam invocar construções legais e negociar com instituições legais o seu trabalho discursivo (FERREE, 2003). Por sua vez, alguns estudos destacaram como a complexidade das oportunidades discursivas pode gerar a necessidade de lidar, por parte dos ativistas, com múltiplos discursos públicos dominantes, os quais conflituam com mensagens sobre a formulação das reivindicações por mudança social (MCCAMMON *et al*, 2007) e como alguns discursos são amplamente utilizados pelos ativistas para explorar poderosas correntes emocionais (BROER e DUYVENDAK, 2009). Adiante, Saatcioglu & Carl (2011) também enfatizaram a importância da *estrutura da oportunidade discursiva*, afirmando que ela reformula insights fundamentais sobre disputas de enquadramento em conjunto com aqueles sobre estruturas de oportunidade política.

Com efeito, podemos compreender que os conceitos de *estrutura de oportunidade política* e *estrutura de oportunidade discursiva* são cruciais para o entendimento da dinâmica dos movimentos sociais. A *estrutura de oportunidade política* referindo-se às características de um sistema político que afetam positivamente os movimentos sociais e a *estrutura de oportunidade discursiva* como um conjunto da estrutura de oportunidades que se ergue a partir de estruturas culturais que capacitam e limitam os atores do movimento. Enquanto a *estrutura de oportunidade política* se concentra nas oportunidades institucionais e políticas disponíveis para os movimentos sociais, a *estrutura de oportunidade discursiva* enfatiza o papel do discurso público e dos processos de enquadramento na formação das oportunidades para a mobilização social.

¹¹ Em alguns estudos recentes podemos observar, por exemplo, uma relação de complementariedade entre a estrutura de oportunidade política e a estrutura de oportunidade discursiva, averiguando quais fatores político-culturais ou simbólicos que determinaram as ideias e articulações a respeito das formas como a visão da política climática e energética finlandesa de base tecnológica foi construída, especificada e contestada no debate nacional sobre política energética Teräväinen (2010). Wahlström e Törnberg analisaram o papel do discurso público em relação à violência radical de direita e utilizaram a noção de oportunidades discursivas no intuito de mapear os mecanismos pelos quais as atividades online nas redes sociais podem contribuir para a violência política de direita. Os autores elaboraram três mecanismos através dos quais as atividades nas redes sociais podem afetar a incidência da violência: a) ter uma estrutura de oportunidade discursiva cada vez mais coproduzida, b) a ocorrência de uma dinâmica intergrupal em grupos de movimento e redes translocais, e c) compartilhamento de informações práticas e atividades de coordenação (WAHLSTRÖM & TÖRNBERG, 2019). Os autores argumentaram que entender o papel do discurso público é crucial para compreender a dinâmica da violência radical de direita.

Em resumo, enquanto a estrutura das oportunidades políticas se concentra nas oportunidades institucionais e políticas disponíveis para os movimentos sociais, a estrutura das oportunidades discursivas enfatiza o papel do discurso público e dos processos de enquadramento na formação das oportunidades para a mobilização social. Ambos os conceitos são essenciais para entender a dinâmica dos movimentos sociais, com a estrutura das oportunidades políticas destacando fatores institucionais e políticos, e a estrutura das oportunidades discursivas enfatizando o papel do discurso público e dos processos de enquadramento. Neste sentido, um dos objetivos desse capítulo será observar a construção desse movimento duplo entre estrutura de oportunidade política e estrutura de oportunidade discursiva enquanto um conjunto de condições que possibilitaram a ação coletiva nesses momentos¹². Tentaremos, por sua vez, trazer algumas condições estruturais nas quais se desenvolveram esses ciclos de protestos no Brasil durante os três momentos aqui analisados. Assim identificaremos elementos que nos permitem lançar um entendimento dos condicionantes e da dinâmica dos ciclos de protestos aqui analisados.

2.1 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS EM CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL REDEMOCRATIZADO

Rodrigues (1993, 1999a, 2001) ao tratar sobre o processo político que envolveu as Diretas Já, nos chamou grande atenção a partir da seguinte pergunta: como conceituar a mobilização política da sociedade em um *contexto de ampliação da arena política*? Para Rodrigues, ao tentar entender as questões que envolvem os fenômenos de mobilização política é preciso elencar elementos que nos permitam compreender como esses processos políticos surgem em momentos de *conjunturas fluidas*¹³. Sabemos que o trabalho de conceituação e

¹² Neste sentido, a estrutura de oportunidades políticas representa um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais. Não existe uma fórmula simples para prever o surgimento do confronto, não só porque a especificação dessas variáveis muda em diferentes circunstâncias históricas e políticas enquanto fatores que podem variar em direções opostas àquilo que se espera. Aqui, concordamos com Tarrow (2008, p. 39), quando entende que essas oportunidades e restrições políticas proporcionam aberturas que conduzem atores com poucos recursos a se engajar no confronto político. Se o confronto resulta ou não em movimentos sociais depende de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização.

¹³ Nos termos de Dobry (2005) as *conjunturas fluidas* são caracterizadas por um processo de *dessetorização conjuntural do espaço social*. De acordo com o autor, esse processo é marcado por: 1) uma *redução da autonomia* dos setores em que há a ocorrência de jogadas transeitoriais das quais as mobilizações tendem a ser mais portadoras; 2) a *abertura dos espaços de confronto* com uma forte mobilidade de pautas que passam a ser elementos importantes para as táticas dos atores e a eficácia dos recursos localizados no jogo e nos setores; e 3) a *evasão dos cálculos* que ocasiona a diminuição da autorreferência dos atores (DOBRY, 2014, p. 106-108). A dessetorização,

análise sobre o tema das oportunidades políticas é extenso (CHENOWETH & ULFELDER, 2015) e não pretendemos esgotá-lo aqui. Entendemos que, dentro do recorte que queremos desenvolver, elencar alguns desses elementos pode ser mais produtivo, em termos heurísticos, sobre a eficácia e força desse conceito em tentar lidar com a realidade aqui estudada. Assim, nossa perspectiva se aproxima também das leituras de Chenoweth e Ulfelder (2015, p. 2) que, ao tratar das *revoltas generalizadas não violentas*, existem vários fatores que nos permitem enxergar um conjunto de relações, anteriores e subsequentes, e que, considerados do ponto de vista estrutural, esses eventos podem gerar mudança na vida política de várias sociedades, e isso, de alguma maneira, justifica nossa tentativa de explicá-los. Assim, utilizaremos aspectos marcantes para compreender os momentos aqui trabalhados como elementos que julgamos importantes na construção do nosso quadro analítico. Desta maneira, será dada atenção aos aspectos que marcam as estruturas de oportunidades políticas no desenvolvimento das dinâmicas de mobilização nesses momentos.

Na abordagem das oportunidades políticas existem diversos mecanismos analíticos que nos permitem enxergar as estruturas de oportunidades políticas. Chenoweth e Ulfelder (2015) apontam para elementos importantes em cada uma das teorias que dão respaldo a esse tipo de análise. Os autores se enveredam em torno de modelos estatísticos para explicar o surgimento de oportunidades políticas, contrastando-os com análises, principalmente, de longo prazo¹⁴. O importante destacar é que na tentativa de construir um quadro referencial sobre o tema, Chenoweth e Ulfelder (2015) procuram observar como diferentes teorias permitem

sob esses três aspectos, é a marca de determinado fenômeno de crise política enquanto *conjuntural*. Para o autor, são características desses processos aberturas que ocorrem nos sistemas rotineiros que permitem que os atores *desfiram jogadas* dentro da dinâmica do processo político. Para Dobry, as arenas abertas nos processos de dessetorização conjuntural faz com que os elementos dispostos na conjuntura tomem decisões de acordo com as circunstâncias de determinado momento. Assim, explicar a ação coletiva nesses momentos está também em decifrar para onde os atores estão apontando suas ações. Em termos heurísticos, as formulações de Dobry permitem enxergar as ações coletivas não como processos inexoráveis e inevitáveis, mas como pertencentes ao campo do contingencial.

¹⁴ O objetivo do trabalho dos autores é avaliar se diferentes modelos teóricos dentro das oportunidades políticas – a abordagens de queixa, teoria da modernização, teoria da mobilização de recursos e abordagens de oportunidade política – são úteis para explicar o início de grandes levantes não violentos. Os autores utilizam-se de regressão logística e validação cruzada para comparar o poder preditivo dos quatro modelos, apontando indicadores estruturais disponíveis para quase todos os países do mundo por pelo menos algumas décadas. Para os autores, o início de episódios maximalistas não violentos, definidos como séries de eventos coordenados e propositais de pelo menos 1.000 participantes que buscam a remoção do governo incumbente, a secessão ou a remoção de uma ocupação estrangeira, pode ser mais bem explicado pelo modelo de oportunidade política, cujos trabalhos têm melhor desempenho. Embora as abordagens de queixa (*grievance*) e mobilização de recursos também tenham algum poder explicativo. De acordo com os autores, é possível dizer que todos os modelos podem produzir resultados mistos, sugerindo maior ênfase na agência sobre a estrutura na explicação desses episódios. Nosso entendimento é que a partir dessa constatação poderemos melhor explicar os momentos aqui estudados a partir de uma concepção mista e heurística da utilização desses conceitos com certa ênfase nos aspectos interativos desses eventos, sobretudo, levando em consideração a construção das estruturas de mobilização em cada um desses momentos.

enxergar a influência das condições necessárias para produzir determinados fenômenos de mobilização. Na figura abaixo encontra-se o quadro analítico composto pelos autores.

Quadro 3 – Uma Comparação de quatro teorias estruturais básicas da mobilização

<i>Concept</i>	<i>Expected effect on mobilization</i>	<i>Indicator</i>	<i>Source</i>
<i>Grievance model</i>			
<i>Discrimination</i>	+	Any state-led discrimination	PITF
<i>Repression</i>	±	(CIRI's physical integrity index)	CIRI
<i>Leader's tenure</i>	quadratic	Leader's years in office, logged	PITF
<i>Poverty</i>	+	Infant mortality rate relative to annual global median	PITF
<i>Inflation</i>	+	Consumer price index	World Bank (2013)
<i>Economic growth</i>	-	Year to year percentage change in real GDP per capita	World Bank (2013)
<i>Salient elite ethnicity</i>	+	Elite ethnicity is politically salient	PITF
<i>Resource mobilization model</i>			
<i>Urbanization</i>	+	Urban population (0–100 percent), imputed	World Bank (2013)
<i>Youth bulge</i>	+	15–24-year-olds as percentage of total population	World Bank (2013)
<i>Organizational capacity</i>	+	Sum of strikes (logged)	Banks and Wilson (2013)
<i>Organizational learning</i>	+	Sum of riots and demonstrations (logged)	Banks and Wilson (2013)
<i>Regional contagion</i>	+	Onsets of nonviolent campaigns in same region (logged)	Chenoweth (2015)
<i>Carrying capacity</i>	+	Any ongoing nonviolent campaign in country	Chenoweth (2015)
<i>Civil war</i>	±	Any ongoing civil war	PITF
<i>Modernization model</i>			
<i>Urbanization</i>	+	Urban population (0–100 percent), imputed	World Bank (2013)
<i>Industrialization</i>	+	Manufacturing and services as percentage of GDP, imputed	World Bank (2013)
<i>Education</i>	+	Secondary school enrollment rate, imputed	World Bank (2013)

<i>Communication</i>	+	Mobile phone subscriptions per 100 people, logged	World Bank (2013)
<i>Trade liberalization</i>	+	GATT/WTO member	Authors' coding
<i>Political opportunity model</i>			
<i>Country age</i>	+	Country age in years, logged	Author calculations
<i>Post-cold war period</i>	+	Year is after 1991	Author calculations
<i>Commitment to human rights</i>	+	State is signatory to ICCPR first Optional Protocol	Author calculations
<i>Election year</i>	+	Binary indicator for any executive, legislative, or constituent assembly elections during year	NELDA and author calculations
<i>Democracy</i>	+	Binary indicator based on two polity component variables	Marshall, Jaggers, and Gurr (2013)
<i>Democratic election year</i>	+	Interaction between democracy and election year	Author calculations
<i>Post-cold war election year</i>	+	Interaction between post-Cold War and election year	Author calculations
<i>State adherence to civil liberties</i>	± quadratic	Civil liberties index, as factor	Freedom House
<i>Regime durability</i>	-	Years since most recent regime change, logged	Marshall, Jaggers, and Gurr (2013)
<i>Regime instability</i>	+	Count of coup activity in past five years, logged	Center for Systemic Peace

Fonte: Chenoweth e Ulfelder (2015)¹⁵

Note que os efeitos de cada indicador em cada contexto podem nos dar importantes considerações sobre o fenômeno da mobilização em massa. Além do que, determinados indicadores apresentam impacto positivo e, ao mesmo tempo, negativo sobre os fenômenos de mobilização. No entanto, ainda que o estudo dos autores se utilize de um modelo estatístico significativo de análise, nossa pretensão é de nos apoiar nos possíveis insights heurísticos que

¹⁵ Um sinal de + indica que o efeito esperado é positivo. Um sinal de - indica que o efeito esperado é negativo. CIRI = Cingranelli-Richards. De acordo com Chenoweth e Ulfelder (2015, p. 23), alguns autores sugerem que essa abordagem é tanto tautológica quanto não falseável, uma vez que implica que o fracasso de um movimento é causado por habilidades insuficientes para vencer. Tal determinação só pode ser feita *post hoc*, e é impossível especificar com antecedência quais habilidades são necessárias para o sucesso; GATT = Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; PIB = produto interno bruto; ICCPR = Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; NELDA = Eleições Nacionais em Democracias e Autocracias; PITF = Força-Tarefa de Instabilidade Política; OMC = Organização Mundial do Comércio.

esse sumário nos fornece. Assim, quero chamar a atenção para o fato de que além do modelo de oportunidades políticas ser importante para pensar o estudo aqui apresentado, ele não se esgota para compreender todos os fenômenos de mobilização em sua totalidade. Cada momento possui particularidades históricas e contingenciais que influenciam o decorrer dos fatos. Entretanto, tais indicadores podem nos fornecer pistas dos motivos dessas mobilizações.

Neste sentido, quero chamar a atenção para determinadas condições sobre as quais os fenômenos aqui estudados venham a aparecer. Primeiramente, quero trabalhar com o que venho a chamar de *condições políticas estruturais e institucionais*, em que podemos observar que esses momentos possuem certas *estruturas de oportunidades* na qual constroem-se processos de mudança estrutural, seja a nível institucional do Estado, como a nível da sociedade, com certa atenção aos processos de mudança no ativismo social e nas formas de mobilização. Esses processos envolvem elementos de organização dos processos associativos, assim como fenômenos de democratização das relações Estado-sociedade, com suas respectivas controvérsias.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção para as *condições discursivas* de construção desses momentos. Faço alusão aqui ao termo *estrutura de oportunidades discursivas* como um *conjunto de estruturas discursivas* que possibilitam a ação coletiva. Não quero fazer alusão ao termo repertório, dado que sua representação conceitual requer um entendimento mais alargado dos processos políticos, tomados em sua amplitude temporal. E aqui nota-se uma certa importância posterior ao trabalhar a ideia de narrativa como elemento cultural na construção de uma estrutura de mobilização, dado que sob repertórios diferentes uma mesma narrativa pode ganhar nuances específicas. Assim, as estruturas de oportunidades discursivas imprimem um aspecto cultural à dinâmica das mobilizações, dando atenção à agência coletiva nos processos de contestação pública. Ainda que essa determinação seja um tanto quanto nebulosa, quero atentar-me para a importância da construção dos processos de criação de alguns quadros interpretativos (*frames*) nesses momentos.

Assim, no intuito de compreender essas conjunturas fluídas algumas perguntas se tornam prementes: sob que circunstâncias a ação coletiva irrompe e quais as condições discursivas de sua manutenção? Entendo que o conjunto da estrutura de oportunidades políticas dá sustentação aos processos de contestação na medida em que levamos em consideração questões estruturais de sua construção. E aqui a construção de mecanismos sociais e institucionais são importantes na configuração desses momentos. Por outro lado, esses momentos ganham força e magnitude à medida em que os processos ocorrem em determinado momento conjuntural. Desta maneira, lançar mão de configurações estruturais na explicação

desse fenômeno é nosso objetivo nesse capítulo, entendendo que as questões que envolvem a mobilização não se esgotam nessa compreensão, mas oferecem pistas de como interpretar determinado fenômeno.

2.2 CICLO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO BRASIL (1970-2015)

Antes de tudo, é preciso que levamos em consideração diversas questões que engendram estruturas de oportunidades políticas a cada um dos momentos aqui analisados. Algumas dessas estruturas ocorrem a longo prazo, outras podem ser momentâneas. Por conseguinte, alguns desses momentos podem possibilitar o surgimento de determinadas janelas de oportunidades. Entendemos, que no estudo das oportunidades políticas as questões as quais trabalhamos acima trazem grandes contribuições ao objeto ao nosso objeto de estudo. Entretanto, empreendemos também que devido ao caráter dinâmico dos processos aqui analisados temos que desviar os nossos olhos para questões que se apresentam no decorrer de determinado fenômeno. Neste sentido, há estruturas que se repetem ao longo de determinado, assim como houve estruturas de oportunidades políticas que permaneceram por um período relativamente grande sem se manifestar, ou que poderiam ser novas, de acordo com as contingências dos momentos aqui analisados.

Neste sentido, pretendemos trabalhar com algumas questões referentes às oportunidades políticas que foram geradas em torno da dinâmica desses processos. Primeiramente, focalizaremos na dinâmica da participação no Brasil ao longo dos últimos anos, sobretudo evocando a centralidade das aberturas democráticas em torno da Constituição de 1988. Entendemos que nestes momentos produziu-se uma estrutura de oportunidades políticas que transita entre a participação autônoma e a institucionalização com consequente crise da participação no Brasil. Essa crise está ligada ao deslocamento da participação de setores mais tradicionais na política contestatória brasileira, para a entrada de novos atores sociais, tanto do campo da esquerda, quanto do campo da direita.

Sobre a questão da participação e sua reconfiguração há, em um primeiro momento, o resultado de um processo de mobilização autônoma na sociedade. Em um segundo momento a institucionalização juntamente com a expansão das temáticas em torno dos movimentos identitários, e isso gera uma dificuldade de absorção por parte da política institucional. Um terceiro momento é que essa pulverização de pautas cria um campo de mobilização à direita que se aproveita das contingências do momento e que encontra respaldo no sistema político.

Em um segundo momento, serão trabalhadas as estruturas de oportunidades política a partir do contexto político no qual se inserem essas manifestações. Em 1992 as manifestações contra Collor correram em um contexto de redemocratização e isso imprimia certo valor no imaginário societal em torno de diversas questões ligadas à ética na política. Sabemos que nos ciclos de 2013 e 2015 as manifestações ocorreram sob a presença de um mesmo partido no governo. Isto é, as manifestações tiveram como principal alvo o governo da presidente Dilma Rousseff. No decorrer desses dois ciclos – 2013 e 2015 – há um momento de mobilização em torno das eleições de 2014 com a eleição de um congresso reconfigurado, ainda que a coalizão vencedora garantia certa governabilidade ao mandato da presidente Dilma Rousseff. Neste contexto, o desgaste temporal do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo, juntamente com diversas questões ligadas a acusações de corrupção possibilitou a construção de um imaginário contra o PT e, conseqüentemente, contra o governo de Dilma Rousseff.

Por fim, e levando em consideração todo o contexto político de desenvolvimento desses ciclos, daremos também atenção às estruturas de oportunidades discursivas. A partir de processos de que se construíram na dinâmica desses momentos por meio da participação de setores ligados à mídia e veículos de comunicação. Entendemos que o papel desempenhado pelos meios de comunicação em massa, tanto quanto das redes sociais enquanto um fenômeno recente na sociedade, imprimem um caráter de massa nesses processos ao direcionar esforços para a centralidade de determinados temas para a população.

Por fim, argumentamos que a dinâmica de construção de uma estrutura de oportunidades políticas se faz a partir de três categorias que se sustentam em torno desses ciclos. Essas categorias, a saber, remetem: 1) ao campo da participação social juntamente com os mecanismos de abertura democrática; 2) ao campo político que define as articulações do sistema político-institucional e sua capacidade de engendrar processos de abertura ou fechamento institucional; e 3) ao campo do discurso que define as orientações e os impactos que serão gerados nas narrativas evocadas em cada momento. Está certo que as ações em cada um desses campos estruturais vão depender do conjunto de interações possíveis entre sistema político e sociedade. No entanto, nossa compreensão parte do pressuposto de que essas três estruturas acionadas durante determinado contexto produzem ciclos de protestos em grande escala.

2.2.1 Depois da transição: oportunidades políticas e discursivas no Fora Collor

Uma das questões que chama a atenção sobre as oportunidades políticas nesses momentos gira em torno do fato de que o acúmulo de condições estruturais de mudança social implica na transformação desses momentos em espaços de disputa. Isto é, sistemas sociais e políticos em processos de mudança acabam moldando o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, moldam as oportunidades e restrições para a ação individual e coletiva (Tilly, 1984). Neste sentido, entendemos que a mobilização em manifestações de massa leva em consideração a ampliação dos espaços de disputa proveniente, também, de processos de desenvolvimento social que são anteriores, mas que abrem o campo de ações em *momentos conjunturais fluidos*. Quando olhamos para o caso do Fora Collor, um conjunto de condições de desenvolvimento social e crescimento econômico criaram um ambiente em que a disputa em torno dos elementos de manutenção dos direitos sociais em uma ordem constitucional se fazia como elemento importante de não retrocesso ao passado ditatorial.

Em segundo lugar, as manifestações contra o governo Dilma em junho de 2013 apareceriam como tentativas de resguardar conquistas sociais, ainda que isso significasse uma crítica aos diversos problemas ocasionados pelas relações entre poder público, crescimento econômico e desenvolvimento social. Ao desenvolver elementos críticos às situações e à chegada de determinados grupos políticos à esfera pública, o espaço de debate se alargaria em torno das disputas sobre a orientação do processo político. Isso se desenvolveria a partir da entrada de novos grupos sociais com perfis relativamente diferentes, sobretudo no final das manifestações de junho de 2013 e, conseqüentemente, nas mobilizações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff.

De acordo com Luna e Klein (2014a, p. 67-68) medidas adotadas ainda durante o período de Getúlio Vargas tiveram consequências marcantes e duradouras na sociedade brasileira. Os governos que o sucederam aprofundaram muitas de suas políticas, mas enfrentaram reivindicações das novas classes médias urbanas e a radicalização dos movimentos operários. Conseqüentemente, a ditadura militar, além de apresentar uma fase de profundas mudanças sociais – com rápida industrialização e urbanização – provocou um intenso processo de mobilidade social da história brasileira, com o surgimento de uma elite industrial e gerencial, um cenário de intensas migrações e com rápido e desordenado crescimento das regiões metropolitanas. A transformação do Brasil em uma sociedade predominantemente urbana, com oportunidades surgidas nos centros urbanos, em decorrência do fenômeno clássico de atração e expulsão da população do campo, ampliava também as desigualdades sociais e representou

outra característica fundamental do período militar que se manifestou seus impactos sociais na estrutura de oportunidades políticas que conduziram ao processo de abertura democrática junto do o movimento das Diretas Já! e o processo constituinte de 1987-1988.

Decerto, os governos militares, pela necessidade de melhorar a qualidade da mão de obra, e como forma de obter o apoio da classe média emergente, promoveram também um forte aumento na oferta de educação primária e secundária, e expandiram o ensino técnico e tecnológico de forma significativa, ainda que com suas contradições¹⁶. Podemos observar que ocorreram transformações dramáticas na estrutura demográfica da população brasileira com consequências na mobilidade social. O aumento da escolaridade exerceu profundo impacto sobre a alfabetização¹⁷ e a ampliação do ensino secundário e superior ganhou nuances a serem destacadas, como aumento do percentual de crianças de 5-9 anos de idade que frequentavam a escola primária, de 73% em 1960 para 89% em 1968. Em 1985 aproximadamente 79% das crianças de 5-14 anos estavam matriculadas na escola primária. Os 3 milhões de estudantes do ensino secundário representavam mais de 22% de todos os estudantes de 15-19 anos, contra 12% em 1972. Entre 1963-1984 o número de professores do ensino secundário duplicou, passando de cerca de 121 mil para 215 mil, e as matrículas aumentaram de 1,7 milhão para 3 milhões. Ainda que em 1963, 60% dos alunos desse nível de ensino estivessem matriculados em escolas secundárias privadas, em 1984 a situação se alterara radicalmente, pois 65% das matrículas no ensino secundário ocorreram nas escolas públicas (LUNA & KLEIN, 2014a, p.69). Essa expansão se torna importante no quadro geral da configuração do ativismo estudantil mobilizado anos depois pelos movimentos secundaristas no período Collor.

Concomitantemente, os investimentos em ciência e tecnologia foram relevantes na configuração da estrutura universitária brasileira. O Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (Funtec) em 1964; a implementação da indústria aeroespacial e de computadores; a ampla reforma universitária de 1968¹⁸ e a estrutura de formação em três níveis (graduação, mestrado

¹⁶ Ver: Carlos, N. L., Cavalcante, I., & Neta, O. (2018). **A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR: O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E SUAS CONTRADIÇÕES (1964-1985)**. *Revista Trabalho Necessário*, 16(30), 83-108. Assim como: CUNHA, L. A. **Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura**. Cadernos de Pesquisa, v. 44, n. 154, p. 912-933, out. 2014.

¹⁷ Em 1940, apenas 38,4% da população era alfabetizada; em 1950 esse percentual continuava baixo, 42,7%. Em 1970, os alfabetizados representavam $\frac{2}{3}$ da população, e em 1980 atingiam 74%. De alguma maneira, o aumento da escolaridade exerceu um profundo impacto sobre a alfabetização e isso passaria a entrar na conta da participação política ao tratar sobre as questões referentes ao processo constituinte de 1988.

¹⁸ A ampla reforma universitária foi propiciada por um movimento paradoxal da política de modernização no período da ditadura permeada por uma tipologia resistência x colaboração. Neste sentido, elas operaram também como alvo de um projeto modernizador autoritário cujo papel tem na preparação das elites administrativas de tecnólogos e cientistas, mas que tinha também sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais. Ainda que a infraestrutura universitária e os recursos para pesquisa e pós-graduação tenham

e doutorado); a criação, pelo governo de São Paulo, da Universidade de Campinas (Unicamp); o surgimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB), a expansão do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além do fortalecimento dos centros de pesquisa mostraram também, a expansão lenta, mas persistente do ensino universitário.

Está certo que a relação entre governo e comunidade científica nem sempre foi pacífica no período militar. Muito cientistas foram perseguidos, aposentados compulsoriamente e exilados. Sobretudo quando falamos às perseguições agressivas às áreas das ciências humanas. Paradoxalmente, o poder autoritário construído para expurgar as esquerdas e manter a ordem social, foi utilizado para alavancar os projetos modernizadores, removendo obstáculos e impondo caminhos escolhidos pelos núcleos tecnocratas da política e da sociedade (Motta, 2014, p. 49). Esse movimento se conectava à necessidade de angariar esforços para a consolidação do crescimento econômico na tentativa político-ideológica de expurgar a coligação de forças entre esquerda e alguns grupos nacionalistas que surgiram com propostas de reformas estruturais no período pré-1964.

A construção, em termos ideológicos e estruturais, de uma sólida base industrial como núcleo essencial da política de governo durante a ditadura também pode ser elencada enquanto um importante instrumento de compreensão das oportunidades políticas surgidas a partir da mudança social. A reorganização do mercado financeiro e de capitais, a formação de fundos compulsórios de poupança, a manipulação de amplo conjunto de incentivos e subsídios, estímulo à produção agrícola, controle de preços e arrocho salarial representavam meios amplamente utilizados para fortalecer o crescimento da indústria. Isso dava impulso ao projeto modernizador autoritário. O regime necessitava de legitimidade política e a única forma de obtê-la era pelo crescimento econômico, ainda que esse crescimento se fizesse às custas da não distribuição de renda. A consequência dessas ações propiciou o crescimento rápido com certa alteração na estrutura econômica e profundas consequências sobre a mobilidade social. Ao mesmo tempo, ampliava as desigualdades sociais e intensificava as disparidades regionais com o discurso de que o elevado grau de desigualdade na distribuição de renda era fenômeno transitório, causado pelo processo de crescimento (LUNA & KLEIN, 2014, p. 81).

aumentado significativamente no Brasil, seu crescimento foi, deveras, atabalhado e precário, sobretudo quando este mesmo crescimento entra em crise com o esgotamento da expansão econômica do regime militar nos anos 1980 (Motta, 2014, p. 54). Neste sentido, a reforma universitária da ditadura foi um processo marcado por paradoxos e impulsionado por forças heterogêneas. O conflito, assim, era permeado pela tentativa de democratização da política e da sociedade via estrutura universitária *versus* o objetivo de conectar as universidades ao desenvolvimento tecnocrata e autoritário.

Nesse interim, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento populacional de sua história¹⁹. A estrutura demográfica sofreu as consequências do rápido crescimento econômico na mobilidade social. O período ficou conhecido como “milagre econômico”, mas às custas de sua ocorrência na fase mais autoritária do regime. A fórmula muito conhecida “de fazer o bolo crescer para distribuir” se encontrava em um contexto adverso: uma política de crescimento e modernização *versus* a dependência econômica contextual e as decorrentes vulnerabilidades a possíveis alterações no cenário internacional. Neste sentido, a opção brasileira por manter o elevado nível da sua atividade econômica produziu forte déficit nas transações correntes, financiado por recursos externos ainda abundantes. A dívida externa se multiplicou por quatro durante esse período e as taxas internacionais de juros subiram pelos anos seguintes afetando a maior parte da dívida externa brasileira que se baseava nos juros flutuantes²⁰.

A construção de uma relação complexa entre esses dois vetores criou distorções na economia em virtude de uma política econômica que visava o aumento da oferta interna de insumos básicos reduzindo a dependência das importações. Consequentemente, a abundância de capital externo proveniente da reciclagem de recursos gerados pelos países exportadores de petróleo possibilitava seguir caminho pelo endividamento externo. Esse cenário produziria um crescimento em termos de sociedade, mas com um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos que tentariam ser remediados no decorrer dos anos seguintes.

Com efeito, as profundas mudanças ocasionadas na área da educação, da demografia, da mobilidade social e geográfica, juntamente com as mudanças institucionais, em particular na esfera econômica, que tiveram expressiva atuação na aceleração das transformações sociais que já ocorriam dentro da sociedade brasileira. Entretanto, no final dos anos 1980 o impacto da

¹⁹ Como analisado por Luna e Klein (2014a, p. 70) essa taxa de crescimento pode ser explicada por um conjunto de fatores que se concatenaram em uma mudança no padrão da taxa de fecundidade modificando as bases da pirâmide etária da população brasileira. Apesar da redução no número de filhos houve também um declínio na mortalidade infantil, decorrente de questões institucionais como a unificação dos inúmeros Institutos de Aposentadoria e Pensões (INPS) e as reformas institucionais que permitiram a expansão do sistema de saúde pública, com crescimento das internações hospitalares e implantação dos programas nacionais de vacinação infantil. De alguma maneira, as reformas mais institucionais permitiram uma pequena homogeneização da pirâmide etária que configurou um número maior de pessoas em idade economicamente ativa como um contingente grande na cena demográfica brasileira. Esse fator se repetiria nos anos seguintes, sobretudo com a influência da criação do Sistema Único de Saúde e as reformas descentralizadoras realizadas após o fim do regime militar.

²⁰ A partir de 1979, após o fim do governo Geisel, o apoio estatal conferiu ao núcleo industrial brasileiro uma estrutura completamente integrada, com um amplo setor de produção de bens de capital. O Brasil passou a possuir um dos maiores complexos industriais entre os países em desenvolvimento. O país passou a conviver nesse período com uma taxa de crescimento anual superior a 6%, mas com um forte déficit nas transações correntes, financiado por recursos externos. O aumento da dívida passou de 17% para 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e as taxas de juros ultrapassaram os 10% em 1979. Como decorrência, o serviço anual da dívida externa, inferior a US\$ 1 bilhão em 1973, ultrapassou os 5 bilhões em 1979 e dobrou em 1981 (LUNA & KLEIN, 2014b, p. 93).

crise da dívida externa que afetaria grande parte dos países latino-americanos, o governo se viu na necessidade de tomar medidas drásticas na absorção interna, com medidas recessivas executada por meio de política monetária restritiva (controle da expansão do crédito, em especial para o setor público, aumento da taxa de juros), além de corte nos gastos públicos e diminuição da demanda de consumo, pelo controle dos salários e aumento da tributação sobre renda.

Ao final dos anos 1980 o cenário brasileiro era marcado por uma crise que extrapolava o âmbito econômico. O novo governo democrático que assumiria o Brasil em março de 1985 encontraria um país endividado, enfrentando problemas externos e assolado por uma inflação galopante. Além do mais, a instabilidade política condicionada por uma situação econômica muito restritiva – com médio de crescimento inferior ao da década anterior, estagnação da renda *per capita*, descontrole monetário crescente e aumento acentuado na desigualdade de renda – contribuiria para frustrar as iniciativas transformadoras do movimento pela redemocratização. Consequentemente, o processo constituinte passaria a ser o campo de disputa das diversas polarizações políticas surgidas no período de redemocratização.

De acordo com Sallum Jr (2015, p. 62), na Assembleia Constituinte surgiram polarizações ideológicas que fixaram o mapa dos dilemas políticos que as forças sociais e partidárias enfrentaram no fim dos anos 1980²¹. De um lado, as elites empresariais sintonizadas às tendências liberais dominantes, juntamente com a imprensa, o centrão e os liberal-conservadores, organizavam-se em torno de *vertentes de inflexão neoliberal*. Eram favoráveis a uma democracia representativa controlada que desse mais peso ao Poder Executivo dentro do Estado, que este tivesse maior capacidade de controlar certos “desvios” surgidos na sociedade

²¹ Como observou Júlio Aurélio Vianna Lopes (2009, p. 98), a dinâmica política que informou a Constituição de 1988 representou um compromisso entre as principais correntes ideológicas da moderna sociedade brasileira, ao invés de consistir em hegemonia de alguns sobre as demais tendências políticas fundamentais do país. De fato, todos os impasses da Assembleia, levando à paralisação decisória do processo constituinte, ocorreram durante o equacionamento dos temas referentes a delimitação do âmbito de participação política e da democracia social, sobretudo referindo-se às obrigações sociais da propriedade privada. Nesses temas a Assembleia cindia-se, especialmente, entre suas principais tendências constituintes: a centro-esquerda (Sistematização) e a centro-direita (Centrão). Dessa confrontação, em plenário, resultavam “buracos negros”, que era o jargão empregado para designar as situações em que sequer conseguia a definição de qualquer texto-base para a continuidade das votações de ulteriores ajustes. Decerto, é perceptível que a ordem constitucional de 1988 traduziria um equilíbrio de forças entre centro-esquerda em variados aspectos: público e privado; a nação e a globalização; a distribuição e a produção; a participação e a governabilidade. Essa dinâmica pendulou sobre diversos pontos os quais demonstraram os elementos de disputa entre esses dois blocos. Assim, as reformas constitucionais, ao menos até o advento do governo Lula, traduziram uma recomposição progressiva da centro-direita e sua disposição política de delinear a Carta Magna em moldes mais condizentes consigo. Por outro lado, a resistência às vulnerabilizações da ordem de 1988 evidencia o peso dos mesmos ingredientes políticos de sua arquitetura consociativa em que uma centro-esquerda remanescente tem limitado o alcance dos intentos reformadores. Ver: Lopes, A. V. **O consórcio político da ordem de 1988**. In: Rezende de Carvalho, M. A. Araújo, C. Simões, J. A. (Orgs.) *A constituição de 1988: passado e futuro*. São Paulo: Aderaldo e Rotschild: Anpocs, 2009.

e no qual a participação popular fosse restrita fora dos períodos eleitorais. No polo oposto, os partidos de esquerda buscavam no plano socioeconômico exacerbar o estatal e o nacional do antigo desenvolvimentismo e ter como objetivo crescimento econômico associado à distribuição de renda. No plano político, orientavam-se por uma democracia representativa, com componentes significativos de participação popular, e para a igualdade substantiva. Essas polarizações seriam o terreno em que as forças sociais e partidárias se enfrentariam no processo eleitoral que elegeria em 1989 Fernando Collor de Melo.

Com efeito, o conjunto de mudanças sociais, assim como suas consequências, ocorridas durante o período militar, trariam elementos importantes para pensar a questão das oportunidades políticas que se desenvolveram nas manifestações pelo *impeachment* de Collor. A campanha das Diretas Já e o processo constituinte seriam elementos importantes para compreender parte dessas mudanças, mas não esgotariam as relações de forças na sociedade brasileira. Neste sentido, ainda que esses dois momentos importantes na política brasileira encampassem os anseios de mudança político-institucional, os dilemas econômicos e suas consequências sociais haviam sido parcialmente resolvidos e acabariam ganhando peso político no período posterior à Assembleia Constituinte.

Embora as eleições de 1989 significassem a efetivação dos valores democráticos que a Constituição de 1988 consagrara, ela foi uma eleição crítica no que tange às disputas pelo poder e os seus efeitos. Primeiro, porque a Constituição de 1988 passaria a ser objeto de crítica, sobretudo naquilo que contrariava o chamado reformismo liberal por parte do empresariado. Em segundo lugar, ela passaria a ser uma trincheira das forças de esquerda, pelo menos no plano econômico-social. Neste sentido, a Carta Magna se transformou em uma arena para as forças de esquerda, pelo menos no âmbito econômico-social. A capacidade de articulação ou desarticulação dos seus elementos legais possibilitaria pender a balança a favor das forças políticas em disputa. Isso é, em um primeiro momento, as eleições de 1989 manifestaria as questões referentes ao quadro institucional da disputa partidária. Subsequentemente, após a posse de Collor, ela funcionaria como um campo de ação dos principais partidos de esquerda com o intuito de assegurar determinados direitos e dar início ao processo de deslegitimação do governo eleito.

Para Sallum Jr. (2015, p. 65), isso se dava devido à crise do sistema partidário na Nova República a partir da perda da capacidade dos partidos políticos proporcionarem à sociedade e

aos eleitores um *sistema reciprocamente orientado de opções políticas*²². Ademais, a disputa político-institucional desempenhou um papel crucial neste processo. Durante o governo Collor, essa disputa tornou-se evidente, com conflitos intensos entre o Executivo e o Legislativo, além da fragmentação e falta de coesão entre os partidos²³. O enfraquecimento do apoio parlamentar a Collor, culminando em seu *impeachment*, exemplifica como a instabilidade e a competição entre as instituições políticas contribuíram significativamente para a crise do governo e do próprio sistema partidário da época. Esse contexto de embates institucionais não só expôs as fragilidades dos mecanismos de governabilidade, mas também aprofundou a desconfiança pública nas instituições democráticas.

Neste cenário, o quadro interpretativo durante e após as eleições de 1989 se organizaria a partir de algumas controvérsias. A primeira delas vinha do fato de que Collor contava com um apoio muito grande da imprensa, sobretudo na construção do marketing político durante sua campanha. Os meios de comunicação em massa, a televisão e a TV Globo atuaram de forma contundente, inclinando-se ao *reformismo liberal*²⁴, sintonizado com os setores empresariais. Isso se constituiria em um ator coletivo importante nesse momento, e que iria se repetir, posteriormente, nas disputas do quadro interpretativo de junho de 2013. O fato notório é que Collor passou a contar com um farto espaço na mídia e uma verdadeira adesão editorial dos principais órgão de imprensa²⁵. Esse marketing político reiterava a construção da imagem de

²² Ver: Godoy, C. F. de. **A eleição presidencial brasileira de 1989: literatura e processo**. São Paulo, Edusp, 2002. Sallum Jr., B. Graeff, E. Lima, E. G. **As eleições de 1989 e a crise do sistema partidário**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n° 32, 1990, pp. 67-133.

²³ Ver: Reis, F. W. B. P. **Sistema eleitoral e Financiamento de campanhas no Brasil: desventuras do Poder Legislativo sob um hiperpresidencialismo consociativo**. In: Oliven, Rben George. Ridenti, Marcelo. Brandão, Gildo Marçal. (Orgs.) *A constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild: Anpocs, 2008.

²⁴ Sallum Jr. (2015).

²⁵ Como afirma Allan Carlos da Silva (2019, p. 58), no período anterior às eleições de 1989, a concentração do noticiário da grande mídia se deu, precisamente, em construir uma imagem do presidenciável que fosse capaz de dar um aspecto messiânico à sua atuação política. Por conseguinte, no início do governo Collor a Veja apoiou fortemente Fernando Collor, promovendo sua imagem como o "caçador de marajás". Essa imagem foi usada para ressaltar Collor como um reformador necessário para combater os excessos do funcionalismo público. Durante a campanha eleitoral de 1989, Collor foi retratado de forma positiva em diversas edições da Veja. A revista destacou sua postura jovem e energética, sua aparência física e suas promessas de modernizar o Brasil. Em 1990, mesmo com as polêmicas em torno de suas políticas econômicas, a imagem de Collor como um presidente reformista foi mantida. A Veja começou a criticar o governo de Fernando Collor somente em 1992, após as denúncias de corrupção feitas por Pedro Collor, mudando radicalmente sua postura. A revista passou a associar o governo de Collor com corrupção, publicando matérias que expunham escândalos e irregularidades. A revista intensificou sua cobertura negativa sobre Collor, destacando a corrupção como um problema central de seu governo e promovendo a ideia de que seu *impeachment* era inevitável e necessário para a saúde da democracia brasileira. Neste sentido, a dispersão progressiva em relação ao governo Collor deu-se, principalmente, pela combinação entre o fracasso de sua política econômica e pelo trato de sua "personalidade" em relação ao Congresso Nacional. A corrupção passou a ser o tema central na cobertura da revista sobre o *impeachment* de Collor. A revista destacou escândalos envolvendo o presidente e seus aliados, pintando uma imagem de um governo profundamente corrupto e moralmente falido. Consequentemente, retratou Collor como um indivíduo isolado, não como um representante de uma instituição ou partido. Essa abordagem ajudou a canalizar toda a responsabilidade dos problemas políticos

um “político jovem”, com capacidade de decidir e, sobretudo, que fosse visto como o “caçador de marajás”, responsável por expurgar da política brasileira todos os problemas relacionados às práticas clientelistas.

Em segundo lugar, as polarizações entre as forças políticas que emergiram durante o período da Constituinte persistiram mesmo após a eleição de Collor. Essas polarizações, de certa forma, se consolidavam em agrupamentos centrados nas questões relativas à participação política direta, aos mecanismos de participação e à introdução, ou não, de restrições à propriedade privada. Nesse contexto, o fato de as relações entre Estado e mercado terem sido objeto de intensa controvérsia nas eleições presidenciais de 1989 destacava um evento significativo na construção de um pacto de dominação, entendido como uma relação consentida de poder entre forças sociopolíticas (SALLUM JR, 2015, p. 64). A Constituição organizava a transição política, contudo, as eleições de 1989 e os primeiros anos do governo Collor problematizavam-se na tentativa de estabilização e na prática do presidencialismo plebiscitário.

De certa maneira, ao posicionar-se em favor da redução do tamanho e da intervenção do estado no domínio econômico para dar mais liberdade à iniciativa privada, Collor contou com apoio de boa parte dos partidos políticos do Centrão, mas esse apoio advinha de sua capacidade, também, de costurar as forças políticas em torno de um consenso em suas decisões. Neste sentido, ainda que sua eleição tenha sido marcada pelo caráter de uma intensa peça de marketing político – e isso tenha se estendido durante o começo do seu governo, reiterando as qualidades da pessoa do presidente – o preenchimento dos cargos, como objeto de consultas e não como negociações, causaria problemas do ponto de vista político institucional a partir de um pendor autocrático e voluntarista do presidente.

Com efeito, podemos elencar algumas condições nas quais colocaria o governo Collor alvo de mobilizações. A primeira delas é o contexto de crise econômica que se arrastara desde a década de 1980 e a consequente disparada da inflação²⁶, a qual o governo tentou controlar

e econômicos para a figura de Collor, facilitando a construção de um consenso sobre sua necessidade de afastamento. De acordo com o autor, a *Veja* não apenas reportava os eventos, mas construía ativamente uma narrativa que moldava a opinião pública. As edições da revista foram cuidadosamente elaboradas para reforçar a ideia de que o *impeachment* de Collor era não apenas desejável, mas inevitável. Durante o processo de mobilização a revista se posicionou como uma voz da moralidade pública, representando o *impeachment* como um movimento legítimo e necessário para combater a corrupção e restaurar a ordem no país. Ver: Silva, Allan Carlos da. **Estratégias midiáticas da Revista Veja: a construção de legitimidade sobre os processos de *impeachment* de Collor e Dilma**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Maceió, 2019.

²⁶ Adquiriu feições drásticas após as eleições, pois o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) alcançou 51,3% no mês de dezembro de 1989, 68,2% em janeiro, 74% em fevereiro e caminhava para 82,2% em março de 1990 (SALLUM JR, 2015, p. 86) Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/lentes-doc/26571-40-anos-ipca-inpc.html>> Acesso em: 07/06/2024.

propondo alguns planos de ação. O Plano Collor I (Plano Brasil Novo de 1990), que focava no ajuste fiscal do Estado e tinha como núcleo a reforma monetária. Esse primeiro plano procurou contornar os efeitos da crise, mas foi visto, do ponto de vista político-institucional a partir do seu pendor autocrático e voluntarista, adotando medida provisória e a verticalidade da relação executivo-legislativo. A Procuradoria Geral da República (PGR) interpretou tal empreitada inconstitucional e o Congresso viu-se em uma situação de rejeição do “pacote” devido aos seus efeitos e, sobretudo, como uma forma de retaliar a atuação do presidente que não havia dado espaço à participação dos partidos na montagem dos ministérios. Aos poucos o Governo Collor iria perdendo também sua base parlamentar.

O Plano Collor II (janeiro de 1991), por sua vez, foi uma nova tentativa do governo Collor em dar resposta à crise. No entanto, este plano contou com pouco apoio no congresso e teve grande rejeição pelos setores empresariais. Rejeição também pelas centrais sindicais que organizaram greves e ampla insatisfação na sociedade²⁷. Consequentemente, a instabilidade política e econômica se agravou, levando a um aumento das críticas ao governo e à sua capacidade de implementar reformas eficazes. Enquanto muitos encaravam a crise como uma crise de governo, refletindo uma gestão ineficaz e voluntarista, o governo persistia em apresentar a situação como uma crise sistêmica, argumentando que os problemas eram estruturais e demandavam medidas duras e impopulares. Essa divergência no entendimento da crise exacerbava ainda mais a desconfiança na administração Collor. A falta de consenso e os impactos negativos dos Planos contribuíram para o enfraquecimento da popularidade do Presidente Fernando Collor e reforçaram a oposição ao seu governo. A segunda condição diz respeito aos aspectos marcantes do período com uma sucessão de escândalos político-administrativos²⁸. Esses escândalos não apenas colocaram em questão a integridade do governo,

²⁷ De acordo com Sallum Jr (2015, p. 124-125), o edito anti-inflacionário e o seu lançamento publicitário não produziram a mágica da conversão política. Em menos de um mês depois da edição das medidas provisórias publicou-se pesquisa no Datafolha em que 58% da população considerava o Plano Collor II “ruim para o país”; 12% consideravam “em parte bom, em parte ruim”; 18% consideravam “bom”. Houve também, o aumento e intensificação dos movimentos de greve e protesto coletivo de trabalhadores a partir da oposição da CUT ao Plano Collor II alegando que ele traria mais recessão, miséria e mais inflação. A FIESP apontava para os perigos que corriam as empresas por obedecer ao congelamento de preços em uma situação de recessão e falta de liquidez. Por sua vez, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) acusaram o governo de enganá-los com o “teatro” de pacto social para ganhar tempo e preparar na surdina o “pacote”.

²⁸ De acordo com Rodrigues (2000, p. 118-119) quatro escândalos marcaram a relação político-administrativa do governo Collor enquanto práticas clientelistas afetariam a face pública do governo. Foram eles: 1) *SOS Estradas*. No final de junho de 1990, a Secretaria Nacional dos Transportes, subordinada ao Ministério da Infraestrutura, preparou um projeto de decreto que previa a contratação “emergencial” de empreiteiras sem licitação. Alegando urgência, o secretário Marcelo Ribeiro (ex-empreiteiro da Tratex e conhecido “lobista” em Brasília) autorizou o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) a definir critérios de escolha direta das empreiteiras para os trechos a serem reparados, rateando assim uma verba equivalente a US\$ 500 milhões do projeto “SOS Estradas”.

mas também influenciaram diretamente a percepção pública e a confiança nas instituições políticas. Além disso, a combinação destes episódios ocasionou uma percepção generalizada de que a corrupção era uma prática de governo, resultando também em uma desagregação parlamentar em torno do apoio ao governo.

A crise ministerial refletiu a dificuldade de Collor em manter um apoio consistente no Congresso, principalmente devido à sua tendência de formar maiorias *ad hoc*, sem uma coalizão estável e coesa. Nos termos de Rodrigues (2000, p. 138), estava aberta, na verdade, uma *crise de legitimação*, pois dada a uma aposta feita em torno de uma *lógica da eficácia* – sobretudo por meio de insulamento presidencial e com uma concentração de poderes em torno da tecnocracia do Ministério da Economia para dar respostas à situação de “emergência econômica”. O descompasso do poder foi desaguando naturalmente na figura do presidente. Isso ficou nítido ao transferir de forma desvelada e definitiva o centro do poder político para o Ministério da Economia.

A centralidade nas atribuições assumidas pelo Ministério da Economia dirimia as demais atribuições de outros ministérios. As queixas e comportamentos dirigidas ao gabinete presidencial pediam, a partir de ministros e secretários, o retorno das atribuições e controle sobre suas próprias pastas. E isso tinha reflexo sobre os distintos grupos de aliados políticos que estavam na base de indicações destes postos. Consequentemente, os ministros de fora da

Collor assinou o decreto, publicado no Diário Oficial em 26/06/90. No dia seguinte, por pressão do ministro Ozires Silva, que havia sido alertado por parlamentares e jornalistas, foi obrigado a revogar o ato. O ministro pediu também a exoneração de Ribeiro, conhecido de Collor desde a infância, mas não foi atendido. Em defesa do secretário, posicionou-se Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de campanha de Collor. 2) *Portobrás*. Em 3 de julho, Jorge da Silva Campos, liquidante da Portobrás, empresa extinta pelo pacote do Plano Collor, foi exonerado de suas funções pelo secretário de Administração, João Santana, horas depois de entregar ao diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, seis processos comprovando corrupção e irregularidades em antigas administrações da empresa. Campos acusou o secretário dos Transportes, Marcelo Ribeiro, e o secretário adjunto de Transportes Aquaviários, Fernando Viana, este “lobista” dos usuários de portos, de pressionarem por sua demissão para evitarem ser envolvidos nas apurações que o liquidante realizava, e que já diziam respeito à malversação de recursos da empresa da ordem de Cr\$ 100 bilhões. As investigações de Campos apontaram também para desvio de bens da empresa, concessão de financiamento para a construção de estaleiros, contratos irregulares de consultoria e malversação de verbas da Fundação Portos, instituto de previdência privada dos funcionários da Portobrás. Um dos nomes envolvidos na malversação era o do advogado Jorge Serpa, “articulador político” de Roberto Marinho. 3) *Telebrás*. Em julho a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), investigando uma oscilação suspeita dos papéis da Telebrás no mercado de ações, descobriu uma “operação” para favorecer alguns credores da empresa, entre eles fundos de previdência privada (especialmente a Previ, de funcionários do Banco do Brasil) e uma empresa prestadora de serviços à Telebrás, a NEC do Brasil, de propriedade de Roberto Marinho. Os principais agentes financeiros envolvidos na “operação” eram o Banco Icatu, de propriedade de Daniel Dantas, e o Banco ABC-Roma, integrante do Grupo Roberto Marinho. 4) *Fundos de Pensão das Estatais*. O Ministério da Previdência decidira transferir o controle das aplicações em ações e no mercado financeiro realizadas pelos fundos de previdência complementar dos funcionários das empresas estatais para instituições privadas. As exigências da licitação reduziram o leque possível de administradoras privadas a doze instituições. Segundo o deputado Luiz Gushiken (PT SP), a quem bancários beneficiários da Previ (do BB) levaram a denúncia, essas doze Instituições já controlavam metade do mercado de ações no país e passariam a movimentar também uma soma então avaliada em três bilhões de dólares dos fundos, oligopolizando o mercado. Os funcionários do Ministério envolvidos eram ex-funcionários da Sulamérica Seguros e da Bradesco Seguros, todos também conhecidos “lobistas”.

área econômica acabavam comportando-se mais como lobistas que como dirigentes. O resultado foi uma desagregação política do núcleo do poder.

Constituiu-se, contudo, um contexto no qual tentou-se até articular no Congresso um “movimento pela governabilidade” que não contara com os setores oposicionistas, mas que era, na verdade, uma senha reivindicativa por maior poder, influência e prestígio políticos por parte de uma base aliada clientelista. Como afirma Rodrigues (2000, p. 140), foi um movimento que se desenhava sem nenhuma contrapartida ou movimentação social propriamente dita. Era uma tentativa de ocupar espaços políticos em um governo já sem folego para articular com os grupos de pressão mais poderosos da sociedade. Esse mesmo movimento viria tentar articular uma saída de antecipação do parlamentarismo como um antídoto para os baixos índices de popularidade e para tentar apagar a imagem de corrupção desenfreada.

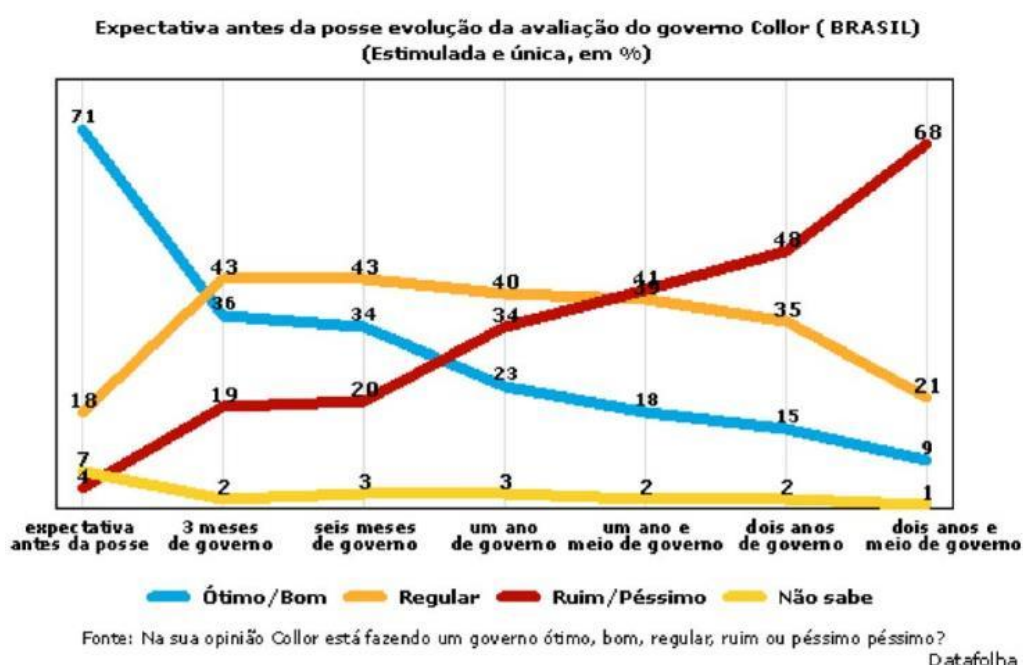
Decerto, a atmosfera de desmoralização pública era o caráter de uma *crise de governabilidade* que, do ponto de vista dos atores, apresentavam-se atitudes distintas de frente ao governo. Por parte das forças que se declaravam na oposição (PT e CUT), elas se resumiam numa mobilização social contra o governo Collor que se esbarrava nas greves e nas formas de pressão frente ao quadro econômico recessivo. Por outro lado, para partidos como o PSDB e PDT, o isolamento político e o desgaste precoce do governo abriam campo para aumentar a influência e as vantagens administrativas com vistas a obter apoio popular na alegação de uma *crise institucional* em torno do presidencialismo que procurava antecipar o quadro do plebiscito de 1993²⁹.

Concomitantemente, por parte da sociedade, os índices de avaliação do governo foram ganhando contornos críticos. No agregado, a avaliação do governo Collor desde a expectativa positiva (ótimo/bom) antes da posse (71%) até dois anos e meio de governo (9%) sofreu uma queda substantiva (62%) (Figura 2). Os sinais ficavam claros sobre a insatisfação e até rejeição social ao governo e ao presidente. À medida que essa crise de governabilidade extrapolava os

²⁹ Em 21 de abril de 1993, o Brasil realizou um plebiscito histórico para decidir sobre a manutenção da República e do sistema presidencialista, em meio a debates acalorados e controvérsias a respeito da decisão sobre a adoção da monarquia como forma de governo e um sistema parlamentarista. A campanha foi marcada por discursos parlamentares majoritariamente contrários à monarquia, com a república prevalecendo nas pesquisas de intenção de voto. A cobertura midiática focou mais no inusitado da situação e na curiosidade popular do que em um debate substancial. O resultado do plebiscito confirmou a preferência nacional pela república e pelo presidencialismo, com a monarquia recebendo apenas 10% dos votos. A abstenção foi significativa, com 26% dos eleitores não participando. Ver: Biluczyk, R. **DA CONSTITUINTE AO PLEBISCITO: DISCUSSÕES E REPRESENTAÇÕES SOBRE FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO NAS REVISTAS MANCHETE E VEJA (1987-1993)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Passo Fundo, 2021. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/2097/2/2021RobertoBiluczyk.pdf>>. Acesso em: 14/06/2024. O Resultado do plebiscito: **BRASIL. JUSTIÇA ELEITORAL**. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/@/download/file/plebiscito-de-1993.pdf> Acesso em: 14/06/2024.

limites da política institucional, a sociedade ia definindo sua opinião em relação ao governo. Ainda que no período inicial do governo o gráfico mostrasse índices de definição de aprovação bastante altos e positivos, após um ano de governo esse índice se reverte devido aos diversos problemas ocasionados pelas tomadas de decisão a respeito das matérias de regulação econômica e das atuações do presidente em relação à classe política e sua base aliada. Neste sentido, por mais que o governo tentasse contornar os efeitos dessa crise, ela já se encontrava, na metade de 1992, deflagrada. Mesmo que alguns atores, sobretudo políticos, não insistissem na articulação de um movimento *pró-impeachment*, em termos societais.

Figura 2 - Avaliação governo Collor 1992³⁰



Na sociedade crescia um movimento de opinião pública de rejeição a Collor e a seu governo em meio a uma situação de indefinição sobre os rumos da política. Como afirma Sallum Jr. (2015, p. 266), este movimento de opinião pública começou a ganhar evidência mesmo antes que se formasse uma coalizão de centro-esquerda ou qualquer mobilização significativa *pró-impeachment*. Decerto, a tradução da rejeição à presidência em manifestações de protesto de massa não dependeria apenas das oportunidades e da decisão política da coalizão partidária, tanto quanto das outras organizações que mobilizaram ativistas e simpatizantes. Era

³⁰ Pesquisa disponível em: Avaliação governo Collor 1992. Opinião Pública <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/fernandocollor/indice-1.shtml>>. Acesso em: 14/06/2024.

preciso, sobretudo, que coexistissem, em um movimento societal, estruturas de mobilização e um quadro cultural que interpretasse a situação de forma crítica, propondo uma relação de conflito entre sociedade e governo.

Esse grande movimento de opinião contra o governo foi muito bem acentuado entre as camadas médias do que entre as populares. Ainda que esse movimento ganhasse respaldo no conjunto da sociedade como um todo, era perceptível que a atuação dos grupos de classe média era mais crítica ao governo Collor do que as classes populares. Como observa Sallum Jr. (2015, p. 268), as camadas médias da sociedade foram mais reticentes ao governo Collor e esse índice de definição se manteve durante o começo do governo e ganhou contornos de avaliação negativa ao longo do processo de mobilização pelo *impeachment*³¹. As classes populares tiveram um índice de avaliação negativa menor no período de março de 1990 até novembro 92. Em termos comparativos, os números eram bastante compatíveis com os resultados eleitorais de 1989, onde a inclinação em favor da candidatura de Lula tinha mais aderência nas camadas médias, enquanto a de Collor nas camadas populares.

Com efeito, podemos observar que a crise de governabilidade durante o governo Collor demonstrou como diferentes atores políticos e sociais reagem distintamente a cenários de desmoralização pública e recessão econômica. Essas respostas distintas ilustram como eventos precipitantes, como uma crise governamental, podem atuar como gatilhos sociocognitivos para diferentes formas de ação coletiva. Enquanto uns procuraram utilizar a mobilização direta e a contestação, outros viram na crise uma oportunidade estratégica para fortalecer sua posição política e influenciar o cenário futuro. Assim, tais eventos não apenas desencadeiam ações imediatas, mas também moldaram as estratégias de longo prazo dos diversos atores envolvidos.

Neste sentido, o acúmulo de problemas relacionados à crise de governabilidade com certa abertura nos canais de poder possibilitou a formação de uma coalizão que se apresentou como agente de um movimento social de “purificação do Estado” que foi importante para o avanço e massificação do movimento. Desta maneira, podemos observar que temos aqui elementos importantes para poder pensar as oportunidades políticas explorada pelos atores durante o processo de *impeachment*. Sobretudo na construção da estrutura de mobilização em torno do *impeachment*. Como afirma Sallum Jr (2015, p. 263), o movimento a favor do

³¹ Como aponta o autor (Sallum Jr, 2015, p. 267-268), a reversão extraordinária do prestígio governamental começa em julho de 1990 quando o índice de avaliação, resultante da diferença entre as avaliações positivas (ótimo e bom) e as negativas (ruim e péssimo) passou a ter contornos negativos. Isso se deu, sobretudo, devido à mudança dos índices de definição que saíram de declarações como “indecisas” (“regular” e “não sei”) inclinando-se para um aumento indicativo em torno de uma opinião definida sobre o governo.

impeachment não teve raízes nas elites proprietárias e no empresariado, de forma geral. Muito menos na base da pirâmide social. As conexões com as faces *político-institucional* e *societária* do movimento foram estabelecidas, de um lado, por lideranças do PT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros partidos de esquerda que tinham relação quase orgânica com boa parte das organizações sindicais, com movimento estudantil e com capacidade de mobilização em massa, além de vínculos com os meios de comunicação.

2.2.2 Abertura das franquias democráticas e a participação social no Brasil

Como observou Rodrigues (2001), existiram dois grandes ciclos de mobilização política no Brasil durante o século XX que influenciaram a mudança institucional de diversas maneiras. Esses ciclos, destaca o autor, estão demarcados pelas diferenças nos móveis da ação dos estratos sociais mobilizados e pelas diferenças nas estruturas de oportunidades e limitações conferidas pelos regimes políticos sob os quais se manifestaram (2001, p. 33). O autor aponta dois grandes ciclos de mobilização e mudança institucional em nossa história republicana, os quais convencionou a chamar de *ciclo de entrada* e o *ciclo de saída*. O ciclo de entrada abrangeu o processo de incorporação das massas urbanas à participação política, desde os anos 30, passando pela ativação populista, até o golpe de 1964. Já o ciclo de saída diz respeito ao "renascimento" da sociedade civil possibilitado pela eclosão dos "novos movimentos sociais" no bojo da transição de regime desde a década de 1970 e que chega até a conjuntura da década de 1990 (2001, p. 34). Para o autor, estes ciclos de mobilização política desempenharam um papel fundamental na configuração das mudanças institucionais no Brasil, influenciando a participação da cidadania mobilizada e a institucionalidade política, desde a entrada no regime autoritário de 1964 até a transição para a democracia e os desafios enfrentados na década de 1990.

De acordo com Rodrigues, as características de cada um desses ciclos são marcadas por alguns fatores. No ciclo de entrada, a mobilização foi heterônoma, pois o processo de mobilização, do ponto de vista dos móveis da ação política dos atores mobilizados, ocorreu durante a incorporação desses novos atores urbanos, por via da prática populista e do corporativismo de Estado. Sua resultante institucional se deu em um processo em que houve a reciclagem das tecnologias estatais de contenção, e não uma reforma que institucionalizasse uma competição política ampliada (RODRIGUES, 2001, p. 34). Por sua vez, o ciclo de saída foi caracterizado pela mobilização de forma autônoma. Neste ciclo houve uma ativação política dos setores sociais organizados. Sua resultante institucional foi a liberalização, onde os

resultados institucionais deste mesmo ciclo materializaram-se nas conquistas democráticas paulatinamente obtidas durante a transição, a partir de 1974, estendendo-se ao processo constituinte de 1987-88.

Para Rodrigues, essa nova ordem institucional da participação da cidadania mobilizada e da institucionalidade política foi impactada pela tensão institucional decorrentes do período da transição e a crise da participação política na década de 1990. De acordo com o autor, ainda que a década de 1990 fosse marcada por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, incluindo a consolidação da democracia, a abertura econômica, a globalização e a emergência de novos movimentos sociais, essas mudanças também geraram tensões e desafios para a participação da cidadania mobilizada e a institucionalidade política. Por um lado, a nova ordem institucional estabelecida pela Constituição de 1988 ampliou os canais de participação política e fortaleceu a sociedade civil. Por outro lado, a crise de participação política, caracterizada pela descrença na política e pelos baixos índices de participação eleitoral, bloqueou a completude do ciclo de mobilização e mudança institucional (RODRIGUES, 2001, p. 40).

De acordo com Sallum Jr. (2015, p.26), em 1985, durante o período Sarney, deu-se início a um processo de instituição de um conjunto de leis que passariam a favorecer a democracia. Isso promoveu um arranjo político no qual vários segmentos sociais puderam lutar por seus interesses e ideias com grande liberdade. Para o autor, na década de 1970, houve um vigoroso processo de *liberalização política*, cujos limites que haviam sido fixados no governo Ernesto Geisel em 1973-74, o qual tinha pretensões de um regime de democracia restrita para conter as demandas das classes médias e populares. Essas passaram a ser veiculadas por vários tipos de atores coletivos e, principalmente, pelo partido que cumpria as funções de oposição política aos governos militares, o MDB. Nesse contexto, coadunaram-se outros três processos importantes: o aparecimento de classes populares urbanas autônomas, novas associações civis e o novo sindicalismo. Os efeitos dessa dinâmica possibilitaram a mobilização ampla das classes médias e das massas populares pelos partidos de oposição a favor das Diretas Já, fortalecendo, social e politicamente, a ideia de que não havia democracia sem a participação popular e de que não haveria participação popular sem a liberdade plena de associação para manifestar demandas coletivas (SALLUM JR, 2015, p. 23).

Esse contexto abriria uma janela de oportunidades em disputa no decorrer do processo constituinte até as eleições 1989. Nesse ínterim, as dinâmicas de disputa social e política seriam orientadas na esfera pública pelas seguintes situações: a) de um lado, o processo de participação social e a configuração de mecanismos de participação política na constituição de 1988; b) de

outro, os elementos das disputas político-sociais em torno das orientações e narrativas na esfera pública.

De certa maneira, a constatação, um tanto quanto pessimista de Rodrigues, sobre os baixos índices de participação eleitoral tem certo respaldo na forma de enxergar o processo democrático no Brasil, e aqui evocamos uma tradição sobre este fenômeno para poder falar das “versões pessimistas”³² a respeito do nosso processo histórico de democratização.

Com efeito, é preciso atentar para o fato de que as tensões decorrentes da relação entre institucionalidade e sociedade civil foi um ponto importante na configuração de oportunidades políticas para os momentos aqui destacados. Primeiramente, pelo fato de que a abertura das franquias democráticas, como aponta Sallum Jr. (2015), foi um catalisador da organização dos setores sociais na luta pelos direitos que começa lá na Campanha das Diretas Já e que reverbera, sobretudo no Fora Collor e em junho de 2013. Em segundo lugar, a abertura das franquias democráticas não operou somente do ponto de vista da entrada de novos atores da sociedade civil organizada na cena política. Dispositivos incorporados ao texto constitucional passaram a configurar formas de expansão dessas franquias no que tange à abertura de outras oportunidades políticas. A Emenda Constitucional nº 25 de 1985 que concedia o direito de voto aos analfabetos na sociedade brasileira foi um desses dispositivos, embora os considerassem inelegíveis para cargos públicos.

Adiante, a Constituição de 1988 confirmaria o direito de sufrágio para os analfabetos, mas com a facultatividade tanto do alistamento quanto do sufrágio destes (NICOLAU, 2002, p. 263). Esse processo engendraria, posteriormente, o contexto conjuntural no qual se produziria as eleições de 1989 a partir de um “caráter de massa” (RODRIGUES, 2001, p. 31). Neste processo as disputas ganhariam, também, elementos discursivos importantes para compreender o Fora Collor. Aqui, a narrativa articulada pelos manifestantes sobre a ética na política se fez presente, sobretudo, relacionando-se à construção do processo político, ainda nas eleições de 1989, a partir de um sentimento difuso na sociedade que enxergava naquela eleição a

³² O termo, utilizado por Maria Alice Rezende de Carvalho, traz uma leitura importante sobre o elemento explicativo de fundo presente nas versões pessimistas acerca da democratização brasileira, o qual se respalda na pluralidade dos argumentos mobilizados em torno da caracterização histórico-social da natureza excludente da República brasileira, ou o efeito politicamente dissolvente dos padrões de desigualdade no país. Esses argumentos não deixam de revelar a centralidade dos autores para com a questão da coesão da sociedade em torno de valores que se identificam com uma identidade compartilhada que seriam capazes de atualizar um ideal de *vivere civile* apropriado à experiência democrática. Nestas circunstâncias, boa parte dos diagnósticos do déficit democrático brasileiro assentar-se-ia em uma demanda prescritiva por mais altos índices de participação política, de crença na democracia como forma de governo superior, de confiança interpessoal na base da sociedade (CARVALHO, 2002, p. 308). Ver: Carvalho, M. A. R. de. **Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil**. In: VIANA, L. W. (org.) *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

possibilidade de diminuir os efeitos do clientelismo na política. Essa narrativa voltaria a estar presente nas manifestações do Fora Collor a partir de uma *estética da mostrabilidade*³³.

No entanto, a Constituição de 1988 ao abrir as franquias democráticas, criou uma estrutura de oportunidades políticas a partir da participação social. Leonardo Avritzer (2016, p. 49), ao tratar sobre a segmentação da participação social no Brasil (1990-2013), identificou três componentes importantes da participação social neste período. Ainda no processo constituinte, a elaboração de emendas populares recebeu uma ampla mobilização de movimentos sociais desencadeando uma campanha visando obter assinaturas para as muitas propostas ligadas às políticas públicas. Esse seria o primeiro componente na construção de oportunidades políticas que, ainda no período Collor se fez presente sobretudo em relação às críticas dirigidas ao governo referentes às questões da crise econômica e seus impactos nas políticas públicas. Neste contexto, a participação de importantes movimentos e atores da sociedade civil à época possibilitou a criação de instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência, entre outras. Esse conjunto de oportunidades configurou uma estrutura de mobilização que se fez presente na campanha pela Ética na Política com suas respectivas narrativas nas manifestações do Fora Collor.

O segundo componente o autor advoga a favor da sinergia desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores em suas vitórias eleitorais a nível local nos anos 1990, cuja atuação desencadeou um envolvimento popular intenso, sobretudo a respeito da criação do Orçamento Participativo (OP) em suas gestões que, até o ano de 2008, contava com pelo menos 201 cidades que tinham algum tipo de OP (AVRITZER, 2016, p. 50). Por conseguinte, fruto das políticas adotadas pelo próprio PT no seio do desenvolvimento de mecanismos de participação da sociedade civil nas questões públicas a nível nacional, o terceiro componente, como advoga Avritzer, viria também da adoção de uma orientação genericamente participativa que implicou na expansão dos conselhos nacionais, fóruns e conferências nacionais³⁴.

No entanto, como o próprio autor argumenta, a incorporação da participação na tentativa de construir políticas de Estado durante os governos do PT gerou limites no que tange

³³ O contexto conjuntural das eleições de 1989 apresentava um hiato a ser resolvido. De um lado, havia certo consenso em torno do repúdio em relação às práticas clientelistas enquanto uma condição da percepção do eleitor no que tange a uma crise moral da esfera política. De outro lado, ocorria a tentativa de certos atores em transformar o sentimento difuso popular em ação política prática. As eleições de 1989 passariam a ter nesse contexto um caráter de massa, no qual o marketing político da mídia eletrônica marcaria a disputa eleitoral. Aparecem aí os meios de comunicação de massa (principalmente a televisão) com uma linguagem midiática e publicitária aplicada à política alterando o esquema de visibilidade pública (PEREIRA, 1993; CARVALHO, 1999; RODRIGUES, 2001).

³⁴ De acordo com o autor, tomando como referência a primeira Conferência Nacional de Saúde, organizada pelo governo Vargas ainda nos anos 1940, e contabilizarmos as conferências nacionais, estas somaram 74 durante o governo Lula e 23 no governo Dilma (AVRITZER, 2016, p. 50).

a sua segmentação. Isto é, referente a um conjunto de setores que não foram completamente incluídos na participação ou que passaram a ter agendas paralelas aos processos participativos. Neste período, algumas áreas do governo federal, especialmente àquelas ligadas às políticas sociais, tornaram-se fortemente participativas, mas com grandes diferenciações internas (AVRITZER 2016, p. 59). De fato, uma parte relevante de movimentos sociais ligados às políticas sociais marcaram presença nas políticas participativas, sobretudo os movimentos e lideranças que tiveram presentes na construção das mobilizações em torno da constituinte, nas campanhas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como também nas mobilizações contra o governo de Collor. Entretanto, os limites dessa participação possibilitaram o surgimento de uma janela de oportunidades para a reivindicação de setores externos aos programas de políticas públicas nacionais.

Consequentemente, viria a ocorrer uma mudança nas áreas temáticas nas quais aconteciam a participação. Essa alteração apontava para os limites da continuação da participação nos moldes do período pós-Constituição de 1988 com um declínio das áreas clássicas de participação em favor de novas áreas, tais como direitos humanos, cultura e políticas públicas. Dentro dessa janela, formariam os principais coletivos e movimentos sociais que construíram a estrutura de mobilização durante junho de 2013. Neste sentido, quando olhamos para junho de 2013 podemos observar uma estrutura de oportunidades políticas que extrapola o âmbito da participação, com demandas que viriam compor um quadro de mobilização em torno de temas relacionados principalmente às pautas dos direitos humanos, à questão da mulher e, sobretudo, aos problemas de infraestrutura relacionados à vida nas cidades.

Com efeito, não podemos dizer que houvera uma crise da participação política. O que se observou no momento de junho de 2013 foi um deslocamento dos temas da participação e a dificuldade de encontrar uma resposta institucional concreta. Ainda que as políticas de fomento à participação fossem uma questão chave durante os governos do PT, o que observamos foi um deslocamento dos temas referentes a essa participação em instância institucional. Neste sentido, a Constituição de 1988 forneceu elementos importantes para a construção de uma estrutura de oportunidades políticas que chega em 2013 com um dilema a ser resolvido: aprofundar as formas de participação via inclusão da participação, ou dar respostas institucionais sobre a crise instaurada em torno do partido no poder e as próprias dificuldades de contorná-la.

Se o raciocínio de Rodrigues (2001) está correto, podemos argumentar que o desenvolvimento desse ciclo de oportunidades políticas possibilitou resultados nos quais a mobilização foi decorrente de um arranjo institucional capaz de desenvolver a participação de forma autônoma. Esse arranjo forneceu repertórios diferenciados na ação de movimentos

sociais, sobretudo na estrutura do Estado. As formas de participação conjugaram diferentes maneiras pelas quais os movimentos sociais confrontam e conflituam com o Estado, e estabelecem relações de institucionalização. Do ponto de vista analítico a ampliação desses repertórios se deu a partir da inclusão de interações cooperativas ou colaborativas entre movimentos sociais e atores institucionais em torno da produção de políticas públicas (LAVALLE *et al.*, 2018).

Neste sentido, é possível dizer que a abertura das franquias democráticas e a construção de arranjos institucionais em torno da constituição de 1988 possibilitou a formação de agendas políticas que passaram não só a ocupar a dinâmica do Estado e da execução de políticas públicas, como também promoveu a ampliação dessas agendas no sentido de extrapolar os limites da democracia. Com efeito, houve políticas de aprofundamento democrático em termos da diversidade de temas que passariam a ser importantemente debatidos nas manifestações de junho de 2013. No entanto, ainda que esses limites fossem extrapolados em junho de 2013, promovendo reivindicações em torno do aprofundamento da democracia (SOUZA SANTOS & AVRITZER, 2002), esse mesmo ciclo abriu uma janela de oportunidade que foi importante para o aparecimento de grupos que se mobilizavam em torno de pautas ligadas aos temas relacionados à direita.

De acordo com Gohn (2022, p. 192), vale notar durante todo esse período a importância das conquistas inscritas em leis como um fato que incidiu nas estruturas de organização da sociedade brasileira. Essas conquistas passaram a ser base para mudanças estruturais mais profundas. Entram, no interim dessas conquistas, as leis relativas aos afro-brasileiros, comunidades quilombolas, leis de criminalização do racismo, sobre cotas afrodescendentes e cotas para mulheres nas eleições, Lei Maria da Penha, PEC das domésticas, criminalização do feminicídio; Estatuto da criança, do idoso, do indígena, terras indígenas; reconhecimento de direitos dos casais homoafetivos como o casamento, herança, etc.; leis para as camadas populares no setor da habitação (como o Estatuto da Cidade), no setor rural com políticas de assentamento rural, regularização de áreas ocupadas, escolas para assentamentos etc.; além da eleição e participação de diversos movimentos do campo progressista nas diferentes esferas de poder, como secretarias, ministérios, conselhos, fóruns, etc. com ganhos expressivos nas áreas da saúde e assistência social.

Nesse cenário, ao longo da década de 1990 e, posteriormente, nas décadas de 2000 e parte da década de 2010, diversos setores da sociedade conquistaram um conjunto expressivo de direitos legais adotando estratégias de mobilização e busca de acesso ao Estado, sobretudo na construção de políticas públicas. Como argumentam Tatagiba, Abers e Silva (2018) no

ínterim desse processo, movimentos sociais atuaram como subsistemas a partir da construção de políticas públicas, participando na medida em que propunham e experimentavam modelos alternativos que desafiaram modelos concorrentes ou dominantes. Nessas experiências, a disputa entre modelos de políticas públicas implicou conflito sobre as próprias instituições, aproximando os movimentos sociais e burocracia pública por meio de estratégias de confronto e cooperação³⁵.

De acordo com os autores (TATAGIBA *et al.*, 2018, p. 129), os movimentos sociais atuaram através de ações nas quais puderam construir redes movimentalistas que promoveram experimentações socioestatais e fecundaram a imaginação política com novos enquadramentos e soluções para problemas sociais. A busca por protagonismo dos grupos sociais subalternos se traduziu em modelos que defendiam a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas. No entanto, os movimentos enfrentaram desafios para encontrar seu lugar nos subsistemas, com diferentes graus de acesso e influência em cada caso³⁶.

De fato, o início do ciclo de governança petista a partir de 2003 abriu oportunidades para a experimentação na arena nacional a partir de uma intensificação do trânsito de militantes para dentro do Estado e a abertura de novos espaços de participação. Isso favoreceu a localização dos modelos alternativos de mobilização nos subsistemas no plano federal. No entanto, as características do regime e do modelo de desenvolvimento condicionaram essa localização gerando determinados desafios. A adoção de políticas neodesenvolvimentistas,

³⁵ O estudo desenvolvido pelos autores encontra suporte empírico na reconstrução de processos de elaboração e disputa de modelos alternativos em três subsistemas distintos: habitação, meio ambiente e economia solidária. O estudo abrange um período de trinta anos, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada das dinâmicas em cada área. Apesar da especificidade dos casos, este estudo nos fornece *insights* importantes sobre as estratégias construídas pelos movimentos sociais ao longo dos últimos anos em suas relações com a estrutura burocrática estatal. Além do mais, isso reforça nossa leitura do processo de transbordamento das questões sociais que implicaram a construção de manifestações em junho de 2013.

³⁶ Comparativamente, os casos analisados pelos autores nos dão um panorama importante a respeito das ações confrontacionais de movimentos sociais específicos ao longo dos últimos anos. No caso do meio ambiente, a luta pela agenda ambiental resultou em um subsistema autônomo, mas subalterno ao Estado. A economia solidária foi incorporada aos subsistemas de trabalho e geração de renda, com impacto limitado em seu modelo alternativo. O movimento de moradia, apesar de conquistas após 2003, em 2018 ainda ocupava uma posição periférica no subsistema habitacional. É importante notar que os três casos em análise demonstraram a busca por modelos alternativos de produção da política, onde os grupos sociais subalternos não se limitaram, necessariamente, à disputa por acesso a recursos públicos, mas almejam um papel protagonista na construção de uma gestão democrática e participativa. Tais modelos transcenderam a mera proposição de políticas públicas, em termos de obras e serviços, e focaram na construção de mecanismos efetivos de participação da sociedade civil nos processos de formulação e implementação das políticas. Essa participação configurou-se como estratégia de mediação dos conflitos inerentes aos movimentos sociais, internalizando-os, em parte, nos subsistemas políticos (TATAGIBA *et al.*, 2018, p. 130). Concomitantemente, o princípio de mobilização da sociedade para a decisão e gestão, que entrara ainda nos anos do governo FHC, transmitiram muita das operações antes típicas do Estado para a chamada “sociedade organizada”. O efeito disso se manifestou também em um processo de “onguização” em larga escala da sociedade civil (Alonso, 2023, p. 70). Esse processo se tornou um dos dilemas da participação em termos de ações confrontacionais com o Estado em diversos contextos.

especialmente a partir de 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram importantes nesse contexto de mudança de oportunidades. De acordo com os autores (TATAGIBA *et al.*, 2018, p. 131), o modelo dominante de política de desenvolvimento operou como um obstáculo à implementação dos modelos alternativos, pois o arranjo do Estado-mercado no modelo neodesenvolvimentista manteve os movimentos em posição periférica e reduziu a possibilidade de efetivamente disputar os modelos alternativos de políticas públicas.

Com efeito, o conjunto dessas ações caminhava juntamente com uma retórica administrativa de redução do lugar simbólico do Estado na promoção de políticas públicas e sociais. Uma retórica contraditória na qual, ao mesmo tempo em que atraía os setores da sociedade civil para o Estado dando a eles espaços para a participação e construção de políticas públicas, se desdobrava a atender as dinâmicas de desenvolvimento (capitaneadas pelo próprio Estado) a fim de responder aos anseios do mercado. Nesta contradição incidia a dificuldade de contornar os diversos problemas advindos de uma prática predatória de crescimento econômico *versus* construção de políticas públicas, sociais, ambientais, urbanas, etc.

Decerto, ao valorizar a sociedade civil como caminho preferencial da mudança constituíram-se outros vetores que transferiram as esperanças de um mundo melhor do Estado para a “sociedade organizada”. De acordo com Alonso (2023, p. 73-74), emergiram no decorrer dos governos petistas grupos sociais de estratos altos em escolaridade ou renda que adotaram a crença da auto-organização e da linguagem do empoderamento dos cidadãos, ávidos por planejar, decidir, implementar, gerir, transformar o país *from below*. Essa retórica da sociedade organizada como um agente de mudança positiva foi se difundindo por conexões diversas em “redes cívicas”, nas quais membros das mesmas comunidades morais construíram círculos sociais em laços concretos de relacionamento, como parentesco, amizade, trabalho, vizinhança. Ocorre aí uma união ou coordenação de pessoas de estilos de vida semelhantes que passaram a compartilhar experiências e apreciações estéticas, emocionais e morais, as quais valorizavam a troca e a parceria. Um conjunto de pessoas que se enveredavam em atividades paraestatais que se consideravam apolíticas ou até antipolíticas.

De acordo com Alonso (2023, p. 73-77) em alguns casos a “retórica da sociedade organizada” ganhou nuances práticas a partir de vínculos afetivos entre membros de comunidades morais voltados para a ação pública não estatal. As redes cívicas se configuraram como um engajamento político, sem vínculo necessário com movimentos sociais ou partidos, mas dedicadas a resolver problemas coletivos por meio da ação direta. Nomenclaturas como “cooperativas”, “empreendimentos” e “coletivos” passaram a surgir pelo país formando, de um

lado, *redes solidárias*, as quais tinham como características técnicas de organização e autoconstrução comunitárias, com ações focalizadas voltadas para a produção compartilhada e a troca comunitária, cujo proselitismo misturava ações convencionais, como marchas, e outras de feição cultural, de convívio que lembravam, em certa medida, os movimentos de base da década de 1960, só que com uma outra roupagem. Nestas mesmas redes cívicas formaram-se os coletivos autonomistas com forma organizacional autogestionada, horizontal e antihierárquica distanciando-se tanto dos partidos quanto do “centralismo” dos movimentos socialistas.

De outro lado, formaram-se *redes empreendedoras*, cuja ideia de auto-organização da sociedade se traduzia à primazia de diagnósticos voltados ao proselitismo empreendedorista. Essas *redes empreendedoras* se construíram a partir de uma narrativa presente sobretudo nos *best sellers* de autoajuda e empreendedorismo fomentando uma retórica entre jovens empresários que compartilhavam insumos, espaços e tecnologia. Um civismo que se baseou no auto interesse e em um estilo de vida e visão de mundo que traziam palavras presentes nos livros de autoajuda como “protagonismo”, “inovação” e “autorrealização”. De princípio, foram redes empreendedoras as quais nasceram visando negócios, mas acabaram virando espaços políticos. Em sua face política, vigorou as narrativas da ineficiência e da corrupção que se dirigiam ao governo de esquerda com o seu “Estado mastodôntico” (ALONSO, 2023, p. 79). De certa maneira, a formação dessa rede cívica tem respaldo em um tipo de racionalidade que é característica do neoliberalismo contemporâneo e cuja definição opera enquanto um conjunto de práticas, discursos e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17). Certamente, essa racionalidade não é geralmente em todos os aspectos da vida social, mas opera como um tipo de governamentalidade (FOUCAULT, 2024) que engendra processos simbólicos de compreensão e atuação no mundo. A narrativa contra a corrupção e a ideia de autorrealização individual ocupou-se de ganhar o debate público e influenciar outros grupos que compartilhavam dos mesmos sentimentos morais. A versão evangélica conciliava o lucro nos negócios com a exaltação da família em contraposto ao Estado e a versão agrária encampava um estilo de vida mais urbano do que rural atrelado à tecnologia e técnicas de planejamento, sempre atentos aos mercados (ALONSO, 2023, p. 83-86).

Apesar de diferentes em seus modelos de orientação política, o surgimento e atuação dessas redes cívicas possibilitou a criação de oportunidades políticas ao expressarem-se como comunidades morais que viviam fora e longe dos partidos. Ao articular narrativas e discursos que criticavam as ações do Estado, elas fomentaram o debate público em torno dos diversos

rumos das políticas governamentais. Essas oportunidades levaram a conquistas e sustentaram identidades coletivas em torno de direitos específicos, fortalecendo a democracia e o Estado de Direito. No entanto, como aponta Gohn (2022, p. 233), o fato é que durante esse período ocorre um deslocamento social da participação das conquistas via pressão popular para um processo institucional capitaneado por grupos e indivíduos das camadas médias da sociedade.

É possível dizer que neste contexto de deslocamento social da participação formam-se duas estruturas de oportunidades políticas. A primeira em torno do ativismo de grupos progressistas que transborda os limites da política institucional reivindicando maiores atenções do Estado, sobretudo do governo, na questão dos direitos. Neste novo contexto, ocorre uma reconfiguração do associativismo civil, com a alteração das formas de organização, que passaram a ser menos de militância focada em um determinado grupo para uma pluralidade de atuação em ativismos, que muitas vezes não querem ser confundidos com militantes, partidos ou mesmo movimentos sociais. Isto é, um descentramento da forma de movimento para outras formas, como coletivos, ou organizações civis com uma pluralidade de tendências político-ideológicas (GOHN, 2022, p. 252). Em termos contextuais esse mesmo ativismo sofreu grande influência das mudanças operadas na sociedade e na política brasileira antes e depois de junho de 2013, como a onda global de contestação da Primavera Árabe contra o autoritarismo no oriente médio, passando pelos protestos contra as políticas neoliberais na Grécia, Espanha, Portugal etc.; o movimento norte-americano Occupy Wall Street e seu apoio em diferentes partes do mundo.

Nesse deslocamento foi perceptível observar outra estrutura de oportunidade política em torno da participação social que reemerge a partir de junho de 2013, onde o evento passa a ser interpretado enquanto uma janela de oportunidades políticas. O elemento primordial para compreender essa mudança foi o fato de que todo esse contexto promoveu a criação de agendas transversais com certa alteração da dinâmica das forças políticas. Em termos abrangentes, ainda que a participação social tivesse avançado no plano institucional, a consciência social do avanço dos direitos não penetrou na sociedade como um todo. Formas tradicionais de conservadorismos que sempre estiveram presentes no imaginário social foram reativadas em um contexto no qual a aproximação das pessoas comuns com a política foi acompanhada pelo rechaço público da relação entre partidos políticos, o Estado e o poder econômico (VIANNA, 2016).

Neste mesmo contexto, o ciclo de protestos de 2013 esbarraria em um processo de modernização da sociedade brasileira em diversos níveis, principalmente com a chegada de uma camada ampla da população em um mercado de consumo de bens e serviços, a qual

também demandaria direitos historicamente negados. Um contexto marcado pela reverberação, em solo brasileiro, dos efeitos globais da crise do capitalismo neoliberal, inaugurado em 2008, operado a partir de um modelo de não rompimento (BOITO, 2012), assim também com a promoção de um reformismo fraco, sem confronto com o capital (SINGER, 2012).

Neste contexto paradoxal, de uma política macroeconômica neoliberal com ampliação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e a adoção de medidas de distribuição de renda e proteção social – com certa permeabilidade do Estado a movimentos sociais e sindicais – não ficou muito bem-vista por setores da burguesia nacional. Com efeito, enquanto os grupos de camadas médias avançavam em ativismo institucional, a militância na sociedade especialmente entre os mais pobres, permaneceu circunscrita a certos grupos temáticos, como observou Gohn (2022, p. 231). A grande maioria dessa camada da população ficou sob um processo marginal, que seria ativado em épocas eleitorais ou determinados momentos de disputa política local ou nacional.

A tendência à acomodação de interesses conflitantes deu lugar para o descontentamento com diversos aspectos da política governamental. Tanto de setores populares, quanto por setores da burguesia e das classes médias, que passaram a expressar a sua insatisfação diante das políticas sociais e da intervenção do Estado na economia. Isso se somou a um antipartidarismo reativo (TELLES, 2016, 115) como produto do *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os cidadãos têm sobre a eficácia das instituições e das elites políticas.

Neste sentido, os protestos de 2013 apresentam a emergência das contradições do lulismo (SINGER e LOUREIRO, 2016) contribuindo para produzir e aprofundar a crise do governo Dilma Rousseff. Essa crise potencializou os descontentamentos com o governo fomentando novos protestos à direita a partir de um contexto particular de associação entre antipetismo e luta contra a corrupção (TATAGIBA *et al.*, 2015).

2.2.3 Lula e Dilma: mudança social e oportunidades políticas

Se no caso Collor elencamos um conjunto de fatores que possibilitaram o surgimento de oportunidades políticas que deram condições às mobilizações, no que se refere ao governo de Dilma Rousseff essas oportunidades ganharam dois escopos muito diferenciados. Decerto, quando olhamos para o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff o núcleo central da disputa política apresentou algumas similaridades com o que ocorrera no caso Collor. Os escândalos de corrupção e a alimentação de um sentimento de ódio pela política foram características

marcantes do processo de *impeachment* de Dilma. Ainda que as acusações de corrupção não decaíssem prioritariamente na figura da presidente, o endereçamento das críticas estava dirigido fortemente ao governo do PT que, após as eleições de 2014, permaneceria no poder por mais um mandato. No entanto, o que deflagra a crise dos governos do PT, ou melhor, o que coloca o governo de Dilma Rousseff na encruzilhada política e fornece elementos para a atuação dos atores sociais em um ambiente de *conjuntura fluída* não é um caso isolado de corrupção e desempenho governamental. As controvérsias do processo político em torno do governo da presidente Dilma Rousseff ganham contornos ímpares de acordo com um conjunto de transformações na sociedade e na política brasileira que se fez presente a partir de uma característica relevante nos últimos tempos: o lulismo.

Na primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou um período de transformações profundas sob a liderança dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Este período foi marcado por uma série de reformas e políticas que visavam a inclusão social, o crescimento econômico e o fortalecimento da democracia. Essas mudanças estruturais tiveram impactos significativos na sociedade brasileira, promovendo melhorias nos indicadores sociais e econômicos, além de redefinir a posição do Brasil no cenário internacional.

No âmbito interno, a política econômica dos governos Lula e Dilma foi central para a recuperação e o crescimento do país. Barbosa (2013) destaca que a implementação de políticas voltadas para a estabilização macroeconômica, com controle da inflação e redução da vulnerabilidade externa foram importantes na construção de um ambiente de crescimento econômico positivo para o Brasil. Do lado monetário esse ajuste elevou a taxa Selic para combater o aumento da inflação e a depreciação do câmbio. Do lado fiscal, no período de 2003 a 2005 o governo Lula elevou sua meta de resultado primário para conter o crescimento da dívida pública e diminuir o risco de insolvência do país (BARBOSA, 2013, p. 95). Essa primeira empreitada permitiu, a partir de 2006, uma política macroeconômica expansionista monetária e fiscal com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³⁷. Isso não só como

³⁷ A economia brasileira reagiu prontamente à nova abordagem da política macroeconômica. Em 2006, o PIB cresceu 4%, e em 2007, 6,1%. Essa política estabeleceu uma regra anual de reajuste do salário-mínimo, vinculando o aumento do seu valor real ao desempenho econômico. Em 2008, o crescimento desacelerou para 5,1%, principalmente devido ao impacto negativo da crise financeira internacional no final do ano. Considerando todo o período, a taxa média de crescimento do PIB subiu de 3,3% ao ano, entre 2003 e 2005, para 5,1% ao ano, de 2006 a 2008. Esse aumento no crescimento foi impulsionado pelos investimentos, que cresceram a uma taxa média de 12,4% entre 2006 e 2008. Além disso, o consumo das famílias contribuiu significativamente, aumentando a uma taxa de 6,1% ao ano no mesmo período. Como afirma Barbosa (2013, p. 76) a expansão da demanda doméstica refletiu-se no impacto de três fatores principais na economia brasileira. Primeiramente, a taxa de câmbio continuou a cair entre 2006 e 2008, aumentando o poder de compra das famílias e reduzindo os custos dos bens de capital, resultando em maior consumo e investimento privados. Em segundo lugar, o aumento dos investimentos públicos

política orientada que abarcava diversos setores sociais, mas também aproveitando o chamado boom das commodities³⁸. A valorização do salário-mínimo também foi uma medida crucial que promoveu uma elevação do poder de compra das classes populares, contribuindo significativamente para a redução da pobreza. Por outro lado, a ampliação do crédito para pessoas físicas e empresas também desempenhou um papel fundamental, estimulando o consumo e os investimentos.

Outro ponto relevante foram os investimentos públicos em infraestrutura, educação, saúde e programas sociais que aumentaram significativamente, impulsionando o crescimento econômico e melhorando as condições de vida da população. Entretanto, como observou Jorge Mattoso (2013), além dos ganhos observados na sociedade brasileira, ainda existiam desafios enfrentados na transição de um modelo neoliberal para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo. O autor destaca, por exemplo, a importância dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que ajudaram a dinamizar a economia e reduzir a desigualdade, mas não atacaram de forma profunda e estrutural a raiz dos problemas sociais. O Brasil continuaria mantendo um padrão de desigualdade que se apresentava sob diversas facetas.

e da Petrobras exerceu um forte efeito multiplicador sobre toda a economia. Por fim, a aceleração do crescimento econômico elevou lucros e salários num cenário de redução das taxas de juros, o que, por sua vez, gerou uma expansão do crédito, que passou de 28% do PIB em 2005 para 40% em 2008.

³⁸ O Consenso das Commodities destaca a inserção da América Latina em uma nova ordem econômica e político-ideológica, fundamentada no aumento dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo de alta demanda nos países centrais e emergentes. Esse cenário consolida um padrão de desenvolvimento neoextrativista que proporciona vantagens comparativas, refletidas no crescimento econômico, mas também gera novas assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais. Maristela Svampa (2013) observa que esse novo consenso em relação ao *boom* das commodities na América Latina decorre em implicações econômicas, sociais e ambientais significativas. Primeiramente, o aumento na demanda por commodities resultou em um processo de reprimarização das economias latino-americanas, com maior foco em atividades primárias extrativas com baixo valor agregado. Isso é agravado pela presença de potências emergentes, como a China, que se tornam parceiros comerciais desiguais na região. Além disso, a reprimarização está associada à perda de soberania alimentar devido à exportação em larga escala de alimentos para consumo animal ou produção de biocombustíveis. Por conseguinte, sob a perspectiva da lógica de acumulação, o novo "Consenso das Commodities" intensifica a dinâmica de desapropriação de terras, recursos e territórios, gerando formas de dependência e dominação perigosas. Essa dinâmica inclui empreendimentos em larga escala, monoculturas, baixa diversificação econômica e ocupação de territórios de forma destrutiva. O desenvolvimento neoextrativista resultante passa a ser caracterizado pela exploração intensiva de recursos não renováveis e expansão sobre territórios anteriormente considerados como improdutivos. Consequentemente, o neoextrativismo passa a ter impactos negativos como desestruturação econômica regional, destruição da biodiversidade, expulsão de comunidades rurais, camponesas e indígenas, e violação dos processos de decisão democrática. Essa abordagem coloca em risco a sustentabilidade ambiental e social, consolidando um padrão de desenvolvimento baseado na exploração predatória de recursos naturais e na marginalização de grupos vulneráveis. Esses conflitos, não somente na face regional, como também doméstica, marcaram o início de um novo ciclo de debates e lutas, enfocando a proteção do território e do meio ambiente, bem como a reflexão sobre os modelos de desenvolvimento e os limites da democracia. No caso brasileiro, isso ficou muito nítido nas relações desenvolvimentistas de crescimento econômico não só através da face do agronegócio, mas também nos empreendimentos de infraestrutura promovidos pelo Estado. Ver: Svampa, M. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 244, marzo-abril, 2013.

A política externa brasileira também passou por uma reorientação significativa, centrada na ideia de "entorno estratégico". De acordo com Fiori (2013), essa ideia visou incluir a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul em uma dinâmica de relações de forma a consolidar a liderança regional do Brasil e fortalecer suas relações com outros países do Sul Global. O Brasil buscou aumentar sua autonomia internacional, diversificando suas alianças e reduzindo a dependência dos Estados Unidos e da Europa. Esta nova orientação permitiu ao país projetar sua influência de maneira mais abrangente, atuando de forma mais ativa em organismos internacionais e agências multilaterais, além de promover a integração regional através de blocos como o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). De acordo com Garcia (2013), neste contexto, a importância do multilateralismo e da diplomacia Sul-Sul foi uma forma de fortalecer a posição do Brasil como um líder emergente no cenário global.

Outro fator a ser destacado é a emergência de uma nova classe social³⁹ como um aspecto crucial das transformações ocorridas neste período. Marilena Chaui (2013) argumenta que a formação dessa nova classe foi resultado das políticas de inclusão social e econômica implementadas durante o período dos governos Lula e Dilma. A criação de empregos formais e o fortalecimento dos direitos trabalhistas aumentaram a segurança e a estabilidade econômica dos trabalhadores. A expansão do acesso à educação, com a criação de novas universidades e programas como o ProUni, possibilitou que muitos jovens de famílias pobres ingressassem no ensino superior. Belluzzo (2013) reforça a mesma ideia de que as políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda e a valorização do trabalho foram fundamentais para a emergência dessa nova classe trabalhadora. A mobilidade social resultante dessas políticas não só reduziu

³⁹ A análise sobre o fenômeno da classe trabalhadora e classe média no Brasil é extenso e distinto. Com efeito, a ascensão da nova classe média e da nova classe trabalhadora no Brasil, converge na relevância das transformações econômicas e sociais impulsionadas por políticas públicas, como o Bolsa Família e o aumento do salário-mínimo, que promoveram a inclusão no mercado de consumo e a redução da pobreza. Souza (2012) critica o termo "nova classe média", preferindo "nova classe trabalhadora" e destaca a insuficiência de capitais econômico e cultural desta classe para construir um conceito mais aprimorado sobre esse grupo que o faça distinguir em relação à classe trabalhadora. Por sua vez, Ricci (2013), também é cético em relação ao conceito de "nova classe média". O autor foca na influência do lulismo no pragmatismo e instrumentalização, juntamente com a despolitização dessa nova classe emergente. Pochmann (2012) vê essa classe como uma ampliação da base da pirâmide social, como uma continuação da classe trabalhadora, mas agora com maior acesso ao consumo e uma perspectiva racional e pragmática sobre sua posição social. No entanto, ainda que existam elementos muito específicos na construção desse grupo social é preciso levar em consideração que em termos estruturais o aparecimento, mesmo que controverso, dessa classe social se dá a partir de contradições engendradas a partir do lulismo. Dentre elas a tentativa de conciliar políticas sociais voltadas para os mais pobres com uma política econômica que não questionou as estruturas históricas de poder vigentes no Brasil, a aliança com setores empresariais e conservadores em troca de governabilidade e a perpetuação de práticas clientelistas no sistema político (SINGER, 2012; 2016; 2018).

as desigualdades, mas também criou um grupo social mais ativo e participativo na economia e na sociedade brasileira.

Com efeito, as políticas públicas implementadas durante a primeira década de governos do PT promoveram melhorias significativas em alguns indicadores sociais. Pochmann (2013) observa, por exemplo, como a implementação de diversos programas sociais, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz para Todos, foram essenciais para a melhoria dos indicadores sociais. A expansão dos serviços de saúde e educação, com a criação de novas unidades de atendimento e a ampliação do acesso à educação básica e superior, também foram passos cruciais nessa direção. Costa (2013), destaca os avanços na área da saúde, com a ampliação da cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação de programas como o Mais Médicos, que levaram assistência médica a regiões carentes. Pablo Gentili e Dalila Andrade Oliveira (2013), analisam a expansão do acesso à educação e as melhorias na qualidade do ensino básico e superior e como essas políticas ajudaram a promover a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil, possibilitando a inclusão social e a cidadania, garantindo direitos e melhorando o bem-estar da população.

O desenvolvimento regional e a inclusão social também foram focos importantes das políticas públicas federais durante os governos Lula e Dilma. Tania Bacelar de Araujo (2013) abordou como as políticas públicas voltadas para a redução das disparidades regionais salientou o desenvolvimento, com especial atenção para as regiões Norte e Nordeste. Investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e sistemas de abastecimento de água e energia, foram importantes para promover o desenvolvimento regional. Além dos investimentos em infraestrutura, políticas de incentivo econômico, incluindo crédito e subsídios para pequenas e médias empresas, que estimularam o crescimento econômico local. Fernandes (2013), discute as políticas de reforma agrária e seu impacto na redistribuição de terras e na promoção da justiça social no campo. O autor destaca os avanços na inclusão social dos trabalhadores rurais e o fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido, programas sociais específicos para as regiões menos desenvolvidas possibilitaram a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população dessas áreas, garantindo uma distribuição um pouco mais equânime dos benefícios do desenvolvimento.

É perceptível observar que as transformações promovidas pelos governos do PT na primeira década do século XXI tiveram um impacto profundo e positivo na sociedade brasileira. A política externa ampliou a autonomia e a influência internacional do Brasil, enquanto as políticas econômicas promoveram taxas de crescimento relevantes. A emergência de uma nova classe social ascendente e as políticas públicas implementadas promoveu melhoras

significativas em indicadores sociais, ocasionando a inclusão regional, garantindo uma distribuição mais equânime dos benefícios do desenvolvimento. Estas mudanças estruturais refletiu um período de transformações profundas no Brasil, mas a tentativa de um projeto democrático popular esbarrou em alguns problemas de execução.

Decerto, a análise dessas políticas revela a complexidade e a profundidade das mudanças implementadas. Ao focar em uma abordagem holística que integrava políticas econômicas, sociais e regionais, os governos de Lula e Dilma possibilitaram no Brasil um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. A valorização do salário-mínimo e a expansão do crédito foram fundamentais para dinamizar a economia e o consumo internos, enquanto os investimentos em infraestrutura e programas sociais garantiram que os benefícios do crescimento econômico fossem amplamente distribuídos. A nova classe trabalhadora que emergiu deste contexto se tornou um pilar central na sustentação do governo. Ainda que com suas controvérsias, sobretudo a partir do entendimento de que a ascensão dos grupos populares na estrutura social brasileira foi acompanhada de uma vulnerabilidade funcional desses setores no processo de aprofundamento das relações capitalistas no Brasil (OLIVEIRA, 2011; BRAGA, 2012).

Para Sader (2013) construiu-se uma hegemonia pós-neoliberal. De acordo com o autor, os governos Lula e Dilma buscaram superar o modelo econômico anterior através de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a redistribuição de renda. A estratégia pós-neoliberal visou fortalecer o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social, revertendo a lógica neoliberal de minimização da intervenção estatal. Esta abordagem não só promoveu o crescimento econômico, mas também garantiu que alguns benefícios desse crescimento fossem distribuídos de maneira mais equitativa. Para Santos (2018, 102-103), a base do compromisso do PT com a estabilidade econômica estaria no Plano Real, implementado por Fernando Henrique Cardoso em 1994. Este plano estabilizou a moeda, mas também agravou os desequilíbrios estruturais nas contas nacionais e reduziu a capacidade de manobra do Estado para enfrentá-los. A apreciação cambial e a abertura comercial estimularam importações, que auxiliaram a conter os preços, mas comprometeram a indústria nacional, provocando déficits comerciais crescentes. Inicialmente esses desequilíbrios foram mitigados por privatizações e investimento estrangeiro com o intuito de adquirir ativos nacionais, enquanto aumentava-se a pressão e os incentivos para exportar. Entretanto, o mecanismo principal para compensar os desequilíbrios comerciais foi a atração de capital especulativo visando converter o Brasil em um destino atraente para as finanças internacionais.

Ao mesmo tempo, o outro lado dessa engrenagem se deu a partir do disciplinamento do Estado enquanto um instrumento de transferência de riqueza nacional para os circuitos financeiros internacionais. Isso se torna perceptível na lógica do ajuste estrutural com sua expressão na lei de responsabilidade fiscal⁴⁰ junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja negociação ocorreu antes da desvalorização do real em 1999, no início do segundo mandato de FHC. Esta lei estabelece a hierarquia no gasto orçamentário, consagrando prioridade máxima aos credores financeiros em detrimento de políticas sociais e investimentos públicos. Atrelado a ela o país passaria a se consolidar como um destino dos capitais especulativos, cujo fluxo se tornaria indispensável do ponto de vista da condução das políticas econômicas. Com efeito, Ajuste fiscal permanente, altas taxas de juros, política monetária contracionista, câmbio flutuante e livre movimentação de capitais passaria a ser os pilares desta macroeconomia.

Consequentemente, Lula, em sua campanha de 2002, garantiu compromisso com a estabilidade econômica através da "Carta ao povo brasileiro", acalmando temores de fuga de capitais e permitindo a construção de um discurso e prática conciliatória que possibilitou pacificar o país por dois mandatos e ainda lançar Dilma como sua substituta. Este compromisso com a credibilidade internacional exigiu aprofundar algumas reformas, como também estabelecer um padrão de desenvolvimento que conferia ares civilizatórios à sociedade brasileira. A face desse neodesenvolvimentismo⁴¹ (BOITO e BERRINGER, 2013; FIORI,

⁴⁰ Para uma cronologia a respeito das mudanças na lei de responsabilidade fiscal ver: Brasil. **Lei de responsabilidade fiscal e normas correlatas**. 2 ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/602077/Lei_responsabilidade_fiscal_normas_correlatas.pdf
 >. Acesso em: 22/06/2024.

⁴¹ De acordo com Boito e Berringer (2013), esse novo desenvolvimentismo se caracteriza por um programa que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal. Como afirmam os autores, para buscar o crescimento econômico, os governos Lula e Dilma lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões anteriores: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, sobretudo daqueles que apresentavam maior propensão ao consumo; b) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; e) mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo e encarecer os produtos importados. Para Boito e Berringer (2013, p. 32), a diferença desse neodesenvolvimentismo para desenvolvimentismo do período de 1930-1980 se fez a partir de algumas características, são elas: 1) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; 2) confere importância menor ao mercado interno; 3) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; 4) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; 5) tem menor capacidade distributiva da renda e 6) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que

2014; SANTOS, 2018) se apresentou como via alternativa entre financeirização e o nacionalismo do antigo desenvolvimentismo. Seu objetivo foi conciliar um elemento externo, o neoliberalismo, e outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro em sua face nacionalista.

De fato, como apontamos acima, o Brasil mergulhou em um ciclo de desenvolvimento no qual as formulações do neodesenvolvimentismo se apresentou como política conciliatória entre os setores da sociedade. O ensejo conciliador foi muito bem ilustrado a partir da política das campeãs nacionais. A política das campeãs nacionais foi uma estratégia do governo brasileiro de apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor de desenvolvimento capitalista nacional. Essa política foi praticada pelo Itamaraty e pela política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A alteração do estatuto do BNDES em 2003 possibilitou a oferta de uma nova linha de crédito especial estimulando a inserção externa destas empresas, desde que promovessem as exportações brasileiras. No período de 2003 a 2009 o crédito concedido com esta finalidade por meio do programa do BNDES Exim saltou de 42 milhões de dólares para 1,26 bilhão de dólares (aumento de 3.000% no período). Em 2010 esse volume atingiu 96,32 bilhões de dólares, sendo superior 3,3 vezes em relação aos 28,6 bilhões de dólares concedidos pela Banco Mundial naquele ano (Santos, 2018, p. 344). De fato, essa expansão esteve diretamente relacionada ao crescimento da economia brasileira que, juntamente com o *boom das commodities* colocaria o Brasil como a sétima economia mundial.

A BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) também desempenhou um papel importante, investindo em multinacionais brasileiras e promovendo fusões e aquisições, destacando-se o caso da JBS. A internacionalização brasileira incluiu aquisições na Argentina, fortalecendo a presença de empresas como Petrobras, Camargo Corrêa e Vale. A construção civil, em particular, recebeu grandes repasses para obras internacionais, muitas vezes

perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista. Para Fiori (2011), a agenda que ganhou força no final do século XX a qual propunha a centralização do debate no campo da macroeconomia fez ressurgir essa tendência do neodesenvolvimentismo ao se propor inovar e construir uma terceira via "entre o populismo e a ortodoxia". Esse movimento operaria como uma gangorra, alternando entre a valorização do mercado e do Estado. No entanto, aponta Fiori, o neodesenvolvimentismo repete erros teóricos do passado, propondo medidas ainda mais imprecisas do que aquelas da ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Em sua essência, tratou-se de um amálgama de propostas macroeconômicas ecléticas que visaram fortalecer simultaneamente o Estado e o mercado; promover tanto a centralização quanto a descentralização; incentivar a concorrência e ao mesmo tempo apoiar grandes "campeãs nacionais"; equilibrar interesses públicos e privados; combinar políticas de industrialização com abertura econômica; e implementar uma política fiscal e monetária que seja ao mesmo tempo ativa e austera. No que tange ao papel do Estado, o neodesenvolvimentismo defendeu seu fortalecimento, mas sem esclarecer a quem serve, para quem e com que finalidade, negligenciando, assim, a questão central do poder e dos interesses conflitantes entre classes e nações. Ver: Fiori, J. L. **A miséria do novo desenvolvimentismo**. Outras Palavras. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/a-miseria-do-novo-desenvolvimentismo/>>. Acesso em: 22/06/2024.

controversas devido ao impacto socioambiental e violações trabalhistas. Projetos como a Usina Hidrelétrica de Jirau e a represa de Belo Monte exemplificam os conflitos gerados por esses investimentos. A atuação do BNDES⁴² também enfrentou críticas internacionais, como a greve na Inco no Canadá e conflitos envolvendo a Odebrecht no Equador e na Bolívia. Com efeito, setores concentrados do capitalismo brasileiro, como construção civil e exportação de commodities, também foram os principais beneficiários da política de desenvolvimento. Mas, embora esses investimentos impulsionassem a economia, levantaram questões sobre sustentabilidade e governança ética. Em certo sentido, passaríamos a observar aí condições nas abririam oportunidades políticas a serem exploradas devido às críticas relacionadas ao desenvolvimento desses projetos. Isso tanto no campo do ativismo social quanto nas questões referentes ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas, sobretudo, à população mais carente e seus impactos.

Ao mesmo tempo que se construía uma política de desenvolvimento nacional, escândalos de corrupção começaram a eclodir e passaram a afetar principalmente o PT. A relação entre mídia, justiça e política no Brasil neste contexto ofereceu um rico campo de estudo para compreender como narrativas midiáticas ajudaram a oportunidades políticas discursivas antes e durante os processos de mobilização. Alguns estudos apontaram para fatores relevantes de atuação da mídia em construir ambientes de crise ao longo desse período. Neste sentido, como aponta Conceição (2014) a construção e destruição de imagens políticas pela mídia são processos que podem transformar figuras públicas em heróis nacionais ou vilões. De acordo com o autor, a Revista Veja construiu a imagem de Joaquim Barbosa durante o julgamento do Mensalão, retratando-o como um herói nacional e potencial candidato presidencial. A revista utilizou uma estratégia de marketing político, destacando a integridade e origem humilde de Barbosa, contrastando sua figura com a dos réus do Mensalão, associados à corrupção e à impunidade (CONCEIÇÃO, 2014, p. 12). Para Araújo (2018, p. 45), a cobertura do Mensalão pelas revistas Veja e CartaCapital, revelou como a corrupção foi mediatizada através de quatro estratégias principais: a escandalização, a pressão sobre as instituições, o conflito e a personalização⁴³. Essas estratégias não apenas refletiram a realidade procurando informar a

⁴² A principal fonte de financiamento do BNDES era proveniente de depósitos compulsórios do PIS-PASEP e do Tesouro Nacional, cujos aportes aumentaram significativamente entre 2001 e 2014. As políticas do banco, que incluíram empréstimos a juros subsidiados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), tinham como orientação mitigar a crise econômica de 2008, mas implicaram custos fiscais elevados, afetando a dívida nacional.

⁴³ Como afirma Araújo (2018) na escandalização a mídia apresenta o escândalo como um evento de grande magnitude, enfatizando aspectos sensacionalistas e chocantes para captar a atenção do público. No caso do Mensalão, as revistas exploraram intensamente os detalhes e as implicações do esquema de corrupção, ampliando a sensação de crise e indignação pública. Como consequência a cobertura midiática aumentava a pressão sobre as

população, mas também a moldaram, criando uma narrativa em que os atores políticos foram construídos como heróis ou vilões, dependendo da linha editorial de cada revista (ARAÚJO, 2018, p. 45).

A influência da mídia na construção de narrativas políticas é também discutida por Guazina (2014), a qual explorou como a credibilidade jornalística é buscada e moldada através de estratégias específicas de cobertura. Guazina argumenta que a mídia tem o poder de legitimar ou deslegitimar atores políticos, influenciando diretamente sua imagem pública e, conseqüentemente, suas oportunidades políticas (GUAZINA, 2014, p. 34). Além do mais a mídia exerce uma influência considerável sobre o judiciário, moldando a percepção pública e, por vezes, antecipando julgamentos formais, politizando a justiça e a judicializando a política. Neste sentido, em casos emblemáticos como o Mensalão e a Lava Jato, é perceptível como decisões judiciais são frequentemente influenciadas pela cobertura midiática e como essa cobertura molda a opinião pública sobre a atuação do judiciário (FONTAINHA & LIMA, 2017, p. 56). Por outro lado, criam-se também campos de disputa que são provenientes da forma como a cobertura do Mensalão, por exemplo, pelas revistas Veja e CartaCapital, criou julgamentos paralelos que precederam as decisões judiciais formais. Esse processo de mediatização não apenas informou o público, mas também influenciou a percepção pública e a legitimidade das instituições jurídicas (ARAÚJO, 2018, p. 60).

De fato, a cobertura jornalística do escândalo do mensalão teve um impacto significativo na opinião pública em relação ao governo do PT e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao analisar e reportar o escândalo, a mídia focou intensamente na corrupção, tanto do PT quanto de seus líderes, bem como na administração petista. Essa abordagem contribuiu para a formação de uma narrativa em que a crise foi predominantemente vista como resultado de atos ilícitos e falhas morais individuais, em vez de problemas estruturais ou sistêmicos. Esse enfoque reforçou a percepção pública de que o PT, que se posicionava como guardião da ética na política, era igualmente vulnerável aos vícios que criticava, minando sua imagem de

instituições envolvidas, como o judiciário e os órgãos de controle, para que tomassem medidas rápidas e decisivas. Durante o julgamento do Mensalão, a mídia destacou frequentemente a necessidade de uma resposta firme e exemplar por parte do STF, criando um clima de urgência e expectativa. Isso também pode ser visto no caso Dilma Rousseff em relação à Lava-Jato. Falaremos disso mais adiante. Por outro lado, a estratégia de conflito faz com que a mídia foque nos conflitos entre os diferentes atores envolvidos no escândalo, como políticos, juízes, advogados e outras figuras públicas de forma a aumentar o drama e a tensão narrativa, envolvendo o público em uma "batalha" contínua. No Mensalão, os conflitos entre ministros do STF, como Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski, foram amplamente cobertos, reforçando a polarização do caso. Ao dar ênfase a indivíduos específicos, transformando-os em símbolos do escândalo acabava personalizando a atribuição de determinada crise política. No Mensalão, Joaquim Barbosa foi destacado como o herói que combateu a corrupção, enquanto figuras como José Dirceu foram vilanizadas. Essa personalização facilitou a identificação do público com os atores principais e simplificou a narrativa complexa de um escândalo político.

probidade e diferenciando-o negativamente no cenário político brasileiro (MIGUEL e COUTINHO, 2007, p. 98).

Os editoriais dos principais jornais brasileiros – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – não apenas destacaram as denúncias de corrupção, mas também enfatizaram a inexperiência do presidente Lula e de seu partido para governar. Dados apresentados por Miguel e Coutinho revelam que 95,3% dos editoriais mencionaram a corrupção como uma das principais causas da crise, com 57,2% focando diretamente na corrupção do PT e seus líderes (MIGUEL e COUTINHO, 2007, p. 113). A abordagem do jornal O Estado de S. Paulo destacou especialmente a inexperiência de Lula, citada em 23,4% dos seus editoriais sobre a crise, enquanto O Globo enfatizou o aparelhamento da máquina pública, mencionado em 26,8% dos seus textos (MIGUEL e COUTINHO, 2007, p. 116). Essa ênfase em causas personalistas, em vez de causas abstratas ou estruturais, teve o efeito de concretizar a crise em torno de figuras específicas e práticas governamentais do PT. A recorrência dessas narrativas nos editoriais contribuiu para moldar a opinião pública de maneira crítica, solidificando a percepção de incompetência e corrupção dentro do governo petista. Ademais, a contínua cobertura jornalística e a repetição dessas críticas ajudaram a sustentar um ambiente de desconfiança e ceticismo em relação às promessas e capacidades do governo Lula.

Além disso, a abordagem da mídia teve um efeito "incendiário", intensificando a crise política ao criar uma pressão contínua sobre o governo. No entanto, paradoxalmente, os jornais também atuaram como "bombeiros", evitando questionamentos mais profundos sobre o sistema político e suas relações com a economia capitalista. A leitura dos dados mostra que as propostas de solução mais frequentemente mencionadas foram a investigação minuciosa das denúncias (40,9%) e a punição dos culpados (33,1%), enquanto apenas 13,6% dos editoriais abordaram a necessidade de uma reforma política mais ampla (MIGUEL e COUTINHO, 2007, p. 117). Proporcionalmente, O Globo apresentou mais remédios à crise do que os jornais de São Paulo, com uma média de 1,66 propostas por editorial, sugerindo uma abordagem mais diversificada. Ao focar na punição de indivíduos e na necessidade de reformas políticas pontuais, a cobertura jornalística ajudou a desviar a atenção de possíveis mudanças estruturais mais amplas. Isso limitou a potencial contestação ao sistema político vigente, perpetuando a ideia de que a resolução da crise passava apenas por ajustes dentro do próprio sistema, sem necessidade de uma transformação estrutural. Neste sentido como apontam Miguel e Coutinho (2007, p. 121) a cobertura dos jornais não apenas moldou a opinião pública contra o governo do PT, mas também preservou a estabilidade da ordem política existente, mesmo enquanto denunciava suas falhas.

Nesse contexto, podemos compreender como a mediatização de crises políticas operou como um processo poderoso ao configurar uma narrativa pública e institucional capaz de desenvolver oportunidades discursivas exploradas por diversos atores sociais e políticos. Como aponta Azevedo (2009, p. 61) em 2005, com o escândalo político do Mensalão, a imagem do PT e do governo Lula sofreu um desgaste significativo na mídia com cobertura tão intensa quanto a do caso Collor, se estendendo para além de 2005 e influenciando todo o ano eleitoral de 2006. A oposição transformou o escândalo no principal tema de sua campanha, e, em um processo de retroalimentação entre os campos político e jornalístico, conseguiu direcionar a cobertura da campanha presidencial. Lula e o PT, pressionados pelas denúncias, desenvolveram uma agenda de campanha focada principalmente no desempenho econômico e social do governo, evitando a disputa retórica em torno do escândalo. Embora a estratégia petista veio a ter resultado em sucesso eleitoral, a imagem do partido e do candidato na imprensa sofreu danos significativos, retrocedendo em relação à imagem positiva consolidada a partir de 2002. Devido ao escândalo, o PT entrou em uma fase na qual sua imagem passou a ser associada ao clientelismo e à corrupção política, desmontando a imagem inicial de um partido popular que havia sido cultivada ao longo de duas décadas.

Certamente, a análise desses elementos nos permitiu perceber que eles iluminaram o processo de crise da representação política que seria evidenciado em junho de 2013, especialmente através do slogan dos manifestantes "eles não me representam". Em grande parte, o campo de oportunidades discursivas se formaria a partir da desagregação da imagem do PT no poder. É interessante notar que, embora a imagem do partido fosse alvo de críticas da população, a imagem de Lula permaneceu relativamente intacta, com índices de aprovação superiores a 80% ao final de seu mandato.

Consequentemente, o Brasil chegava nos anos de 2010 com algumas contradições. A criação de elementos civilizatórios na sociedade brasileira foi importante dentro desse ciclo de desenvolvimento e crescimento econômico, mas não modificou o padrão de exploração no capitalismo. O que vimos, porém, foi uma modernização de setores da economia, mas sem políticas de inclusão efetivas. Por mais que admitamos que ocorreram ganhos substanciais para uma parcela significativa da população, como, por exemplo, a política de formalização do emprego e as taxas de desemprego baixas, isso não se traduziu em melhores condições de vida. Entendendo essas condições de vida como direitos socialmente assegurados. Com efeito, abria-se uma janela de oportunidades importante nesse contexto que tinha a ver exatamente com a necessidade do campo autonomista em lidar com as questões referentes à implementação de políticas públicas e sociais capazes de diminuir os impactos econômicos do mundo neoliberal.

Ao mesmo tempo, a imagem pública do partido que seria responsável por conduzir esse debate em torno da questão social estava desgastada.

No entanto, por mais que houvesse um certo entusiasmo devido a todas as conquistas dos governos petistas a nível nacional o partido esbarrou em algumas contradições (SINGER, 2016) em relação à política brasileira ou à dificuldade do modo lulista de regulação do conflito social (Santos, 2018). O Estado que havia sido decisivo na expansão do mercado interno brasileiro desde o primeiro mandato de Lula esbarrava em uma crise internacional a partir de 2008 que o fez mudar a direção das políticas com uma contração substancial da demanda doméstica e dois trimestres consecutivos de queda do PIB⁴⁴.

No âmbito político-institucional os *elementos conciliadores do presidencialismo de coalizão* já davam ares e contornos de conflito com o governo. Como observou Abranches (2018, p. 270-271), a presidência de Dilma Rousseff começara tensa devido à montagem do ministério e sobretudo a partir do fato de que o PMDB perdeu espaço na composição e acabou não gostando da situação. O próprio partido procurou compensar suas perdas na negociação dos cargos de segundo escalão e acabou entrando em atrito com a presidente-recém-eleita, ameaçando retaliar no Congresso. Dilma tomaria posse para administrar um legado que vinha dando sinais controversos quanto aos rumos a serem tomados. Primeiro, pelo fato de que o legado deixado por Lula era considerado muito bom, mas com problemas de amadurecimento. Ainda que a economia tenha crescido bem nos oito anos de governo Lula, somente em seis desses anos ela teve um desempenho considerado muito bom. O penúltimo ano, como resultado da crise de 2008, foi um ano de recessão e isso acabou afetando o começo do governo Dilma, o qual tentou manter o crescimento forçado (7,5%) por meio de subsídio, gasto, crédito facilitado e favorecimento do consumo. Isso dava ares de um bom começo, sobretudo pelo fato de que no primeiro trimestre de 2011 a popularidade de Dilma se manteria firme com aprovação de 47% e 7% de desaprovação⁴⁵.

⁴⁴ No quarto trimestre de 2008 o PIB real já apresentava uma taxa (1,03) de cerca de 5,95 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre (6,98) do mesmo ano. Em 2009 essas taxas apresentariam, no decorrer do ano, taxas negativas (2009 - T1: -2,43; 2009 T2: -2,20; 2009 T3: -1,16). Os fatores que explicam essa queda foram a contração do crédito, queda no preço das commodities e, com forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar. Decerto, como aponta Carvalho (2018, p. 28), na ocasião Lula procurou esclarecer e tranquilizar a população incentivando o consumo e alegando a crise como uma “marolinha”. De certa maneira, é verdade que já no segundo trimestre de 2009 essa contração estava perdendo fôlego e a economia tivera voltado crescer com média superior aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até meados de 2011. Ver: **Produto interno bruto (PIB) real**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414>> Acesso em: 19/06/2024.

⁴⁵ Como aponta Abranches (2018, p. 273), a marcha forçada do governo Lula produziu um sistema de pressões macroeconômicas que iria requerer cuidado do novo governo e, sobretudo, parcimônia. Dilma optou por controlar a inflação reprimindo preços, a começar pela gasolina. Uma ação anti-inflacionária com aperto monetário e fiscal

O segundo fator pesava sobre a relação com o principal partido que compunha a coalizão, o PMDB, o qual reivindicava uma briga política em torno do controle das estatais e em torno da ameaça de cortes das emendas parlamentares. Esse confronto se dava principalmente entre o deputado Eduardo Cunha (PMDB) e o PT. Para o deputado havia, neste caso, um problema de representação política do seu partido no governo. De forma geral, a concordância entre PT e PMDB na negociação em torno das pastas ministeriais e em relação ao controle das estatais era a principal pedra de toque na relação que poderia vir a dinamitar a ponte com o Parlamento, e isso abria campo para a constante atuação do vice-presidente Michel Temer (PMDB) em contornar as possíveis crises de governabilidade.

Neste sentido, desde o começo o mandato de Dilma Rousseff ganhava contornos ímpares em relação à manutenção do modelo desenvolvimentista frente às obrigações do presidencialismo de coalizão. Foram diversas quedas de braço travadas dentro dessa relação⁴⁶. A presidente tinha a percepção de que havia uma diferença entre a garantia da governabilidade por meio do mandato presidencial e pela coalizão em torno da governança. Isto é, a governabilidade enquanto interesse geral e que interessa, em particular, a quem exerce o mandato presidencial. E a governança também como interesse geral, mas que interessa aos partidos por meio da formulação e implementação de políticas de governo e manejo dos recursos orçamentários. Nesse sentido, a inconformidade entre os objetivos da governante com os da coalizão se manifestava, sobretudo, no controle das políticas e recursos públicos. De certa maneira, havia indícios nessa relação de uma abertura na relação dentro do sistema político que engendraria oportunidades a serem exploradas.

Assim, em termos da relação com a coalizão e em os impactos dessa relação na esfera pública, o primeiro ano do governo Dilma se encontrou em um processo turbulento de controle dos recursos públicos frente a crise econômica e a manutenção da base aliada em termos da

não era tarefa condizente com o modelo mental ideológico da presidente. Suas convicções econômicas refletiam visão desenvolvimentista, que não admitia limites macroeconômicos, sistêmicos ou ambientais. Ela preferiu conduzir sua política colocando mais pressão no sistema e isso afetaria a forma como a própria também administrava sua relação com a coalizão.

⁴⁶ A primeira queda de braços entre PMDB e a chefe do executivo foi na discussão do novo valor do salário-mínimo no qual o partido ameaçou trabalhar por um valor superior ao proposto pelo governo e o deputado Eduardo Cunha chegou a anunciar a própria emenda. A presidente ameaçou vetar e acabou ganhando o confronto juntamente com a atuação de Lula para conter as centrais sindicais, incluindo a previsão de regras para a elevação automática do mínimo definido por lei e por decreto presidencial e não mais por medida provisória. O PMDB acabou votando fechado com o governo e o valor definido pelo governo foi mantido. A primeira derrota do governo ocorreu no campo ambiental na votação do novo Código Florestal por meio de iniciativa de interesse da poderosa bancada ruralista e relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PcdoB – SP) o qual continha muitos retrocessos nos campos fundiários e ambiental. A partir desses dois primeiros momentos iniciais um conjunto de escândalos e trocas ministeriais foram se desenrolando obrigando Dilma direcionar esforços em coordenar os chamados custos da coalizão (ABRANCHES, 2018, p. 272-275).

governabilidade. Como apontam Bertholini e Pereira⁴⁷ (2017, p. 537-538), desde quando o PT chegara ao poder a heterogeneidade ideológica das coalizões no Brasil apresentou um salto para um novo patamar. Passaríamos de uma coalizão marcadamente de centro-direita durante os governos FHC para uma coalizão extremamente diversa ideologicamente com a presença de partidos de extrema-direita a partidos de extrema-esquerda passando pelo centro dentro do governo Lula. Esse mesmo fenômeno viria a se reproduzir durante o governo Dilma Rousseff.

Como apontam Bertholini e Pereira (2017, p. 538-541) uma das estratégias tomadas pelo PT durante o governo Lula foi expandir o número de ministérios para comportar uma boa parte da coalizão. O PMDB ingressa na coalizão presidencial em 2003 recebendo apenas dois ministérios. Lula não havia aberto espaço suficiente para que o próprio PMDB fosse recompensado proporcionalmente ao seu peso político no Congresso. Nesse sentido, ao comparar os Índices de Custo do Governo (ICG), os autores demonstram que os governos petistas se mostraram muito mais dependentes da necessidade de governar por meio de coalizões (FHC1: 57,8; FHC2: 56,5; Lula1: 71,3; Lula2: 79,8; e Dilma1: 85,8). A subida expressiva na necessidade de coalizão no governo Dilma 1 se deu, sobretudo, ao aumento da fragmentação partidária no Legislativo. De forma consoante, aponta Abranches (2018, p. 276), o gasto fiscal com a coalizão durante o primeiro ano de governo Dilma foi 1% superior ao mesmo período no fim do governo Lula, quando o gasto foi alto devido ao semestre eleitoral.

⁴⁷ O artigo buscou investigar como as escolhas estratégicas dos presidentes influenciam os custos de gestão de coalizões no Brasil, considerando o período de 1995 a 2013, abrangendo os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os autores desenvolveram um Índice de Custo de Governo (ICG) para medir as transferências políticas e financeiras feitas pelo presidente aos partidos de sua coalizão. Este índice é calculado a partir da análise de componentes principais, levando em conta variáveis como o número de ministérios, gastos com emendas parlamentares e gastos ministeriais totais. As hipóteses investigadas foram: 1) o tamanho da coalizão: coalizões maiores demandam mais recursos para manutenção; 2) a heterogeneidade ideológica: coalizões ideologicamente diversas são mais difíceis e caras de gerenciar; e 3) a proporcionalidade: coalizões desproporcionais, onde o partido do presidente é privilegiado, requerem mais recursos adicionais para manter a satisfação dos outros membros. Os autores concluíram que, primeiro, os custos de gestão variaram significativamente entre os presidentes analisados. Por exemplo, o primeiro mandato de FHC teve custos relativamente baixos, enquanto o primeiro mandato de Dilma Rousseff apresentou os maiores custos totais de governo. Em segundo lugar, a influência das estratégias presidenciais. Isto é, as estratégias do presidente em relação à montagem e manutenção de coalizões têm impacto direto nos custos de governo. Presidentes que formam coalizões grandes e ideologicamente diversas enfrentam maiores custos de manutenção. Além disso, gastar mais recursos com aliados da coalizão não garante necessariamente maior apoio político no Congresso. Por fim, a importância da proporcionalidade: presidentes que distribuem poder de forma mais proporcional dentro da coalizão tendem a enfrentar menores custos de governo. Neste sentido, os autores observaram que a eficiência na gestão das coalizões depende mais das estratégias presidenciais do que das estruturas institucionais. Com efeito, é perceptível notar que existe um papel considerável na relação entre legislativo e Executivo no que tange ao controle da agenda, além de um papel considerável dos poderes constitucionais nesse cenário. Ver: BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. **Pagando o preço para governar: custos de gestão de coalizão no presidencialismo brasileiro.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, jul./ago. 2017.

No entanto, o ano de 2012 começara com certas contrariedades a serem resolvidas. A “ciranda dos ministros” gerou um ambiente de tolerância zero com relação a malfeitos por parte da presidente⁴⁸. Ainda que os problemas viessem a despeito da situação na qual os ministérios se envolviam em denúncias de corrupção, a aprovação de seu primeiro ano de governo foi de 56% e a desaprovação apenas de 9%⁴⁹. Por outro lado, a economia parecia imune aos estímulos governamentais e permanecia parada. A crise europeia afetava os mercados mundiais e a demora de retomada no crescimento era sinônimo de preocupação para que se evitasse a recessão. A inflação era o calcanhar de Aquiles do governo pois, ao mesmo tempo em que o mesmo pressionava o Banco Central na diminuição da taxa de referência, a Selic, para forçar os brancos privados a diminuir a taxa de juros, o momento exigia uma precaução em relação à aceleração da inflação. O emprego e renda resistiam à pane econômica e a esperança do governo era reverter o quadro de estagnação antes que ele viesse a atingir a renda real e, consequentemente, a popularidade da presidenta.

Nesse sentido, o ano de 2012 veio trazendo ares de diversos problemas a serem enfrentados pelo governo no que tange à governança e a governabilidade. Como aponta Abranches (2018, p. 280), os fiscais médios com a coalizão no segundo trimestre foram 4,7% mais altos que no primeiro, e foram também 3,1% superiores aos do segundo trimestre do ano anterior (2011). Um gasto médio de 2,3% o qual indicavam uma razoável elevação dos custos de gestão da coalizão. Os motivos eram diversos. No congresso, foi instalada, no final de abril, a primeira Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) importante do governo Dilma para investigar corrupção política tendo como centro do esquema a empreiteira Delta, do empresário Fernando Cavendish e o conhecido Carlinhos Cachoeira. A imprensa, na época, divulgou o ocorrido como um processo de relação íntima entre a empresa e os processos de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵⁰. O caso gerou uma crise que respingou em vários parlamentares, e uma das áreas de atuação do empreiteiro era exatamente o complexo petroquímico no estado do Rio (Comperj), de responsabilidade da Petrobrás. O PMDB indicou para a presidência da comissão o senador Vital do Rêgo (PMDB- PB) e o

⁴⁸ Ver: CRUZ, V. FOREQUE, F. Dilma rechaça interferência de partidos em seu governo. **Folha de São Paulo**. Poder. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/tolerancia-com-corrupcao-e-zero-afirma-dilma/>>. Acesso em: 10/07/2024.

⁴⁹ Ver: FALCAO, M. Dilma é mais bem avaliada que Lula e FHC. **Folha de São Paulo**. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/15342-dilma-e-mais-bem-avaliada-que-lula-e-fhc.shtml>>. Acesso em: 10/07/2024.

⁵⁰ Ver: AZEVEDO, R. Novo alvo da CPI, Delta nacional levou R\$ 718,2 mi dos estados; diretores da empresa tinham procuração para movimentar contas nacionais. **Veja**. Publicado em 24 maio 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/novo-alvo-da-cpi-delta-nacional-levou-r-718-2-mi-dos-estados-diretores-da-empresa-tinham-procuracao-para-movimentar-contas-nacionais>>. Acesso em 10/07/2024.

governo conseguiu fazer relator o deputado Odair Cunha (PT-MG). Em acordo, no mês de maio, PT, PMDB e PSDB limitaram drasticamente o escopo das investigações, concentrando-as na subsidiária do Centro-oeste e deixando de lado a matriz no Rio de Janeiro. Isso poupou o então governador do Rio, Sergio Cabral (PMDB-RJ) que tinha interesses no Comperj e possuía amizade com Fernando Cavendish.

Outros eventos importantes marcaram o ano de 2012 no qual podemos observar uma desagregação do espaço político em termos das dinâmicas das relações de poder que possibilitaram a abertura de oportunidades políticas importantes. Foi um ano marcado por diversas greves⁵¹ que afetaram tanto o setor privado quanto o setor público. De acordo com o relatório Estudos e Pesquisas: Balanço das greves em 2012 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013), o número de greves realizadas pelos trabalhadores do setor privado (461) superou o registrado no setor público (409). Proporcionalmente, as greves no setor privado representaram 53% do total anual, enquanto as do setor público corresponderam a 47%. No setor privado, a maioria das greves ocorreram na indústria (330). No setor público, entre as empresas estatais, metade das greves ocorreu no setor de serviços (14), enquanto no funcionalismo público, a maioria foi deflagrada por servidores municipais (227). Em 2012, foram contabilizadas 86,9 mil horas de paralisação, confirmando uma tendência de aumento nas horas paradas observada mais claramente desde 2009. A série histórica também revelou que o total anual de horas não trabalhadas em 2012 seria o maior desde 1991. Por sua vez, o total de horas paradas nas greves do setor público (65,4 mil) superaria substancialmente o registrado no setor privado (21,2 mil), representando 75% do total anual. No setor privado, a indústria registrou o maior número de horas paradas (15 mil). No setor público, entre as empresas estatais, o setor de serviços registrou a maior quantidade de horas paradas (838 horas), enquanto no funcionalismo público, os servidores municipais acumularam o maior número de horas paradas (35 mil).

Com efeito, a análise das greves realizadas em 2012 revelou um cenário de mobilização trabalhista significativo tanto no setor privado quanto no público, com uma predominância das greves no setor industrial privado e entre os servidores municipais no setor público. A tendência crescente das horas paradas, especialmente no setor público, onde se concentraram 75% do total anual, indicou uma intensificação dos conflitos trabalhistas durante

⁵¹ O levantamento sobre as greves é um mapeamento organizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) procurando identificar as principais características desses movimentos. Os dados pertencem ao Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) o qual reúne informações das paralisações de trabalhadores realizadas no Brasil desde 1978. As informações do SAG são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

o período. As 86,9 mil horas de paralisação registradas em 2012 não apenas confirmam essa tendência, mas também destacaram um aumento consistente desde 2009, marcando 2012 como o ano com maior número de horas não trabalhadas desde 1991. Esse contexto refletiu um ponto crítico nas relações entre trabalhadores e empregadores, sublinhando a necessidade urgente de atenção às demandas trabalhistas e à eficácia das políticas de negociação coletiva durante o período.

Consequentemente, a relação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o governo Dilma Rousseff que fora marcada por um complexo jogo de apoios e críticas, se intensificariam ao longo dos meses seguintes até o processo de *impeachment*. Entre 2011 e 2013, a FIESP teve suas principais demandas atendidas pelo governo, incluindo a redução de juros, desonerações tributárias, expansão de subsídios e a redução do preço da energia elétrica, todas medidas enquadradas na Nova Matriz Econômica⁵² (NME) (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 187). Entretanto, apesar do apoio inicial, a FIESP começou a criticar a condução econômica de Dilma, principalmente após os resultados econômicos esperados não terem se concretizado. A desaceleração do crescimento econômico e a ineficácia da NME em reverter a desindustrialização contribuíram para o distanciamento da FIESP do governo (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 188). A crise econômica mundial de 2008 teve um impacto significativo, pois embora inicialmente tenha fortalecido o desenvolvimentismo, sua persistência levou a uma mudança de postura da entidade industrial (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 189).

A decisão da FIESP de apoiar o *impeachment* de Dilma em 2016 pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo a incapacidade de efetivar o ajuste fiscal, a perda de credibilidade do governo e a avaliação de que Dilma não teria condições de superar a crise de governabilidade (VACCARI & PEREZ, 2021, 191). A aliança entre a FIESP e as centrais sindicais durante o primeiro mandato de Dilma teve um impacto significativo, inicialmente fortalecendo a agenda desenvolvimentista, mas posteriormente, com a deterioração econômica, essa aliança se desfez (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 192). Diversas hipóteses foram

⁵² De acordo com Corsi (2016, p. 5-6), a partir de agosto de 2011, iniciou-se uma cautelosa redução da taxa básica de juros, alcançando 7,25% em outubro de 2012, visando estimular o consumo e o investimento, e reduzir a valorização do câmbio. Simultaneamente, o governo adotou medidas de desoneração fiscal, aumento dos gastos públicos e reajuste do salário-mínimo. Também adotou medidas de proteção para setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa, mas não adotou medidas que permitissem uma efetiva desvalorização do real. Sem uma política de controle dos fluxos de capital, a redução paulatina dos juros e o pequeno aumento na taxaço do capital estrangeiro não se mostraram suficientes para reverter a tendência de valorização da moeda. Para combater a inflação, além de manter a moeda valorizada em termos reais, o governo passou a controlar os preços administrados pelo Estado. Essa nova matriz econômica, baseada em juros baixos e câmbio competitivo, buscava modificar a política neoliberal herdada de FHC, flexibilizando o combate à inflação.

apresentadas para explicar a mudança de postura da FIESP. Entre elas, destaca-se a falha da NME em entregar resultados concretos, o processo de financeirização da economia, que diminuiu a clivagem de interesses entre setor produtivo e financeiro, e o excesso de ativismo estatal percebido pelos industriais (VACCARI & PEREZ, 2021, 193). A financeirização, em particular, teria levado muitos empresários a se voltarem para atividades rentistas, diminuindo o interesse em políticas de redução de juros (VACCARI & PEREZ, 2021, 194).

O acirramento do conflito distributivo durante o governo Dilma, resultante da queda dos preços das commodities e do aumento das taxas de juros internacionais, também contribuiu para a ruptura da coalizão entre industriais e trabalhadores (VACCARI & PEREZ, 2021, 195). Em resposta, a FIESP adotou uma agenda ortodoxa, priorizando o ajuste fiscal e reformas estruturais (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 196). Os autores concluem que a transição da FIESP de uma postura desenvolvimentista para uma agenda ortodoxa se deu em resposta ao colapso da sustentação material da coalizão social conciliadora do lulismo. Esta mudança foi fundamental para entender a dinâmica política que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 197). A possibilidade de uma relação política estável entre um governo de centro-esquerda e o empresariado no Brasil parece inviável em períodos de crise econômica, devido ao pragmatismo e à racionalidade de fins que caracterizam os empresários (VACCARI & PEREZ, 2021, p. 198).

Por outro lado, como apontou o relatório do DIEESE (2012), no setor público, as reivindicações de reajuste salarial (49%), cumprimento de Plano de Cargos e Salários (41%), e pagamento do piso salarial (26%) foram as reivindicações mais frequentes. Já no setor privado, as principais reivindicações incluíram a melhoria de auxílio-alimentação (39%), Participação nos Lucros e Resultados (34%), e reajuste salarial (33%). Este cenário de demandas intensificadas refletiu um ambiente de crescente insatisfação e pressão sobre o governo, exacerbando o conflito distributivo que marcaria o período.

De fato, é preciso levar em consideração que as greves em 2012 intensificaram os conflitos laborais e desempenharam um papel importante no conflito de conciliação entre capital e trabalho na dinâmica da conjuntura fluida que se construiu anterior aos processos de mobilização no governo Dilma. As crescentes paralisações refletiram não apenas uma pressão adicional sobre os custos empresariais, mas também sinalizaram uma incompatibilidade entre a agenda econômica do governo, os interesses industriais e as reivindicações sindicais. A mobilização trabalhista, combinada com um ambiente de tentativa de retomada do crescimento econômico e um processo de desindustrialização, levou a FIESP a adotar uma postura cada vez mais crítica e, eventualmente, a apoiar o *impeachment* de Dilma. O acirramento do conflito

distributivo e a dificuldade da NME em entregar os resultados esperados evidenciaram a complexa dinâmica entre conflito trabalhista e as estratégias políticas no Brasil, possibilitando, de forma significativa, para a posterior ruptura entre o setor industrial e o governo Dilma Rousseff.

No entanto, ainda que esses conflitos se estendessem, na esfera pública o governo Dilma ainda gozava de certa aprovação popular. Como aponta Abranches (2018, p. 281), os resultados das eleições municipais foram positivos para o PT, ainda que o PMDB tenha conservado o poderio de sua máquina municipalista⁵³. Mas a crise econômica assolava o governo e a sociedade, juntamente com o julgamento da ação criminal 470 no Supremo tribunal Federal (STF), o mensalão. O STF decidira em 17 de dezembro de 2012 que vinte e cinco denunciados foram considerados culpados por, pelo menos, um crime. A ação se estenderia até agosto de 2013, quando o STF iniciaria a análise dos recursos apresentados por todos os condenados. Sua conclusão foi apenas em março de 2014, resultando na condenação de 24 pessoas. Alguns dos condenados foram absolvidos de algumas acusações e tiveram suas penas reduzidas. Nos cinco anos subsequentes, todos, com exceção do publicitário Marcos Valério, receberam perdão judicial.

A retomada do processo do mensalão em 2012 retornaria com certa força para marcar a metade do governo Dilma. Uma trincheira reaberta a ser disputada pelo governo e seu partido. Em 2005, Lula já havia dado entrevista frente à cobertura extensiva da Rede Globo em relação ao processo e afirmara que as denúncias foram como uma “facada nas costas” e que o PT teria ainda que “sangrar muito” para reconquistar a credibilidade perante a sociedade⁵⁴. Como apontado anteriormente, a cobertura do mensalão foi ampla e representou uma oportunidade discursiva na construção de um ideário contrário ao PT, atrelando a figura do partido e de suas lideranças à imagem da corrupção (MIGUEL e COUTINHO, 2007). Lula conseguiria contornar a situação, ainda que ela fosse paulatinamente relacionada ao governo durante a campanha para as eleições presidenciais de 2006. O julgamento do processo em 2012 recolocaria lenha no

⁵³ O PT conseguiu um aumento de 81 prefeituras (557 para 638) ganhando na cidade de São Paulo de José Serra (44,4%) com Fernando Haddad (55,6%). O PMDB caiu de 1202 para 1021 prefeituras. O PSDB caiu de 786 para 695 prefeituras e fez os prefeitos de quatro capitais. O DEM manteve-se em processo de declínio de 496 para 266 prefeituras o PSB subiu de 310 para 440 prefeituras. O PSD fez 461 prefeitos na primeira eleição que disputou. (ABRANCHES, 2018, p. 281).

⁵⁴ Ver: **Lula fala**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/lula-fala.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

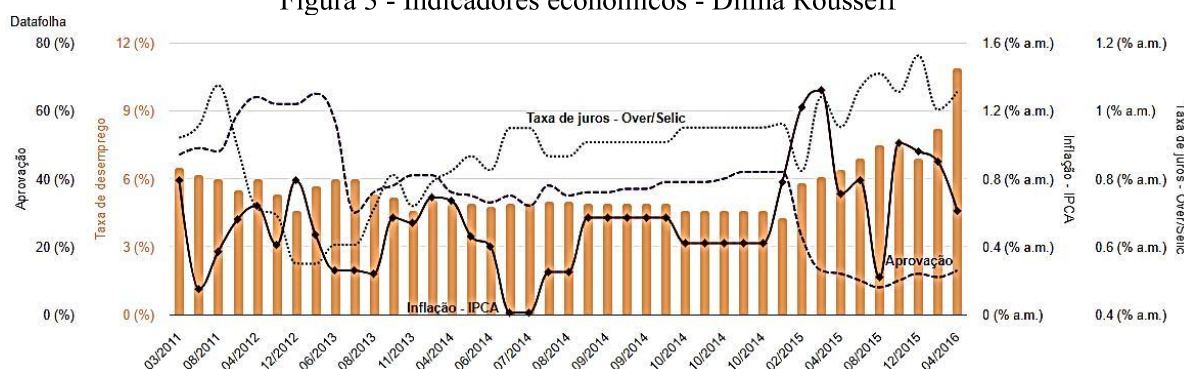
espaço público a fim de explorar as oportunidades discursivas em torno da relação dos governos do PT e as práticas de corrupção⁵⁵.

Além das questões ligadas ao campo da economia, o segundo semestre de 2012, foi acossado com o conflito interfederativo a respeito da aprovação, pelo Senado, em votação simbólica, de projeto que redistribuía os royalties do petróleo reduzindo a parcela dos estados produtores e da União. Esse projeto viria a ser vetado em dezembro daquele mesmo ano após mobilização da sociedade e só retornaria a ser apreciado no dia 6 de março de 2013 e a questão passaria a ser judicializada⁵⁶. De alguma maneira era a tentativa do governo de dar respostas aos processos de deterioração dos direitos provenientes de um ambiente de crise socioeconômica e antecipar, mesmo que deliberadamente, o slogan de seu segundo mandato “pátria educadora”.

No balanço, o governo Dilma fecharia o ano de 2012 com saldo positivo em relação à aprovação do seu governo (62% Ótimo/Bom; Regular 30%; Ruim/péssimo 7%; Não Sabe 1%). Decerto, os escândalos e corrupção colocavam o governo Dilma contra a parede. O sistemático uso dos meios de comunicação como forma de promover narrativas a respeito da corrupção nos governos do PT era uma estratégia eficiente para angariar apoios à oposição. Entretanto, ainda que o governo sofresse com as baixas em sua base partidária, os índices de avaliação se apresentavam estáveis. A preocupação, porém, advinha da retomada do crescimento econômico e a contensão dos preços da inflação. No agregado, o governo Dilma gozava de certa estabilidade e aprovação pela sociedade. As taxas de desemprego estavam relativamente controladas e os índices de inflação e taxa de juros também (Ver Figura 3).

⁵⁵ A Globo, por meio de seus principais telejornais de rede, acompanhou diariamente as sessões no STF em agosto de 2012. As reportagens destacavam os pontos principais das apresentações e dos debates, além dos votos de cada ministro. As discussões entre o relator do processo, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski, também foram amplamente cobertas pelo noticiário. A partir do dia 16 de agosto, começou a apresentação dos votos dos ministros do STF. O anúncio do fim do julgamento do Mensalão foi feito na abertura da edição do Jornal Nacional (JN) de 22 de outubro. No dia seguinte, o telejornal exibiu um histórico do caso e reportagens especiais destacando os principais momentos do julgamento. Essas intervenções criariam um ambiente discursivo que seria capaz de dar espaço para uma insatisfação social em relação ao sistema político e consequentemente à crise da representação.

⁵⁶ Ver: **Em 2012, divisão de royalties do petróleo provocou polêmica e acabou no STF**. Agência Câmara de Notícias, 26/12/2012. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/393178-em-2012-divisao-de-royalties-do-petroleo-provocou-polemica-e-acabou-no-stf/>>. Acesso em: 12/07/2024.

Figura 3 - Indicadores econômicos - Dilma Rousseff⁵⁷

Como pode ser observado no gráfico, a taxa de juros (linha pontilhada verde) apresentava índices superiores a 9% no terceiro trimestre de 2011 e a mesma taxa passa a ter um declínio durante o ano de 2012 devido a um *ciclo de afrouxamento monetário*⁵⁸ iniciado em agosto de 2011. Esse ciclo foi uma resposta proativa à deterioração das condições econômicas globais e internas. O Banco Central oportunamente iniciou o ciclo de redução dos juros no exato momento em que começava uma forte desaceleração da demanda agregada. Um dos sinais desse processo foi que o PIB estava crescendo abaixo da trajetória do produto potencial, com acomodação das pressões inflacionárias. Apesar das críticas iniciais e da comunicação confusa, a decisão mostrou-se benéfica, ajudando a conter a desaceleração econômica e as pressões inflacionárias. Este período ilustrou a complexidade da política monetária em um momento de crise dando importância aos ajustes para estabilizar a economia. A decisão do Copom de iniciar

⁵⁷ Os dados da **Figura 3** pertencem ao **Centro de Estudos da Metrópole**. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>>. Acesso em: 16 jul. 2024. A taxa de inflação é medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), o índice oficial do Brasil, calculado pelo IBGE. O IPCA abrange famílias com rendimentos entre 1 e 40 salários-mínimos nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Porto Alegre, além de Brasília, Goiânia e Campo Grande. A taxa de desemprego é obtida pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, iniciada em 1980 e revisada em 1982, 1988, 1993 e 2001. A pesquisa busca captar as características de trabalho e inserção da população no mercado de trabalho, conforme as recomendações da OIT, e abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

⁵⁸ O artigo "Ponto de Vista" da *Conjuntura Econômica* examina o ciclo de afrouxamento monetário iniciado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil em agosto de 2011. Nesse momento, o Copom surpreendeu os mercados ao reduzir a taxa Selic em meio ponto percentual, de 12,5% para 12%, enquanto a inflação anual estava em 7,5%, acima do teto da meta de 6,5%. Essa decisão, criticada inicialmente pelo mercado, revelou-se acertada à medida que o tempo passou. A decisão de reduzir a Selic foi motivada pela percepção do Banco Central de uma deterioração prolongada da economia global desde o segundo semestre de 2011. O Copom avaliou que uma crise crônica, embora menos acentuada que a de 2008, teria um impacto prolongado e severo na economia brasileira. Além disso, houve uma forte retração dos investimentos no primeiro trimestre de 2012, refletindo condições externas adversas e uma queda na produtividade, o que contribuiu para a desaceleração do PIB. Após a decisão inicial, o ciclo de redução da Selic continuou com sete cortes adicionais, levando a taxa para 8% ao ano, um mínimo histórico. A comunicação inicial do Banco Central foi confusa, mas posteriormente tornou-se mais clara, ajudando a estabilizar as expectativas do mercado. Ver: **Ciclos de afrouxamento monetário: 2011 e o atual** | **Blog do IBRE**. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/ciclos-de-afrouxamento-monetario-2011-e-o-atual>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

a redução dos juros no momento exato em que a demanda agregada começava a desacelerar demonstrou-se uma medida eficaz para mitigar os impactos negativos na economia brasileira.

Consequentemente, ainda nesse período o governo Dilma conseguiu manter os índices de aprovação estáveis acima de 60% (tracejado roxo) com pequenas oscilações. O desemprego (barra laranja), na casa de 6%, se mantém estável durante todo o período do governo Dilma até o processo de *impeachment*. Por sua vez, a política de afrouxamento monetário teve efeitos significativos na inflação e no mercado de trabalho. A inflação dos serviços, que era uma preocupação central, reduziu-se em aproximadamente um ponto percentual e meio em 12 meses. No entanto, a inflação de serviços ainda se mantinha acima do centro da meta. A redução dos juros ajudou a acomodar as pressões inflacionárias e a ajustar a demanda agregada (linha pontilhada no período 04/2012 a 12/2012). Apesar das críticas de alguns analistas sobre o mercado de trabalho ainda aquecido, a decisão do Copom em agosto de 2011 foi amplamente defendida como correta. Esse ajuste na política monetária foi essencial para conter a desaceleração da demanda agregada e ajustar as pressões inflacionárias.

Por mais que o cenário fosse otimista em relação ao ciclo de afrouxamento monetário, as dificuldades que assombrariam Dilma em sua campanha à reeleição seriam a economia e o início das investigações sobre irregularidades com empreiteiras que desaguiariam na Operação Lava Jato. Em fevereiro de 2013 Lula anteciparia a corrida presidencial lançando Dilma Rousseff como candidata do PT à reeleição. Essa antecipação repercutiu na coalizão governista gerando desagregação. Na oposição, a resposta foi imediata com Aécio Neves (PSDB-MG) indo para o ataque e condenando a adoção pelo governo da lógica da reeleição. Aécio acusou o governo, na tribuna do Senado, alegando que Dilma estava chegando à metade de seu mandato e “não cumprira com as promessas da campanha de 2010 e que havia uma infinidade de compromissos simplesmente sublimados”. De acordo com o senador, no governo Dilma, “a incapacidade de gestão se adensou, as dificuldades aumentaram e a verdade é que o Brasil parou”. Continuou alegando que os pilares da economia estavam em rápida “deterioração, colocando em risco conquistas que a sociedade brasileira logrou anos para alcançar, como a estabilidade da moeda”⁵⁹.

⁵⁹ No discurso, Aécio questionou qual a versão do Partido dos Trabalhadores (PT) estaria celebrando aniversário: a que defendia a ética ou a que apoiava réus do mensalão; a que condenava privatizações ou a que as realiza; a que defendia liberdades ou a que apoia ditaduras. Para o Senador, as ações do PT priorizavam somente seu projeto de poder sobre o Brasil, como na falta de apoio a Tancredo Neves durante a transição, na oposição ao Plano Real e à Lei de Responsabilidade Fiscal, criados durante os governos tucanos. O discurso de Aécio Neves destacou 13 falhas do governo do PT, incluindo a paralisia do país, o sucateamento da indústria, a má gestão econômica, a destruição da Petrobras e a falta de planejamento energético. Além do mais, o Senador argumentara que o PT promovia a intolerância e o autoritarismo, negligenciando a segurança pública e a saúde, e foi complacente com a

O discurso de Aécio elencava um conjunto de fatores que municariam a oposição em torno das críticas em relação ao PT. Além dos elementos pontuais a respeito da forma de condução da política pelo governo, Aécio Neves evocava um discurso moral a respeito dos temas relacionadas às práticas de corrupção. Esse discurso moral seria um elemento importante na configuração de uma oportunidade discursiva na esfera pública durante as manifestações contra o governo Dilma, seja em junho de 2013 ao levantar os fatores responsáveis pela deterioração dos direitos sociais, fosse nas manifestações pelo *impeachment* quando os manifestantes evocariam o discurso moral em torno das práticas de corrupção e a ingerência da economia nos governos do PT. De todo modo, Aécio já colocava esses discursos em destaque na tribuna do Senado, sobretudo quando avaliamos esse impacto nas narrativas dos manifestantes pró *impeachment*. Assim, para o senador “os casos de corrupção se sucedem, paralisando áreas inteiras do Governo” e que não havia uma pessoa que defendesse em praça pública “tais práticas de ilegalidade”. Que o PT estava transformando “a ética em componente menor da ação política” prestando um “enorme desserviço ao País, em especial às novas gerações”. Por conseguinte, acusava os governos do PT de serem responsáveis por “dividir o país entre nós e eles” e, ao se posicionar enquanto oposição, alegava que “não fazemos oposição ao Brasil e aos brasileiros” e que o PT fugia do “verdadeiro debate que interessa ao Brasil e aos brasileiros”.

A popularidade de Dilma se mostrava resiliente aos efeitos da oposição política. Em resumo, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, o PIB brasileiro apresentou um crescimento médio anual de 2,1%, uma taxa consideravelmente inferior ao crescimento mundial e da América Latina, que foram de 3,4% e 2,9%, respectivamente (CORSI, 2016, p. 2). A inflação, próxima ao teto da meta de 6,5%, e a formação bruta de capital fixo, oscilando entre 19,3% e 17,7% do PIB, refletiram um cenário de fraca expansão econômica. O aumento do consumo das famílias, motivado pelo crescimento do emprego, renda, crédito e programas sociais como o Bolsa Família, foi o principal motor do crescimento (CORSI, 2016, p. 3).

Em março de 2013 a inflação começara a aumentar (6,3% para 6,6%) e atingira pontos acima do teto da meta. Como aponta Corsi (2016, p. 4), Dilma era pressionada pela alta dos preços que se aproximavam do teto da meta. De forma coerente, a presidente estabeleceu uma

corrupção. Conclui que o PT estava esgotando a herança do governo FHC, com inflação e desconfiança dos investidores, e governando com foco na reeleição, não no desenvolvimento sustentável. Ver: COELHO, M. A **Íntegra do discurso do senador Aécio Neves (PSDB-MG)**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-discurso-do-senador-aecio-neves-psdb-mg/>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

política de metas de inflação a partir do início de 2011, dando continuidade à elevação moderada de juros. Como observamos anteriormente, na NME a meta ficou associada também a restrição ao crédito, o aumento do compulsório e das exigências de capital dos bancos, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) referente às operações de crédito pessoal e a contenção do gasto público. Entretanto, o governo não havia cortado os gastos com os programas sociais. Assim, apesar da piora nas condições econômicas, sobretudo em relação à inflação, a presidente continuava a ter apoio na sociedade. Em março o Datafolha registrou o melhor índice de aprovação do governo Dilma desde abril de 2012. A avaliação positiva ficou em 65% (Ótimo/Bom), Regular 27% e a negativa (Ruim/Péssimo) em 7%⁶⁰.

Com efeito, até junho de 2013 era perceptível como o padrão de desenvolvimento dos governos PT trazia índices de avaliação positivos na opinião pública. Dilma gozava de certa popularidade, mas estava exposta às contradições das dinâmicas provenientes das relações de poder na sociedade brasileira. Decerto, o Brasil gestado pelo PT era mais inclusivo, mas esbarrava em uma contradição fundamental: a criação de elementos civilizatórios sem uma modificação nos padrões de exploração existentes na sociedade. O resultado conheceríamos em junho de 2013.

2.2.4 2013, 2014 e 2015: oportunidades políticas no intermezzo eleitoral

No início de junho de 2013 a persistência da inflação e a deterioração das expectativas econômicas reduziram a popularidade de Dilma em 8 pontos. A queda em sua popularidade era modesta e prenunciava um movimento de inquietação social. O imprevisto chegaria no dia 15 de junho, quando as primeiras manifestações começavam a tomar as ruas do país⁶¹. A insatisfação se alastraria pelas redes sociais e no dia 16, na estreia do Maracanã na Copa das

⁶⁰ Ver: **Centro de Estudos da Metrópole**. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

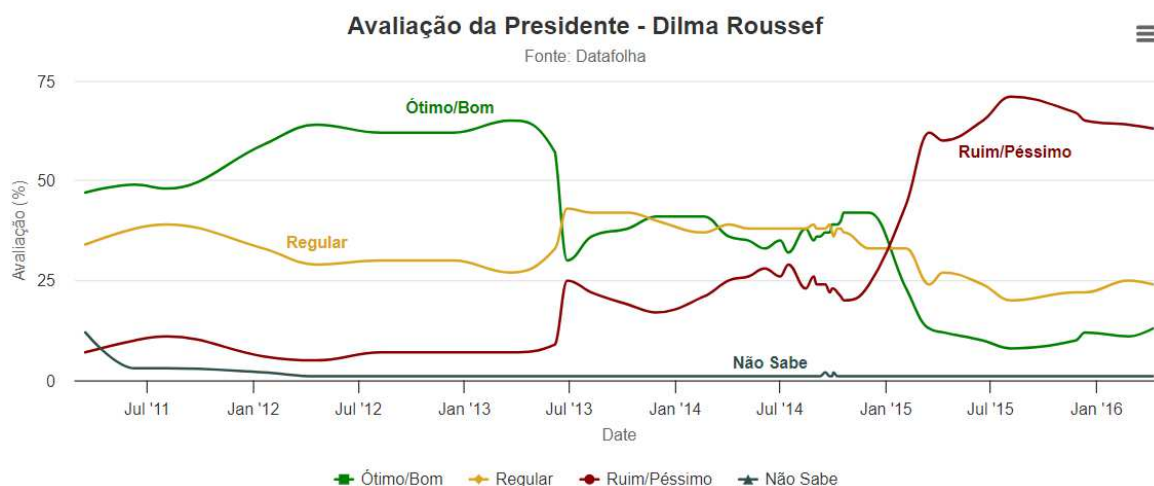
⁶¹ De acordo com Gohn (2014, p. 19), o dia 6 de junho seria o marco zero no conjunto das manifestações em massa que se desenvolveria nos dias seguintes. De fato, em um exame rápido e retrospectivo sobre reivindicações no Brasil recente, podemos observar que a principal pauta dos primeiros protestos já estava inserida historicamente na dinâmica social brasileira. Não dá para falar em um marco propriamente dito sobre o começo dos protestos de junho de 2013. O escalar das manifestações revela que a inserção pública desses protestos levou em consideração diversos fatores como a exposição à questão da violência, os grandes eventos, a indignação contida nas redes sociais, etc. O que podemos observar, em relação ao aspecto relacional ao sistema político, as manifestações começaram a ter um efeito contundente quando o número de manifestantes começou a aumentar paulatinamente nas ruas das principais cidades do país forçando uma resposta pública para suas reivindicações.

Confederações no jogo entre Itália e México, uma multidão de jovens protestou contra os gastos da Copa sendo reprimida pela polícia⁶².

Ao longo daqueles dias de manifestações o número de pessoas cresceria em um ambiente cada vez mais tomado pela indignação. A pauta das demandas passou a ser difusa e ampla. O ambiente passou a ser tomado por um sentimento de indignação com relação ao governo e à classe política. Dilma Rousseff seria vaiada na abertura da Copa das Confederações e o fato geraria troca de acusações entre governo e oposição⁶³. A inquietação das ruas continuou durante todo aquele mês a partir de diversos chamamentos e convocações. A violência irrompia de dois lados: pela polícia que tentava, de forma truculenta, reprimir os protestos e, por parte dos grupos que se enveredavam na ação contenciosa, como os *black blocs*. Outros grupos reivindicavam as ruas a partir do protesto sem uma ação contenciosa que se desenvolvesse em violência.

Os efeitos seriam sentidos sobre o sistema político como um todo, sobretudo na popularidade do governo. A aprovação de Dilma despencou após os primeiros protestos (Figura 3) indo de 57% (Ótimo/Bom) no dia 7 de junho, para 30% no dia 28 de junho do mesmo mês.

Figura 4 - Avaliação de presidentes - Dilma Rousseff⁶⁴



É possível dizer que, no conjunto, o ciclo de expansão econômica que se estendeu até o primeiro mandato de Dilma trouxe consigo um ambiente de oportunidades políticas que

⁶² Ver: **Manifestantes protestam contra Copa do Mundo no Maracanã**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130616_protestos_maracana_jp_cq>. Acesso em: 18 jul. 2024.

⁶³ Ver: **Governo e oposição trocam acusações sobre vaias a Dilma na Copa das Confederações - 17/06/2013 - Poder - Folha de S.Paulo**. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1296620-governo-e-oposicao-trocam-acusacoes-sobre-vaias-a-dilma-na-copa-das-confederacoes.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

⁶⁴ Ver: **Centro de Estudos da Metrópole**. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

extrapolavam as questões mais basilares de reivindicação da sociedade. O contexto de indignação que se somava aos levantes internacionais como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados, chamava a atenção para problemas provenientes do modelo de acumulação flexível no capitalismo mundial e que ganhava contornos no mundo brasileiro a partir das nossas desigualdades seculares. A esse ambiente somaram-se as questões mais cotidianas do nosso mundo social evocadas pela luta a respeito da tarifa de ônibus e os problemas de ordem urbana que assolam as cidades brasileiras e exprimem um padrão de exploração do espaço através do qual reverberam nossas formas desiguais de relações sociais. Com efeito, o início dos grandes eventos representou um dos diversos campos de oportunidades políticas a serem explorados pelos manifestantes dada a discrepância entre os serviços e os direitos negados à maioria da população e as obras faraônicas como consequência dos eventos globais. Além da Copa das Confederações, as críticas se dirigiam também a esses grandes eventos (Copa do mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) como eventos nos criavam-se condições de exploração da população local e que engendravam relações de poder, dominação modificando direitos e conquistas sociais⁶⁵.

De fato, as manifestações foram um momento delicado para expressar qualquer opinião mais contundente sobre o cenário político brasileiro. Durante o período de sua ocorrência, poucos parlamentares foram a público falar sobre os eventos⁶⁶. O que ficou nítido

⁶⁵ Um dos pontos controversos nessa questão foi a lei Geral da Copa ([LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012](#)), a qual conflitava com as leis brasileiras vigentes. Um exemplo notável era a liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, exigida pela Fifa, mas proibida pelo Estatuto do Torcedor. Esse ponto específico gerava intensos debates devido ao temor de um aumento da violência nos jogos. O relator da lei, deputado Vicente Cândido, acabou por propor a liberação apenas para os eventos da Fifa, em estabelecimentos dentro dos estádios. Outro ponto polêmico era a questão da meia-entrada. A Fifa desejava controlar os preços dos ingressos, o que excluía a possibilidade de meia-entrada para estudantes e outros grupos. Após muitos protestos, o relator incluiu no substitutivo uma reserva de 300 mil ingressos a preços reduzidos para estudantes, indígenas, idosos e beneficiários do Programa Bolsa Família, visando atender a esses grupos em todos os jogos. Além disso, a aprovação da Lei Geral da Copa implicava na suspensão parcial da Lei Pelé, especialmente na parte que determinava o repasse de 5% da receita de exploração de direitos esportivos audiovisuais aos sindicatos de atletas profissionais. O substitutivo da Lei Geral da Copa também previa um prêmio de R\$ 100 mil para os jogadores titulares e reservas das seleções brasileiras campeãs das Copas de 1958, 1962 e 1970, além de um auxílio mensal para complementar suas rendas. Embora essa medida fosse uma homenagem aos chamados "heróis nacionais", também levantou discussões sobre seu impacto financeiro e a equidade da medida. Para atender às exigências da Fifa, a lei incluía disposições para facilitar a emissão de vistos de entrada e permissões de trabalho para membros de delegações, convidados, funcionários das confederações, jornalistas e espectadores internacionais. Além disso, o texto também propunha a utilização de aeroportos militares para a aviação civil, caso necessário, devido ao aumento da demanda de voos durante os eventos. Esses pontos destacados refletiam, assim como diversos outros pontos controversos no documento, expôs a preparação para a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, como também as Olimpíadas à vulnerabilidade do Brasil em face das rigorosas exigências da Fifa, o que fez com que a indignação dos manifestantes procurasse formas de reivindicação de direitos e assegurar determinados direitos conquistados.

⁶⁶ Para Andrey Cordeiro Ferreira (2018), as Jornadas de Junho de 2013 foram, desde o início, tratadas como um fenômeno polêmico e controverso. A reação inicial dos partidos políticos (PT, PSDB, PMDB) que controlavam os principais estados onde ocorreram as manifestações (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), bem como do

sobre o período foi que o embate entre a rua e sistema político se fez a partir de discursos bem opostos, pois, enquanto os representantes políticos usaram todas as estratégias possíveis para legitimar a política institucionalizada, a representação política e a atuação dos partidos e do parlamento, os manifestantes, por sua vez, questionavam o poder institucional, reclamavam da democracia representativa e negavam a legitimidade dos partidos, das demais instituições políticas e dos próprios representantes (BARROS e BARBOSA, 2020, p. 41).

A tentativa de dar respostas às ruas foi considerada um elemento importante para os principais representantes políticos. Como podemos observar no **Quadro 4** os discursos variaram na forma como tentaram traduzir e, por vezes, cooptar as demandas das ruas. Por parte do Executivo, a tática discursiva procurou minimizar os efeitos políticos da mobilização. Afinal, Dilma Rousseff estava no processo de início para a campanha das eleições de 2014. Nas casas legislativas o reconhecimento da legitimidade das manifestações e a tentativa de se aproximar das manifestações levantando o discurso de “casa do povo” foi, recorrentemente, o mais utilizado.

Governo Federal, foi de criminalização. A grande mídia, representada por veículos como a Rede Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, também adotou uma postura de desqualificação e criminalização dos protestos. Em um segundo momento, intelectuais ligados ao PSDB tentaram reinterpretar as manifestações como um movimento cívico contra a corrupção, desvinculado tanto dos movimentos sociais anteriores, como os grandes sindicatos e o movimento estudantil, quanto dos movimentos subsequentes, como os *Black Blocs* e as greves de massa. Essa tentativa visava construir a narrativa de que o movimento "Fora Dilma" teria suas origens nas manifestações de junho de 2013. Neste sentido, o apontamento inicial era sempre de forma a tentar diminuir os efeitos políticos da manifestação apelando para o caráter “violento” dos atos. Nenhum parlamentar queria realizar grandes interpretações sobre o movimento devido ao receio dos resultados. Por isso as interpretações iniciais giraram muito em torno da questão da insatisfação com o governo e com a política, de modo geral. Como aponta Werneck (2018), apesar de as jornadas de 2013 terem expressado o desejo por uma mudança na política, com o slogan “Vocês aí em cima não nos representam; queremos uma outra política”, a mensagem não foi compreendida à direita e à esquerda, ao contrário, as manifestações assustaram os governantes, que sufocaram as possibilidades de oxigenação da política. De fato, a retrata~jao pública se faria muito mais em torno de respostas muito apaziguadoras do que uma captura que fosse mais contundente em torno de qualquer aprofundamento da política. Ver: FERREIRA, A. C. **Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018)**. *Le Monde Diplomatique*, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/ecos-de-junho-insurgencias-e-crise-politica-no-brasil-2013-2018/>>. Acesso em: 16 ago. 2024; FACHIN, P. **O terremoto de Junho de 2013 foi sufocado e não oxigenou a política brasileira. (Entrevista com Luiz Werneck Vianna)**. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7328-o-terremoto-de-junho-de-2013-foi-sufocado-e-nao-oxigenou-a-politica-brasileira>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Quadro 4 - Comparação dos Discursos dos Líderes Políticos

ASPECTO	PRESIDENTE DA REPÚBLICA (DILMA ROUSSEFF)	PRESIDENTE DO SENADO (RENAN CALHEIROS)	PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (HENRIQUE EDUARDO ALVES)
DATA DO PRONUNCIAMENTO	21 de junho de 2013	25 de junho de 2013	20 de junho de 2013 e 11 de outubro de 2013
TÁTICA DISCURSIVA E ÊNFASE NO DISCURSO	Elogio às manifestações, minimização dos efeitos políticos Democracia e participação popular	Reconhece a legitimidade das manifestações e promete mudanças e reformas Reformas políticas e econômicas	Prestação de contas e promessa de ações legislativas em resposta às manifestações Legitimidade do Congresso como 'Casa do Povo'
RESPOSTA AOS MANIFESTANTES	Promete diálogo com líderes das manifestações e movimentos sociais	Enfatiza a necessidade de maior transparência e promete ação legislativa	Acompanha as manifestações, promete votar projetos importantes e responde às demandas
PROPOSTAS ESPECÍFICAS	Pacto nacional com foco em responsabilidade fiscal, reforma política, combate à corrupção, melhorias em saúde, transporte e educação	Reformas políticas, maior transparência e medidas de combate à corrupção	Fim do voto secreto, votação da PEC 37, reforma política via plebiscito, desoneração fiscal do transporte público
PRONUNCIAMENTO ESPECÍFICO	"Prometo receber os líderes das manifestações pacíficas"	"A reforma política é necessária e urgente"	"O momento histórico da Constituinte ilumina a Câmara Federal agora em que escrevemos novo capítulo de mudanças, em sintonia com os desejos da sociedade."
CRÍTICAS ABORDADAS	Rejeição à violência nas manifestações	Necessidade de maior transparência e reformas	Opta pelo silêncio sobre os gastos da Copa das Confederações, focando em medidas como a suspensão do aumento da tarifa de transporte

ELEMENTOS DE DECISÃO E LEGITIMIDADE E AÇÃO	Anuncia pactos e reuniões com outros poderes e movimentos sociais	Propostas de reformas políticas e econômicas	Prestação de contas ao final do ano legislativo, destacando ações e projetos aprovados em resposta às manifestações
	Apresenta-se como uma líder democrática e parceira do povo	Enfatiza a legitimidade do Senado e seu papel na promoção de reformas	Reafirma a Câmara como 'Casa do Povo', destacando a resposta às demandas populares e propondo ações legislativas concretas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Barros e Barbosa, 2020⁶⁷.

⁶⁷ No artigo "Respostas dos representantes políticos aos protestos de junho de 2013" os autores analisam a resposta discursiva e as estratégias retóricas dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal às manifestações de junho de 2013 no Brasil. O estudo procurou compreender como esses principais representantes políticos reagiram aos protestos de 2013, utilizando o discurso como ferramenta essencial do processo político. A análise foca nos elementos *logos* (aspecto racional, mediante o uso da argumentação lógica ou ainda quando o orador toma de empréstimo argumentos de especialistas como filósofos, cientistas políticos e outros experts, a fim de impressionar sua plateia e produzir efeitos de conhecimento ilustrado), *ethos* (elemento discursivo que contribui para a construção da imagem de si) e *páthos* (estetização do discursivo com fins emocionais, através da sedução, da dramatização dos acontecimentos e de ancoragem numa visão do mundo fragmentada e atemporal) presentes nos pronunciamentos e investiga as estratégias discursivas empregadas para defender e legitimar o sistema político e naturalizar a ideia de que os protestos são elementos constitutivos da democracia. Os autores comparam as diferentes formas de manifestação dos três representantes, destacando também as similaridades nas suas abordagens e estratégias discursivas. Ao contextualizar as manifestações dentro da resposta institucional os autores lançam mão de uma análise que contrapõe o discurso oficial do aumento da participação naquele momento específico de 2013 aos questionamentos sobre a eficácia do sistema representativo. Essas contribuições ajudam a esclarecer o papel das instituições políticas e suas respostas aos movimentos sociais. Em termos da nossa análise, essas questões lançam luz sobre a forma como o sistema político desferirá jogadas dentro das oportunidades abertas durante o momento das manifestações.

Como apontam Barros e Barbosa (2020, p. 37), os três representantes optaram por formas diferentes de se manifestar, mas com determinadas similaridades do ponto de vista do conteúdo e das estratégias discursivas. Enquanto a presidente usou unicamente o recurso constitucional do pronunciamento em cadeia de rádio e televisão com o intuito de falar diretamente com a sociedade, os presidentes da Câmara e do Senado utilizaram-se da prerrogativa constitucional, mas combinando com suas manifestações ao longo de todo o período dos protestos, por meio de divulgação de suas ideias nas mídias institucionais (Portal e TV Câmara) e entrevistas em veículos privados de mídia, sempre valorizando o lugar da mediação.

No entanto, cabe notar que, de forma a tentar apaziguar os ânimos referentes aos problemas gerados sobre a representação política e a descrença no sistema político causado pelas manifestações, as estratégias tomadas pelos discursos oficiais mantiveram uma relação propositiva com as ruas. A posição de diálogo, transparência e acompanhamento das manifestações estiveram presentes nos aspectos “Resposta aos manifestantes” e “Propostas específicas” evocando necessidade de reformas políticas que dessem respostas à crise da representação reivindicada pelas ruas, juntamente com a ênfase do combate a corrupção, outro tema levantado pelos manifestantes. Assim, para o sistema político, certas oportunidades foram exploradas no sentido de tentar retraduzir os sentimentos das ruas como forma de construir elementos de reorganização da esfera pública. Isso fica claro nos elementos do “Pronunciamento específico” dos líderes ao tentar se apropriar dos eventos de protestos evocando a Constituinte como elemento de mudanças em sintonia com os desejos da sociedade.

No caso de Dilma Rousseff, a tentativa de contornar junho de 2013 se deu principalmente pela proposição de cinco pactos que foram dirigidos aos políticos e à sociedade: 1) responsabilidade fiscal que sustentasse uma posição de firme combate à inflação, àquele momento em alta; 2) reforma política, concretizada na controversa proposta de um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para o tema. Ainda a esse tema foi ajuntada a proposta de que se aprovasse legislação mais rígida contra a corrupção, elevando-a a categoria de crime hediondo. Certamente, e aqui é um ponto importante a ser salientado, a proposição de um plebiscito, mesmo que não tivesse sido uma ação deliberada, foi uma tentativa arriscada frente ao sistema político, pois ao tentar dar respostas às ruas oferecendo-lhes os mecanismos necessários de decisão política, Dilma, de certa maneira, enfraqueceria as relações com a base de sustentação do governo e sobretudo com a oposição, deslegitimando o processo eleitoral em torno de uma discussão exclusiva para uma nova constituinte; 3) saúde, com mais investimentos e a contratação de profissionais estrangeiros para o Sistema Único de Saúde para

áreas remotas do país, o que deu origem ao Programa Mais Médicos; 4) transporte coletivo, com a proposta de desoneração de PIS e COFINS do óleo diesel e energia elétrica, além de mais investimento em obras de mobilidade urbana; e 5) educação, com a proposta de destinação de 100% dos royalties do petróleo e de 50% do pré-sal para as políticas educacionais⁶⁸.

Decerto, a resposta de Dilma não era somente uma resposta à sociedade como um todo. Ela procurava também diminuir os impactos da erosão da sua base de governabilidade tentando propor uma solução na qual centralizasse o papel protagonista dos eventos na construção de um apoio no campo político e social. Uma vez que o discurso sobre as manifestações ganhava contornos variados na grande imprensa, sobretudo ao deslocar o eixo de interpretação das questões ligadas à violência para o problema referente à ação policial durante os protestos⁶⁹. Este enquadramento inicial teve o efeito de marginalizar os protestos e reduzir sua credibilidade perante o público com o intuito de diminuir as oportunidades políticas a serem exploradas pelos manifestantes. No entanto, à medida que os protestos se intensificaram e ganharam uma adesão massiva, a postura da mídia começou a mudar. A pressão exercida pelas redes sociais e pela mídia alternativa⁷⁰, que oferecia uma cobertura em tempo real e de dentro dos eventos, forçou os veículos tradicionais a reavaliarem suas estratégias.

⁶⁸ Ver: **21-06-2013 - Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 28 jul. 2024. Ver: **24-06-2013 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

⁶⁹ Havia diferenças significativas nas narrativas da grande mídia e dos coletivos midiativistas em relação à violência nas manifestações. Bezerra e Grillo (2014) observaram que a grande mídia, representada por conglomerados empresariais como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, tendiam a não problematizar a violência policial, enfatizando a atuação dos chamados "vândalos". Como aponta Zanotti (2015, p. 95), inicialmente a grande mídia brasileira adotou uma postura de deslegitimação em relação aos manifestantes. Reportagens e editoriais de grandes veículos, como a Rede Globo e os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, focaram predominantemente em episódios de violência e vandalismo, rotulando os participantes de "vândalos" e "baderneiros". Em contraste, os coletivos midiativistas, como a Mídia Ninja, frequentemente culpavam a polícia pela eclosão dos confrontos, retratando positivamente as ações associadas à tática *Black Bloc*. As transmissões ao vivo e a cobertura independente realizadas pelos coletivos desafiaram significativamente a narrativa dominante da grande mídia. Casos emblemáticos, como a prisão injusta do manifestante Bruno Ferreira, desmentida por vídeos compartilhados online, ilustram como a cobertura midiativista desautorizou as versões apresentadas pela grande mídia. Após os eventos de 13 de junho de 2013, a grande mídia alterou sua abordagem das manifestações, passando a relatar de forma mais crítica os excessos policiais (BEZERRA e GRILLO, 2014, 202). As ações dos coletivos ocasionaram uma crise de credibilidade sobre a narrativa da imprensa que, ao perceber a mudança na opinião pública, ajustou sua cobertura para não perder relevância junto ao público.

⁷⁰ A mídia alternativa, representada por coletivos como a Mídia Ninja, desempenhou um papel vital ao proporcionar uma narrativa contra-hegemônica. Utilizando ferramentas digitais e redes sociais, esses grupos transmitiram ao vivo os eventos das manifestações, capturando e divulgando imagens de abuso policial e oferecendo uma visão mais abrangente e diversa dos acontecimentos (PERUZZO *et al*, 2013; ZAGO *et al*, 2015).

Com efeito, o conflito de discursos que se deu no espaço público durante as manifestações de junho de 2013 foi importante para compreendermos como as jogadas dos atores passariam a ser importantes no decorrer do tempo que se iniciara desde junho de 2013, passaria pelas eleições de 2014 até as primeiras manifestações do “Fora Dilma”. Junho terminara sem muitas respostas, mas com grandes questões. Ao questionar os papéis desempenhados pelo sistema político em torno da chamada crise da representação ajudou a promover uma acossada resposta por parte do congresso em decidir e, conseqüentemente, rejeitar a PEC 37⁷¹. Com efeito, a ação do Congresso em rejeitar a PEC 37 demonstrava não somente os resultados de uma campanha construída ao longo de determinado tempo pelo próprio MP, mas a tentativa de dar algum tipo de resposta a junho de 2013, sobretudo em torno das questões ligadas à lida do sistema judiciário com a questão dos julgamentos.

A grande questão é que junho abriria uma janela de oportunidades importante para o campo de mobilização de esquerda. Consideremos o fato de que as manifestações de junho tivessem um nítido perfil de esquerda (RICCI, 2018, p. 98). Neste sentido, 2013 marcou uma ruptura com os modelos organizacionais típicos da modernidade, que foram predominantes em nosso país ao longo do século XX. Ainda que as oportunidades se assemelhem em termos diversos, o contexto de formação do engajamento e de mobilização ganharam contornos diferenciados comparados ao Fao Collor. As estruturas que englobavam os membros de movimentos sociais em um conjunto estruturado de representações delegadas, estruturas administrativas internas e processos decisórios relativamente regidos, e que asseguravam uma forte unidade e identidade coletiva erodiram face ao surgimento dos coletivos. Essa lógica organizativa foi desafiada por manifestações em massa que, em um período de três semanas, propuseram uma 'manifestação mosaico', fragmentada em múltiplas demandas e estruturas minimalistas autodenominadas coletivos (RICCI, 2018, p. 103). Em 2014 essa lógica abriu um

⁷¹ De acordo com Lemos e Barros (2016) o Ministério Público (MP) foi bem-sucedido ao enquadrar o debate sobre a PEC 37 na mídia, apresentando-a como a "PEC da impunidade" e associando-a à “proteção de corruptos”. A campanha de comunicação do MP, que incluiu eventos públicos, mobilização nas mídias sociais e visitas a parlamentares, foi essencial para moldar a percepção pública e influenciar a cobertura midiática. De acordo com a autora, a mídia, majoritariamente favorável à posição do MP, desempenhou um papel crucial na rejeição da PEC pelo Congresso por meio do predomínio de textos editoriais que sustentavam o ponto de vista do MP. Em sua maioria, a posição das fontes de matérias publicadas sobre a PC 37 em revistas e jornais predominavam posições contrárias à PEC. O número de matérias atinge o máximo de publicações em junho de 2013, mas vinha crescendo desde março. Para os autores (2016, p.729), ainda que as reivindicações das manifestações tivessem impacto importante na rejeição da PEC, as mesmas não responsáveis por levar o debate à imprensa. E sim o contrário, a campanha e o enquadramento desenvolvidos pelo MP foram muito mais cruciais em criar esse sentimento que foi incorporado pelas manifestações. De certa maneira, nesse contexto junho acabou sendo um dos motivos para uma resposta institucional a respeito dos impactos da mobilização.

campo de contestação no qual se apresentaram movimentos como os *rolezinhos*⁷² e as ocupações de escolas em 2015 e 2016⁷³.

Mas junho de 2013 não deu abertura para o surgimento somente dos campos autonomista e socialista. Alonso (2017) identifica três repertórios de confronto nos quais possibilitaram também e a existência de três ciclos em junho de 2013: o (neo)socialista, o autonomista e o patriota. Para a autora, esses repertórios foram importantes na configuração das disputas políticas no período 2013-2016. Concordamos com Alonso ao apontar que esses três ciclos foram distintos. Porém, existiu uma influência significativa das eleições de 2014 no ciclo patriota aberto em 2015. Observamos, porém, que as eleições não foram somente um fenômeno fortuito de residual influência nos ciclos de confronto. Antes, entendemos que o período das eleições foi um ciclo no qual ocorreu uma abertura de janelas de oportunidades nas quais sistema político e ativistas configuraram uma estrutura de mobilização capaz de dar outros rumos ao confronto político. Neste ponto concordamos com McAdam e Tarrow (2011) de que existe uma relação recíproca entre movimentos sociais e eleições e que esses fenômenos políticos estão profundamente conectados.

⁷² Como aponta Vergas (2015, p. 3) Os rolezinhos ganharam visibilidade nos últimos dias de 2013 na cidade de São Paulo. Constituídos por grandes aglomerações de jovens empobrecidos em shopping centers, onde sua presença em massa não era comum, os rolezinhos geravam um efeito dominó de reações condenatórias. Os meios de comunicação social censuraram as ações dos jovens residentes das zonas periféricas da cidade, mas os rolezinhos tornaram-se uma fixação nacional que passou a ter ocorrências em diversos outros estados. No entanto, para Vargas (2015), ainda que o ciclo de oportunidades engendrados no governo Lula e Dilma tenha possibilitado construir políticas de ações afirmativas do negro na sociedade brasileira, essas não impactaram os modos de exclusão burocraticamente arraigados e anti-negros na sociedade. Para o autor, a *desidentificação* do negro na sociedade brasileira promove um deslocamento constante de lugares de privilégios nos quais os negros não podem se apresentar. Coletivamente, estes jovens desfavorecidos e segregados afirmam a sua inserção arduamente conquistada no mercado de consumo global. Os rolezinhos testam até que ponto os espaços brasileiros de relativa riqueza são capazes de absorver grandes concentrações de pessoas negras, tornam-se metáforas da integração negra. Os rolezinhos dramatizaram os ganhos materiais dos negros trazidos pelos programas redistributivos pró-pobres do PT numa formação social histórica, mas que presentemente normaliza a exclusão negra (VARGAS, 2018, p.10).

⁷³ A "primavera secundarista", como ficou conhecido o movimento de ocupações de escolas pelos estudantes, surgiu como uma iniciativa para reivindicar direitos essenciais através da ocupação de prédios públicos. As primeiras ocupações ocorreram em novembro de 2015, começando em São Paulo e rapidamente se espalhando para Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, estados da região sul, especialmente Paraná, e em algumas áreas das regiões nordeste e norte. As estratégias, ações e valores compartilhados pelos estudantes durante os processos de ocupação se assemelhavam com as formas de manifestação que estiveram na cena de junho de 2013. Rocha (2020, p. 67), observou quatro importantes estratégias de ação executadas pelos estudantes: a ocupação, os trancaços das ruas, as passeatas nas ruas e o ativismo *online*. Durante o processo de ocupação predominou formas de ação nas quais as decisões eram tomadas de maneira coletiva por meio de assembleia, partilhando valores de horizontalidade; a criação de valores de igualdade a partir da divisão de serviços e a busca pela igualdade de gênero; a resistência à interferência de movimentos sociais e partidos gerando formas de cooperação entre os próprios estudantes; e a criação de aulas, oficinas temáticas e atividades culturais que engendraram um caráter formativo do atual movimento estudantil. Essa nova forma de ação dos movimentos estudantis contribuiu, na recente conjuntura, para a produção de conhecimentos revolucionários imprescindíveis para a emancipação humana (BOUTIN e FLACH, 2017).

Do ponto de vista conceitual, o trabalho de Alonso (2017; 2023) é muito importante para a compreensão dos movimentos sociais com uma ênfase *naqueles que mobilizam*. Porém, segundo McAdam e Tarrow (2011, p. 20), a visão dos teóricos do processo político também tem que levar em consideração que a contestação é conformada por uma grande diversidade de atores em contextos variados. E aqui o conceito de *confronto eleitoral* também é importante na leitura dos ciclos de protestos nos quais estamos lidando. A tabela abaixo (**Quadro 5**) resume os conceitos utilizados pelos autores para a compreensão dos mecanismos do confronto eleitoral e da relação entre movimentos sociais e eleições.

Quadro 5 – Mecanismos do confronto eleitoral

<i>Eleições como táticas de movimento</i>	Movimentos sociais utilizam eleições como uma das suas estratégias para alcançar seus objetivos, incluindo a criação de regimes de movimento
<i>Mobilização eleitoral proativa</i>	Movimentos sociais tornam-se mais ativos no contexto de uma campanha eleitoral, aumentando seus esforços para influenciar os resultados das eleições.
<i>Mobilização eleitoral reativa</i>	Escalada de protestos e mobilizações sociais que ocorrem após uma eleição contestada, frequentemente em resposta a fraudes ou irregularidades percebidas.
<i>Impacto a longo prazo de mudanças em regimes eleitorais</i>	Mudanças duradouras nas tendências eleitorais influenciam padrões de mobilização e desmobilização de movimentos sociais, afetando a dinâmica política ao longo do tempo
<i>Polarização partidária induzida por movimentos</i>	Movimentos sociais influenciam o caráter ideológico e a unidade dos partidos políticos, podendo provocar divisões internas e mudanças na postura dos partidos.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de McAdam e Tarrow (2011).

Para os autores o confronto eleitoral é o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições (MCADAM e TARROW, 2011, p. 24). Neste sentido, a campanha pelo impeachment foi construída em diversas arenas e a rua foi uma dessas arenas que emprestou legitimidade aos atores que buscavam contestar o resultado das urnas (TATAGIBA, 2018). Além do mais, as arenas em disputa no final do ciclo de 2013 já apontavam para essas relações que se desembocariam durante o processo de *impeachment* entre os setores que defendiam a permanência de Dilma e os que defendiam sua destituição. Esses grupos acabariam alçando o poder, e uma parte das lideranças que se organizaram em torno das estruturas de mobilização *pró-impeachment* acabaria sendo eleita. Destaque para os deputados Kim Kataguiri, eleito em 2018 pelo Democratas (DEM) e o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday eleito em 2016, também pelo DEM.

Com efeito, os autores também destacam os movimentos que chegam ao poder através de eleições e que esses regimes de movimento podem variar amplamente em suas ideologias e

métodos, mas compartilham a característica comum de derivar seu poder e legitimidade de movimentos sociais que conseguiram mobilizar apoio suficiente para vencer eleições e assumir o controle governamental. Exemplos históricos incluem a ascensão de regimes nazistas na Alemanha e fascistas na Itália, que chegaram ao poder por meio de processos eleitorais. No contexto contemporâneo, movimentos que se transformaram em regimes de movimento incluem governos onde partidos políticos com raízes em movimentos sociais desempenham um papel significativo na política interna, como foi o caso histórico do PT no Brasil. Isso é especialmente verdade em um sistema político com base na representação proporcional – em um sistema multipartidário – no qual nenhum partido detém a maioria das cadeiras legislativas, mesmo um partido pequeno tem a sua importância, como um possível parceiro em um governo de coalizão. Em um sistema como esse, a opção eleitoral pode ser muito atraente para os grupos de movimentos (MCADAM e TARROW, 2011, p. 25). No caso brasileiro, como podemos observar, não somente a opção eleitoral se torna importante, mas também a instituição do *impeachment* se apresentou como um mecanismo importante na mobilização de grupos e movimentos que pretendem acessar o poder. Nos dois casos históricos aqui analisados isso ocorreu a partir de uma disputa em torno dos governos Collor e Dilma. Guardadas as devidas proporções, isso lança indícios e possibilidades de investigações futuras sobre essa ligeira relação entre mobilizações em períodos eleitorais e os impactos nas/das estruturas de oportunidades políticas.

Além das questões estruturais que levamos em consideração na formação dessas oportunidades políticas, a mobilização eleitoral durante a campanha em 2014 trouxe elementos importantes para pensarmos em como a atividade de grupos de direita passou a mobilizar a arena contenciosa a partir das redes sociais, nas ruas – em uma mobilização eleitoral proativa em torno da campanha de Aécio Neves –, assim como reativa, quando ocorre uma escalada do protesto na contestação das eleições (TATAGIBA, 2018, p. 8). Além do mais, no nosso caso os movimentos não ocasionaram uma influência capaz de modificar o caráter ideológico e a unidade do partido, mas atuaram oportunizando possibilidades do sistema político se mover em torno de divisões internas relacionadas às coalizões. Por outro lado, um dos efeitos das eleições de 2014 levantaram também indícios de que a polarização política, com a presença forte de elementos da direita no cenário político brasileiro, passou a ser um dado importante em nossa disputa eleitoral. Isso levando em consideração o impacto de médio e longo prazo nas tendências eleitorais influenciando padrões de mobilização e desmobilização de movimentos sociais que estão afetando a dinâmica política ao longo dos últimos anos.

Neste sentido, queremos chamar a atenção para alguns pontos no quais junho de 2013 abriria uma janela de oportunidade que seria explorada em 2014. Como apresentamos anteriormente, o contexto de mobilização em torno das eleições de Collor foi também um contexto importante no qual se configurou um tipo de relação entre estruturas de mobilização e oportunidades políticas que vieram de eleições que são muito disputadas e que, posteriormente, configuram também em processo de mobilização. Essas estruturas, sobretudo a grande mídia, oportunizou um tratamento diferenciado à imagem de Collor que foi capaz, em um primeiro momento, de o lançar como alternativa à presidência aglutinando o sentimento difuso existente na sociedade e, em um segundo momento, isolar a figura do presidente atuando como uma estrutura de mobilização que paulatinamente atrelava a imagem de Collor à corrupção.

No caso de Dilma Rousseff, queremos assinalar que as eleições configuraram um ciclo de confronto no qual oportunidades foram exploradas por diversos atores políticos. Nesse caso, tanto o momento anterior às eleições, com a reconfiguração da disputa política, como durante e a partir dela, com as manifestações de campos ideologicamente antagônicos que passaram a disputar a hegemonia na sociedade, é perceptível observar janelas de oportunidades políticas que possibilitaram o desenvolvimento do ciclo de protestos pelo *impeachment*. Assim, acrescentando aos ciclos observados por Alonso (2017), colocaremos a disputa eleitoral como um processo no qual desenvolveram-se oportunidades políticas necessárias para o ciclo do *impeachment* (**Quadro 5**). Consideramos que a disputa eleitoral dentro desse ciclo é essencial para compreendermos o ciclo posterior, seja pelo seu caráter estrutural, seja pela dinâmica do processo político. Esse ciclo não é auto evidente do ponto de vista da contestação pública, mas ele constrói suas oportunidades políticas a partir da dinâmica das eleições com estruturas sendo mobilizadas em torno da disputa eleitoral. Neste sentido, ele também é um ciclo explorado, e tem uma dinâmica específica que possibilita abrir oportunidades ao ciclo posterior.

Quadro 6 – Ciclos de Confronto dos Protestos no Brasil (2013-2016)

Ciclo de Confronto	Ciclo Mosaico (junho de 2013)	Ciclo das Eleições de 2014	Ciclo Patriota (Março e Abril de 2015)	Ciclo do Impeachment (Dezembro de 2015 a Março de 2016)
Características	Eclosão dos Protestos: Início liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL), com demanda por "tarifa zero".	Disputa política entre Dilma Rousseff e Aécio Neves	Patriotismo e anticorrupção (corrupção e nacionalismo) mobilizações com foco na corrupção e oposição ao governo Dilma	Mobilizações: entre setores pró e anti-Dilma ("Fora Dilma" x "Não vai ter Golpe")
	Deliberação por consenso, negação de lideranças, hierarquia de gênero, performances cênicas, estética punk, violência simbólica e física.	Construção de uma estrutura de mobilização que envolvia grupos de direita, juntamente com setores oposicionistas à candidatura de Dilma Rousseff (polarização)	Lideranças: Vem Pra Rua, MBL, Revoltados on line.	Atos simultâneos e polarização, destacando a divisão na sociedade.
	Repressão: Repressão policial em 13 de junho inflama os protestos, atraindo solidariedade da mídia e de cidadãos não mobilizados.	A recessão econômica, ensaio desenvolvimentista e o empresariado nacional.	Símbolos nacionais: utilização de símbolos nacionais e retórica moralizadora "Lula, pai do mensalão"; "Dilma, mãe do Petrolão".	Retórica moralizadora e nacionalismo: campanha patriota focada na moralidade pública e anticorrupção
	Diversificação: Inclusão de novos atores e pautas além dos vinte centavos, como educação, saúde, corrupção, etc.	Escândalos de corrupção: o Petrolão, e a cobertura da mídia.	Realização de grandes manifestações	Campanha socialista: defendia direitos sociais e contra o oligopólio dos meios de comunicação.
		Protestos durante a Copa do Mundo.		
		Reação às eleições e o sentimento de fraude: "Fomos roubados nas urnas".		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Alonso (2017).

Neste sentido, o ciclo das eleições foi marcado por uma conjuntura que abriu oportunidades políticas e formou estruturas de mobilização importantes para o início das mobilizações pelo *impeachment*. Em certa medida, junho de 2013 é um ciclo no qual a explosão das ruas se constrói a partir de práticas do campo autonomista e da esquerda socialista (Alonso, 2017, 2023). No final de junho de 2013 as bandeiras começam a se misturar e a narrativa da corrupção começa a ganhar outras orientações. Como aponta Singer (2013, p. 40), no auge das manifestações de junho de 2013 as variadas correntes ideológicas se encontravam unidas nas ruas. Apesar da exclusão simbólica dos partidos de esquerda da Avenida Paulista, na noite de quinta-feira (20 de junho) estavam presentes manifestantes que, em sua maioria, se localizavam ideologicamente na esquerda (22%) e centro-esquerda (14%). Uma parte significativa, embora não majoritária do protesto. De forma similar, havia a presença da direita (10%) e centro-direita (11%) que era bem menor do que os grupos de esquerda. O centro (31%), por outro lado, dominava tanto em número quanto culturalmente, sobretudo fazendo referência especificamente à mudança no ambiente político (65%) e à corrupção (50%). Esses elementos nos trazem bons indícios de que não foi junho que levou às manifestações pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Junho não é causa do processo de *impeachment*. Antes, junho está inserido em um processo de formação de *conjunturas fluidas*, na qual abriram-se *oportunidades políticas e lógicas de situação* que passaram a ser exploradas, sobretudo, nas eleições de 2014.

Essas oportunidades têm a ver não só com aspecto estrutural das contradições da sociedade brasileira dos últimos anos, como apontamos anteriormente, mas também com os aspectos conjunturais, situacionais, das relações políticas. Nesse sentido, o ciclo de oportunidades políticas que se abre a partir das eleições e a dinâmica de disputa em torno da qual ela define o processo político nos faz compreender a forma como se deu o ciclo de protestos pelo *impeachment*.

Como pudemos observar, durante o período das manifestações de junho de 2013 a popularidade de Dilma caiu substancialmente, mas se manteve estável, mesmo que oscilando entre bom/ótimo e regular até dezembro de 2014. Esse ponto será importante para compreendermos como Dilma chegaria na disputa presidencial ainda viva, mesmo que vendo suas bases ruindo e a economia entrando em recessão. Em março o julgamento da ação penal 470 chegaria oficialmente ao fim tendo condenado 24 dos 37 réus. Mas o governo passaria a sofrer com uma derrota importante que prenunciava dificuldades crescentes com a coalizão. A criação de comissão para acompanhar investigações sobre pagamento de propinas da

Petrobrás⁷⁴ levariam a investigações que desvendariam o esquema de corrupção política que desembocaria na famosa Operação Lava-Jato.

Ainda que o caso de Pasadena tenha sido instaurado no começo de 2013, a CPMI não havia vingado até fevereiro de 2014, onde novas revelações que estavam em curso de investigação na Holanda, recolocariam a gestão da Petrobrás em evidência. Essas investigações envolviam pagamento de propinas executada pela SBM Offshore, especializada em aluguéis de sondas petrolíferas. De acordo com Limongi (2023, p. 35), essa denúncia ofereceu nova oportunidade para que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) entrasse em campo articulando e aprovando a toque de caixa a constituição de uma comissão parlamentar de investigação externa com o objetivo de ir à Holanda para colher informações sobre os negócios da empresa no Brasil. Apesar da maioria para deter a formação da comissão, o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), possibilitou que a iniciativa fosse aprovada. A influência de Cunha nesse contexto se fazia em uma conjuntura na qual a base governista estava insatisfeita com a reforma ministerial que vinha sendo executada pelo governo, a qual visava remontar as alianças políticas para a disputa das eleições. A partir daquele momento Eduardo Cunha também passou a articular a formação de um movimento suprapartidário designado como “Blocão” e que tinha como objetivo exprimir a insatisfação da base aliada na Câmara contra o governo Dilma Rousseff (Limongi, 2023, p. 36).

Ao mesmo tempo, além dos escândalos de corrupção e das relações na esfera político-institucional, as manifestações de protesto contra a Copa levariam pessoas insatisfeitas com os gastos com o campeonato mundial⁷⁵ às ruas, em um confronto entre espetáculo e contra-espetáculo com foco na tática *black bloc* enquanto uma forma de resistência à racionalidade neoliberal e às práticas autoritárias (AUGUSTO, 2014; PINHEIRO, 2014). As pessoas também se manifestaram através das redes, as quais funcionaram como esferas públicas ampliadas, permitindo a livre expressão de diversas demandas e insatisfações políticas (PENTEADO, 2014). Por outro lado, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foi também explorada pelo Estado como uma forma de construção de táticas de vigilância e controle de

⁷⁴ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias. Ver: BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A. Relatório final Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/609900>>. Acesso em 30 jul. 2024.

⁷⁵ Para uma leitura extensiva sobre a relação dos megaeventos e seus impactos na sociedade brasileira ver: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. de Q. (Orgs.) BRASIL: Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2015. Disponível em: <https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/114988/1/2015_GaffneyC_livro_megaeventos_2015.pdf#page=204>. Acesso em: 30 jul. 2024.

protestos para tentar refrear os atos que viessem a prejudicar o andamento dos eventos da Copa (FERNANDES, 2023). Aqui, o campo autonomista e os diversos setores ligados às reivindicações a respeito dos megaeventos marcariam sua insatisfação com o governo reivindicando melhores condições de vida e inflacionando o tema da corrupção do Estado.

Consequentemente, em junho a popularidade presidencial oscilaria não só como efeito das manifestações contra a Copa do Mundo, mas também por uma conjuntura de insatisfação econômica puxada pelo pessimismo com a economia. A economia se conduzia para a recessão com uma inflação e taxa de juros altas. Como aponta Martins (2022, p. 52), entre abril de 2013 e abril de 2014 a taxa Selic foi elevada sistematicamente, saindo de 7,25% para 11,0% a.a. O Brasil retomaria o topo do ranking internacional de taxas de juros. Em abril de 2014 o país saltaria do 16º lugar para o 6º lugar, em termos de taxas nominais. Consequentemente, o regresso à operação mais estrita do regime de metas para inflação coincidiu com o insucesso do ensaio desenvolvimentista (SINGER, 2016) implantado pelo governo em reestabelecer uma trajetória de crescimento sustentada. O resultado foi que apesar do segundo semestre de 2013 ter indicado uma recuperação na taxa de crescimento do investimento, o terceiro e o quarto trimestres do mesmo ano já confirmavam uma desaceleração mais acentuada da economia que viria a se transformar numa trajetória de retração a partir do segundo trimestre de 2014⁷⁶, com crescimento negativo.

Com efeito, a condução monetária e fiscal contracionista, junto com a profunda desconfiança da burguesia, anulariam as tentativas de elevar o investimento, o qual apresentaria queda de 4,4% no ano eleitoral (SINGER, 2016, p. 42). A diminuição do ritmo de crescimento econômico favorecia a ascensão da oposição que juntava esforços na construção de uma estrutura de mobilização que fosse capaz de vencer o PT no pleito de 2014. Eduardo Campos (Partido Social Democrático - PSD), após o acidente que ocasionou sua morte, seria substituído por Marina Silva na cabeça de chapa. A comoção acabou colocando Marina em segundo lugar nas pesquisas ameaçando a candidatura de Dilma. No entanto, a popularidade de Dilma se mostrava resistente a despeito da crise econômica. Mesmo vivendo sob pressão em relação às políticas de estímulo ao investimento (Desoneração da folha pessoal, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI reduzido para os bens duráveis, Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o aporte para o Minha Casa Minha Vida - MCMV) foi possível ao

⁷⁶ Em resumo, o que ocorreu foi que durante o biênio 2013-2014, houve uma aceleração da inflação associada à desvalorização cambial. Embora a elevação da taxa Selic tenha sido utilizada como uma medida para mitigar os efeitos da desvalorização cambial, essa estratégia teve pouco sucesso. A inflação fechou 2013 em 5,91% e 2014 em 6,41%. Números próximos ao teto da meta que indicavam que, apesar da política restritiva e da demanda fraca, a inflação pouco diminuiu (MARTINS, 2022, p. 54).

governo manter duas conquistas que conferiam estabilidade aos índices de aprovação: a estabilidade de pleno emprego e a elevação da massa salarial (ver **Figura 3**). Certamente, o emprego e o salário mantidos permitiriam que o discurso de Dilma convencesse os setores progressistas e o eleitorado popular. Porém, movida pelo interesse público Dilma acabou ferindo interesses privados que começaram a se unir ao bloco rentista (Singer 2016, p. 51). Assim, ao mesmo tempo que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital, acabou se indispondo com franjas produtivas sem atentar que esse movimento necessitaria de forte apoio social.

Como aponta Singer (2016, p. 45-50), alguns fatores explicam o desembarque dos empresários do governo Dilma. A primeiro deles é que as características estruturais da burguesia industrial brasileira causaram fragilidade na coalizão produtiva devido à dupla condição de industriais e rentistas restringindo o grau de empenho na plataforma produtivista. Em segundo lugar, o avanço da intervenção estatal que provocou expansão dos postos de trabalho formais promovendo, como consequência, uma “greve de investimentos” por parte da burguesia. E, por outro lado, o pleno emprego deu musculatura aos sindicatos que resultou em uma contínua elevação de greves, possibilitando aumentos no salário médio real. Em terceiro lugar, no contexto global as relações entre burguesia interna e capital internacional se transformaram a partir da crise de 2008, pressionando países como Brasil a decidir qual orientação de política econômica e parceiros a nível de blocos e mercados consumidores. A grande questão seria que, caso não houvesse controle e limite ao movimento dos capitais dentro dessa dinâmica, que obrigassem os investimentos serem de interesse nacional, os investidores buscariam plataformas de ganho que fomentassem a concentração de capital pressionando o Estado por novas rodadas de privatização da infraestrutura e dos serviços públicos.

Por fim, e isso diz respeito a uma posição ideológica desse próprio empresariado, era o fato de que durante boa parte do governo Dilma a coalizão rentista se mobilizava contra as políticas de desenvolvimento e buscaram cooptar para sua causa outros setores da sociedade por meio de argumentos anti-intervencionismo, juntando com acusações sobre incompetência administrativa, arbítrio, autoritarismo e corrupção que se somaram ao julgamento do mensalão e posteriormente com a Operação Lava-Jato. Nesse sentido, a piora nas condições objetivas de vida acabou potencializando o efeito ideológico dessas questões que permitiram com que a contestação pública fosse dirigida sobre dois flancos que se contradiziam ao final de junho de 2013: de um lado as críticas do campo da esquerda referentes aos problemas infraestruturais conclamando e reivindicando direitos essenciais; de outro lado grupos de direita, sob um

argumento moral a respeito da ineficácia da política, evocavam a não intervenção estatal e a chamada incompetência do Estado para com a gerência das liberdades individuais.

Dilma também passaria a ser incomodada com as reverberações da Operação Lava-Jato. Os pré-candidatos da oposição à Presidência, Aécio Neves e Eduardo Campos (PSB-PE) já haviam firmado acordo para a instauração de uma CPI no Senado para investigar a compra de Pasadena. Envolvidos por essa iniciativa, a movimentação dos integrantes do Bloco passaria a ser cada vez mais contundente em torno da ampliação do seu círculo de influência. Dentre os signatários da proposta e que integravam o pelotão de frente do Bloco estavam Eduardo Cunha, André Moura (PSC-SE), Bernardo Vasconcelos (PR-MG), Antonio Brito (PTB-BA), Paulinho da Força (SD-SP) e Fernando Francischini (SD-PR). Mesmo que o PMDB estivesse se mantido na vice-presidência na composição da chapa que disputaria as eleições de 2014, nomes ilustres como o próprio Eduardo Cunha, Jorge Piccinani (RJ), Romeu Jucá (RR), Geddel Vieira Lima (BA), Henrique Eduardo Alves (RN) e Eunício de Oliveira (CE), abriram dissidência e se juntaram à campanha do PSDB.

No âmbito midiático, os escândalos de corrupção tinham cobertura destacada nos principais jornais impressos e televisivos. Como apontam Fontes, Ferracioli e Sampaio (2016), havia pouca pluralidade de enquadramentos acionados nas principais revistas semanais brasileiras a respeito da Lava Jato. Geralmente, as matérias estavam sempre enfatizando as *relações perniciosas entre agentes políticos e econômicos ou focando em impactos no jogo político e no mercado* (FONTES *et al*, 2016, p. 261) (grifo do autor). Em geral, as relações entre os políticos e os empresários foram um enquadramento predominante, indicando uma tendência de personalização do tema através de agentes da Polícia Federal, do Ministério público Federal e do Judiciário. De acordo com os autores esses enquadramentos se manifestavam a partir de algumas categorias importantes como: “impunidade dos corruptores”, “futuro da Petrobrás em jogo”, “efeitos da operação no mundo político e na economia”, “relação promíscua entre empresas e partidos”, “tentativa de sabotar a operação”. O importante notar é que no conjunto das causas para cada uma dessas categorias as matérias sempre evocavam o verbete “Projeto de poder do PT”, indicando como formas de julgamentos a “condenação prévia do PT” ou então desqualificando o partido a partir do julgamento de que o “PT se perdeu no caminho”. Por fim, as soluções apresentadas sempre davam centralidade na “confiança no trabalho de Moro e Janot” (FONTES *et al*, 2016, p. 259).

Além do mais, as coberturas também assinalaram que os escândalos eram produzidos a partir de uma transgressão, uma publicidade disruptiva da realidade (Medeiros e Silveira, 2017, p. 15). De acordo com Medeiros e Silveira (2015), a menção de que a Lava-Jato

investigava o “maior escândalo de corrupção da história do país” colaborava para a produção do escândalo enquanto um tipo de ressonância que gerava forte influência na formação da opinião pública, com sua importância como fonte de construção e reprodução de realidades. Neste sentido, para os autores existiram pelo menos dois mecanismos discursivos presentes nas matérias que foram veiculadas nos principais jornais e revistas da mídia hegemônica. O primeiro, o qual trabalhava a dimensão do evento que dava centralidade ao esquema de corrupção sobressaindo a outros existentes e noticiados. Esse esquema era “revelado” a partir de “Petrolão, o maior esquema de corrupção da história do país”. Os verbetes “petrolão” e “propinoduto” passariam a ser utilizados de forma recorrente na mídia e sua associação criava um neologismo em torno do esquema do mensalão. Por sua vez, o propinoduto estabelecia um elo com estruturas imaginárias que criavam sentido para o leitor fazendo analogia a uma espécie de tubulação pela qual o fluxo de dinheiro estava em constante vazão. Sobre esse ponto era perceptível também as coberturas do *Jornal Nacional* ao colocar constantemente a imagem dessa tubulação “esgotando” todo o dinheiro do Estado. Essa mesma imagem do propinoduto era também recorrente ao fazer a relação entre os envolvidos no esquema de corrupção a partir de um conjunto de encanamentos pelos quais se conectavam⁷⁷.

O segundo mecanismo discursivo, que aparecia na frase “Corrupção é o exercício do poder de cargos políticos”, referia-se à perspectiva da corrupção como um escândalo político centrada nos cargos e na autoridade dos envolvidos. Nesse sentido, a abordagem midiática em torno da corrupção se manifestava a partir do uso da autoridade para a obtenção de ganho pessoal. Isso dava o caráter de natureza política ao fenômeno com o potencial de prejudicar a reputação dos políticos envolvidos e, sobretudo, do partido que estava no poder.

De forma consonante, Cioccarelli (2015) argumenta que apesar de escândalos políticos serem, em sua maioria, eventos episódicos, o escândalo da Petrobrás e sua reverberação em relação à Operação Lava Jato, dura mais do que o ano no qual se deflagram as investigações. Como observa a autora (2015, p. 64) O escândalo envolvendo a Petrobras surge em março de 2014 e recomeça a fazer parte do agendamento do jornal no mês de outubro, às vésperas do primeiro turno e com uma cobertura que passa a ser acentuada até finais de novembro de 2014, véspera das votações do segundo turno (**Figura 5**).

⁷⁷ Ver: **Lava Jato**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal- hoje/coberturas/noticia/lava-jato.ghml>>. Acesso em: 3 ago. 2024.

Figura 5 - Cobertura do caso Petrobrás pela Folha de São Paulo

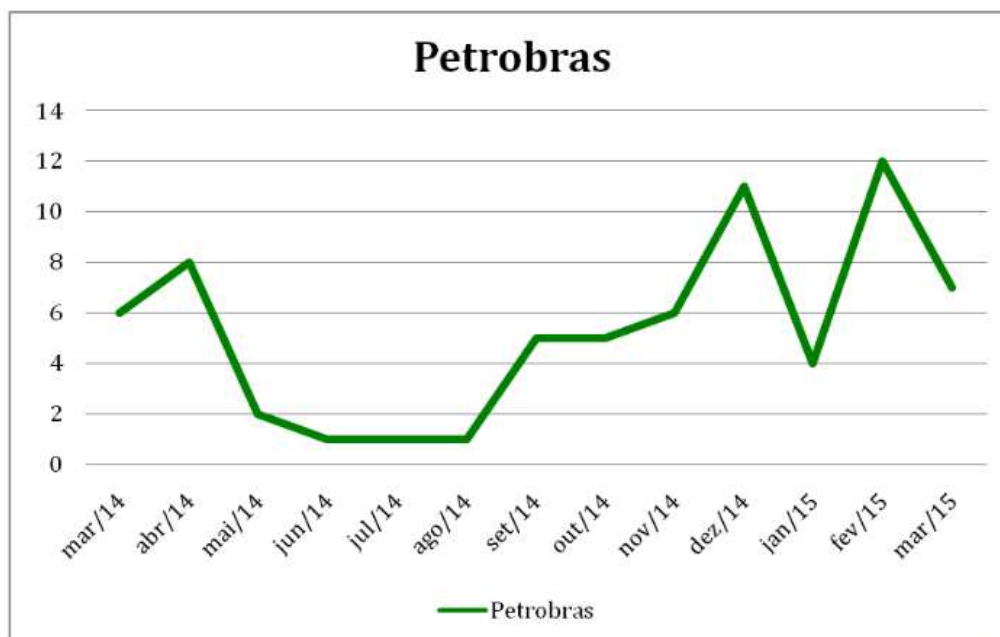


Fig 1: Tabela elaborada pela autora com fonte nas capas do Jornal Folha de S. Paulo de março de 2014 a março de 2015.

Neste sentido, é possível dizer que os escândalos se transformaram em *shows midiáticos* onde a realidade é filtrada por um tipo de enquadramento e traduzida pela elaboração de notícias e corroborada pelo uso de imagens (CIOCCARI, 2015, p.64). De certa forma, ao articular elementos de acusação em torno das questões referentes à corrupção na esfera política, foram se construindo oportunidades discursivas sobre as quais grupos passaram a se mobilizar no intuito de desgastar cada vez mais a imagem do PT no poder. Assim, se do lado econômico-empresarial, as críticas ao governo se dirigiam à figura de Dilma desqualificando-a enquanto gestora do Estado. Do ponto de vista político-institucional essas acusações operavam no sentido desgastar o PT devido ao tempo no poder apelando para a narrativa em torno da corrupção.

Decerto, ao atrelar as características de crise do sistema político e as relações clientelistas estabelecidas na máquina pública, a partir da ideia de corrupção, sobretudo em relação ao partido no poder, ia se construindo uma estrutura de oportunidades discursivas, a qual propunha duas imagens de heróis da República. A primeira dessas figuras seria o candidato à presidência Aécio Neves (PSDB) sob o qual o discurso econômico e de gerência do Estado colava com mais contundência. Além do mais, passaria a ser um nome importante para o empresariado, principalmente se tratando do desenvolvimento de uma agenda neoliberal ligada aos grupos de interesse empresariais. Isso fica muito nítido no decorrer de todo o discurso de Aécio enquanto senador apresentado acima.

De outro lado, a imagem do Juiz Sérgio Moro aparecia a partir da narrativa de luta contra a corrupção no Estado e, sobretudo, contra a corrupção do governo do PT. O Juiz concatenava os anseios de grupos de classe média e de uma direita conservadora que se manifestava “contra tudo o que está aí”. Não é à toa que, na conformação de estruturas de oportunidades discursivas, o enquadramento em torno de julgamentos morais era muito recorrente pelos principais semanários de revistas, sobretudo na *Veja* (Fontes *et al.*, 2016, p. 257).

Essa estrutura discursiva apareceria nas ações tomadas pelos presidentiáveis durante o período das eleições, sobretudo ao adotar a desconstrução do adversário como ferramenta prioritária na narrativa política durante o segundo turno das eleições (SOUZA *et al.*, 2020). Como apontam os autores, foi perceptível durante os debates que as estratégias de contornar os problemas vividos pelo país se manifestou em várias frentes com destaque para as estratégias de ataque ao adversário. Nesse sentido, durante o tempo destinado ao debate a estratégia de Aécio Neves focou em criticar a campanha petista, juntamente com a corrupção na Petrobrás, utilizando termos como “fracassou” para deslegitimar Dilma e seu governo (41,7%). Por outro lado, Dilma procurou enfatizar escândalos de corrupção na gestão do PSDB, como o mensalão Mineiro e a dívida deixada por Aécio em Minas Gerais (35,78%). Isso andava de acordo com a centralidade que o tema da corrupção ganhava no debate público e que reverberaria nas ruas.

Para contornar os problemas relacionados à corrupção no governo, Dilma procurou dar “destaque aos programas sociais, às obras de infraestrutura e as melhorias na vida dos menos favorecidos” (26,06%). De certa maneira, foi uma tentativa de Dilma para dar respostas ao que restara de junho de 2013 e o pacto pelo qual havia se comprometido com as ruas. Isso ocorria ao mesmo tempo em que tentava desconstruir a ênfase que seu adversário dava ao “fracasso econômico do PT e o emparelhamento dos bancos públicos” (3,33%) e à desconstrução da imagem do país relacionada a problemas na gestão petista” (12,77%).

Nas redes sociais, a eleição ganhou contornos variados. Mas era perceptível a construção de uma estrutura discursiva que dava condições necessárias para a posterior indignação dos setores que perderam a eleição para dar início a um processo de contagem de votos. Assim, como apontam Penteado, Goya e França (2014, p. 52), na rede social *twitter* foi perceptível usos de *hashtags* que destacavam uma positividade com a eleição dos dois candidatos, ainda que houvesse um destaque grande das *hashtags* *#forapt* como essencialmente

anti-PT⁷⁸. A grande questão, porém, é que em meio a esse debate surgiria um ponto crítico ao decreto 8.243 de 23 de maio de 2014, o qual instituía a política nacional de participação social (PNPS)⁷⁹ com um pico de *hashtags* significativo (*#abaixodecretodadilma*). De fato, tal decreto gerou diversas controvérsias no debate público, dentre elas o fato de o Congresso Nacional se sentir ameaçado em relação ao seu papel na democracia brasileira. Para os favoráveis ao decreto, estes entendiam que a participação seria capaz de fortalecer a democracia, na medida em que aproximaria a sociedade do Estado. Entendiam que a participação poderia influir de forma positiva na gestão governamental e na capacidade de atuar sem interferir no trabalho do Poder Legislativo, inclusive dialogando com ele. Por outro lado, o grupo desfavorável ao decreto entendia que ele criaria um sistema de participação que ameaçaria o sistema representativo brasileiro e que instituiria um outro Poder no âmbito da República. Isso é, “decreta a falência do Poder Legislativo” e o “sucateamento total e absoluto do Congresso” e seu “alijamento das discussões sobre as políticas públicas” (ALENCAR e RIBEIRO, 2014, p. 25).

Decerto a reação do Congresso se dava exatamente em relação à manutenção das bases políticas através da destinação de emendas parlamentares como formas de exercício de políticas públicas. Se de um lado à tentativa de construir um sistema de participação democrática se fazia perante os preceitos constitucionais e que, de alguma maneira, dava respostas a mais participação para a sociedade, ainda que pudesse diminuir os chamados custos da coalizão. Por outro lado, ao se sentir ameaçado em relação ao próprio exercício dos cargos legislativos quanto à manutenção das bases eleitorais, parte do Congresso foi reativo em inflar o debate público em torno da revogação do decreto. Neste sentido, mobilizar a esfera pública em torno dessa controvérsia era também uma forma de blindar o próprio Legislativo contra determinadas investidas que diminuíssem seu poder. Esse evento marcaria espaços de oportunidades políticas na medida em que possibilitava aberturas repentinas no sistema devido aos conflitos entre os

⁷⁸ É importante salientar que o período de análise considerado no trabalho foi de 01/07/2014 até 05/10/2014, primeiro turno das eleições. Os dados coletados representam cerca de 1% do total do conteúdo produzido durante o período analisado, conforme limitações impostas pelo próprio Twitter. Em valores absolutos, isso representou cerca de 10 milhões de tweets contendo as seguintes palavras-chaves: 'dilma', 'aécio', 'lula', 'marina silva', 'eduardo campos', 'eleicao', 'eleicoes', e 'eleicoes2014', que compreendem os três principais candidatos e termos relacionados. Para a análise de resultados, os dados foram resumidos com periodicidade semanal (iniciando da semana 1 até semana 14), e para cada semana foram listadas as 2 *hashtags* mais populares (PENTEADO *et al*, 2014, p. 51). O importante notar é que a construção de uma imagem contrária ao partido e ao governo nas redes sociais já vinha ocorrendo desde o primeiro turno das eleições, principalmente se tratando da necessidade de desgastar o governo.

⁷⁹ **Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014.** Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8243&ano=2014&ato=96cgXVE5UNVpWTd8c>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

poderes. Essa abertura gerava lógicas de situação nas quais os atores estavam dispostos a agir de acordo com o que a conjuntura propiciava em relação à dinâmica eleitoral.

Neste sentido, é possível perceber que durante a disputa eleitoral janelas de oportunidades políticas foram se expandindo e possibilitando que atores sociais se posicionassem nos campos discursivos como também nas estruturas de mobilização existentes na sociedade. De fato, as eleições de 2014 ocorreram em um cenário político em transformação e é impossível considerar satisfatório entendê-la sem olharmos para o terremoto político que foram as mobilizações em junho e durante também o período da Copa do Mundo. Além do mais, as profundas transformações pelas quais a estrutura da sociedade passou nesses últimos anos de governos do PT possibilitou que a estrutura de estratificação social brasileira promovesse reviravoltas importantes no eleitorado⁸⁰, as quais configuraram uma disputa política na qual as campanhas se dirigiram em torno de quem dava melhores respostas a esse eleitorado frente ao ambiente de crise instalado. Certamente, a identificação de que o eleitorado popular já representava uma ameaça aos interesses de grupos privilegiados, uma vez que o voto petista que era concentrado nas camadas médias e no centro-sul do país, migrara durante todo esse período (desde 2006) para o Norte-Nordeste e, sobretudo, para os mais pobres nessas regiões (COUTO, 2014; LAPA, 2016).

De certa forma, as largas exposições na mídia tradicional brasileira a respeito dos escândalos de corrupção procuraram atingir os governos do PT durante grande parte desse período, construindo uma imagem do governo envolvida em escândalos de corrupção e que atingira pontos conflituosos em 2014⁸¹. A dinâmica de coberturas e publicações implicou em uma polarização evidente do conteúdo jornalístico na *web* durante os meses de disputa eleitoral (MATOS e FORMENTIN, 2016; CAVASSANA e CERVI, 2018). As abordagens dos principais meios de comunicação expressavam a polarização política que se transpunha a outros espaços sociais e isso ficou nítido no resultado das eleições e posteriormente, viria a se manifestar sobre a insatisfação no começo das mobilizações pelo *impeachment* de Dilma.

Como sabemos, Dilma (51,64%) venceu as eleições por uma margem pequena. Aécio (48,36%) amargou uma derrota em uma reviravolta dos votos durante o processo de contagem

⁸⁰ A redução das desigualdades e a expansão da chamada “classe C”, aqueles situados entre os pobres e a classe média estabelecida que, segundo dados de Neri (2010), ela saltou de 65,9 milhões de pessoas em 2003 para 105,5 milhões em 2011; ou seja, de uma parcela de 37,56% da população para 55,05% (um crescimento de 46,57%) – constituindo, assim, seu estrato majoritário. Nesse mesmo período, a classe média estabelecida e as classes altas (A/B) cresceram até mais em termos relativos: 54,71%, passando de 7,6% para 11,76% da população

⁸¹ PAULO, D. G. S. **Prédio da editora Abril é pichado durante protesto contra revista “Veja”**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/predio-da-editora-abril-e-pichado-em-protesto-contrarevista-veja.html>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

que marcou o imaginário da direita brasileira⁸². Durante a campanha, Aécio apresentou um viés de alta nas intenções de voto (46%) contra sua adversária (44%). Essa arrancada dera certo otimismo na campanha que ajudou a produzir uma militância disposta a ganhar as ruas a partir de diversos *slogans* dentre eles o “muda Brasil”. Como afirma Limongi (2023, p. 61), essa ebulição ocorria nas mediações da avenida Faria Lima, onde se concentravam bancos e empresas de investimento. Aos poucos a estratégia da campanha buscou também reforços nos likes e na campanha nas redes sociais a partir de jovens e “celebridades e experts” que se opunham ao PT. Mas não teve jeito, apesar da tentativa de ocupar os espaços públicos o PSDB não conseguira vencer e foi atrás de uma nova estratégia protocolando um pedido de auditoria das urnas eletrônicas junto ao TSE⁸³.

A estratégia não funcionou, mas os movimentos que estiveram junto com o partido procuraram organizar protestos para o dia 1º de novembro, mas o comparecimento foi baixo. No entanto, figuras declaradamente identificadas como de direita acabaram controlando os protestos que contou com a presença de personalidades como o cantor Lobão e Eduardo Bolsonaro. As ideias dos manifestantes iam de encontro com o pedido de autoria do PSDB, ainda que o partido não quisesse endossar as manifestações. Como aponta Limongi (2023, p. 66), o PSDB não se posicionou em relação aos manifestantes, somente considerou a manifestação legítima. A imprensa, de forma consoante, não chegou nem a identificar os grupos envolvidos, como é de costume. Aécio e o PSDB resolveram voltar às atribuições comuns, mas continuou endossando um discurso moralizador alegando que havia perdido as eleições para uma organização criminosa. Ao mesmo tempo a Lava Jato voltava a entrar em destaque com a operação Juízo Final. Os movimentos viriam a se ajuntar em 15 de novembro com o aparecimento do Vem Pra Rua e do Movimento Brasil Livre com caminhões de som e estrutura

⁸² Ver: **ELEIÇÕES 2014: Lamento da derrota de Aécio Neves**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/fotos/2014/10/eleicoes-2014-lamento-da-derrota-de-aecio-neves.html>>; Acesso em: 6 ago. 2024. **Foto: Aécio e o exato momento do anúncio da derrota. Pragmatismo Político**, 28 out. 2014. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/foto-aecio-e-o-exato-momento-anuncio-da-derrota.html>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

⁸³ O PSDB contestou dois pontos principais sobre as urnas eletrônicas e a contagem de votos nas eleições de 2014: primeiro, a Impressão do voto alegando que a inconstitucionalidade da impressão do voto, originalmente parte da Minirreforma Eleitoral de 2009, levantou dúvidas sobre a segurança do sistema eleitoral. No entanto, o TSE esclareceu que foi o STF que declarou a inconstitucionalidade dessa medida; em segundo lugar a divulgação dos resultados, onde o PSDB questionou a divulgação dos resultados presidenciais a partir das 20h (horário de Brasília) no dia 26 de outubro. O TSE afirmou que a determinação seguiu a legislação existente desde 2013, para garantir a uniformidade do processo eleitoral. A auditoria realizada pelo PSDB sobre os sistemas eleitorais de 2014 concluiu que não havia evidências de fraudes nas urnas eletrônicas. O relatório confirmou a integridade do sistema eleitoral, destacando que as discrepâncias alegadas não afetaram o resultado da eleição. Além disso, a auditoria reforçou a confiança na segurança e confiabilidade dos processos de votação e apuração de votos usados no Brasil, mesmo com os questionamentos levantados inicialmente. Ver: **TSE aprova auditoria do PSDB sobre sistemas eleitorais de 2014**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Novembro/tse-aprova-auditoria-do-psdb-sobre-sistemas-eleitorais-de-2014>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

o suficiente para fazer barulho, sem muitos manifestantes, mas com cartazes que já apontavam para um pedido explícito de *impeachment*⁸⁴.

O ano de 2015 se iniciou e houve uma mudança na direção oposta das propostas colocadas em campanha por Dilma. O governo começou a sofrer um efeito contundente da desaceleração da atividade econômica, do nível de emprego e da renda dos mais pobres enquanto uma crise econômica. De forma a reagir à crise e responder as exigências do mercado, a presidenta contrariou promessas de campanha e deu início a um programa de reajuste fiscal, de acordo com o defendido por Aécio.

Do outro lado, a crise política se manifestava na queda da sua base aliada no congresso e na diminuição de cadeiras do seu partido, o PT. A relação com o Congresso Nacional piorou devido à eleição de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados, derrotando o candidato apoiado pelo Palácio do Planalto. A Lava Jato contribuía de forma agravante com a crise no governo. Na sociedade, a popularidade do governo abria oportunidades para o avanço da direita nas ruas. O antipetismo⁸⁵ oferecia uma energia importante para os protestos e as insatisfações difusas. Dilma tentava dar respostas através de um pacote de medidas contra a corrupção que seria enviado ao Congresso em fevereiro⁸⁶. Mas o ambiente já não estava tão favorável assim. As manifestações foram escalando e as articulações entre sistema político e a direita que estava nas ruas ganhou proximidades ímpares e configurou uma estrutura de mobilização importante neste contexto. Durante o auge das mobilizações e sob a pressão da operação Lava Jato, Cunha distanciou-se do governo, aproximou-se dos opositores e facilitou o andamento do processo de *impeachment* no Legislativo.

Neste capítulo, exploramos como os eventos precipitantes e as estruturas de oportunidades políticas atuaram como catalisadores para os ciclos de protestos em três momentos no Brasil redemocratizado. Ao identificar as condições que possibilitaram a ação coletiva, estabelecemos um entendimento claro das dinâmicas contextuais que moldaram esses

⁸⁴ Ver: **Ato contra o governo na avenida Paulista**. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/30457-ato-contra-o-governo-na-avenida-paulista>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

⁸⁵ Como aponta Tatagiba (2018, p. 7), O antipetismo tem uma dupla face: por um lado, é um fenômeno político-eleitoral que integra o que se convencionou chamar de *negative partisanship*, a *rejeição* exclusiva a um partido; por outro lado, é um fenômeno sociopolítico que se expressa no *ódio ao PT*. O antipetismo evidencia as interações contenciosas das quais a mobilização se nutre, nesse caso em particular evidencia o nexo entre mudanças nos processos de representação política, imaginários sociais e a emergência dos protestos. Em 2014 a evolução dos eleitores antipetistas no Brasil chegava a 40% nas avaliações negativas feitas pelos eleitores em relação ao PT. Junto a esse fenômeno haviam outros fenômenos estruturais que apontamos acima, os quais possibilitaram oportunidades políticas a serem exploradas.

⁸⁶ Ver: **Pacote anticorrupção de Dilma tem só uma medida de aplicação imediata - 18/03/2015 - Poder - Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1604625-pacote-anticorrupcao-de-dilma-tem-so-uma-medida-de-aplicacao-imediata.shtml>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

movimentos. Com essa compreensão, agora nós voltamos para as estruturas de mobilização e o papel crucial que desempenharam nas grandes manifestações, tema do próximo capítulo.

3 AS ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO, PROCESSO POLÍTICO E GRANDES MANIFESTAÇÕES

Compreender como eventos de protesto se sustentam por determinado tempo é uma questão fundamental no estudo dos movimentos sociais. Apesar de muito visível, sua resposta não é imediata. É difícil saber por que as pessoas vão às ruas, mas é possível mapear de que forma e quais atores coletivos constroem determinada dinâmica de mobilização. Em grandes protestos existirão sempre determinados movimentos que iniciam a dinâmica de contestação, mas não quer dizer que sempre serão os mesmos que chegarão ao final de determinado ciclo. Esses movimentos se constroem de diversas maneiras, com formas organizativas distintas, difundem a ação e criam *estruturas de mobilização* para sustentar determinado protesto.

As estruturas de mobilização são fundamentais para o sucesso dos movimentos sociais, pois fornecem os meios pelos quais os ativistas podem organizar e mobilizar a ação coletiva. De acordo com Tarrow (2009), essas estruturas podem ser definidas como "as organizações, redes, quadros, recursos e oportunidades que os movimentos sociais usam para mobilizar seus seguidores" (p. 27). As organizações são os grupos formais que trabalham em prol da causa do movimento, como sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs) e grupos de defesa de direitos. As redes, por sua vez, são as conexões informais entre os ativistas, que podem ser estabelecidas por meio das mídias sociais, por exemplo. Os quadros são os líderes e ativistas experientes que possuem conhecimento e habilidades para mobilizar e liderar a ação coletiva. Os recursos incluem o financiamento, a infraestrutura e o acesso a meios de comunicação. A presença de estruturas de mobilização é crucial para que os movimentos sociais possam gerar mudanças políticas e sociais. As estruturas fornecem aos ativistas os meios necessários para organizar e mobilizar a ação coletiva, aumentando a efetividade e a visibilidade do movimento.

No entanto, entendo que a questão da mobilização está para além do fato de agregar pessoas em um determinado espaço de confronto político. Ao mobilizar, os participantes necessitam construir e se apoiar em estruturas que garantem a permanência desse confronto. De acordo com Tarrow (2009, p. 159-160), sempre existiu uma confusão ao distinguir os aspectos diferentes da organização de um movimento social. Primeiro, pelo fato de que movimentos se compõem por uma *organização hierárquica formal*, que define mais ou menos sua atuação em determinados cenários de reivindicação. Aqui estamos falando de como eles se constroem anterior à cena contenciosa e que marca a sua característica enquanto organizações de movimentos sociais (*Social Movement Organizations – SMOs*). Em segundo lugar, a *organização da ação coletiva para contatos com opositores* vai, desde reuniões temporárias,

até redes sociais informais que são controlados por organizações, coalizões de organizações ou simplesmente por ninguém. É, sobretudo, a respeito desse segundo ponto que quero chamar a atenção, pois a construção de determinadas dinâmicas de mobilização em massa obedece a uma série de fatores que nem sempre estão sob o controle dos grupos que iniciam determinado ato de protesto. Isso não significa, porém, que nestes momentos a ação contenciosa se estabelece de forma desorientada. A direção nesse tipo de interpretação é compreender que em termos de estruturas de mobilização podemos priorizar uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre *cursos de ação* (ALONSO, 2009, p. 56).

Se no campo interno, esses atores coletivos possuem uma dinâmica formal e ao mesmo tempo informal, por onde se organizam e estabelecem relações com os seus participantes. No campo externo, esses movimentos podem se construir a partir de *redes conectivas* que estruturam relações sustentadas com os opositores, mas que sejam flexíveis o bastante para permitir conexões informais que ligam pessoas e redes entre si as quais agregam e coordenam o confronto (TARROW, 2009, p. 160). De maneira geral, as formas mais efetivas de organização são baseadas em unidades locais e contextualmente enraizadas, organizadas por estruturas conectivas e coordenadas por organizações formais. Entretanto, não é minha intenção trabalhar como esses movimentos se formam em suas raízes (*grassroot*) mobilizadoras. Antes, procurarei traçar relações que marcam as estruturas de mobilização em determinados ciclos de protestos em massa. É olhar para a dinâmica de mobilização a partir das estruturas que se movimentam no decorrer de determinado ciclo de protestos.

Neste sentido, argumento neste capítulo que a forma como as dinâmicas de protestos em massa se desenvolve tem a ver com a maneira como as estruturas de mobilização se comportam durante o processo político. Por estruturas de mobilização refiro aos veículos coletivos, tanto formais como informais, através dos quais as pessoas se mobilizam e se envolvem em ações coletivas (MCADAM et al, 2008, p. 3). Esses veículos podem ser movimentos, redes de movimentos, coalizões ou demais formas organizativas que incentivam as pessoas estarem nas ruas durante esses eventos. Em relação a essas estruturas, queremos apontar para o fato de como se organizaram e as relações que estabeleceram nestes ciclos de protestos. Pretendo, explorar os aspectos de médio alcance que configuram a forma de organização dos movimentos sociais durante os últimos anos realizando uma cartografia dessas dinâmicas de mobilização em cada uma desses momentos.

Compreendo a importância de entender como os movimentos, coletivos e grupos sociais se organizam e mobilizam em momentos de conflito. Concordo com a ideia de que a

maneira como essas estruturas são organizadas está diretamente relacionada às narrativas presentes em cada momento político e como elas se conectam com as demandas e organização dos movimentos e coletivos. Além disso, é fundamental analisar os processos de aliança e coalizão que são formados durante esses momentos, como se sustentam e quais direções elas tomam. Isso indica, de certa maneira, para onde determinado tipo de conflito se desenvolve.

Por fim, é importante considerar os mecanismos externos que procuram disputar espaços e construir sentidos para determinada dinâmica de mobilização. Esses mecanismos podem influenciar significativamente os rumos do conflito e devem ser levados em conta na análise. Entendo que, a compreensão da organização e mobilização dos movimentos, coletivos e grupos sociais em momentos de conflito é uma tarefa complexa, mas fundamental para entender as dinâmicas sociais e políticas de uma determinada sociedade.

O que quero tratar neste capítulo é, portanto, como movimentos, coletivos e grupos sociais se organizam através de determinadas estruturas de mobilização que os colocam em movimento na cena contenciosa. Sustento a ideia de que a maneira de organização dessas estruturas obedece a ordem das narrativas em cada um desses momentos, ou seja, o nível abrangente do episódio político e como ele se conecta com as demandas e organização dos movimentos e coletivos em cada um desses momentos.

Em segundo lugar, queremos chamar a atenção para os processos de aliança e coalizão formados durante esses momentos, como se sustentam e quais as direções que eles tomam. Sabemos que na tentativa de sustentar uma ação contra opositores os movimentos se relacionam, nestes momentos, em processos de coalizão consensuais ou conflituosos (DIANI, 2010). Isso, de certa maneira, indica a direção para a qual determinado tipo de conflito se desenvolve. Terceiro, os chamados mecanismos externos que procuram disputar espaços e construir sentidos a determinada dinâmica de mobilização.

Existem duas formas de analisar determinado processo político: 1) através das questões que envolvem a sua emergência ou; 2) os seus resultados. No primeiro caso observa-se os fatores que proporcionam a emergência de determinada dinâmica contenciosa. Falamos aqui, por exemplo, nas oportunidades políticas a serem exploradas pelos participantes como foi trabalhado no capítulo anterior. No segundo, atenta-se para os resultados que determinada dinâmica ocasionou no sistema político. Esse é o foco programático através do qual Charles Tilly (2004; 2008) desenvolveu sua atenção para a análise de eventos de protesto (*Protest Event Analysis – PEA*), cuja contribuição está em compreender: a) o nível abrangente do episódio (o que ele chamou de narrativas); b) o nível micro do evento (o que chamou de epidemiologia); e c) a descrição detalhada das interações sucessivas dentro de episódios contenciosos.

A proposta levantada por Tilly é de grande importância para o presente estudo, dado que sua abordagem é referência no campo de estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva. Entretanto, mergulhar nas dinâmicas do processo político demandaria fôlego sobre o qual um campo de pesquisa ainda pode ser desenvolvido a respeito dos casos aqui trabalhados. Além do mais, são diversas as análises que se enveredaram em torno dos processos políticos aqui tratados e sobre as quais nosso trabalho se ancora (SALLUM JR, 2011; 2015; 2016; SALLUM JR & CASARÕES, 2011; RODRIGUES, 1993; 1999; 2000; 2001; MISCHÉ, 1997; 2008; ALONSO, 2017; 2019; 2023; TATAGIBA, 1994; 1998; 2014; 2018; SINGER, 2012; 2013; 2018; SINGER & LOUREIRO, 2016; LIMONGI, 2023). Neste sentido, compartilho da visão de Tilly sobre os processos políticos, mas enveredo muito próximo daquilo que Hanspeter Kriesi, Swen Hutter e Abel Bojar (2019) propõem em torno da análise do episódio contencioso (Contentious-episode Analysis – CEA) que, ao invés analisar as causas de determinado episódio com um foco na análise estrita dos eventos de protesto, é contundente explicar a sua ocorrência localizando-o na narrativa das ações dos manifestantes nesses momentos.

Dessa maneira, entendo que um processo político leva em consideração um conjunto de fatores que transbordam a cena contenciosa. Por narrativa, entendo as formas de construção das manifestações em seu nível abrangente. Neste sentido, a partir dessas narrativas procuro compreender como as estruturas de mobilização se construíram em torno desses momentos levando em consideração o quadro das estruturas de oportunidades políticas e discursivas trabalhadas em momento anterior. Com efeito, a finalidade é entender como se constroem estruturas de mobilização distintas e, ao mesmo tempo, semelhantes a esses momentos e que marcam a dinâmica destes ciclos de protestos.

Argumento que nesses momentos existiram estruturas por meio das quais diversos atores se mobilizaram. Desde partidos políticos, centrais sindicais, movimentos sociais, coletivos, movimento estudantil, pessoas comuns, dentre outros. O que é característico a cada momento é o fato de que determinadas alianças, mesmo que essas não fossem traçadas de antemão, foram importantes na configuração da dinâmica do protesto. Compreendo que a natureza dessas alianças pode não ser duradoura. Neste sentido, é possível compreender que esses momentos foram construídos por veículos de mobilização específicos que ora estabelecem alianças entre si, ora desenvolveram-se em dinâmicas opostas. Dito isso, a finalidade é compreender como essas estruturas foram fundamentais aos processos de mobilização e como elas permitem construir dinâmicas de mobilização em massa nos casos aqui em tela.

Ao analisar as estruturas de mobilização queremos dar destaque para como elas se constroem na dinâmica de determinado processo político. Não é a pretensão deste trabalho levantar os pormenores de cada estrutura de mobilização, a gênese e origem, de cada um dos grupos envolvidos nos processos políticos aqui tratados. Antes, encontrar as formas de relações estabelecidas entre os grupos participantes do processo político, indicando a dinâmica de suas relações por meio das narrativas levantadas em cada momento.

3.1 JOVENS, ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E MANIFESTAÇÕES

A compreensão sobre a categoria jovem não é consenso nas ciências sociais. De certa maneira, essa categoria não é central ao desenvolvimento da nossa questão, mas ela é importante para entender, sobretudo, o conjunto de mudanças pelas quais sofreu e vem sofrendo o ativismo social no último anos. Neste sentido, ao tratar sobre os jovens nesses momentos faremos a relação desse conjunto social com a forma de organização do ativismo. Isso não significa dizer que a presença de demais estruturas de mobilização possa transformar a categoria jovens residual dentro desses processos. Melhor, os jovens são aqui o elemento central que compõem o ativismo social dos últimos anos.

Como observa Gohn (2012) a organização descentralizada de diversos movimentos a partir, principalmente, da década de 1960, possibilitou criar espaços para a participação autônoma que ajudava a manter as pessoas envolvidas no movimento. Esse conjunto de transformações pautou a agenda das lutas sociais sob diversas demandas, matrizes organizativas e formas de se comunicar e de agir. Em certa medida, esses espaços deram voz e vez a novos sujeitos sociopolíticos historicamente excluídos das arenas de participação, tais como os jovens.

Ao olharmos de forma retrospectiva, é possível ver uma mudança importante no modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Essas diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas e as maneiras como aproveitam as oportunidades políticas que surgem nesses momentos. Como salienta Gohn (2012), a mudança cultural e comportamental nos costumes e hábitos da geração da década de 1960, que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida, permitiu a criação de utopias por meio do engajamento na política de modo diferente das formas então vigentes. Esse engajamento procurou ser pensado a partir de atores sociais básicos para uma nova sociedade, por meio de identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher, etc.

Como afirma a autora (2012, p. 18), esses jovens queriam ser ouvidos não querendo ser, pois, conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos.

Com efeito, a observância dessas mudanças causa modificações importantes nas formas de interpretação dentro da teoria dos movimentos sociais e suas abordagens específicas em cada momento⁸⁷. Está certo que o uso da categoria jovem nesses casos também não é um consenso. O que queremos apontar é que à maneira de se organizar coletivamente também trouxe formas novas de se mobilizar que procuravam a construção da cidadania por outras vias. Melhor dizendo, como portadores de formas relativamente novas de fazer política no espaço público, esses atores atuaram como importantes estruturas de mobilização ao congregar demandas, propor formas de mudança e dirigir críticas à sociedade e ao sistema político.

Decerto, as inúmeras formas de ação desenvolvidas pelos jovens no decorrer desses momentos foram objetos de desconfiança, sobretudo a respeito do caráter passageiro, entusiasta e efêmero de suas mobilizações. Em certa medida, a heterogeneidade e dispersão dessas “várias juventudes” são fatores que conformam uma desconfiança, dado que os instrumentos de aferição de sua ação na cena contenciosa não remetem, única e necessariamente, às possíveis relações com outras estruturas de mobilização mais tradicionais. Seria preciso, no entanto, observar como essa categoria contribui e se relaciona de diversas maneiras à sociedade organizada do país.

Neste sentido, entendemos como Mische (1997), que com a finalidade de definir o que nesses momentos enxergamos enquanto uma estrutura de mobilização, que se entrelaça com os jovens, precisamos, primeiramente, de uma visão capaz de englobar a multiplicidade de relações e significações sociais através do caráter interativo e processual de sua experiência social. Para isso a autora remete à ideia de identidade pensada como prismas, mais do que fronteiras, argumentando, nessa perspectiva, tal definição oferece possibilidade para a fusão de

⁸⁷ Como afirma Alexander (1987; 1998), a mudança de paradigma na maneira de observar a ação coletiva possibilitou um deslocamento do modelo clássico de análise dos movimentos sociais, desprendendo-se do campo de análise preocupado com o comportamento coletivo e entrando no campo da ação. Esse movimento possibilitou o surgimento de três principais tipos de abordagens teóricas: as abordagens histórico-estrutural, culturalista-identitária e institucional/organizacional comportamentalista (ALONSO, 2009; DELLAPORTA & DIANI, 2006; GOHN, 2012). Em seu livro **Social Movements: an introduction**. Blackwell Publishing, 2006, Donatella Della Porta e Mario Diani apontam detalhadamente a separação de cada uma dessas correntes levando em consideração aspectos mais específicos no desenvolvimento de cada abordagem. Neste sentido, os autores trabalham desde a visão do ator, sua identidade, as redes e a dimensão simbólica da ação coletiva, até os fenômenos de impacto estrutural, as organizações, os repertórios de protestos e as oportunidades políticas. Não trabalharei todas essas questões aqui, procurei fazer em outro trabalho (2015). O que quero observar é que no decorrer dessas mudanças sociais amplas ocorreram também mudanças de orientação nas interpretações sobre os movimentos sociais e a ação coletiva, além dos respectivos delineamentos do campo e dos estudos na temática.

projetos pessoais e coletivos que atravessam círculos e redes sociais desses jovens (MISCHE, 1997, p. 140).

Mische argumenta que diferentemente de uma identidade participativa forte de “estudante” dos anos 1960, os anos de 1990 são marcados por um tipo de identidade controversa e contraditória. Aponta para esse fenômeno nas mobilizações pelo *impeachment* de Collor pela ideia de construção de uma identidade “cívica” entre os jovens, a qual distinguia da identidade estudantil dos anos 1960: uma linguagem expansiva e universalizante de cidadania. Para a autora, o fenômeno que remete à presença dos jovens nesses momentos remonta a uma espécie de militância múltipla sob a qual se organiza uma rede de lideranças extremamente interligada. Nesse contexto há uma convergência na qual os jovens são simultaneamente lideranças no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos da igreja, ou em outros movimentos e organizações. Nessa dinâmica, eles procuram veicular projetos divergentes, mas que estão dentro da linguagem universalista de direitos e responsabilidades (MISCHE, 1997, p. 147).

Gohn (2019) vai depositar nos jovens da atualidade uma nova cultura política da participação. O argumento de Gohn (p. 176) apela para um fenômeno sobre o qual a conjuntura da década de 2010 marca uma mudança na forma de participação sociopolítica e cultural dos jovens em coletivos, movimentos sociais ou órgãos públicos, como conselhos. A autora delinea essa atuação, em grande parte, sobre os desenhos e políticas de acesso à educação, apesar do aparecimento desses jovens em dinâmicas de mobilização nos eventos de junho de 2013 e nas ocupações de escolas públicas em 2016. No entanto, o que ela deixa claro é que esses grupos de jovens protagonizaram a organização nos protestos nas ruas brasileiras entre 2013 e 2016 com repertórios, demandas e práticas diferenciadas, possibilitando a ascensão ou retorno das pautas libertárias dos movimentos autonomistas, como também o surgimento de organizações movimentalistas de jovens de perfil liberal ou conservador (GOHN, 2019, p. 190).

Neste sentido, acreditamos como Mische (1997) que a interlocução social de atores importantes em torno do movimento estudantil funcionou em direções nas quais ajudaram, por um lado, dar identidade e orientação aos jovens nos atos pelo *impeachment* de Collor e, por outro lado, contribuiu para a rearticulação dos discursos e projetos dos setores organizados. Isso não quer dizer que tal figura foi simplesmente um catalisador da ação coletiva, mas representou a tentativa de cativar o engajamento de um conjunto de jovens que se identificava com o processo no qual estava em curso.

De alguma maneira, a capacidade de formar um contingente associativo forte nos momentos de mobilização em grande escala está na capacidade dessa categoria carregar composições diferenciadas em sua estrutura interna. Neste sentido, a participação do jovem em

mobilizações não é recente, mas significa um processo através do qual a possibilidade de ser um veículo catalisador da dinâmica contenciosa está na variedade de suas orientações e crítica a respeito da sociedade como um todo.

O que fica mais claro para o nosso entendimento sobre a questão do jovem enquanto uma estrutura de mobilização é o papel que ele desempenha e desempenhou nas instituições de representação estudantil, assim como, posteriormente, nos movimentos e coletivos sociais. Como afirma Melucci (1997, p. 12), nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização. Isso diz respeito não só à participação da categoria em mobilizações, mas sobretudo, porque estes indicam um padrão emergente de movimentos sociais em sociedades complexas, na qual os sistemas estão cada vez mais baseados em informação e a ação coletiva passa a oferecer outros códigos simbólicos ao resto da sociedade.

No caso de junho de 2013, esse tipo de estrutura de mobilização é recorrente, especialmente na formação de coletivos sociais cujas demandas são sensíveis ao público jovem, como a cultura e os bens de consumo coletivo (CASTELLS, 2010; 2012). A questão urbana, nesse contexto, surge como um estopim para o desenvolvimento das ações coletivas, inserindo-se na dinâmica de gestão de recursos e bens de consumo coletivo que afeta diretamente os jovens. Esses coletivos, enquanto agentes mobilizadores, diferem das organizações formais compostas por partidos e outros movimentos sociais organizados, ao adotarem uma dinâmica descentralizada e não hierárquica. Como afirma Celi Scalón (2013), essa configuração reflete a tentativa dos jovens de responder à cisão entre a expectativa de melhoria na situação individual e a percepção de piora na situação social e coletiva.

Outra estrutura que se destaca nesse contexto é a importância do Fórum Social Mundial (FSM) e das redes de movimentos sociais que emergem a partir dele. A construção do Movimento Passe Livre (MPL) e de diversos outros coletivos, que tiveram um papel fundamental nos protestos de junho de 2013, foi gestada na dinâmica proporcionada pelo FSM. Nesse sentido, a noção de "rede de movimentos" ou "áreas de movimento" se torna essencial, referindo-se a uma "rede de grupos que partilham uma cultura de movimento e uma identidade coletiva" (REYNAUD, 1982 apud MELUCCI, 1989, p. 60). Essa noção abrange tanto as organizações formais quanto as redes de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área mais ampla de participantes, reforçando a complexidade e a abrangência das mobilizações contemporâneas (MELUCCI, 1989, p. 60). Como aponta Melucci,

A situação normal do 'movimento' hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural (...) Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach & Hine, 1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento e a solidariedade

afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. (MELUCCI, 1989, p. 61).

De certa maneira, como afirma Scherer-Warren (2006, p. 110), entender como os diversos movimentos operam a questão das redes é compreender como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Ultimamente, o estudo de redes sociais passou a representar um marco interpretativo das mobilizações contemporâneas (MARTINS, 2010; CARLOS, 2011) – tanto no sentido formal/institucionalizado, ou no sentido informal, sem um grau de organização burocrática mais ampla.

As articulações em rede tendem a aparecer cada vez mais na forma de fóruns locais que, por sua vez, estabelecem diálogos com os fóruns globais. Todavia, essa articulação de base significa um elemento importante para pensar a característica e proposta de participação e representação democrática nas estruturas institucionais locais, tanto quanto globais. Estudos vêm demonstrando a ampliação da experiência da participação e representação em conselhos gestores e no Orçamento Participativo no sentido de aumentar a ação da sociedade civil no desenho das políticas públicas e na regulação da ação governamental (AVRITZER, 2007, 2008, 2012; CARLOS, 2011; GOHN, 2004 e 2006; LUCHMANN, 2007, 2008, 2010, 2012). Euzeneia Carlos, por exemplo, observa que a inserção institucional de movimentos e organizações sociais nas experiências inovadoras como a do Orçamento Participativo e dos conselhos gestores favoreceu a ampliação das arenas de acesso à institucionalidade política oferecendo aos atores coletivos novas práticas de ação e relações com o Estado (CARLOS, 2011). Scherer-Warren aponta que esses arranjos institucionais representam um novo tipo de governança na organização em rede que, junto à esfera estatal, de maneira mais sistematizada, vão construindo propostas para a transformação social sobre formas de negociação com o Estado e o mercado (SCHERER-WARREN, 2006). Toda essa articulação em rede, dos níveis locais ao global pode ser observada no Fórum Social Mundial (FSM). Atualmente o FSM tem sido a arena de discussão e aglutinação dos diversos movimentos sociais em torno do mundo. Nele diversos movimentos sociais do planeta lutam contra os fenômenos de globalização neoliberal propondo um modelo de globalização contra-hegemônica centrado nas lutas contra a exclusão social e promovendo um princípio de igualdade e reconhecimento da diferença (SANTOS, 2005a). Neste sentido, através de um sistema de redes de movimentos sociais, o FSM transpõe barreiras territoriais, temporais e sociais compreendendo o pluralismo étnico e cultural pelo mundo, respeitando as diferenças e radicalizando a democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN,

2006, p. 127). Entretanto, a situação institucional-organizada das ações coletivas no Brasil representou um dos motivos pelos quais ocorreu o levante de junho de 2013, dada a burocratização dos movimentos sociais, a captura de agendas pelo Estado e o esgotamento de um ciclo do nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos últimos 12 anos, assunto que será tratado mais adiante.

A ideia de redes pode-se agregar aqui com a categoria jovens no que tange ao desenvolvimento de ações cada vez mais difusas. Como afirma Scherer-Warren, as redes possuem um aspecto multiforme e aproximam atores sociais diversificados nos quais, do nível local ao nível global, possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115). No entanto, como afirma Diani e Bison (2010) no interior dessas redes o processo de participação podem ser instáveis e dependem muito do reconhecimento mútuo dos atores. O que os autores chamam a atenção é pelo fato de que uma importante consequência do papel da dinâmica de rede é o surgimento de mais oportunidades em que determinados indivíduos ou grupos possam exercer um papel independente no processo político, diferentemente do que seria o caso quando a ação se encontra no interior de organizações formais (DIANI & BISON, 2010, p. 222).

A mudança na forma do ativismo social ao longo dos últimos anos possibilitou novas estruturas de mobilização entre o público jovem, que desempenham um papel importante nos movimentos sociais contemporâneos. Este processo de transformação, observado especialmente a partir da década de 1960, envolveu a criação de espaços para a participação autônoma, dando voz a novos sujeitos sociopolíticos que historicamente foram excluídos das arenas de participação. Como Gohn (2012) aponta, essa mudança cultural e comportamental foi fundamental para a geração de novas utopias e modos de engajamento político, que agora se manifestam por meio de coletivos e redes de movimentos sociais menos hierárquicos e mais descentralizados.

Com efeito, ao longo das últimas décadas, o ativismo social juvenil desenvolveu-se para formas de organização que privilegiam a horizontalidade e a flexibilidade, respondendo aos diversos incentivos e constrangimentos provenientes da política contenciosa. A partir dessa perspectiva, as mobilizações, como as de junho de 2013, passam a ser compreendidas não apenas como um produto das insatisfações acumuladas, mas também como uma expressão das novas gramáticas de mobilização que se alinham com as dinâmicas culturais e emocionais dos jovens. Além disso, as mobilizações conservadoras dos anos subsequentes, mostram também que a estrutura de mobilização adotada por esses grupos reflete uma ruptura com os formatos tradicionais, priorizando uma ação difusa e descentralizada, ainda que articulada em contextos

específicos. Isso lhes confere uma capacidade singular de mobilizar demandas coletivas de forma, independentemente da orientação ideológica.

3.2 O MOVIMENTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA: ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E GRANDES MANIFESTAÇÕES NO IMPEACHMENT DE COLLOR

Em dezembro de 1989, Fernando Collor de Melo foi eleito para a Presidência da República do Brasil. Passados quase trinta anos da última vez que o eleitorado brasileiro elegera diretamente um presidente (década de 1960), Fernando Collor de Melo se tornaria o primeiro presidente a ser eleito, conforme a Constituição de 1988. Apesar das expectativas positivas com que foi empossado em 1990, o governo do novo presidente foi aos poucos perdendo prestígio popular e enfrentando diversas dificuldades para liderar politicamente o país. Além da crise econômica e social que o Brasil enfrentara após a queda do regime autoritário, seu governo foi afetado por um volume crescente de acusações de corrupção que envolvia, por exemplo, a acusação feita pelo seu irmão de que o presidente estava associado a um esquema gerenciado pelo tesoureiro de sua campanha.

Em meio a um contexto de crise e com dificuldades de dar sentido à dinâmica política, o presidente Collor enfrentava um conjunto de manifestações que reivindicavam um tratamento ético às questões da sociedade brasileira. O próprio desenvolvimento da crise nos revelou que os limites usuais existentes entre a política e as demais esferas sociais foram, aos poucos, esvaecendo e ganhando contornos cada vez mais fortes a partir de estruturas de mobilização que passaram a dar um outro sentido à política na sociedade. Nesse contexto, os atores envolvidos em todo o processo político começaram, também, a construir suas dinâmicas de mobilização com um sentido específico: a destituição do presidente eleito.

Como salienta Sallum (2015), a crise do governo Collor se dá em torno de controvérsias as quais também estiveram presentes na promulgação da Constituição de 1988. Para o autor, a Constituição, ao mesmo tempo em que cria condições institucionais mais favoráveis às coletividades, empresta, em contrapartida, uma moldura rígida ao desenvolvimento nacionalista e autárquico. De um lado, há a ampliação das franquias democráticas e, de outro, um elemento de disputa, em âmbito institucional, sobre as ideias predominantes em relação à gestão econômica⁸⁸, o que viria interferir quanto aos seus impactos

⁸⁸ De certa maneira, Sallum advoga essa crise ao conjunto de acúmulos históricos que desembocaram na crise do Estado Vargasista no período da transição política. Essa crise tem seu auge a campanha das Diretas Já com a perda

na sociedade. No limiar dessas relações surgem campos em disputa nos quais vertentes de orientação político-econômicas passam a se relacionar⁸⁹.

As ações de Collor, na tentativa de diminuir os efeitos do contexto de crise, não encontraram grande aceitação dentro da política institucionalizada. Além do mais, o impacto negativo na opinião pública dos escândalos de corrupção também alimentava um ambiente de formação de alianças por parte da oposição. No interior da política institucional existiam campos em disputa que foram construídos tanto nas Diretas Já, quanto durante o processo constituinte de 1987-1988. Como observa Sallum (2005, p. 62), algumas polarizações políticas foram desenvolvidas ainda no processo constituinte e que se mantiveram durante o governo Collor. De um lado, se articulavam o centrão e os liberal-conservadores favoráveis a uma democracia representativa “controlada” e, de outro, os partidos de esquerda com a proposta de um nacional desenvolvimentismo redistributivo e a aposta na democracia representativa com mecanismos de participação. De acordo com Sallum (2015, p. 32) PMDB e PSDB ocupavam, nesse cenário, uma posição intermediária nacional. Durante o processo político do mandato de Collor a não participação dos partidos na montagem dos ministérios acabou colocando o presidente em uma situação na qual governava sem uma base orgânica no Congresso. Isso, por sua vez, gerou insatisfação na forma de condução das diversas tentativas de implementar uma agenda político-econômica que fosse capaz de tirar o país da crise.

Ainda neste contexto, e retomando uma disputa que se deu a partir das eleições de 1989, é perceptível a constatação da existência de uma primeira estrutura de mobilização que tem a ver com a forma através da qual algumas vertentes de inflexão liberal (SALLUM, 2015) começam a disputar espaço dentro do Estado. De um lado, alguns setores empresariais e a grande imprensa que, com a fragilização do regime autoritário, promoveu um surto de associativismo empresarial resultando na criação de várias entidades destinadas à defesa de

de legitimidade do governo e do regime autoritário. Além disso, o projeto de liberalização política iniciado na década de 1970 com o advento das classes populares urbanas autônomas, novas associações civis e o novo sindicalismo, já vinham construindo uma janela de oportunidades para essa mesma crise. Na política externa, o país acumulava um conjunto de situações econômicas restritivas com média de crescimento inferior ao da década anterior, estagnação da renda *per capita*, descontrole monetário crescente e aumento da desigualdade de renda. Isso promoveu um estrangulamento das contas públicas e um desequilíbrio externo (SALLUM, 2015, p. 41).

⁸⁹ Nesse contexto, aparecem oportunidades políticas importantes, as quais projetam a dinâmica da crise do governo Collor. São elas: 1) a falta de participação dos partidos na montagem ministerial que configurou um objeto de “consulta” antes de “negociação”; 2) as chamadas “medidas drásticas” e a redução do gasto público por meio da reforma do Estado como prerrogativa da diminuição de sua dimensão e racionalização da administração pública; 3) o presidencialismo plebiscitário e o hiperpresidencialismo de coalizão; 4) e o conjunto de acúmulos provenientes da perda de base parlamentar por meio da promulgação dos planos e projetos governamentais. Como afirma Sallum (2005, p. 95), do ponto de vista político-institucional, o pendor autocrático e voluntarista através da adoção de medidas provisórias e a verticalidade da relação executivo-legislativo foram minando a interlocução do governo com o as bases legislativas formando coalizões *ad hoc* ao invés de orgânicas.

interesses mais amplos, como a liberdade de mercado e a propriedade, e que estavam sintonizados com o liberalismo dominante nos países centrais. Do outro lado, uma vertente empresarial que tem origem no braço empresarial do Estado com a estratégia de desenvolvimento nacional que permitisse a adaptação da economia brasileira aos novos padrões técnicos e organizacionais emergentes (SALLUM, 2015, p. 46-50). Essa segunda vertente estaria mais identificada, de acordo com o autor, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De alguma maneira, a aposta na democracia participativa angariaria esforços para o desenvolvimento de estruturas de mobilização que colocassem as pessoas nas ruas durante as manifestações do Fora Collor. O que quero chamar atenção aqui é o fato de que parte das estruturas de mobilização construídas durante o processo de mobilização das Diretas Já foram elementos importantes para o início das dinâmicas de mobilização no Fora Collor. Assim, saliento que a construção dessa estrutura de oportunidades políticas se conjuga com uma situação bem parecida sobre a qual foram criadas as mobilizações no período das Diretas Já, com algumas ressalvas.

Aqui dois pontos são interessantes de notar. Primeiro, Sallum (2005, p. 148) comenta sobre a existência de polarizações que já eram latentes no período das Diretas Já e que foram reforçadas no processo constituinte, cujas ações de determinados setores se manifestavam em formas de polarização a respeito de determinadas matérias no Congresso. Ainda que houvesse, durante o período Collor, divergências entre os partidos que compunham a chamada *frente parlamentar democratizante* (a saber PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PCdoB), eles acabaram atuando, de forma geral, na mesma direção a partir de uma orientação voltada para a *universalização da cidadania*. O segundo ponto, Bertoncello (2007) chama atenção para o fato de que na campanha das diretas a construção da mobilização respaldava-se, prioritariamente, em dinâmicas nas quais a mobilização de recursos era um forte elemento para projetar as pessoas nas ruas. Isso devido às disputas no campo institucional político por meio dos partidos que buscavam o poder influenciados pela dinâmica do processo eleitoral, quanto na construção de uma coalizão capaz de reconstruir a democracia frente ao regime autoritário e que tinham suas raízes na sociedade civil organizada. De alguma maneira, essas duas leituras nos permitem compreender que na formação de um processo de mobilização que possibilitasse congregar esforços em torno da chamada defesa da democracia, a construção de uma articulação entre esses atores decorria de um contexto geral da construção de um movimento social pela democratização da sociedade brasileira que vinha atuando, não só dentro, mas também fora das instituições estatais.

Alguns fatos marcam o momento crítico dos processos de mobilização e das manifestações públicas. Quando estoura, na opinião pública, o caso Rosane Collor e a “República de Alagoas”⁹⁰ e o governo ganha aspecto negativo a partir do levantamento de suspeitas de corrupção, a pressão, que não viria somente dos agentes político-institucionais, começa a ser construída de fora do Estado. Esse contexto colocaria a relação entre desempenho governamental e a corrupção cada vez mais latentes. O impacto do caso de corrupção na opinião pública abre uma janela de oportunidades onde se inserem as articulações entre setores da sociedade civil, mídia e sistema político. De acordo com Sallum (2015, p. 150), construiu, neste contexto, uma “oposição democratizante” que tinha como intuito reduzir as possibilidades da liberalização da economia, além de questionar a maneira como vinha sendo conduzida a política.

No sistema político essa oposição democratizante disputava forças com alguns setores que compunham o Estado e que eram influenciados por grande parte do empresariado. No entanto, as acusações de Pedro Collor e a decisão dos partidos de esquerda e centro de criarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mudaram qualitativamente a disputa político-institucional. Para além da questão do desempenho de Fernando Collor de Mello na Presidência, começava-se a criar um entendimento em torno do fato de que ele possuía, ou não, os requisitos morais implícitos de sua investidura no cargo de presidente (SALLUM, 2015, p. 202). Somase a esse fato as condições materiais opressivas as quais as classes mais populares enfrentavam em decorrência do estado de crise que se implantava durante o período.

Neste contexto, ao olharmos para as manifestações do "Fora Collor" em 1992 no Brasil percebemos o aparecimento de diversos grupos e movimentos sociais. Existiram grupos que foram mais representativos durante as manifestações. Havia presença de estudantes, pois a juventude foi uma força importante nesses eventos. Muitos estudantes se unindo ao movimento porque estavam insatisfeitos com o governo e com as políticas implementadas (RODRIGUES, 1993). Os trabalhadores também estiveram presentes nas manifestações. Muitos destes protestando contra o aumento do desemprego e a deterioração das condições de trabalho. Uma pauta importante dentro das lutas econômico-corporativas sobre a qual o movimento popular e sindical se ancorava, sobretudo referentes à desvalorização salarial e à queda no número de empregos (MATUSCELLI, 2010, p. 543). Os diferentes movimentos sociais, incluindo grupos de direitos humanos, ambientais e de defesa dos direitos das mulheres, também participaram

⁹⁰ Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 1992. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11606&keyword=Collor&anchor=4770482&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em: 03/06/2021.

das manifestações do Fora Collor. Por fim, alguns partidos políticos, incluindo partidos de esquerda, também se uniram ao movimento.

Existiram, por sua vez, grandes grupos que se articularam em torno da campanha do Fora Collor. O Movimento Pela Ética na Política (MEP) foi, certamente, senão o principal, mas um importante movimento que emergiu durante as manifestações com o objetivo de mobilizar a sociedade civil em torno da luta contra a corrupção na política brasileira e pela ética na gestão pública. De acordo com Tatagiba (1998), os grupos que compunham o MEP advinham de uma dinâmica societal brasileira marcada pelo impacto dos novos movimentos sociais na sociedade civil. Esse impacto se deu, sobretudo: a) pelo peso que esses movimentos passaram a ter no reordenamento do sistema partidário com a criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT); b) a construção da autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, e o potencial discurso contrário aos tradicionais padrões autoritários da cultura política; c) a formalização de novos direitos sociais na Constituinte, e na institucionalização de dispositivos de democracia direta; e também d) na instauração de novos formatos de participação política, a partir de conselhos setoriais e orçamentos participativos (TATAGIBA, 1998, p. 29).

De certa maneira, o curso da construção de uma orientação voltada à ideia de *universalização da cidadania*⁹¹ foi um processo gestado, sobretudo, na década de 1970 com a formação das associações de base (SADER, 1988), como também o surgimento, neste mesmo período, de movimentos populares que tinham como objetivo fundamental apresentar à sociedade um campo ético-político comum, capaz de construir e transformar o fundamento da democracia a partir de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (DOIMO, 1995). Neste contexto, o entendimento da ação coletiva envolveria valores morais ou apelos ético-políticos capazes de questionar a autoridade política e estabelecer fronteiras intergrupos com uma integração social que prezasse pelo acesso a bens e serviços promulgados e chancelados com Constituição de 1988.

Essa dinâmica coincidiu com as narrativas dos principais grupos e movimentos sociais que participaram na estrutura criada pelo MEP. Dentre eles, a Igreja Católica, a qual desempenhou um papel fundamental na mobilização da sociedade civil, principalmente através da Comissão Brasileira Justiça e Paz e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);

⁹¹ Ao trabalhar a questão ligada ao processo de formação de uma frente parlamentar democratizante durante todo o processo de manifestações que levam ao *impeachment* de Collor, Sallum (2015, p. 148) vai salientar que o entendimento e a tradição de atuação parlamentar se assentavam no movimento social pela democratização da sociedade brasileira que vinha não só dentro, mas também fora das instituições estatais.

os partidos políticos de oposição, como o PT, o PSDB e o PDT que apoiaram as manifestações populares pelo *impeachment* e se juntaram ao movimento pela ética na política; o movimento estudantil, cujos estudantes foram uma presença constante nas manifestações, liderando muitas delas e trazendo uma nova energia para o movimento; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o movimento sindical que, a partir dos sindicatos se uniram ao movimento, principalmente através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical; diversos outros movimentos com presença importante nas manifestações, reivindicando seus direitos e lutando contra a corrupção na política.

Os estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes (UBES), também foram uma das principais estruturas de mobilização durante o Fora Collor. De acordo com Matuscelli (2015), a participação dos estudantes foi fundamental para o sucesso do movimento, visto que eles foram a vanguarda da mobilização popular e lideraram as principais manifestações nas ruas. Entretanto, a adesão dos estudantes não foi homogênea, houve uma divisão entre as lideranças estudantis, com algumas mantendo uma postura mais autônoma e outras aproximando-se do PT. Certamente, lideranças que viriam a fazer parte do próprio partido dos trabalhadores encabeçavam a mobilização a partir do movimento estudantil. Lindberg Farias, presidente da UNE à época, e que se tornaria um dos quadros do PT anos depois, era a principal liderança do movimento.

Com efeito, a entrada dos estudantes na construção das mobilizações contra Collor se faz também no movimento dos “Caras Pintadas”. O movimento foi caracterizado pela presença de jovens, principalmente estudantes universitários, que utilizavam tinta guache para pintar seus rostos de verde e amarelo e protestar contra a corrupção na política brasileira. Essa entrada se dava também pelo efeito relativo da minissérie “Anos Rebeldes” que foi exibida pela Rede Globo entre julho e agosto de 1992, coincidindo com o momento de agravamento da instabilidade política que levaria à renúncia de Fernando Collor. A minissérie foi a primeira incursão explícita na tele ficção da emissora pelo tema ditadura militar brasileira. Abrangeu o período que ia do momento anterior ao golpe de 1964 à anistia em 1979. Explorava o imaginário social a partir da ação dos jovens na luta contra o regime militar. A concomitância catalisada na minissérie ensejou o que parcela da literatura chamou de “fusão da memória” (KORNIS, 2000) relativa aos anos 1960 e a campanha “Fora Collor”, convertendo *Anos rebeldes* não só em marco da tele ficção brasileira, mas, de forma irônica, numa força social com certo peso na esfera pública (PINHEIRO, 2020, p. 912).

Assim como a trajetória do movimento estudantil ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980, o movimento dos caras pintadas foi o resultado de um processo de politização da

juventude brasileira, que se mobilizou em torno da luta contra a corrupção e pelo fortalecimento da democracia no país a partir de diferentes identidades (RODRIGUES, 1993; MISCHÉ, 1997). A presença de jovens nas manifestações também foi interpretada como uma evidência do fracasso do regime militar em controlar o processo de democratização do país, que ainda deixava uma grande parcela da população excluída do processo político. As interpretações divergem quanto a papel desempenhado pelos jovens estudantes nesse processo, os entendendo simplesmente como “massa de manobra” para derrubar o presidente Collor e abrir caminho para um novo ciclo político no país⁹².

De acordo Matuscelli (2015), o lema “Fora Collor” passou a ganhar relativa projeção no segundo semestre de 1991, tornando-se objeto de acirrados debates na sociedade brasileira, na CUT, no PT e na UNE. Além dos estudantes, Matuscelli destaca também a ação da classe média e dos trabalhadores como determinantes para a construção do Fora Collor. A ação desses grupos ampliou a base social do movimento e garantiu sua continuidade após as primeiras manifestações. Para Matuscelli (2015) a crise foi um fator que contribuiu para a deslegitimação do governo Collor e para a adesão de outras classes sociais ao movimento. Para os estudantes, sustentar a palavra “Fora Collor” colocaria o movimento em uma indeterminação sobre o que ocorreria dentro de uma possível reivindicação de eleições gerais. O movimento estudantil tinha muito clara a ideia e proposição do lema, mas não sabia, de fato, o que aconteceria. Matuscelli (2015, p. 4) argumenta que nesse momento passa a haver um deslocamento mais moderado em relação ao lema do “Fora Collor”, colocando a CUT, o movimento estudantil e o PT com uma proposta de manter-se na oposição ao governo e contrários aos efeitos da política neoliberal e à corrupção no governo⁹³.

⁹² Sempre existiu divergência a respeito do movimento dos caras pintadas e o papel desempenhado pelo movimento estudantil nas mobilizações do Fora Collor. Por um lado, deu-se o crédito do movimento ser um importante marco na consolidação da democracia no país a partir de uma mobilização que foi fruto de um processo de politização e engajamento da juventude brasileira. Por outro lado, coloca-se o movimento estudantil como um elemento de instrumentalização e de dramatização do processo político, dando-o o caráter de superficialidade e pouco consistente (RODRIGUES, 1999a). É importante deixar claro, que na perspectiva aqui adotada o movimento estudantil desempenhou um papel catalisador importante ao promover a criação uma estrutura de mobilização responsável por gerar engajamento entre os jovens. Por meio da própria expressão do “Fora Collor” o movimento estudantil ajudou a massificar as entidades e a formar novos grêmios, proporcionando maior reconhecimento e estruturação da militância. Neste sentido, o movimento estudantil teve uma atuação fundamental para a organização dos protestos e para a construção de uma estrutura de mobilização em torno da pauta do “Fora Collor”. Sua atuação além de ter unificado os próprios estudantes, também conseguiu mobilizar as reivindicações de diversos setores da sociedade (SANTOS, 2021). Lembrando que, enquanto estrutura de mobilização, o movimento estudantil também ajudou a firmar alianças importantes que o projetaram enquanto ator coletivo nesse processo político.

⁹³ Para Matuscelli (2015, p. 5) ocorre um deslocamento da tática política de alguns atores e organizações com influência em segmentos do operariado e das classes médias brasileiros. De acordo com o autor, “isso indica não só um processo de moderação política, mas também de aceitação passiva da ideologia que se tornará hegemônica

Em "Partisan Publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Networks", Ann Mische (2008) nos dá uma contribuição de grande importância para entendermos a dinâmica da mobilização política de jovens no Brasil desde os anos 1980 e que incide de maneira contundente nas mobilizações pelo *impeachment* de Collor. A autora utiliza uma abordagem etnográfica para examinar a experiência política de jovens engajados em diferentes movimentos sociais e partidos políticos, como o movimento estudantil, o movimento negro, o movimento LGBT e na construção do campo político dos partidos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Mische, a mediação é uma prática fundamental na mobilização política e os estudantes desempenharam um papel crucial como mediadores entre diferentes grupos e setores sociais durante o processo de mobilização em torno do *impeachment de Collor* (MISCHE, 2008, p. 115). A autora descreve a mediação como uma forma de facilitar a comunicação e a interação entre diferentes atores, a fim de construir uma coalizão mais ampla em torno de uma determinada questão política. Para a autora é possível identificar dois tipos de mediação: a mediação horizontal, que envolve a coordenação entre grupos de ativistas com interesses semelhantes, e a mediação vertical, que envolve a comunicação entre ativistas e líderes políticos ou instituições do Estado (MISCHE, 2008, p. 119). A autora argumenta que a mediação horizontal é particularmente importante para a construção de um movimento social forte e duradouro, enquanto a mediação vertical pode ser útil para alcançar objetivos políticos específicos.

A análise de Mische (2008) destaca a importância da mediação como uma estratégia para a mobilização social e política. Nesse sentido, a mediação pode ser vista como uma forma de construir pontes entre diferentes grupos e setores sociais, promovendo a articulação e a construção de alianças políticas amplas e duradouras. Além disso, a mediação também pode ser vista como uma forma de promover o diálogo e a negociação entre diferentes atores sociais, contribuindo para a construção de soluções mais democráticas e inclusivas para os problemas sociais e políticos. No caso do movimento do Fora Collor essa forma de mediação entre

al longo dos anos 1990: a ideologia burguesa neoliberal". De certa maneira, existe, aqui, uma concordância ao argumento de Matuscelli, sobretudo no que tange à própria condução das políticas neoliberais dos governos posteriores de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entretanto, não dá para depositar ao processo de mobilização e *impeachment* de Collor a narrativa estrita de uma mudança de postura estar atrelada à adoção somente de uma orientação política neoliberal. Há de se convir, no entanto, que durante todo esse processo de mobilização e deposição de Fernando Collor, os movimentos estiveram envolvidos na narrativa da cidadania e da exigência do encontro da ética com a política. Isso reverbera não só a possibilidade de que essa agenda neoliberal seja desarticulada via luta por direitos, mas também existia o próprio receio de que essa luta se faria através do combate, no pano de fundo, ao entulho autoritário do período militar. Neste sentido, seria mais prudente colocar em perspectiva a ideia de que a luta pela cidadania se enveredava também pelas formas de exclusão social e política com certo receio da volta do regime autoritário.

estudantes e demais atores políticos foi fundamental para compreender, desde o processo de articulação até a dinâmica de mobilização contra o governo.

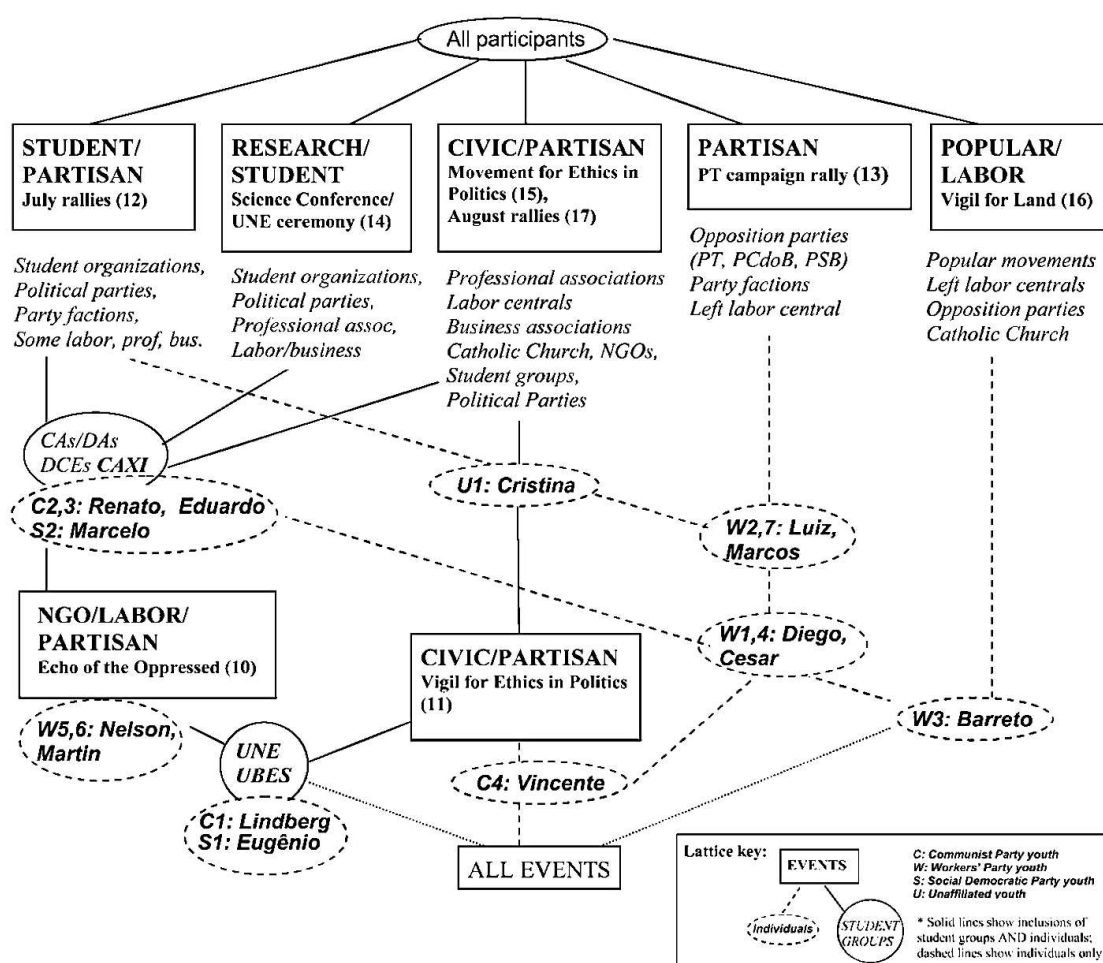
Neste sentido, no contexto do processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, os estudantes tiveram um papel relevante na mediação entre diferentes grupos e setores da sociedade. Eles utilizaram táticas de mediação, como a organização de encontros e debates, a construção de redes de comunicação e a criação de alianças estratégicas para mobilizar e articular diferentes setores sociais em torno da questão do *impeachment*. Segundo Mische (2008), a construção de redes de solidariedade entre diferentes grupos de ativistas foi fundamental para a ampliação da mobilização e para a construção de uma agenda mais abrangente. Isso possibilitou a formação de uma estrutura de mobilização que colocassem diversos setores da sociedade em consonância com a narrativa do movimento. Por outro lado, a produção de mídias alternativas também se mostrou uma prática importante dos jovens ativistas, pois permitiu a ampliação da esfera pública na articulação das demandas populares. Além disso, os jovens ativistas atuaram como mediadores cívicos, estabelecendo um diálogo entre os políticos da oposição e as demandas populares⁹⁴.

Ainda que controversa, a dinâmica de construção de uma agenda ampla de mobilização pelos estudantes teve um ponto nevrálgico que sobrepunha a heterogeneidade das configurações e divisões dentro do próprio movimento estudantil. Para Mische (2008, p. 140), em amplas convergências cívicas, nas quais muitos setores se reúnem em eventos, os subgrupos fortemente sobrepostos podem dar lugar a alguma forma de *coordenação* - necessária para distribuir recursos e responsabilidades entre as clivagens internas, ou então essas clivagens podem ser superadas por aquilo que ela chamou de *ponte simbólica* (*symbolic bridging*), na qual atores particulares servem como personificações simbólicas de coletividades maiores.

⁹⁴ Um dos principais pontos de destaque do livro de Mische é a análise do papel da comunicação e das redes de ativismo no engajamento político de jovens em diferentes partes do país. Mische mostra como essas práticas contribuíram para a formação daquilo que chamou de *esfera pública partidária*, na qual jovens ativistas se engajavam em discussões políticas e participavam de processos de tomada de decisão. A autora identifica três tipos de identidades em tensão que foram gestadas no processo de formação desses jovens ativistas no decorrer dos anos anteriores: estudantil, partidária e cívica. De certa maneira, de acordo com a autora, as mobilizações pelo *impeachment* permitiram ao movimento estudantil se desvencilhar das disputas partidárias dos anos anteriores e retomar os holofotes nacionais como parte de uma coalizão cívica pela "Ética na Política". Apesar dessa identidade cívica demonstrar uma capacidade de mobilização popular em torno da questão do *impeachment*, o movimento estudantil ainda tinha disputas de orientação ideológicas e partidárias internas. As identidades partidárias ajudaram a diferenciar os tipos de papéis mediadores desempenhados por líderes estudantis ligados a determinados partidos, trazendo alguns líderes para a proeminência pública, enquanto outros desempenharam papéis coadjuvantes ou marginais (MISCHE, 2008, p. 135). Além do mais, ao que a própria autora chamou de *mediação simmeliana* é possível compreender que no processo de mobilização essas identidades se cruzaram através de relações construídas, parcialmente sobrepostas, por meio de círculos sociais os quais esses jovens participavam que eram multissetoriais, o que permitiu uma articulação entre outros diversos setores que compunham o MEP.

Ao estudar a dinâmica de mediação no movimento de *impeachment*, Mische desenvolveu um olhar muito detalhado sobre a existência de uma *estrutura de afiliações sobrepostas*. Ao mapear a rede de estudantes no processo de mobilização, Mische observou três características estruturais principais desta rede: 1) os fortes efeitos estruturantes da filiação partidária; 2) o fato da UNE servir como um contexto de ligação entre ativistas dos partidos; e 3) de que a rede mostrara que a juventude do PT tinha a matriz de filiações mais diversificada setorialmente, além do movimento estudantil e dos partidos políticos, incluindo filiações a associações religiosas, trabalhistas, de pesquisa, antidiscriminatórias e de curso (MISCHE, 2008, p. 145). Isso, no entanto, não colocava a própria juventude do PT como protagonista nesses eventos. Como afirma Mische (2008, p. 146), embora a explicação sobre a questão das conexões do PT seja plausível do ponto de vista estrutural, a amplitude e popularidade dos líderes estudantis do PT eram quase invisíveis na eufórica cobertura midiática que acompanhou as mobilizações pelo *impeachment*. Os dirigentes do PCdoB, como o presidente da UNE, Lindberg Farias, e em menor escala, os do PSDB, eclipsaram a proeminência dos líderes estudantis do PT, a partir de sua participação em configurações de movimento particulares, como o Movimento Opção Brasil (MOB) que foi o germe do desenvolvimento do processo de mobilização pelo *impeachment* e que, posteriormente, se tornaria, o Movimento pela Ética na Política. Na figura a seguir (**Figura 6**) podemos observar muito bem a articulação dessa estrutura de rede formada nas mobilizações pelo *impeachment* de Collor.

Figura 6 - Mediação na estrutura de mobilização: jovens e os grupos nos eventos



Fonte: MISCHÉ, 2008, p. 157.

Mische separa esse processo em duas fases. A *fase de articulação* que durou de novembro de 1991 até maio de 1992, na qual os jovens estudantes organizaram suas atividades chamando atenção para os problemas crescentes no governo Collor e, por extensão, no país como um todo. Nesse contexto setores organizados da sociedade brasileira passaram a utilizar fóruns públicos para clamar por uma alternativa ao atual estado de crise (MISCHE, 2008, p. 149). A *fase de denúncia*, representada na figura acima, que começa a partir de 01/06/1992, em que o Congresso vota para a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI – Esquema PC Farias – RQN 52/1992). Nesta fase ocorre um movimento gradual de segmentação parcial entre estudantes e ambientes cívicos para uma sobreposição cada vez mais forte. Isso marca a força da intersetorialidade no processo de mobilização. Conforme a pesquisadora menciona, alguns acontecimentos ainda se encontravam sob a influência de setores específicos. A título de exemplo, à esquerda da representação gráfica, constam a primeira série de comícios

estudantis ocorridos em junho e julho, assim como um evento acadêmico durante a conferência nacional de ciências. Esses eventos ostentavam, majoritariamente, a participação de estudantes e adeptos de partidos políticos, embora grupos profissionais e movimentos trabalhistas também passassem a figurar. À direita, é possível visualizar o comício da campanha de julho em apoio à candidatura do Partido dos Trabalhadores para prefeito, bem como a Vigília pela Reforma Agrária, que contou com a organização de movimentos populares, sindicatos, a Igreja Católica e partidos de oposição. Todos esses eventos convergiram para se tornarem plataformas destinadas a denunciar a gestão de Collor. Contudo, uma parcela significativa dos participantes dessas ocasiões também foi atraída para engajar-se nos eventos de cunho intersetorial, mais amplos, promovidos pelo Movimento pela Ética na Política, no centro na figura.

A questão, porém, é que o peso da atuação dos estudantes se fez presente, sobretudo, na construção de um espaço heterogêneo de discussão intersetorial no MOB, baseado na equalização provisória de atores com posições ideológicas e acesso a poder e recursos muito diferentes. A mediação, aqui, se tornou uma prática fundamental na construção de uma coalizão política ampla e duradoura. Os estudantes desempenharam um papel crucial como mediadores entre sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e a imprensa, contribuindo para a construção de uma ampla aliança política que culminou no *impeachment* de Collor. A centralidade desse ator social se fez não somente pelo fato de que os estudantes tinham papel central no desenvolvimento da política dos anos anteriores, mas, sobretudo, na formação de suas identidades políticas e na construção de quadros dentro das vertentes partidárias⁹⁵.

Neste contexto, afirma Mische (2008, p. 153), as narrativas do movimento não se limitaram a um discurso estritamente ético, mas incluíam um conjunto mais substantivo de questões sociais, desde a pobreza e a educação até a reforma político-institucional. Assim, é importante destacar o fato de os estudantes atuarem não só como uma estrutura de mobilização importante no processo de aliança, mas como um catalisador das mobilizações. Tendo em vista não só o fato de que eles conjugavam de uma identidade cívica que se entrelaçava com a narrativa em torno da questão da ética na política, mas, sobretudo, que o processo de

⁹⁵ Alberto Tosi Rodrigues (1993, p. 143) faz uma consideração importante sobre esse momento e como, a partir de uma leitura dos eventos pretéritos dos estudantes, mostra que as diferenças contextuais no que tange à luta pela política enveredou, em 1992, em um consenso em torno dos ideais democráticos com reforço na convicção democrática de massa. Assim, a generalização do culto à democracia como uma conquista de validade geral se tornaria a alavanca do consenso estudantil. Ainda que essa alavanca fosse muito diferente da experiência estudantil revolucionária de 1968. Como afirma o autor, o custo da participação para eles foi substancialmente menor em 1992 do que nos anos 60 e 70, mas que não minimiza sua importância intrínseca, sobretudo a partir das facilidades em alocar recursos, materiais e simbólicos que a conjuntura de 1992 lhes ofereceu: a imprensa livre a oferecer ampla cobertura, apoios importantes por parte de autoridades públicas ou entidades civis, etc. (RODRIGUES, 1993, p. 144).

engajamento levava também em consideração a luta por direitos que estava inserida na construção das identidades estudantis e partidárias. Certamente, a dinâmica implementada pelo MEP caminhava em consonância com uma bandeira de luta contra a recessão, as altas taxas de inflação, o desemprego, o arrocho salarial, ou mesmo de oposição genérica ao neoliberalismo (MATUSCELLI, 2015, p. 6). Isso, de alguma maneira, trazia para o centro do processo a narrativa do MEP enquanto um elemento que aglutinava os diferentes movimentos e atores sociais em torno da questão do *impeachment*.

No entanto, ainda que pudéssemos observar essas estruturas se organizando em torno de uma narrativa comum, seus discursos diferenciavam a respeito das possíveis propostas para o problema da crise do Estado brasileiro. Como afirma Tatagiba (1998, p. 100), em termos substantivos, existia uma medida comum entre esses atores no que tange a interpretação do encontro entre ética e política como uma exigência democrática, ainda que a crise do governo Collor se enveredasse em torno de respostas referentes ao modelo econômico. Destarte a questão econômica como um principal motivo de crise no governo, o escândalo no caso PC Farias, chamava a atenção como uma narrativa importante em torno da questão da ética na política. Aqui, o tema da corrupção, apesar da sua proximidade com o tema da ética, não ganha um contorno tão nítido e direcionado ao Estado, e sim ao governo. Esse contorno se fará muito pela via da reconstrução de uma ordem democrática que procura construir pontes com elementos dos direitos sociais encerrados na Constituição de 1988, reivindicando, principalmente, as características éticas necessárias na condução da política. O quadro abaixo (**Quadro 6**) aponta como essas narrativas configuraram formas de alianças que estão no campo do entendimento sobre o tema da ética na política do MEP.

Quadro 7 - Grupos envolvidos no MEP e suas narrativas

GRUPOS	NARRATIVAS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)	Democracia como projeto ético; Crise de natureza ética; Problema não é o pacote de recessão, é a deterioração progressiva das condições de vida da população;
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)	Luta contra o autoritarismo; Crítica em relação à negação da pobreza em uma ordem democrática; Cumprimento da constituição de 1988; questão da soberania nacional;
PENSAMENTO NACIONAL DAS BASES EMPRESARIAIS (PNBE)	Crítica não dirigida contra as medidas para superação da crise, mas a forma autoritária de sua implementação ⁹⁶ ;
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)	Luta pela ampliação da democracia com a estratégia de construção de uma nova hegemonia; Defesa dos direitos dos trabalhadores;

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com TATAGIBA, 1998; SALLUM, 2015; RODRIGUES, 2001

⁹⁶ É preciso, porém, fazer um adendo sobre a própria atuação ambígua do PNBE. De princípio, apostar na capacidade do governo Collor em engendrar processos de liberalização do Estado era a pedra de toque de grande parte do apoio do setor empresarial ao governo. A combinação, ainda em 1990, de um lado, do discurso de abertura industrial e comercial, e enxugamento do aparelho do Estado e, de outro lado, o conservadorismo político e a extrema centralização tecnocrática no processo de tomada de decisões, representavam a combinação clara para a opção neoliberal do governo Collor. No entanto, a própria “emergência econômica” e o acúmulo de questões conjunturais as quais dificultavam o próprio governo em dar direção a um projeto político de reconstrução econômica e social, esbarrava em determinadas incongruências da própria dinâmica do poder. Uma mistura entre neoliberalismo, autoritarismo tecnocrático e democracia, nas palavras de Rodrigues (2001, p. 99-100). Neste sentido, esse deslocamento do PNBE passa a ser perceptível nas críticas direcionadas à unilateralidade e imoralidade das decisões governamentais que se alimentavam por um padrão de relação entre Estado e sociedade histórico. Com efeito, o próprio PNBE propunha a construção de um novo padrão corresponsabilização da sociedade civil pelas decisões a serem tomadas na resolução da crise. Isso garantiria a manutenção das exigências éticas da democracia ao procurar unir gestão econômica e ética resgatando o vínculo entre eficácia econômica e credibilidade (TATAGIBA, 1998, p. 73-75).

Neste sentido, podemos compreender que no movimento pró *impeachment* de Collor articularam-se diversos atores em um campo relativamente heterogêneo, no qual havia a composição de várias formas de ação. De maneira genérica, foi construída uma estrutura de mobilização que alocava diversos atores da esfera institucional e da sociedade civil organizada com orientações específicas, mas que direcionavam suas críticas em torno de uma dimensão ética da política. Aqui, o entendimento da ética enquanto uma dimensão do mundo da política, que redefinia as regras do jogo, sobretudo ao atravessar uma crise do Estado. Uma dificuldade do governo em dar uma resposta concreta aos anseios da sociedade que passara o momento de transição acumulando crises políticas e econômicas. Soma-se a esse contexto a própria necessidade de redirecionar as forças política em torno de um combate autônomo. Como afirma Rodrigues (1999, p. 100), o que se observa neste contexto é a formação de uma estrutura de mobilização que a partir do final dos anos setenta, transformou os mecanismos pelos quais as lideranças políticas convocam tradicionalmente as massas urbanas e rurais a participar dos conflitos políticos. Essa mudança foi marcada por uma quebra da exclusividade dos padrões populistas utilizados para articular liderança e mobilização política na sociedade. Embora o formato antigo ainda persista em grande medida, especialmente quando falamos de processos eleitorais de diversos níveis e abrangência, e ainda seja empregado tanto por lideranças de orientação política à direita como à esquerda, sua validade passou a ser confrontada pela emergência de um setor organizado na sociedade civil. Esse novo setor foi capaz de articular não apenas uma nova disposição para o engajamento político de forma mais autônoma, mas também uma nova concepção de ética pública. Além de se envolver em um tipo distinto de "combate" político, essa mudança trouxe consigo uma abordagem ética renovada para aquele momento.

Veremos que no *Impeachment* de Dilma temos estruturas de mobilização que disputam o debate público principalmente após as eleições de 2014. De certa maneira, a disputa acirrada do pleito de 2014 dá o teor dos acontecimentos posteriores. O que podemos observar é que essas estruturas possuem uma forte relação com o sistema político-institucional organizado nas relações entre os setores da militância político-partidária e as redes conectivas entre essas estruturas e os coletivos sociais. Compõem-se, sobretudo, de jovens que disputam, na esfera pública, repertórios diferentes. Aqui, o que chama atenção é a construção de uma estrutura de mobilização muito ligada à mobilização de recursos com grande influência dos partidos e grupos de interesses.

3.3 ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO E PROTESTOS NOS GOVERNOS DILMA (2013 E 2015)

As manifestações de junho de 2013 marcam um novo momento de mobilizações em massa no Brasil⁹⁷. Após a Campanha Pela Ética na Política passaríamos por cerca de 21 anos sem uma mobilização que ganhasse tal proporção na sociedade. Isso não significa dizer que as diversas outras mobilizações que ocorreram durante esse período se tornam residuais frente ao nosso quadro explicativo. Sabemos da importância de tais momentos, mas resguardamos ao fato de que o objeto da presente pesquisa está restrito a esses outros momentos os quais consideramos específicos, por vezes extraordinário, na realidade social brasileira, e que foram capazes de mobilizar um contingente muito grande de pessoas, incluindo pessoas comuns.

De certa maneira, o ciclo de protestos de 2013 inaugura um novo momento de organização e mobilização da ação coletiva na contemporaneidade. Temos a presença de uma gramática social nova, encarnada na maneira como o ativismo se comporta nos últimos tempos, tanto na composição quanto na estrutura organizacional dos movimentos sociais. Neste sentido, a mobilização que ganha a cena política brasileira em junho de 2013 resguarda uma estrutura relativamente diversificada de atuação política que possui estreita relação com a efemeridade que determinadas formas de ativismo social podem se desenrolar, e que estão atreladas a aspectos culturais e emocionais. Além disso, a própria dinâmica organizativa desses movimentos procura se desvincular do formato enrijecido e hierarquizado dos movimentos sociais mais tradicionais, promovendo uma ação difusa através de uma organização descentralizada. Por outro lado, há, durante os eventos de junho de 2013 uma forte relação com a questão da ação contenciosa, onde as dinâmicas de mobilização se desenrolam em processos de radicalização da ação coletiva.

Com efeito, o contexto que promove o ciclo de protestos na sociedade brasileira a partir de junho de 2013 acaba possuindo estreita relação com os sucessos e dilemas da política promovida pelo Partido dos Trabalhadores em seus mais de dez anos no poder, como tratado

⁹⁷ Utiliza-se aqui uma ideia de “novo” enquanto uma construção histórica, advinda da práxis (pensar e agir), decorrente da ação dos diversos sujeitos sociopolíticos, diferentemente de qualquer constatação de um processo estrutural mecânico (GOHN, 2017, p. 13-14). Isso implica olhar para todos esses momentos e reconhecer que, apesar das semelhanças, as diferenças mais singulares são pensadas, sobretudo, a partir de mudanças na composição dos sujeitos, do conflito social no qual estão inseridos, sua visão de *projeto* ou projeto de sociedade o qual reivindicam, inseridos em uma *historicidade* (TOURAINE, 1994, 1996). Por isso, apontar as mudanças nas formas de manifestações dos sujeitos atualmente é reconhecer todo esse processo de construção histórica, ainda que as direções dos conflitos possam vir a se manifestar de forma ambígua, em seus resultados.

anteriormente. Atrelado a isso, está a dinâmica da mudança social na sociedade brasileira e a configuração de novos sujeitos no cenário social e político. Movimentos sociais que passaram a modificar suas formas de atuação e contestação advindos não só de mudanças cotidianas na sociedade, mas, sobretudo, como fruto das políticas e dos debates públicos sobre a questão da moralidade na sociedade brasileira (ALONSO, 2023). Além disso, uma parcela da população que viveria um processo de ascensão social ocasionado pela inserção na cidadania através da via do consumo de bens – em contraste com a construção e reconhecimento dos direitos –, demandaria políticas de desenvolvimento social que transpareceriam nas diversas formas de insatisfação com a política institucionalizada. De um lado, uma disputa moral em torno dos costumes pautaria o debate sobre a questão dos rumos da política na sociedade e, com isso, a questão da corrupção. De outro lado, a luta por direitos, peça fundamental na política de redistribuição de renda e combate à miséria nos governos do PT, cuja manutenção garantiria os índices de popularidade do presidente Lula até o final de seu mandato, seriam os campos em disputa no decorrer daqueles anos.

Escolhida por Luiz Inácio Lula da Silva para sucedê-lo no cargo presidencial, Dilma Rousseff que ocupara o cargo de ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, obteve uma vitória eleitoral avassaladora na eleição presidencial de 2010, com uma maioria quase tão expressiva quanto a de seu antecessor⁹⁸. No entanto, como já tratamos aqui, em sua tentativa de reeleição, quatro anos mais tarde, Dilma enfrentou um cenário mais desafiador foi reelegendo-a por uma margem muito menor, conquistando uma vantagem de apenas 3% sobre seu oponente, Aécio Neves, governador de Minas Gerais. Esse pleito foi caracterizado por uma notável polarização regional no país, onde as regiões industrializadas do Sul e Sudeste demonstraram forte oposição a ela, enquanto o Nordeste proporcionou-lhe uma vantagem significativa de 72%, superando ainda mais o apoio recebido em 2010⁹⁹.

Socialmente, o contexto não era, decerto, conturbado. A situação das pessoas e as políticas adotadas durante os governos do PT davam condições sobre as quais a confortável vivência perante um regime de exploração condizia, em certa medida, com as necessidades ascendentes de consumo da população. No entanto, um ponto a ser destacado nas manifestações que ocorreram em junho de 2013 foi a constatação de que problemas que envolvem a vivência

⁹⁸ A vitória de Dilma (PT) sobre José Serra (PSDB) se deu: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2010> Acesso em: 20/07/2023.

⁹⁹ Sobre o referido pleito ver: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?session=6604301259974>> Acesso em: 20/07/2023.

nas cidades mereciam atenção dos cidadãos. Não eram problemas que suscitaram o debate somente naquele instante, mas já estavam em discussão na sociedade brasileira dias e meses antes de junho¹⁰⁰. De alguma maneira, a intensificação das manifestações se deu, por um lado, pela paulatina percepção de que a vida nas cidades¹⁰¹, principalmente nas grandes metrópoles, tornou-se insuportável, na medida em que modelos de crescimento econômicos e sociais não acompanhavam melhorias substanciais na vida cotidiana das pessoas. O Brasil, que vinha em ascendência nos índices socioeconômicos nos últimos anos de governo do PT tivera dificuldades em estabelecer condições necessárias para o desenvolvimento e atendimento satisfatório das políticas a nível local. Um dilema vivenciado pela incapacidade dessas diversas governanças – locais e nacionais – em negociar frente ao grande capital as direções das políticas de infraestrutura e planejamento dos espaços urbanos. Ainda que o desenvolvimento em áreas de suma importância, como a diminuição da desigualdade e da pobreza extrema, representou

¹⁰⁰ Os problemas que envolvem a questão urbana é assunto histórico no Brasil. Desde o período imperial revoltas súbitas em torno da questão do transporte mobilizaram setores da sociedade em torno da chamada mobilidade urbana e a circulação no transporte. Com diferenças marcantes em cada um dos momentos, sejam nos séculos XIX e XX, como também no século XXI, a sociedade brasileira muitas vezes repetiu esses levantes súbitos com razões reais que colocavam na pauta do debate público a questão urbana como elemento fundamental para pensar as formas de vida nas cidades. Essas engrenagens, ou peças centrais, existentes na relação entre vida urbana, sistemas de mobilidade, organização territorial e os arranjos políticos e econômicos, suscitaram aspirações por formas de vida democráticas baseadas em direitos que tiveram força no momento da redemocratização e que ganhou impulso inédito durante o lulismo. O choque entre essa tendência de cunho democrática e a emergência de formas de vida privatistas, fruto da segregação histórica aprofundada, especialmente, pela ditadura, e operacionalizada pelos serviços particulares e as formas de consumo incutidas em condomínios, carros e shopping centers, gerou uma série de conflitos que se intensificaram na década de 2010 explodindo nas ruas 12013 a partir de uma constelação de lutas existentes no mesmo período. Ver: ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de Concentração: história e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo, 2022.

¹⁰¹ Ver: DAVIS, Mike. **Estrada de metal pesado**. In: In: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, onde o autor faz um comparativo do uso do automóvel nas grandes cidades (em seu caso no sul da Califórnia) com uma batalha de tanques. Esse mesmo texto dialoga com a questão dos problemas de organização do espaço urbano e a dificuldade de se manter formas estruturais de organização nas cidades. O progressivo e desenfreado aumento nos serviços de transporte urbano, e o consequente crescimento descomunal e desordenado das habitações nestes mesmos espaços também ilustram essa dinâmica. Para cada habitante, morar em um apertado apartamento nos enormes centros do país, com dispêndio de dinheiro abocanhando parte de sua renda, somava-se a locomoção e o transporte. Anexado a este fator, as populações que historicamente foram empurradas para a periferia das cidades, viviam com problemas piores: a falta de política de organização em suas áreas de ocupação. Como afirma Ermínia Maricato, a terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário, os despejos violentos foram retomados e a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades (MARICATO, 2013, p. 21-21). O Plano Diretor criado através do Estatuto das Cidades, documento responsável pelas políticas de bem-estar urbano, na maioria das vezes fora ignorado pelas autoridades locais. Em boa parte das vezes, as autoridades responsáveis pela articulação política dos cidadãos em prol do desenvolvimento das ações do poder público nas cidades, foram insensíveis ao estímulo participativo da sociedade civil nessa empreitada. Com um panorama que demandava políticas de organização do espaço urbano, somava-se a vivência recorrente da violência legal operada via Estado, um problema setentrional da sociedade brasileira e que aparece também em junho de 2013 e nos ciclos seguintes.

um avanço na distribuição das políticas sociais, as acusações em torno dos processos licitatórios que envolveram empreiteiras e governos demonstrou, em um desses lados, a dificuldade em lidar com políticas concretas de desenvolvimento urbano.

Nesse ínterim surgem diversos coletivos e movimentos sociais sobre os quais a questão urbana passa a ser uma pauta importante na configuração das ações e reivindicações do espaço da cidade. Ainda que esse campo fosse marcado pela presença de movimentos que reivindicam um espaço em torno do processo de desenvolvimento das cidades, suas pautas também os redefine em torno de outras questões, que passariam a ser disputadas ao longo dos anos seguintes, e que avançariam nas manifestações como formas de disputa em termos da orientação dos protestos.

Apesar das relações diretas ou necessárias entre o tema da questão urbana e o início dos protestos em junho de 2013, é preciso notar como, no decorrer dos anos em que o PT esteve no governo, se modificou o ativismo social e as principais bandeiras que foram carregadas pelos assim chamados coletivos sociais. Nos últimos anos tem surgido uma nomenclatura bastante presente na literatura científica em torno dos coletivos e dos *novíssimos movimentos sociais* (GOHN, 2017). Esses estudos vêm elucidar diversas características do campo dos coletivos sociais, entendendo esses coletivos como: a) formas de organização das juventudes contemporâneas; b) os aspectos ligados à sua organização interna e diferencial em relação a outros tipos de movimentos sociais, as formas de comunicação e engajamento desses coletivos e sua relação com o sistema político e a crise da representação nas democracias; c) as reflexões ligadas ao campo da produção artístico-cultural no Brasil e na América Latina; d) assim como o aspecto inovador em relação ao contexto político dos protestos de junho de 2013 (PEREZ, 2019).

As principais características que manifestam esses coletivos e novíssimos movimentos sociais são aspectos ligados à inovação e o uso das redes sociais como forma de engajamento e mobilização¹⁰². Esse aspecto os coloca em uma posição diferencial em relação a outras formas

¹⁰² Conforme enfatizado por Bennett e Segerberg (2012, p. 743) a ação conectiva representa mais do que uma concepção de estruturação dos processos de mobilização e ação através de redes sociais online, considerando-a como um recurso mobilizado pelos indivíduos. Essa noção refere-se a uma forma singular de ação fundamentada em novos padrões de comunicação personalizada e relações interpessoais. O estudo da ideia de ação conectiva exige a reflexão sobre as transformações sociais promovidas pelas novas tecnologias e o amplo compartilhamento de informações e conteúdos impulsionado pela proliferação da internet e dispositivos móveis, que permeiam a vida cotidiana dos atores sociais. Central à compreensão da ação conectiva está a noção de que, nas sociedades contemporâneas, as estruturas organizacionais formais estão perdendo, aos poucos sua influência sobre os indivíduos, e os laços de grupo estão sendo substituídos por redes sociais fluidas e de ampla abrangência. Nesse

organizacionais de estruturas sociais coletivas (MARQUES & MARX, 2020, p. 11). Decerto, o termo *novíssimos* surge em alusão à perspectiva dos novos movimentos sociais da metade do século XX, os quais passaram a incorporar demandas de reconhecimento elucidando a questão da identidade como forma de pertencimento e ação dos grupos sociais. De acordo com Gohn (2017, p. 20-21) os novos movimentos sociais buscavam se firmar pela identidade que construíam e se organizavam de maneira diferente das estruturas rígidas dos movimentos operários e sindicais. Suas estruturas carregam elementos formais de organização e interação. No entanto, as articulações e comunicações são mais dirigidas entre os pares com departamentos ou setores dentro de uma linha programática com cultura organizacional e política definidas. Ao longo dos anos esses novos movimentos sociais foram se diferenciando interna e externamente criando formas de solidariedade e redes de movimentos sociais. No Brasil, com a Constituição de 1988, esses movimentos alteraram suas práticas cotidianas: as relações diretas, as reuniões e assembleias deixaram de predominar dando espaço para articulações em redes com Organizações Não Governamentais (ONGs) e passaram a atuar focalizando nos processos participativos institucionalizados.

Entretanto, Olívia Cristina Perez (2019), questiona a utilização do termo "novíssimos movimentos sociais" devido ao risco de generalizações inadequadas. A autora sugere que tal terminologia pode induzir à suposição errônea de que todas as organizações denominadas coletivos compartilham características uniformes, como a autonomia e a horizontalidade. A autora destaca que, embora essas características sejam comumente associadas aos coletivos, especialmente aqueles atuantes em ambientes universitários e na defesa de direitos de grupos específicos como mulheres e LGBTTs, nem todos os coletivos seguem esse padrão. Por isso, é necessário reconhecer as diversas dinâmicas internas dos coletivos, que podem incluir, em certos casos, estruturas hierárquicas e vínculos com partidos políticos (PEREZ, 2019, p. 584).

contexto, as novas redes formadas a partir da ação conectiva desempenham um papel importante nos processos organizacionais das mídias sociais, e sua lógica operacional não demanda um controle organizacional rígido ou a construção simbólica de uma identidade coletiva unificada (Bennett; Segerberg, 2012:748). Ainda que seja demasiado cedo para centralizar essa dimensão do uso da internet no caso brasileiro, devido a nossa forte desigualdade social que confere acessos diferentes, privilegiados ou não, ao meio virtual, é preciso que salientemos que o forte peso analítico ao uso das plataformas digitais como forma de ação se dá sobre um caráter de novidade e articulação, antes de uma configuração de movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2009, 2013). Aliás, a própria ideia de movimentos sociais em rede obedece a uma outra ordem que traz consigo, principalmente, as experiências sobre a globalização dos direitos (DELLA PORTA, 2007). O que chama a atenção para junho de 2013 é o fato de que, semelhante aos protestos contra a globalização a articulação em rede enfatiza uma estrutura flexível do protesto, na qual a integração funcionou por meio de canais virtuais organizados por pequenas redes flexíveis em torno de uma narrativa importante para aquele momento que era a questão urbana.

Rodrigo Nunes (2023), por sua vez, argumenta que a organização política não pode ser reduzida a uma dicotomia simplista entre horizontalidade e verticalidade, uma crítica que dialoga diretamente com as preocupações de Perez (2019) sobre a visão “homogenizante dos coletivos”. Ambos os autores defendem que, apesar da valorização da horizontalidade e da autonomia, as realidades organizacionais são muito mais complexas e variáveis, podendo incluir, como aponta Perez (2019), hierarquias e vínculos com partidos políticos, algo que Nunes reforça ao discutir a necessidade de superar visões reducionistas sobre organização política.

Assim, ao discutir as nuances internas dos coletivos, Perez sugere que nem todos operam de maneira homogênea, o que Nunes expande ao propor que as formas de organização devem ser pensadas em termos de uma ecologia organizacional, onde diferentes formas e estratégias podem coexistir e se complementar, sem que isso signifique um retorno automático ao modelo de partido ou a rejeição da espontaneidade (NUNES, 2023, p. 34). Nesse sentido, para fins do nosso estudo, essas observações são relevantes dentro da dinâmica de mobilização nos momentos aqui estudados, sobretudo a respeito do aspecto relacional dessa dinâmica e de como essas estruturas de mobilização exploram as oportunidades políticas.

Por sua vez, quanto à característica organizativa dos coletivos contemporâneos, apontada por grande parte dos analistas, indica que a dimensão organizacional é menos estruturada em termos burocráticos e institucionais. Isso não significa dizer que os mesmos coletivos não têm organização interna e propositiva de ação. Do contrário, a ausência de uma estrutura interna mais rígida nas experiências organizacionais desses coletivos reflete um esforço de construção cotidiana em uma lógica organizacional e de socialização baseadas no compartilhamento de ideias e laços afetivos entre os ativistas. O trabalho colaborativo, fruto das dinâmicas de organização, principalmente dos coletivos sociais ligados à questão artístico-cultural, confere a esses atores princípios de autonomia da ação e uma recusa na ideia de representação formal e verticalizada. Por fim, essa flexibilidade imprime nesses coletivos um caráter mais pontual e contextualizado, sempre aberto e descentrado do ponto de vista das demandas e dos projetos políticos (MAIA, 2013; LIMA, 2018; PAIM, 2008).

A recusa ao campo tradicional da política não é regra dentro dos coletivos. Alguns estudos e determinados casos empíricos, os quais analisaremos adiante, vêm demonstrar que os argumentos que tendem a afirmar que esses coletivos recusam relações com partidos, governos e até mesmo com outros movimentos sociais, carecem de uma sustentação analítica contundente. Primeiro, pelo fato de que por mais que existam críticas claras aos partidos

políticos, ao próprio Estado e outras instituições mais tradicionais do mundo político, isso não significa que os coletivos recusem uma atuação única e estritamente orientada fora das vias institucionais. Em segundo caso, a recusa a qualquer tipo de relação com a esfera institucional não deve ser tomado como uma dimensão analítica estritamente orientada para a compreensão das recentes experiências coletivas no contexto nacional (PEREZ, 2020, p. 14). Isso tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista contextual. Em diversos momentos a recusa ao sistema político, ou a qualquer representante político institucional, sempre encontrou ecos nas diversas frases proferidas por manifestantes em protestos. Até mesmo as auto intitulações apartidárias sempre funcionaram mais como recurso estratégico das ações nos protestos políticos do que uma posição politicamente firmada em torno da recusa ao sistema político como um todo.

3.3.1 *A multidão nas ruas: motivações e perfil*

Dada a composição teórica dos coletivos e sua diferença em relação a outros tipos de movimentos sociais, resta-nos investigar como eles se constroem, em uma dinâmica de contensão específica, estruturas de mobilização. De princípio, é necessário compreender que apesar da ocorrência de grandes manifestações durante o período do governo Dilma, as motivações e o intuito dos protestos são de naturezas distintas. Neste sentido, compreendemos que o ciclo que se inicia em 2013 não é o mesmo que se dá em 2015¹⁰³. Apesar das inúmeras semelhanças, o que chamamos a atenção aqui é o fato de que esses processos guardam suas características em termos de como ocorrem as mobilizações e não necessariamente, enquanto relação causa e consequência direta. É preciso compreender também que em relação aos outros dois processos, em que seus resultados são processos de *impeachment*, junho de 2013 não se tem uma resposta, no âmbito político, dos chamados “rumos do processo”. Sabemos que a demanda básica em torno da questão do aumento da passagem de ônibus foi o estopim para as manifestações de junho de 2013. Sabemos também que durante todo o processo em que ocorreram manifestações, naquele mês, diversos grupos disputaram narrativas importantes na esfera pública. Assim, como os outros momentos aqui trabalhados, junho de 2013 se assemelha,

¹⁰³ É preciso deixar bem claro a ideia de que junho 2013 além de ser um momento no qual oportunidades políticas são exploradas para dar vazão aos protestos, foi também um momento em que se criou as mesmas oportunidades que passaram a ser explorada tempos depois na política brasileira. Junho não estaria aqui como causa do fenômeno do *impeachment* de Dilma em 2015, mas representou um momento no qual surgem oportunidades as quais passariam a ser explorada por contramovimentos ou movimentos conservadores nos anos seguintes.

e ao mesmo tempo se distingue, por sua característica enquanto ciclo: mobilizar um contingente de pessoas e, principalmente pessoas comuns, em torno de reivindicações que apontam para a política como seu principal alvo.

Com efeito, quando olhamos de maneira mais detalhada para junho de 2013 percebemos na literatura algumas nuances interpretativas as quais procuram delimitar o campo de atuação dos movimentos que estiveram envolvidos. Isso não só do ponto de vista de sua organização interna, como no decorrer da ação contenciosa. Neste sentido, no desenvolvimento da dinâmica de protestos em junho de 2013 podemos observar duas estruturas de mobilização. Uma primeira estrutura que se organiza a partir dos movimentos que reivindicam a questão urbana e estão inseridos em um quadro maior de rede de movimentos sociais que tem a ver com a formação e influência do Fórum Social Mundial. Esses movimentos têm seu desenvolvimento a partir da narrativa da luta pelos direitos e bens de consumo coletivo. Outro grupo de movimentos que vou chamar de liberal/conservadores que articularam o tema da corrupção sob uma lógica moral. Ainda que sua organização se assemelhasse às formas de ativismo contemporâneo, sua estrutura de mobilização estava muito embrenhada, sobretudo posteriormente nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em uma rede de difusão do neoliberalismo a nível mundial e que tinha uma articulação importante na América Latina. Nessa rede aparecem movimentos como o Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre, principal movimento dos protestos pelo *impeachment*.

É preciso deixar claro que essas estruturas têm certa afluência em momentos distintos em junho de 2013, assim como também algumas delas reaparecem durante as manifestações pelo *impeachment* de Dilma. Neste sentido, quero chamar atenção aqui para o fato de que essas estruturas de mobilização têm características importantes no processo de construção e da dinâmica dos protestos em junho de 2013, e que elas desempenham um papel heterogêneo na configuração das narrativas dentro destes protestos.

O dia 20 de junho foi o dia em que mais pessoas foram às ruas. Isso no apanhado geral da cidade de São Paulo, onde as manifestações tiveram maior destaque e relevância, tanto quanto nas diversas capitais e cidades periféricas. Um número grande de manifestantes também estivera nas ruas do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e Brasília. A presença dos manifestantes não se restringiu a determinados setores da sociedade. A indignação, por mais que fosse direcionada a pontos e demandas específicos, foi motivo para que outros tipos de manifestantes viessem às ruas. O número elevado de pautas confundiu-nos à medida em que já não eram mais

os vinte centavos que estavam sendo discutidos, mas diversos problemas que não estavam nas demandas dos principais coletivos que puxaram as manifestações.

É preciso destacar que os principais movimentos que estavam presentes naqueles dias tinham pautas específicas e não se tratava de demandas amplas. O responsável a dar vazão aos protestos, o MPL, tinha como demanda específica a diminuição do aumento da tarifa de ônibus. Juntamente ao MPL, outros coletivos que compunham a juventude da esquerda também estavam presentes: representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), representantes da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), setores da juventude de partidos como o PSTU, PSOL e PCB. No entanto, o que se viu a partir do dia 19 e, conseqüentemente, no dia 20 foi um número expressivo de manifestantes¹⁰⁴ (1,4 milhão) que foram às ruas protestar. Se estes manifestantes tinham ou não demandas que fossem plausíveis à realidade brasileira naquele momento não sabemos, de fato. Entretanto, a questão que fica é porque eles estavam nas ruas. De certa maneira, a formação de uma classe de consumidores ao longo dos últimos dez anos de governo do PT demandou políticas de atendimento das necessidades e bens disponíveis ao bem-estar da população. O problema, porém, não foi só a expressão da indignação de uma classe. Somava-se o descrédito nas instituições políticas e uma crise da representação¹⁰⁵.

¹⁰⁴ **Manifestações levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país - 20/06/2013 - Cotidiano.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

¹⁰⁵ A esse contexto, é importante acrescentar que a crise de representação e a desconfiança nas instituições políticas foram fatores importantes para a criação de uma indignação social que culminou nas manifestações de junho de 2013. A crise de representação política no Brasil, como observado por Baquero e Vasconcelos (2013), se manifesta na ineficácia dos partidos políticos em atuar como interlocutores legítimos entre o Estado e a sociedade, gerando uma cultura política marcada pela desconfiança e pelo afastamento dos cidadãos dessas instituições. Esse sentimento de descrédito nas instituições políticas alimenta uma "antipolítica" e um "antipartidarismo" que são elementos centrais para entender a mobilização de junho de 2013. Como aponta Russo (*et al.*) (2018, p. 374-381), referente à confiança nas instituições, antes de junho de 2013 a confiança dos jovens nas instituições no Brasil já era relativamente baixa, especialmente nas instituições políticas, como partidos políticos e o Congresso Nacional. As pesquisas realizadas antes desse período indicam que, embora as Forças Armadas e a Polícia Militar fossem vistas de maneira mais positiva, as instituições representativas da democracia, como eleições e partidos políticos, recebiam níveis de confiança significativamente menores. Essa baixa confiança estava relacionada a uma percepção geral de ineficácia e corrupção no sistema político, o que já se refletia em baixos níveis de apoio às instituições políticas mesmo antes das manifestações de junho de 2013. Essa desconfiança foi exacerbada pelos eventos posteriores, mas já era uma tendência presente entre os jovens brasileiros. Um outro ponto relevante é que o uso intensivo da internet está correlacionado com menores níveis de confiança nas instituições, enquanto a participação em audiências públicas ou em atividades políticas, como reuniões de partidos, está associada a maiores níveis de confiança. Isso sugere que a socialização política e a forma como os jovens consomem informações podem influenciar significativamente sua confiança nas instituições.

Essa desconfiança, como discutido por Moisés (2010, p. 26), não se limita apenas aos partidos políticos, mas se estende a várias esferas do governo, refletindo uma crise mais ampla de legitimidade que fragiliza as bases da democracia representativa. As manifestações de junho de 2013 podem, portanto, ser vistas como uma resposta coletiva a essa crise, onde a indignação social se cristalizou em torno da percepção de que as instituições políticas falharam em atender às demandas populares e em assegurar uma representação efetiva.

De acordo com pesquisa realizada no dia 20 pelo IBOPE¹⁰⁶, a maioria dos manifestantes que estavam nas ruas indicavam como razões das manifestações¹⁰⁷ (primeira razão dada) o transporte público (37,6%), apontando serem contra o aumento/a favor da redução das passagens (27,8%). Precariedade/ a favor da melhoria do sistema configuraram 7,7%; aumento de veículos/frotas 1,0%; desconforto na viagem 0,9%; e passe livre para estudantes desempregados 0,3% eram outras razões que somavam nos apontamentos da população. No apanhado geral, a primeira razão dada ao direcionamento das pautas não girava em torno do incremento da melhoria dos serviços públicos de infraestrutura, mas em apoio à pauta inicial dos coletivos organizados, o transporte público. Ambiente político (29,9%), gastos com a copa do mundo/das confederações (4,5%), saúde (12,1%) e educação (5,3%) tiveram relativa expressão dentro da primeira razão dada às manifestações.

No acumulado¹⁰⁸ ambiente político (65,0%) se configurou com o maior índice de respostas dadas. Em seguida estavam saúde (36,7%), gastos com a copa do mundo/das confederações (30,9%) e educação (29,8%). O que observamos, neste ponto, que a demanda pela melhoria dos serviços de bem-estar social, no apanhado das três razões dadas, demonstra que boa parte da indignação se direcionou na crítica da gerência dos bens públicos. Outro fato é que, comparando os índices de demanda estrutural com os índices de expansão de direitos democráticos, a expressividade destes últimos não ultrapassou os 2%. Neste sentido, por direitos e democracia (1,8%), luta pelos direitos indígenas (0,1%), justiça social/igualdade/contra a desigualdade social (0,8%), respeito e cidadania/direito a cidade (0,5%), luta pela democracia (0,1%), luta contra o preconceito/racismo (0,6%), não tiveram grande expressividade perante os demais índices. Isso demonstra algo interessante a se notar a respeito do que iremos trabalhar adiante: dada a construção das narrativas pelos principais

¹⁰⁶ A pesquisa foi realizada nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. A amostra foi composta de 2002 manifestantes com 14 anos ou mais que responderam espontaneamente as razões das manifestações. Os manifestantes entrevistados citaram três reivindicações para estarem nos protestos e os dados foram tabulados de duas formas: considerando apenas a primeira resposta e levando em conta as três dadas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 23/06/2015. Relatório com a apresentação dos resultados, ver: IBOPE. **PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS MANIFESTAÇÕES (JOB0948)**. Brasil, Junho/2013.

¹⁰⁷ Razões das manifestações (apenas a 1ª razão dada) a partir da pergunta: *Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?* Sendo considerada apenas a primeira resposta dada.

¹⁰⁸ Razões das manifestações (soma das 3 razões) a partir da pergunta: *Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?* Somadas as três razões indicadas pelos manifestantes para estarem nos protestos.

movimentos que estiveram à frente no processo de mobilização, como a interação entre essas narrativas ganharia nuances diferentes no decorrer do processo político?

Alguns outros dados chamam a atenção quando olhamos para o perfil da população comum que passara a ser mobilizada em torno das narrativas levantadas pelos manifestantes. De acordo com o mesmo levantamento do IBOPE, a maior parte dos manifestantes que estiveram nas ruas no período de 19 a 20 de junho possuíam renda entre dois e cinco salários-mínimos.

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados durante as manifestações

Perfil dos Entrevistados		TOTAL
SEXO	Masculino	50%
	Feminino	50%
IDADE	14 a 24 anos	43%
	25 a 29 anos	20%
	30 a 39 anos	18%
	40 ou mais anos	19%
ESCOLARIDADE	Até colegial iniciado	8%
	Colegial completo ou ensino superior iniciado	49%
	Superior completo	43%
RENDIA	Até 2 salários-mínimos	15%
	2 até 5 salários-mínimos	30%
	5 até 10 salários-mínimos	26%
	Acima de 10 salários-mínimos	23%
	Não responderam	6%
FUNÇÃO REMUNERADA	Trabalham	76%
	Não trabalham	24%

Fonte: IBOPE, junho/2013¹⁰⁹.

Como podemos observar através do quesito renda, a composição dos manifestantes teve forte incidência na faixa que vai de 2 a 10 salários-mínimos (56%). O que podemos averiguar é que uma parte significativa dos manifestantes afirmou exercer atividade remunerada (76%) e que em sua maioria são jovens¹¹⁰ (43% de 14 a 24 anos e 20% de 25 a 29 anos). Ainda

¹⁰⁹ A pesquisa foi divulgada a partir do site do G1 em 24/06/2023 (<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>). Os dados referentes à pesquisa (nº 03373) também estão disponíveis no repositório do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/UNICAMP). Ver: <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1KAGbwjA0_MDA_96944_TF_03373.pdf>. Acesso em: 04/10/2023.

¹¹⁰ De alguma maneira, a relação entre essas duas variáveis, em contraposto com fator escolaridade, demonstra que a ideologia do “bom emprego” atrelado à conquista individual, somado às possibilidades de melhor carreira trabalhista, encontrava-se em crise naquele momento. Como afirma Braga (2013), em pesquisa desenvolvida com

que a perspectiva salarial seja importante para entender o fenômeno de massa que tomou as manifestações, outros fenômenos estão inseridos e têm relação direta neste contexto. Um desses fenômenos seria desconfiança política¹¹¹. De acordo com pesquisa do IPEC¹¹², as instituições que tiveram os maiores índices de confiança no ano de 2012 foram o Corpo de Bombeiros (83), seguido das Igrejas (71), das Forças Armadas (71) e Meios de comunicação (62). De fato, a crença nessas instituições demonstrou um ambiente com certa dificuldade de interlocução dos demais meios institucionais com a sociedade, principalmente as instituições governamentais, ainda que a Presidente da República (63) tenha tido um índice relativamente alto. Assim, Partidos Políticos (29), Congresso Nacional (36), Sistema Público de Saúde (42) e Sindicatos (44) figuraram índices menores na escala de confiança. Ao compararmos esses índices com os de 2013 a tendência foi uma diminuição relativa, principalmente quando avaliamos o índice Presidente da República (42). Entretanto, o período da pesquisa sempre ocorrera no mês de julho, e esse fator nos leva a considerar que os índices de avaliação diminuíram em relação

operadoras de *telemarketing* nos *call centers* entre 2004 e 2009, a oportunidade de alcançar direitos trabalhistas e terminar o ensino superior em faculdade particular noturna foi importante na escolha de grande parte da população de jovens que viviam sob piores condições de trabalho e sem perspectiva de futuro. Piores pelo fato de que a crítica desenvolvida por Braga se compõe do argumento de que a mudança no patamar de qualificação não modificou a relação que o incremento salarial poderia prover à vida desses jovens. Em tese, somente a melhoria na situação legal (garantia de direitos trabalhistas) poderia ser o ponto relevante em tal mudança. O que Braga nos deixa claro é que a indústria de *call center* não necessita de trabalhadores qualificados. As empresas se beneficiam de um regime fabril apoiado em altas taxas de rotatividade explorando um enorme ciclo de consumo da força de trabalho. Entretanto, segundo Braga, apesar da conquista do trabalho formal ser significativa em um contexto de grande desigualdade social, os ganhos de tal conquista individual se transformaram em um alarmante estado de frustração social: o incremento da escolarização chocou-se com um mercado em que 94% dos novos postos de trabalho pagavam até 1,5 salário-mínimo (BRAGA, 2013, p. 81). Diante desse cenário, os aumentos reais do salário-mínimo e a oferta de crédito consignado já não eram suficientes para conter a insatisfação do público. A desconfiança política vinha somando-se às condições de vida da população que almejava futuros sem saber se poderia ou não desfrutar.

¹¹¹ De acordo com José Álvaro Moisés (2010; 2013), a confiança nas instituições é a suposição de que elas possam traduzir a expectativa pública quanto à probabilidade de que o sistema político produzirá resultados esperados pelos cidadãos. Isto é, a confiança nas instituições envolve a crença na probabilidade de que os membros da comunidade política podem obter do sistema político os resultados preferidos pelos cidadãos. Com efeito, a frustração com o desempenho das instituições democráticas produz desconfiança na medida em que essa se mostra associada a sentimentos negativos dos cidadãos a respeito de sua eficácia política. Ver: MOISES, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010; MOISES, J. A.; MENEGUELLO, Rachel. (org.) **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

¹¹² Nesta pesquisa, o IPEC apresenta um apanhado das pesquisas desde o ano de 2009. O instituto realizou 2002 entrevistas entre os anos de 2009 e 2020 e 2000 entrevistas a partir de 2021. A pesquisa foi aplicada na população brasileira de 16 anos ou mais. O intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 (dois) pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Para cada instituição ou grupo social avaliado são atribuídos pesos a cada código de resposta (em uma escala de 0 a 100). O índice de confiança é medido com uma escala que vai de 0,0 (nenhuma confiança) a 100 (confiança absoluta) onde: Muita confiança = 100; Alguma confiança = 66; Quase nenhuma confiança = 33; Nenhuma confiança = 0. Constrói-se, então, uma média simples para cada instituição ou grupo social avaliados na pesquisa. Ver: IPEC. **ICS-ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL 2023.** Brasil, julho/2023.

consideravelmente devido às manifestações em junho de 2013. De qualquer forma, isso esses índices indicam que a crítica dos manifestantes às instituições políticas era um dado que viera somar sobre os diversos problemas vivenciados pela população comum até aquele momento. Podemos constatar tal prerrogativa a partir da confiança nas Organizações da Sociedade Civil (57 em 2012 e 49 em 2013) que, apesar do índice relativamente baixo, demonstra a tentativa de serem canais através dos quais a opinião pública atinge o sistema político.

A média geral dos índices de 2012 eram de 54 pontos que diminuíra em 2013 para 47. No apanhado do período de 2009 (57,6) a 2013, a queda no índice geral de confiança nas instituições teve diferença de 11 pontos. As instituições que apresentaram maiores quedas referentes ao período (2009-2013): Presidente da República (24 pontos), Sistema Público de Saúde (17), Escolas Públicas (15), Meios de Comunicação (15).

Além dos dados sobre confiança nas instituições, alguns dados referentes à opinião pública também manifestavam questões importantes a respeito, não só do perfil dos manifestantes, mas também sobre o ambiente político e sua relação com as manifestações. Neste sentido, ao questionados sobre os motivos das manifestações, 22,1% afirmaram *contra o aumento das tarifas de transporte público*. Para uma parte significativa dos entrevistados (46%), as revoltas de junho tiveram como alvo os políticos (*contra os políticos em geral* 18,4%), principalmente quando esse dado se somava com o motivo de serem *contra a corrupção* (16,4%)¹¹³. Uma narrativa vaga e até ambígua, mas que se transformou em um elemento de disputa no final do ciclo de 2013.

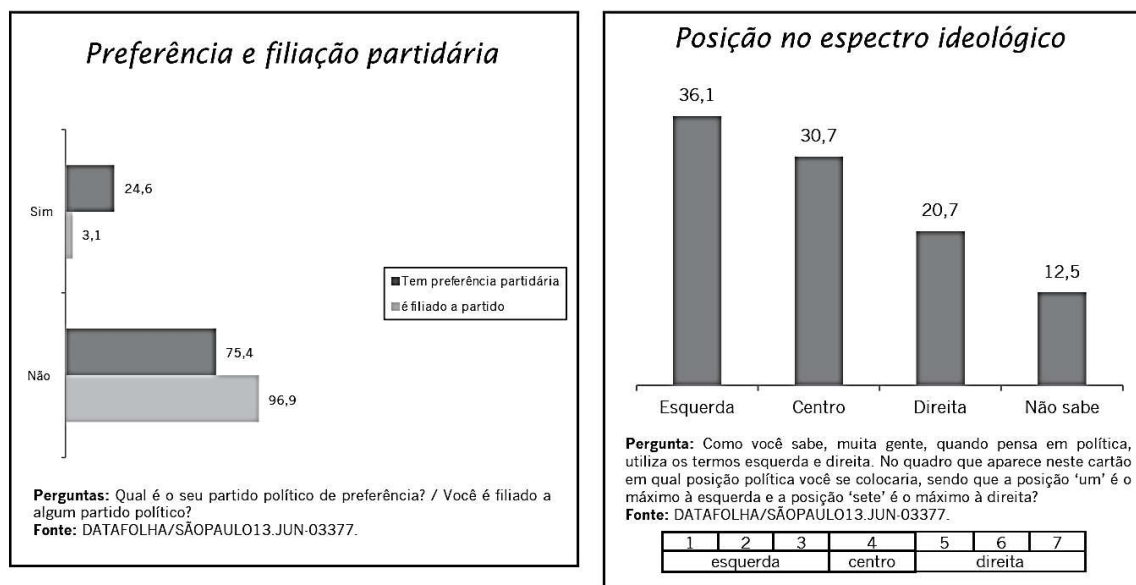
Ainda que houvesse uma forma de descrença nos políticos (*Estar ligado a um partido político* - 66,9% *ineficiente*), os manifestantes acreditavam na eficácia de formas de ação política, como votar nas eleições (55,3% *eficiente*), principalmente em *Realizar manifestações nas ruas* (95,4% *eficiente*). De certa maneira, o alto índice de crença em manifestações nas ruas como forma de crença política, fora superestimado devido ao momento das manifestações. No entanto, corroborando ao alto papel mobilizador das redes sociais apontado pelos manifestantes, foi notável o fato de que mais de 80% acreditavam na eficácia da internet como espaço de discussão política (*Ler e repassar informações sobre suas posições e opiniões por meio da*

¹¹³ A respeito desses dados ver: **Protestos no Brasil – Junho 2013. OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 19. nº 2, novembro, 2013, Encarte Tendências. p.475-485. O relatório apresenta dados coletados a partir de pesquisas do IBOPE sobre o ambiente político geral no Brasil, como também dados de pesquisa do Datafolha sobre os manifestantes da cidade de São Paulo. Os dados sobre São Paulo, por mais específicos que fossem, ilustravam os perfis políticos e sociais das pessoas que estiveram nas ruas. Esses dados nos ajudam a pensar como, dentro de uma constelação de manifestações que tomaram as ruas do país, a opinião pública desenvolvia tipos de narrativas necessárias a construção desses quadros interpretativos da ação.

internet – 80,9% eficiente). Isso indicava uma certa mudança na forma de compreensão da maneira de mobilização, assim como um entendimento de que o mecanismo da internet passaria, a partir dali, a ser um catalisador importante da indignação social.

Assim, além de elementos gerais sobre a composição e perfil dos manifestantes que estiveram nas ruas, é possível também observar que a maioria dos manifestantes não tinha uma preferência muito clara sobre os partidos políticos, no que diz respeito a preferência e filiação partidária (**Figura 7**). Desta maneira, é possível observar um autopoicionamento ideológico dividido entre esquerda (36,1) e centro (30,7), com um número relativo de pessoas que se posicionavam à direita (20,7%). Do lado da filiação partidária seria possível observar principalmente os coletivos sociais que se posicionavam em torno da pauta urbana e que construíram uma dinâmica de mobilização em termos de uma agenda muito próxima aos grupos de esquerda. Aos não filiados a qualquer partido político entrariam os grupos de pessoas comuns que se sentiram mobilizados pela dinâmica da contensão, identificando-se com boa parte das pautas levadas pelos manifestantes.

Figura 7 - Preferência, filiação e posição no espectro ideológico



Com efeito, esses dados são interessantes para pensar a questão das narrativas desenvolvidas pelos movimentos, sobretudo quando olhamos para a mudança de oportunidades engendrada no ciclo a partir do declínio da ação dos grupos autonomistas e a entrada dos grupos liberais/conservadores na dinâmica dos protestos. Está certo que esse segundo grupo terá preponderância no ciclo que se inicia a partir do pleito eleitoral de 2014 no Brasil, e após a

vitória de Dilma Rousseff (PT). Entretanto, olhando para as pesquisas de opinião, já víamos a construção de uma narrativa da corrupção que seria importante na estruturação dos grupos que dominaram a cena nos protestos pelo *impeachment* de Dilma. Isso se somava ao ambiente de desconfiança política após as eleições e ao jogo da política partidária em dar início a um processo de *impeachment*.

3.3.2 Estruturas em dinâmica contenciosa, arenas em disputa

O começo das manifestações tem uma relação muito forte com alguns movimentos do campo progressista que reivindicavam pautas importantes em torno do espaço urbano. Isso não só do ponto de vista da insatisfação com a gestão dos bens de consumo coletivo, mas sobretudo com as políticas públicas em torno da questão urbana. Mas, levando em conta que o Movimento Passe Livre possui uma grande influência nesse contexto, devemos, porém, atentar que o desenvolvimento de protestos em que a temática da mobilidade urbana foi a pauta principal na sociedade brasileira está em voga pelo menos desde 2003. Primeiro em Salvador, ainda no ano de 2003, com a “Revolta do Buzu”. Depois com a fundação do MPL-Brasil¹¹⁴ na cidade de Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial de 2005. A pauta do transporte público e das questões envolvendo a cidade sempre foram a pedra de toque do movimento.

No entanto, a organização dos protestos pelo MPL se insere numa relação não só com movimentos que têm agendas comuns com a questão urbana, mas sobretudo, com alguns partidos do campo da esquerda. Esse campo, no decorrer dos anos anteriores a junho de 2013 sofreu significativas mudanças que possibilitaram a construção de um quadro estrutural de atuação dos movimentos e coletivos sociais. De acordo com Alonso (2023, p. 24-25), o mercado de recrutamento para o ativismo político foi afetado pelo volume dos recrutáveis como também pela diversificação dos recrutadores. O PT e os movimentos mais tradicionais na sociedade civil brasileira foram responsáveis, por décadas, pela formação política de setores da classe média letrada, principalmente na universidade. Uma vez no Estado, esses movimentos foram perdendo sua conexão com estratos importantes da sociedade, especialmente as pessoas comuns, diminuindo o trunfo persuasivo do PT na captação de ativistas. Junto a isso, surge um momento

¹¹⁴ No site do coletivo (<<http://www.mpl.org.br>>) o MPL disponibiliza ao público sua história e demais objetivos do movimento. Uma cronologia resumida do movimento pode ser encontrada em MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. – São Paulo: BOITEMPO: Carta Maior, 2013 - p. 18.

de mudança no qual novos movimentos redistributivos autonomizam-se em torno do legado socialista apresentando performances disruptivas na cena contenciosa, recrutando uma parte dos universitários insatisfeitos com o PT. Aqui, os movimentos que tinham sua temática em torno da questão urbana, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o próprio MPL, passam a ganhar certo destaque.

Um outro conjunto de movimentos, que insistiu na estratégia da visibilização como marcação da identidade, foram se firmando também como coletivos para reivindicar uma política da presença contestando as formas tradicionais de poder na sociedade. Assim, dois campos de movimentos críticos ao governo do PT surgiram pelo lado esquerdo: um controlado por pequenos partidos e movimentos neossocialistas, e outro por coletivos autonomistas avessos a partidos políticos mais tradicionais.

É sobretudo dentro dessa estrutura de atuação que irei ater nosso entendimento sobre as disputas em junho de 2013. De um lado, uma estrutura de mobilização que se organiza a partir de práticas envolvendo setores progressistas, sobretudo dos movimentos e coletivos sociais de esquerda. Aqui, quero chamar a atenção ao fato de que a ação estratégica em torno da demanda básica a respeito do aumento da passagem de ônibus, configurou uma estrutura de mobilização responsável por dar vazão nos protestos sobretudo pela intervenção direta na rua. Isso gerou um campo de conflito com as autoridades no qual a ação contenciosa se propagou devido à reação do sistema de forma violenta aos protestos. Dentro dessa estrutura estariam não somente o MPL, mas também as táticas de ação *black blocs*. Somando-se a essa estrutura observamos também os coletivos sociais, nos quais a forma de visibilidade tomada pelas mídias alternativas se fez em um contexto marcado por uma estrutura de mobilização ligada ao ativismo identitário, sobretudo à formação do coletivo Mídia Ninja e sua organização proveniente do Fora do Eixo. Esses dois movimentos disputaram, no âmbito nacional as narrativas ligadas ao papel atribuído, principalmente pela imprensa, aos manifestantes durante os protestos.

Em um segundo momento chamo a atenção de que não só a ação direta como prática de atuação estratégica durante os protestos e na convocação das pessoas em torno da pauta inicial foram os principais construtores da dinâmica de mobilização. Aqui, reserva-se um espaço importante para a atuação de movimentos sociais que tinham predileção ao campo da direita e que se apropriaram da narrativa em torno da corrupção colocando-a como uma questão moral que se reverberou em torno de um ativismo conservador/libertário. A partir do momento em que há um arrefecimento em torno da narrativa sobre a questão urbana e passa a ganhar destaque

a questão da corrupção, contramovimentos¹¹⁵ começam a se apropriar desta narrativa levando o ciclo para outra direção até o seu declínio. O campo que se abre após o arrefecimento das manifestações passaria a ser marcada por uma agenda conservadora na sociedade brasileira que abriria um novo ciclo a partir das eleições de 2014.

Em abril de 2013 o MPL conseguiu dar vazão a um protesto que reuniu cerca de seis mil pessoas na cidade de Porto Alegre¹¹⁶. O ponto principal de reivindicação foi a revogação do aumento da passagem do transporte coletivo na capital gaúcha. Seu efeito não teve como meta atrelar tal movimento a alguma liderança política, nem mesmo restringir-se à cidade de Porto Alegre. Em janeiro do mesmo ano, lutas também foram organizadas na região metropolitana de São Paulo. A proposta do movimento era expandir sua atuação sobre as diversas cidades do país que vivenciavam o aumento abusivo das passagens de transporte, acusando a má qualidade dos serviços prestados pelas empresas licenciadas e propondo um transporte coletivo gratuito e de qualidade. Como afirma o MPL-SP,

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes nem respondem a qualquer instância externa superior. (MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Ao mesmo tempo que propunha um trabalho de ultrapassagem das formas de organização já estabelecidas nos movimentos sociais tradicionais, apontava como principal

¹¹⁵ David S. Meyer e Suzanne Staggenborg (1996), definem contramovimentos (*countermovements*) como movimentos que surgem em resposta a movimentos sociais existentes, fazendo reivindicações contrárias de forma simultânea (1996, p. 1631). A característica principal de um contramovimento é o fato de ele ser dinamicamente engajado e relacionado a um movimento opositor. Este conceito se baseia na ideia de que movimentos sociais significativos geram oposição, muitas vezes na forma de contramovimentos, que tentam resistir ou reverter as mudanças sociais promovidas pelos movimentos iniciais. A diferença entre movimentos sociais e contramovimentos, segundo os autores, está na natureza reativa dos contramovimentos. Enquanto os movimentos sociais geralmente surgem como uma força inicial para promover mudanças sociais, os contramovimentos se formam especificamente para se opor a essas mudanças. Em essência, um contramovimento é definido pela sua relação com o movimento social que o precede, sendo uma resposta a ele, em vez de um fenômeno independente (1996, p. 1632).

¹¹⁶ OLIVEIRA, Samir. **Porto Alegre: sinais de primavera brasileira?** Neste artigo o autor avalia, frente às argumentações de cientistas políticos, a configuração do ativismo na atualidade. Para isto, o autor utiliza o evento de Porto Alegre como exemplo de organização desse ativismo. A manifestação contra o aumento da passagem em Porto Alegre foi articulada pelo Bloco de Luta Pelo Transporte Público, o qual é composto por diversos coletivos, dentre eles o MPL. No evento de Porto Alegre a presença de jovens se fez, prioritariamente, por cinco forças políticas: PSTU, PSOL, Movimento Revolucionário, PCB e Federação Anarquista Gaúcha. Essas forças são, geralmente, compostas por jovens ativistas e universitários que reivindicam o uso do transporte público gratuito. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/protestos-em-porto-alegre-sinais-de-primavera-brasileira/>>. Acesso em: 17/06/2015.

pauta os problemas da questão urbana¹¹⁷. A estratégia de paralisação das atividades urbanas por intermédio da ocupação das ruas, principalmente nos horários de pico, foram as oportunidades exploradas pelo MPL para tornar pública sua ação. De acordo com o MPL-SP, a experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional. (MPL-SP, 2013, p. 15).

A projeção do MPL a nível nacional foi reflexo de sua atuação ao propor, juntamente com a pauta do transporte coletivo, uma crítica referente à forma como as políticas são geridas e colocadas em práticas nas diversas cidades do país. A observância de que alguns governos revogaram o aumento das passagens, como foi no caso de Porto Alegre, trouxe um cenário de otimismo para a ação coletiva e as demais empreitadas nacionais. Por outro lado, a experiência da ação direta¹¹⁸ na utilização das redes sociais, como forma de expansão e congregação de pessoas, formando um bloco horizontal e compartilhado de manifestações, foi um ponto decisivo no processo de mobilização. A cada clique e a cada possibilidade de participação na rede poderia se traduzir em uma possível ação futura no ambiente citadino. Os jovens, os quais as políticas de transporte coletivo afetavam em grande medida, viram na possibilidade de ação o atendimento de suas reivindicações. Entretanto, se podemos colocar um divisor de águas que separa as esporádicas manifestações anteriores empreendidas pelo MPL da mobilização em massa de junho de 2013 é a amplitude e o surgimento de diversas pautas de reivindicações, as quais não se restringiam somente à questão urbana.

¹¹⁷ De fato, tal reivindicação não era nova no cenário de indignação brasileiro. Diversos movimentos sociais já apresentavam demanda a respeito da pauta urbana. O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) é exemplo de luta em torno da habitação e da organização na vida citadina.

¹¹⁸ A ideia de ação direta é proveniente dos movimentos “antiglobalização” do final da década de 1990. O termo antiglobalização é negado pelos organizadores destes movimentos, pois tal definição carrega teor demasiadamente midiático em sua composição. Para esses movimentos é mais adequado falar em manifestações-bloqueio ou ação direta. Como afirma Ned Ludd (2002), os chamados Dias de Ação Global tiveram como proposta perturbar as reuniões de instituições reguladoras do capitalismo global. São distúrbios organizados em torno das decisões dos gestores do capitalismo mundial. Esses distúrbios congregam diversos movimentos e pessoas em torno do mundo na luta contra os avanços das políticas dos órgãos mundiais. Organizam-se piquetes, protestos, ação violenta ou não-violenta, manifestações, tudo direcionado a partir de uma agenda para a construção de conexões alternativas à ordem social preconizada pelas organizações de fomento multilaterais. Nas palavras da autora, “através da ação direta, as pessoas fazem conexões, conversam e se comunicam entre si, quebram o isolamento e fragmentação desta sociedade alienada. Essas conexões estão agora se espalhando em volta do globo na medida que as pessoas percebem que suas lutas locais específicas são parte de um problema mais amplo: a economia global.” (NED LUDD, 2002, p. 27). O princípio da luta através da ação direta é estruturador de todas as práticas de conexão dos ativistas que compartilham uma mesma reivindicação em espaços e tempos diferenciados. A conexão entre eles fomenta a expansão da ação na medida em que o resultado previsto se traveste de forma descentralizada na qual ocorrem os eventos.

Neste sentido, a primeira estrutura de mobilização dos protestos de junho de 2013 se construiu em torno do ativismo urbano e possuía uma postura favorável às novas mídias digitais para a construção de sua luta. Aqui, uma importante constatação é a de que, diferentemente das mídias convencionais, como o rádio e a televisão, o MPL afirma a necessidade de utilização das mídias alternativas como forma de divulgação de ações e fomento na criação e expansão de suas ações¹¹⁹. Observamos, então, uma estrutura que se organiza pelas redes e que faz do espaço urbano a principal arena de visibilidade de suas ações.

Dentro do chamado campo de ativismo progressista¹²⁰ (ALONSO, 2023; KUNRATH, 2021) encontraram-se outros coletivos importantes na construção dessa estrutura. O coletivo Fora do Eixo (FDE) e a Mídia Ninja. Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais que se espalhou por várias cidades brasileiras e se dedica principalmente à produção e difusão de conteúdo cultural independente. A rede possui comunicação alternativa composta por coletivos culturais e de ativismo político-digital. O FDE se caracteriza como uma rede ampla, autônoma e descentralizada, centrada na produção cultural por meio de festivais de música autoral que se apresentam como alternativas aos modelos convencionais das gravadoras. Na mobilização política sua ênfase está na defesa de causas sociais, incluindo a proteção dos direitos das minorias, dos indivíduos LGBTQIA+, dos povos indígenas, dos trabalhadores, dos professores e outras causas associadas a movimentos de esquerda.

O Fora do Eixo teve sua origem no intercâmbio de experiências entre coletivos culturais localizados em Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). Sua fundação teve início em Cuiabá, onde quatro produtores culturais - Pablo Capilé, Talles Lopes, Daniel Zen e Marcelo Domingues - estabeleceram o "Espaço Cubo" em 2002, uma das

¹¹⁹ Ver: <https://www.mpl.org.br/> Acesso em: 23/08/2023. Com efeito, o uso da internet como mecanismo de mobilização não foi novidade nas manifestações de junho de 2013. Certamente, experiências como a do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) no México em meados da década de 1990, que conseguiu compartilhar informações com muitos interlocutores acerca de como se encontrava a situação no país, os propósitos e objetivos de suas ações (HILSENBECK FILHO, 2004; MORAES, 2000). Adiante, nos anos 2000 diversos movimentos ganharam projeção internacional ao mobilizar pessoas utilizando mídias eletrônicas descentralizadas como instrumento de articulação e divulgação de informações (CASTELLS *et al.* 2005). Por sua vez, o conjunto de manifestações ocorridas nos anos de 2010 conhecidas como Primavera Árabe e o movimento dos Indignados na Espanha se tornaram os exemplos mais contundentes do uso da internet como mecanismo de mobilização.

¹²⁰ Alonso (2023, p. 58) trabalha o termo campos de ativismo tomando como referência a ideia de estilo de ativismo político como uma transposição da noção weberiana, atualizada por Norbert Elias e Pierre Bourdieu, de estilo de vida. A autora argumenta que assim como há a estilização do gosto modelando formas de vestir e comer, há a estilizações das performances políticas como maneiras peculiares e diferenciais de protestar. Por fim, a autora delimita seu conceito a partir do conceito de campo político-estratégico de Fligstein e McAdam (2012) como um perímetro demarcado na política de rua, no qual se situam movimentos sociais com mesmo estilo de ativismo e agendas vizinhas (ou não diametralmente opostas) e, por isso, aptos a colaborar entre si em protestos e a criar coalizões contra os campos opostos.

iniciativas precursoras do movimento. Tal iniciativa concebeu e promoveu eventos artísticos com o propósito de conferir visibilidade a artistas independentes que se encontravam à margem do tradicional eixo cultural Rio-São Paulo. O amadurecimento do Fora do Eixo foi notável, visto que ampliou seu escopo de atuação para incluir a produção cultural e estabelecer parcerias com outros coletivos e movimentos sociais. Sua organização interna sempre fora caracterizada pela presença de um planejamento coletivo e a promoção de atividades colaborativas. Com o intuito de abranger diversos campos culturais, incluindo artes cênicas, design, e audiovisual, o circuito se valeu das novas tecnologias e reuniu diversos coletivos culturais em todo o país, culminando na criação da "rede das redes virtuais", que por sua vez estimulou uma reorganização social significativa com o estabelecimento das Casas Fora do Eixo a partir de 2011 (BEDÊ, 2016; ANDRADE e NUNES, 2017).

Em 2011, surge o coletivo Mídia NINJA, como uma extensão do canal virtual Pós-TV, originado a partir do contexto do circuito Fora do Eixo. O coletivo Mídia NINJA, por sua vez, teve sua origem com a contribuição de fundadores notáveis, entre eles o jornalista Bruno Torturra, assim como membros proeminentes do Fora do Eixo, incluindo Pablo Capilé e Felipe Peçanha. O termo N.I.N.J.A (Jornalismo Independente e Narrativas de Ação) representa uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho¹²¹. No processo de junho de 2013 ela foi o grande confrontador dos discursos provenientes da grande mídia, principalmente pela realização de coberturas ao vivo dentro dos protestos, com múltiplos ponto de vista invisíveis na mídia tradicional.

Embora não seja diretamente ligado ao MPL em termos de agenda, os dois compartilham uma abordagem horizontal e descentralizada, que enfatiza a participação ativa e a colaboração entre diferentes grupos. Além do mais, durante os protestos de junho de 2013, membros e simpatizantes do Fora do Eixo participaram das manifestações, contribuindo para a disseminação de informações e a cobertura dos eventos por meio de suas redes de mídia. A mídia NINJA se concentrou na cobertura e transmissão ao vivo. Tal ação destacou o olhar exclusivo dos acontecimentos, confrontando as visões hegemônicas e colocando ao crivo dos demais cidadãos os acontecimentos das ruas.

Com efeito, apesar de não serem movimentos sociais no sentido tradicional, o MPL e a própria Mídia Ninja desempenharam um papel fundamental na amplificação das vozes e na

¹²¹ Ver: <<https://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em 25/08/2023.

divulgação das informações sobre os protestos. O maior destaque era a utilização das redes sociais e das transmissões ao vivo para relatar os acontecimentos em tempo real. Neste sentido, se podemos estabelecer conexões importantes entre o Movimento Passe Livre, Fora do Eixo e a Mídia Ninja durante os protestos de junho de 2013, estas se relacionam à sua abordagem descentralizada, ao uso de mídia alternativa e às redes de colaboração. Enquanto o MPL estava diretamente envolvido na organização dos protestos, o Fora do Eixo e a Mídia Ninja desempenharam papéis de apoio, amplificando as vozes dos manifestantes e facilitando a disseminação de informações. O Fora do Eixo, com sua rede de artistas e produtores culturais, trouxe habilidades de produção de conteúdo e comunicação para a mobilização. Eles ajudaram a criar uma cultura visual e musical em torno dos protestos. Essa interação demonstra a interconectividade de diferentes formas de ativismo e mobilização social durante esse período.

Certamente, e aqui temos um ponto de inflexão importante, a narrativa envolta às questões urbanas também trazia à tona não só questões estruturais do desenvolvimento das cidades, mas, sobretudo, a gestão dos recursos e bens coletivos. As manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus já vinham ocorrendo em algumas outras cidades do país. Em Manaus o aumento de R\$ 0,25 (de R\$ 2,75 para R\$ 3,00) levou jovens, principalmente estudantes universitários, às ruas para reivindicar o preço da passagem de ônibus no dia 30 de março. Em Goiânia o aumento na tarifa somou-se ao atraso dos ônibus no decorrer do mês de maio. Em São Paulo, por sua vez, no dia 24 de maio foi decretado o aumento da tarifa em R\$ 3,20. Antes o valor era de R\$ 3,00. Esse aumento levou à organização, por parte do MPL-SP de três manifestações nos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês¹²². Consequentemente, semelhante às três capitais acima, no dia 30 de maio outras 11 capitais reajustaram a tarifa do transporte coletivo. Foram elas: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória. No apanhado geral dos aumentos, estes apresentaram variação média de R\$ 0,20 a R\$ 0,30. Destaque para as variações dos municípios de São Luís (R\$ 1,70 para R\$ 2,10) e Rio Branco (R\$ 1,90 para R\$ 2,40) onde o aumento ultrapassava a faixa de R\$ 0,40 e R\$ 0,50¹²³. Esse panorama colocava as pautas em torno da

¹²² Uma linha do tempo sobre o período apresentado está disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>. Acesso em: 17/06/2015.

¹²³ Tabela com os preços e ajustes disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/once-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html>>. Acesso em: 17/06/2015.

tarifa de ônibus com um elemento importante na narrativa da questão urbana. Somava-se a ele um conjunto de outras agendas que vinham a reboque e que eram expressivas de outros coletivos organizados sobre as narrativas da questão urbana e dos direitos.

A revogação dos vinte centavos não era somente uma pauta do MPL-SP. O aumento abusivo na tarifa trazia a transversalidade de outras reivindicações históricas: o tema do Bilhete Único Mensal em São Paulo; o movimento de mais de décadas pedindo melhorias no transporte público em Belo Horizonte, articulado pela Assembleia Popular Horizontal e pelo Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (COPAC); a construção do metrô em Salvador que durava dez anos, em que pretendia ligar as regiões da Lapa e do Retiro; os protestos sobre a lotação e tarifa nos transportes fluviais no Pará; em Santos, o problema com o escoamento da produção na região portuária que acarretava lentidão; as obras, na cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 no Brasil e as Olimpíadas de 2016; a imobilidade urbana nos trechos de transporte rodoviário nas estradas do Maranhão; os processos licitatórios entre prefeituras e empresas de transporte coletivo. Todos esses protestos ligados à questão urbana, ou ao problema da infraestrutura das cidades. A intersecção de agendas, principalmente daquelas ligadas aos direitos sociais se tornariam importantes em torno das principais questões que envolviam os atores coletivos. Podemos observar, que em um primeiro momento o apoio ao MPL e à mobilização se manifestava principalmente sobre a questão da violência policial, como fruto da reação à dinâmica de contensão desenvolvida pelo MPL.

É possível perceber entre os principais coletivos sociais que estiveram participando de junho de 2013, principalmente os coletivos pertencentes ao campo da esquerda, a articulação da ideia de ingerência dos bens de consumo coletivo evocando a narrativa dos gastos da Copa do Mundo FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016 como elementos importantes nas reivindicações da população. Aqui chama a atenção um outro conjunto de movimentos e coletivos que se organizaram em torno do Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (COPAC) em 2010 como decorrência dos debates e articulações iniciadas pelo FSM com os primeiros Fóruns Temáticos e Regionais a partir do ano de 2005 e que passariam a ser importantes na articulação e configuração de respostas aos diversos problemas gerados pela crise global. Como afirma Sergio Haddad (2020, p. 7) além do próprio Fórum Social Mundial, diversos fóruns menores, nacionais, regionais, locais ou temáticos passaram a ocorrer em várias partes do mundo. Entre a edição de Belém, em janeiro de 2009, e o fim de 2010, registraram-se 55 fóruns que adotaram a Carta de Princípios e aplicaram a auto-organização de atividades. Como decorrência da adoção a esses princípios, nesse contexto, o COPAC passaria a se organizar em

torno dos relatos referentes aos abusos sobre os megaeventos no mundo e, principalmente, no Brasil observando e acusando a contradição existente entre a produção de eventos a nível internacional, a preparação do país para os megaeventos e a situação da crise econômica e a diminuição das condições de vida.

Andrés (2022) aponta que os temas referentes a pauta urbana eram centrais nos principais momentos de junho de 2013. Isso não só devido a consolidação histórica da exploração do espaço urbano no Brasil, mas, sobretudo, às formas de exclusão na desigualdade de oferta de serviços públicos aos grupos menos privilegiados na sociedade. Como aponta Andrés (2022, p. 250-251), a desigualdade de tempo gasto nos deslocamentos cotidianos enquanto *desigualdades de condições de vida*, encobriu não só as diferenças nos deslocamentos cotidianos, como também incidiu no acesso a empregos. Criou-se no Brasil um *apartheid* territorial que se manifesta na composição das cidades, como também na estrutura das desigualdades sociais, sendo evidente a racialização da desigualdade de bem-estar com forte oposição entre qualidades de condições de vida entre os grupos sociais. Com efeito, os impactos gerados pela dificuldade de gerência dos serviços públicos e os reflexos dessa dinâmica nas relações de classe, raça e gênero nas cidades foi de grande compreensão para o entendimento das narrativas em torno da questão urbana como principal tema de mobilização no princípio das manifestações de junho de 2013. E nesse ponto o trabalho de Andrés é de suma importância para o entendimento e as reflexões sobre a mobilidade urbana como um ponto relevante a respeito das lutas que impulsionavam esses temas em relação aos recortes sociais aos quais se dirigiam. Neste sentido, ainda que as pautas progressistas tivessem sido elevadas nos últimos anos, o debate em torno das condições de vida era uma questão importante em junho de 2013. Esse elemento foi o que possibilitou o MPL se apresentar como uma estrutura de mobilização importante nesse contexto.

Ainda que as disputadas narrativas colocassem na esfera pública uma relação ambígua entre o que os manifestantes reivindicavam. Havia certa pulverização de outras pautas que iam a reboque, mas é preciso levar em consideração o fato da concentração do tema da questão urbana na esfera pública. Neste sentido, o que chama a nossa atenção sobre essa primeira estrutura de mobilização é o fato de que suas dinâmicas se apresentam na cena contenciosa em torno da questão urbana, tendo o MPL como principal veículo de mobilização, que vai além da forma como ele foi constituído em sua gênese, mas que engloba narrativas que o movimento empenhou em trazer para a arena pública durante os protestos, os quais coadunavam com as questões cotidianas das pessoas comuns, sobretudo aos grupos desprivilegiados dentro da

sociedade brasileira. Aqui, podemos observar uma reinserção do quadro de lutas em torno dos direitos sociais, só que dentro da dinâmica da ingerência do Estado ao fornecer esses direitos em termos de políticas públicas.

Em sua pesquisa Andrés (2022) faz um apanhado interessante sobre esses diversos temas a partir do mapeamento dos cartazes que os grupos levaram às ruas nas principais cidades brasileiras¹²⁴. É possível identificar essa primeira estrutura de mobilização se organizando a partir da questão da luta pelos direitos, principalmente os direitos sociais, sobretudo a respeito das condições de vida nas grandes cidades. Como aponta Andrés (2023), a participação percentual desses temas durante as semanas de junho de 2013 ocorrera com certa frequência, ainda que o tema das questões urbanas fora preponderante na primeira semana que vai dos dias 4 a 9 de junho. Como bem observou o autor, alguns temas tiveram importância dentro dos contextos citadinos específicos¹²⁵. Assim, havia uma distribuição similar dos temas marcadas pela proeminência de cartazes do tema *Política e democracia*, seguida de uma distribuição mais ou menos equitativa entre os demais temas (2022, p. 377). Com efeito, esses temas vão ganhando destaque à medida em que as arenas passam a ser disputadas, sobretudo com a ampliação do escopo de apresentação desses cartazes e as temáticas que eles encampavam. Assim, grande parte da reprodução que advinha dos processos de mobilização nas redes

¹²⁴ A pesquisa de Andrés é fruto de sua tese de doutoramento pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O autor compilou um universo de 6.183 cartazes registrados em 5.828 fotografias tiradas nas ruas de mais de 40 cidades brasileiras durante os protestos de junho de 2013. O banco de dados visou acrescentar uma camada aos diagnósticos das ruas, apostando que a expressão pessoal pelos cartazes poder ter serventia analítica em um contexto de pulverização de demandas e de convivência dos campos políticos (Andrés, 2022, p. 374-375). O autor agrupou as marcações (*tags*) em categorias (mobilidade, saúde, corrupção), reunindo-as em seis grupos temáticos: *Serviços públicos*; *Questões Urbanas*; *Política e Democracia*; *Anticorrupção*; *Direitos, Costumes e Ambiente*; *Copa do Mundo*. Um último grupo foi adicionado aos demais a partir da temática *Protesto*. As imagens referentes à pesquisa estão organizadas no site <<http://www.grafiasdejunho.org/principal/>>. A compilação dos dados pode ser encontrada em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1cMtdHzHUeYAM6eWISPRDhCzAlXvJ-rMCFN0GMHuiC1s/edit#gid=577062285>> Acesso em: 22/09/2023.

¹²⁵ A presença de questões urbanas em São Paulo (23%), a maior presença de questões relativas a direitos e costumes em Brasília (22,5%), maior presença de críticas à Copa do Mundo em Belo Horizonte (14%) e a maior presença de reivindicação de serviços públicos em Salvador (19,5%). Os cartazes anticorrupção oscilaram entre 11% em Belo Horizonte e 18% em Brasília (Andrés, 2022, p. 378). Algumas indagações chamam muita atenção a esses contextos. A questão urbana ser o principal motivo na capital paulista chama a atenção para inúmeros fatores que acompanharam as lutas pelos movimentos sociais urbanos na cidade. Seguindo dela poderíamos compreender o mesmo fenômeno em torno dos serviços públicos em Salvador, dada a inserção histórica do MPL na cidade. Já em Brasília, em certa medida, os temas ligados aos direitos e aos costumes, poderíamos compreendê-los melhor pelo perfil e composição dos manifestantes que estiveram na rua na capital do país. Aqui, o embate em torno do tema dos costumes passaria a ser um elemento fortíssimo para compreendermos as mobilizações pelo *impeachment* de Dilma. Por sua vez, o tema das críticas contra a Copa do Mundo tem uma relação forte com a criação do Comitê dos Atingidos pela Copa (COPAC-BH) situado na cidade de Belo Horizonte, cujo coletivo foi um ator importante da mobilização na cidade (SOARES, 2015).

compunha um quadro de expectativas necessárias na construção dessas narrativas em torno da rua.

Aqui, identifico que não só a questão de a estrutura de mobilização ter se embrenhado na forma como se dispuseram os cartazes nas ruas, mas ao conteúdo levantado pelos principais atores em torno da questão urbana e da ingerência dos serviços públicos frente às questões de ordem urbana se apresentam como narrativas importantes para a mobilização social. A urgência dos problemas de ordem urbana e a latência em torno dos direitos e serviços negligenciados pelo Estado, de maneira geral, colocavam movimentos com estruturas específicas que viriam a compor as ruas em torno das questões que chamassem a atenção do cidadão comum.

Outro coletivo que aparece em junho de 2013 o qual realiza um papel importante de engajamento a partir das redes sociais foi o Anonymous¹²⁶. O Anonymous são um grupo que se autodenomina como uma ideia ou conceito, em vez de um movimento organizado. Eles não possuem líderes explícitos ou pautas específicas e se recusam a ser chamados de grupo ou movimento. Sua organização é majoritariamente digital e eles se destacam em manifestações e ações ao redor do mundo. Eles adotaram a máscara como símbolo e se recusam a seguir partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e ideologias de quaisquer espécies. A rede Anonymous aparece no início do século XXI no *4chain*, um site de mensagens com textos e imagens simples onde os usuários não precisam se identificar para participarem. A atuação dos Anonymous nas manifestações de junho não é um evento isolado, mas insere-se num processo que envolve transformações culturais nos âmbitos de juventude, comunicação e política (TORINELLI e SALLAS 2014; BARROS, 2013; MALINI e ANTOUN, 2013).

¹²⁶ A marca importante deste grupo é a não revelação de sua identidade, diferente de muitas lideranças de movimentos sociais dos finais do século XX, os quais viam na afirmação da identidade a busca pelos direitos das minorias. O grupo tem como simbologia uma máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que tentou explodir o Parlamento inglês no levante “Conspiração da Pólvora” no século XVII. A mesma máscara se tornou popular através do filme *V de Vingança* (2005) dirigido por James McTeigue. De acordo com o Anonymous, eles se consideram uma ideia que não pode ser contida, perseguida ou aprisionada. Existe muita ambiguidade ao mapear suas ações na internet, dado que sua origem remete a fóruns de discussão nos quais não se consegue, ao certo, estabelecer uma relação de pertença a algum tipo de espectro político do qual seus ativistas fazem parte. Além do mais, o coletivo afirma não ser uma organização e por esse motivo não possui líderes. O Anonymous, mundialmente, ficou conhecido por suas ações durante a primavera Árabe e no *Occupy Wall Street*. A crítica no seio do coletivo está remete à mesma narrativa dos movimentos de *Wall Street*: os 99% dos que sofrem com os efeitos da economia financeira mundial contra os 1% que governam o capitalismo mundializado. Entretanto, por mais que o caso brasileiro demonstre uma relação entre as duas entidades, não podemos afirmar que elas dialogam a nível mundial. O que justifica essa prospecção é que ao realizar uma busca sobre o Anonymous mundial não encontramos hospedagem alguma de sites referentes a eles, somente um canal no *Youtube*. No entanto, a vertente brasileira possui um site muito bem estruturado onde deixam os leitores a par de suas pautas de reivindicações.

Como um dos personagens participantes nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, o coletivo teve uma forte atuação em torno do *hacktivismo*¹²⁷, principalmente ao confrontar a cobertura da mídia tradicional sobre as manifestações. Suas ações foram importantes no campo das redes sociais repercutindo, no âmbito tático do *hacktismo*, a disseminação da informação em contraposto ao que os veículos de mídia apontavam a respeito das manifestações. Sua estrutura esteve empenhada a disputar as narrativas veiculadas pela imprensa em torno das acusações que ela fazia sobre os manifestantes que estavam na rua. Neste sentido, como afirmam Malini e Antoun (2013, p. 190) de ataques espetaculares à atenção do público global impetrados pelos *hackers* do coletivo, até o rompendo da pauta diária de mentiras e fofocas feitas pelas corporações irradiadoras de notícias, em todas estas instâncias, a comunicação passou a se constituir com uma vasta rede entrelaçada de interfaces comunicacionais, modulando intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais. No caso brasileiro, o impacto da atuação do coletivo esteve não só em confrontar as mídias tradicionais como catalisar a ação das pessoas em torno das ruas.

Nas redes sociais, o coletivo foi um catalisador importante ao derrubar páginas virtuais – como do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo –, *hackear* contas em mídias sociais da presidente Dilma Rousseff e da revista Veja, identificando-se como “Anonymous” ou “Anons” e incitando as manifestações, além de terem vazado documentos da Polícia Militar (TORINELLI e SALLAS, 2014, p. 241). Além dessas ações uma delas chamou bastante a atenção que foi demonstrou ser um catalisador da indignação das ruas¹²⁸ ao divulgar um vídeo no *YouTube* apresentando o que chamaram de

¹²⁷ O termo *hacktivismo* passou a ser empregado para associar ativismo político e desobediência civil à atividade de *hacking*. O termo possui uma pluralidade de expressões não havendo uma definição estanque sobre sua significação e vocábulo. Em linhas gerais, o *hacktivismo* é uma junção dos métodos de transgressão *hacker* em favor de uma causa ou em resistência à deerinada situação. É uma forma de ativismo onde o uso não violento de ferramentas digitais ambíguas legais ou ilegais para finalidades políticas. De acordo com Alexandra Samuel (2004), “As linhas que separam *hacktivismo* de outras áreas de atividade política (ou apolítica) são táticas, de princípios e culturais. No nível tático, *hacktivistas* adotam ferramentas e estratégias que são mais diretas e transgressivas do que as ferramentas usadas por ativistas online, pois eles acreditam que as táticas de confronto do *hacktivismo* podem ser mais efetivas que as formas convencionais de ativismo online. Por razões de princípio, eles param muito aquém do ciberterrorismo em respeito ao bem-estar humano, e convertem o *hacking* para *hacktivismo*, visto que eles acreditam que suas habilidades devem ser aproveitadas para fins sociais significativos. E por razões culturais, bem como as razões táticas, eles divergem da tradicional desobediência civil offline, a fim de abordar questões sobre igualdade de condições digital: este campo é tanto sua casa quanto (muitos *hacktivistas* acreditam) um domínio político cada vez mais poderoso. (SAMUEL, 2004, p. 5)

“As 5 causas!”¹²⁹: 1) não a PEC 37¹³⁰; 2) saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; 3) imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal; 4) uma lei que torne a corrupção no congresso crime hediondo; e 5) fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da Constituição.

Através de sua tática de artilharia virtual¹³¹ os ativistas tiveram grande relevância na disseminação das informações e na articulação da solidariedade ao movimento. Isso fica ainda mais evidente nas informações sobre Autoridade e *Hubs* presente no Anexo 3. Neste sentido, o papel desempenhado pelo Anonymous foi relevante ao aumento do ciclo de protestos e a articulação das pessoas para a ida às ruas. De fato, seu efeito sobre as redes foi diminuindo à medida em que as ruas viraram a principal atração durante os protestos. Ainda mais pela entrada dos grupos *Black Blocks*¹³² durante o confronto. Uma cartografia digital das manifestações¹³³ identificou que das cinco páginas que mais geraram repercussão nessa data, três estão relacionadas aos Anonymous. Além de empreender ações de hacking, eles se destacaram como mobilizadores e divulgadores dos protestos.

De alguma forma o Anonymous não tinha nenhuma ligação com a estrutura de mobilização erigida em torno dos coletivos sociais que se articulavam em rede a partir do FSM.

¹²⁹ Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs>>. Acesso em: 04/10/2023.

¹³⁰ A PEC 37, (37/2011) sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP). Ver: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>>. Acesso em: 04/10/2023.

¹³¹ Segundo Gohn (2014), a artilharia virtual do Anonymous consiste em um recurso simples: utilizar um programa de computador (por exemplo o *LowOrbitlon Canon*) para sobrecarregar diversos sites importantes até retirá-los do ar. Fizeram isso na Primavera Árabe e no *Occupy Wall Street*. A intensão foi bloquear o acesso, respectivamente, dos meios de comunicação governamentais à articulação na rede para os protestos e causar problemas financeiros às grandes empresas e bancos mundiais que atuavam em *Wall Street*.

¹³² De fato, *Black Block* não se configura enquanto um movimento ou coletivo. A inserção de grupos que utilizam a violência como prática de ação representa mais uma tática do que um movimento em si. Como afirma Ludd (2002), o Black Block, ao mesmo tempo em que assusta, ele fascina. Muito frequentemente ele desencadeia um ódio bastante selvagem, ou ao contrário, brados de aprovação, sem que grande parte necessariamente saiba do que se trata na verdade. Suas ações não se limitam a uma destruição sistemática e sem objetivo. O que está inscrito em suas práticas é um modelo de organização e ação política que busca a superação dos modelos de ação tradicionais, como o *lobby* e o reformismo. Seus fundamentos se encontram numa análise crítica da militância de extrema esquerda caracterizados pela desobediência civil ativa e a ação direta (LUDD, 2002, p. 76-78). Ora, a crítica implementada ao modelo de apropriação do confronto político por parte dos *Black Blocks* empreende muito mais uma performance violenta do que um simples ato de vandalismo puro. De fato, não há como dizer se foram eles os principais responsáveis pelo declínio das manifestações, mas a intensificação dos confrontos ganhou roupagem diferente quando estes estiveram nas ruas.

¹³³ **Cartografia de espaços híbridos: As manifestações de Junho de 2013 – Carta Potiguar.** Disponível em: <<https://cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Neste contexto, é importante observar o peso que o FSM tem enquanto estrutura de redes de movimentos sociais, sobretudo ao ajudar a construir uma agenda em torno da luta pelos direitos relacionados ao consumo dos bens coletivos. Assim, como afirma Della Porta (2007, p.125), é interessante notar que diferentemente dos partidos e dos grupos de pressão, os movimentos sociais passaram a assumir uma estrutura reticular com baixo nível de institucionalização em que associações formais convivem com pequenos grupos com estrutura informal, onde os limites da organização são flexíveis e as filiações ocorrem raramente. Isso tanto do ponto de vista da organização e da relação entre esses grupos, como quando olhamos para práticas de ação próximas do que observamos a partir do Anonymous e suas formas de ação em torno do *hacktivism*. Com efeito, a conjunção de ações em torno da desqualificação dos discursos provenientes das instituições de poder, como a mídia tradicional, operou como uma estrutura ao levantar narrativas importantes sobre as dimensões relacionadas aos problemas de ordem pública. Ainda que a narrativa das questões ligadas à corrupção passasse de forma ambígua na esfera pública naquele momento.

Neste sentido, quando olhamos para junho de 2013 percebemos que a *estrutura flexível dos protestos* foi capaz de reunir grupos em torno de temáticas as mais diversas possíveis, ainda que essas temáticas atravessassem umas às outras. Quando olhamos para as narrativas que se apresentaram em junho de 2013 em torno dos principais direitos sociais, observamos um conjunto de estruturas que se organizaram, primeiro, a partir da pauta urbana e, em um segundo momento, aos diversos serviços públicos e às dificuldades de gerência desses serviços por parte do mundo político, ou do Estado. Em consonância, é possível perceber que a mobilização dessas pequenas redes associativas dos coletivos sociais beneficiou-se de uma estrutura organizativa particularmente flexível e descentralizada capaz de colocar em movimento a mobilização de grupos heterogêneos em suas práticas, por meio de questões fundamentais ao debate público. Essa heterogeneidade passou a ganhar nuances ainda dentro das manifestações de junho de 2013, quando a narrativa da corrupção recebeu contornos com alguns movimentos que se colocavam em cena no final dos protestos.

3.3.3 *Dos coletivos progressistas aos movimentos de direita*

De fato, junho de 2013 produziu um abalo na sociedade e na política brasileira. Como afirma Singer (2018, p. 102-103), à esquerda ocorreu um impulso jovem, desejoso de encontrar formas de mobilização pela base, acedendo um estopim que era sensível às principais demandas

da população comum da sociedade. Os protestos adquiriram uma dimensão que parecia que ocorria algo nas entranhas da sociedade e que não estava muito claro para a maioria da população. Havia dois contraditórios: de um lado uma esquerda autonomista se espalhando e mobilizando milhões de pessoas a partir de uma crítica à gestão dos bens coletivos; do outro lado, na face direita, junho representou o início de uma mobilização da classe média que acabaria por ter papel decisivo na queda de Dilma. No meio do caminho as ruas foram sendo ocupadas por pessoas que nadavam em direções opostas. Ao fim daquele ciclo as narrativas já se direcionavam a outros princípios e ganhavam nuances ideológicas de acordo com a composição dos manifestantes. A exposição maciça à trama do Mensalão e o noticiário repleto de críticas ao controle inflacionário, à maquiagem das contas públicas, ao excesso de propaganda governamental, à péssima qualidade dos serviços públicos passaram a ser tomadas elementos importantes para a mobilização de outros grupos dentro do processo de mobilização.

Neste sentido, ao final do período de junho de 2013 alguns movimentos surgiram à baila do discurso “apartidário”. Parte dos manifestantes que pediam a não violência nas manifestações foram protagonistas no conflito contra grupos de tinham alguma orientação político-partidária. Pode-se considerar que a partir desse momento ficou delineado o aparecimento de uma nova direita no cenário político brasileiro que se apresentava a partir de um *campo de ativismo* (ALONSO, 2023) construído ao longo de alguns anos e que atrelava temas morais à questão política. Surgiram críticos, mais ou menos conscientes, da suposta corrupção estatista produzida pelos políticos lulistas. O que vale destacar neste contexto é o aparecimento de uma estrutura de mobilização que aparece em fins do período de mobilização que terá como seus principais atores os movimentos Vem Pra Rua, Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre (MBL)¹³⁴.

¹³⁴ De certa maneira, o jargão “vem pra rua” surgiu durante as manifestações de junho de 2013 a partir da política Carla Zambelli, com o intuito de chamar as pessoas através das redes sociais, onde se criou a *hashtag* #vempraru. Entretanto, tal jargão passou a ser apropriado pelo movimento Vem Pra Rua, criado em 16 de outubro de 2014. De acordo com as informações nas páginas do movimento, sua bandeira é a democracia, a ética na política e um Estado eficiente e desinchado. Em sua página é perceptível a alusão a valores como a liberdade econômica, o suprapartidarismo, o empreendedorismo e a iniciativa livre, valores, estes, ligados a uma orientação liberal. No que tange ao Revoltados Online, em sua página no Facebook está escrita a seguinte frase: “Somos uma ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVA POPULAR DE COMBATE aos corruPTos do PODER”. A utilização das letras em caixa alta fazia referência opositora ao partido que estava no poder naquele momento. Na mesma linha de raciocínio, o Movimento Brasil Livre carrega a bandeira por menos corrupção, a favor do império da lei e contra o desrespeito às instituições democráticas. Buscam uma “imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação dos poderes, eleições livres e idôneas e fim dos subsídios diretos e indiretos a ditaduras”. A alusão ao termo “ditaduras” é devido ao fato desse movimento lutar contra aquilo que eles consideram como o “mal do comunismo no mundo”. Em favor da livre iniciativa e valores que são considerados liberais e de direita, esses movimentos surgiram no cenário político brasileiro pós manifestações de junho de 2013. Ver:

Em uma varredura pelas redes sociais e pelos sites destes grupos podemos ver que eles têm orientação opositora à prática dos movimentos sociais tradicionais reivindicando, principalmente, a construção de um Estado mínimo no Brasil. Desde 2014, período de eleições nacionais, esses movimentos passaram a apoiar fortemente a candidatura de alguns políticos que tinham orientação ideológica similar. Após a derrota do candidato Aécio Neves (PSDB) (48,36% dos votos válidos), eles levantaram a bandeira do *impeachment* contra a presidente eleita Dilma (51,64% dos votos válidos)¹³⁵. O destaque dado ao tema da corrupção passou a ser uma pedra de toque pelos movimentos que se organizavam a partir de uma crítica voltada estritamente ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Dilma fecharia seu mandato (2010-2014) com certa popularidade, mas alguns fatores caminhavam para uma dificuldade em manter os ânimos em torno de sua candidatura no poder.

Para compreender a mudança nas questões que envolvem a entrada desses grupos é preciso levantar alguns pontos contextuais dentro desse processo. Primeiro, o fato de que os diversos movimentos sociais constroem versões particulares da realidade. Isso no desenvolvimento de suas práticas cotidianas, assim como em contextos de disputa, principalmente nas arenas¹³⁶. Esses movimentos desenvolvem e apresentam visões alternativas de uma realidade, buscando afetar o entendimento de diversos públicos sobre o próprio movimento e suas reivindicações (BENFORD, 1993, p. 678). Parte da literatura chama esse processo de disputa de visões de *frame disputes*¹³⁷. As disputas de quadros se referem a

<<http://vempruarua.org/>>; < <http://www.movimentobrasillivre.org/>>; < <http://revoltadosonline.blogspot.com.br/>>; Acesso em: 18/10/2023.

¹³⁵ Ver: Eleição: Eleições Gerais 2014 - 2º Turno - 26/10/2014; Abrangência: Brasil - Situação: Todas - Cargo: Presidente. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Última totalização: 27/10/2014. Acesso em: 18/10/2023.

¹³⁶ De acordo com Jasper (2019), uma arena é uma palavra familiar e de senso comum para especificar o que restringe e capacita os atores humanos, ou jogadores, na política, no sentido dos lugares onde eles fazem política. Ele se junta a uma longa lista de conceitos semelhantes – instituições, estruturas de oportunidades políticas, campos, espaços, mundos – que refletem a intuição de que nenhum ator político, mesmo o mais poderoso, consegue exatamente o que deseja o tempo todo. Eles enfrentam um ambiente contendo várias configurações e muitos outros jogadores. Uma arena é um conceito mais restrito do que a maioria desses outros termos, em parte porque é usado junto com a ideia de jogadores que operam nessas arenas. Representa lugares físicos onde se tomam decisões, com algo em jogo, embora inclua não só constrangimentos e ajudas físicas, mas quaisquer regras e costumes usualmente aplicados. Neste sentido, o objetivo é desenvolver uma abordagem estratégica-interativa incorporando cultura e emoções, mas também reconhecendo (e ao mesmo tempo repensando) restrições estruturais. Para fins deste estudo não abordaremos o conceito de arenas por ele representar o nível micro do evento. Ficaremos, porém, com outros conceitos mais estruturais como estruturas de oportunidades políticas, estruturas de mobilização e o próprio conceito de conjunturas fluidas de Dobry (2015).

¹³⁷ Em certa medida o conceito de *frames* (enquadramentos) se origina das observações de Erving Goffman (1974) na Análise de Quadros, de que as interpretações do que está acontecendo em uma circunstância particular estão sujeitas a desacordo. Em tais ocasiões, a "realidade" deve ser negociada. No contexto dos movimentos sociais, as disputas de quadros surgem dentro de uma organização do movimento (enquanto uma disputa intraorganizacional)

diferenças de opinião ou preferência em relação a reivindicações associadas a atividades de construção de quadros que os atores dos movimentos sociais criam. Isso durante suas reuniões organizativas, como também nas dinâmicas de ação contenciosa, nos protestos. Neste sentido, entendo, assim como Benford e Snow, que as disputas de quadros são uma dinâmica pervasiva dentro dos movimentos sociais, sendo um dos vários processos discursivos contestados na arena política (BENFORD & SNOW 2000).

Com efeito, quando olhamos em perspectiva para o final do ciclo de protestos de junho de 2013, começamos a observar uma mudança importante no quadro interpretativo referente às narrativas que parte dos manifestantes começaram a mobilizar durante os protestos. Para Kunrath (2018), a apropriação parcial do ciclo de confronto pela mobilização de contramovimentos conservadores produziu uma mudança qualitativa em que esses grupos passaram a se apropriar dos protestos de junho de 2013. De certa maneira, com a revogação do aumento da passagem no dia 19 de junho de 2013, cria-se um ambiente de desmobilização da estrutura erigida em torno do MPL. Aqui, podemos observar três eventos importantes que chamam a atenção para um momento de abertura nas oportunidades políticas que permitiu a entrada de outros grupos no processo que desemboca nas manifestações pelo *impeachment*. Primeiramente, ainda em junho de 2013, o MPL anunciara sua retirada da convocação das manifestações no dia 21 de junho¹³⁸, um dia após o ápice dos protestos (20/06/2023). Decerto, os dias 13 e 17 de junho também são marcos importantes. Respectivamente, a violência policial e a dinâmica de confronto com os grupos *black blocs*, desenvolve uma crítica que se expande na esfera pública e abre um campo de possibilidades para a entrada de novas demandas que não se limitavam ao transporte público.

Em segundo lugar, no dia do pico das manifestações (20/06) as pautas se pulverizam devido à amplitude dos protestos e pela heterogeneidade da composição dos manifestantes. Aqui, por mais que as estruturas de mobilização fossem importantes para dar início às dinâmicas de protesto e sustentá-las, elas não detinham mais o curso do processo. Dilma, no dia 24/06 propõe uma resposta a partir de um pacto nacional com a tentativa de conter a onda

e/ou entre representantes de duas ou mais Organizações de Movimentos Sociais (OMS) dentro de um movimento social (uma disputa interorganizacional). As disputas de quadros na arena política mais ampla, como aquelas que frequentemente surgem entre os movimentos sociais e seus oponentes (por exemplo, contramovimentos, alvos de mudança, mídia, etc.), são chamadas de "disputas de enquadramento" (*frame disputes*) (RYAN, 1991). Utilizarei esse conceito para poder pensar exatamente essa mudança em torno da narrativa da corrupção no fim do ciclo de 2013 e o início de 2015.

¹³⁸ Ver: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 24/10/2023.

de protestos¹³⁹. Ocorre, nos termos de Dobry (2015) uma *dessetorização tendencial do espaço social* em que as narrativas estão dispostas na esfera pública, mas que não há uma especificidade ou orientação de pautas. Neste contexto, o aparecimento de grupos à direita começa a ser mais nítido, sobretudo após o dia 29/06, quando a popularidade de Dilma¹⁴⁰ despenca 27 pontos percentuais de 57% para 30%.

Em terceiro lugar, a popularidade de Dilma se tornaria a principal chave de desqualificação de sua política e das tentativas de respostas dada por ela a respeito dos problemas da sociedade. Além do mais, isso passaria a ser lenha na fogueira na construção de um contingente político para sua destituição. A esse cenário, os escândalos vividos pelo PT nos últimos anos, que abalara sua imagem, mas não foi capaz de destituir o mandato do partido no poder, passaria a ser explorado a partir da figura da Presidenta. Como afirmam Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), desde 2007 tem-se a emergência de um conjunto de atores que buscavam desafiar a hegemonia da esquerda em protestos, com o intuito de imprimir novos contornos às manifestações de rua no Brasil. A diferença desses grupos, quanto à forma de se mobilizar, diz respeito à origem das pautas e por serem contrários às políticas sociais do governo e à intervenção do Estado na economia. Como argumentado anteriormente, esses movimentos apoiavam-se em uma lógica de combate à corrupção por intermédio de um argumento moral sobre a política, que se justificaria pela eliminação de qualquer estrutura estatal que gerasse empecilho àquilo que argumentavam ser a “ação livre das pessoas”. Assim, o compartilhamento de posicionamentos críticos em relação aos governos do PT (ainda que por motivos distintos) e à política institucional e/ou ao Estado (KUNRATH, 2018, p. 3) passou a ser um ponto importante a ser explorado pelos grupos que passariam a ocupar as ruas. Estes começaram a ver no horizonte elementos para o desenvolvimento de uma crítica sobre a corrupção que se apresentou através da associação entre a *luta contra a corrupção e o antipetismo* (TATAGIBA *et al*, 2015, p. 21).

De certa maneira, como argumentamos anteriormente, os grupos de direita não surgiram de repente em junho de 2013. Como aponta Alonso (2019), a tese da captura de protestos progressistas por conservadores se mostra muito simples perante a um processo de formação dessa estrutura que, no caso de junho de 2013, se reduzimos à dimensão própria dos

¹³⁹ Ver: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>. Acesso em 24/10/2023.

¹⁴⁰ Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em: 24/10/2023.

eventos não podemos captar o quão multifacetado e tortuoso é esse problema. De acordo com a autora, redes de sociabilidade que reuniam o ativismo religioso, e também algumas redes empresariais, permitiram o empoderamento de grupos de uma classe média indignada com os anos de governos do PT, assim como grupos tradicionais que se identificavam com a popularização do empoderamento que estimulava seu protagonismo no mundo social.

A construção dessa estrutura se fazia também a partir de um conceito de direita que se designava enquanto uma perspectiva crítica em relação a determinados valores à esquerda, como a defesa do papel do Estado na regulação do livre-mercado, na promoção da redistribuição de renda, assim como na execução de políticas afirmativas orientadas para a inclusão de minorias. Chaloub e Perlatto (2015; 2016) demonstram como o destaque adquirido pelos intelectuais de direita no debate público brasileiro foi importante na conformação desses ideais, sobretudo a partir da presença destes intelectuais nos jornais da grande imprensa e no mercado editorial. Existiram dois grupos principais desses intelectuais: uma direita teórica, exemplificada por Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé, que reivindicava seu espaço à direita utilizando argumentos de longa duração, que transcendiam o contexto imediato e se baseava em um amplo espectro de referências bibliográficas, incluindo desde clássicos do liberalismo e conservadorismo até pensadores menos mencionados; e a direita militante composta por polemistas que se concentram em questões imediatas e atacavam frequentemente adversários mais próximos, sem recorrer a mediações complexas em suas argumentações. Esses grupos criavam uma estrutura de oportunidades discursivas importantes para a mobilização dos públicos que se identificavam com as temáticas da direita. Além do mais, ao ter acesso privilegiado aos principais meios de comunicação em massa e, posteriormente, às redes sociais, esses grupos conseguiriam construir estruturas amplas de mobilização em torno de suas pautas e reivindicações conservadoras atingindo, públicos tradicionais e populares que passariam a se identificar com a abordagem de suas temáticas.

A verdade, porém, foi que a rua deixou de ser exclusividade da esquerda e, no limiar do período de governos do PT as manifestações do campo de direita tiveram certa ascendência dentro das estruturas de oportunidades políticas e discursivas erigidas. Como aponta Alonso,

A Brasília de agosto de 2005 profetizou a da década seguinte: a rua rachada. A cidade viu a esquerda lulista — CUT, UNE, MST — carregar 10 mil, no dia 17. Vinham desagrar o presidente. É que protesto contra a corrupção e pelo *impeachment* de Lula, levava 12 mil às ruas brasilienses no dia anterior. Chamado por pequenos partidos de esquerda — PSTU, PSOL, PDT, ConLutas -, recebeu adesões inesperadas, de grupos declarados apartidários, mas aliados a partidos do centro à direita. O Prona, agremiação nacionalista e autoritária, estudantes antipetistas e grupos punks carregaram a simbologia patriota: as caras-pintadas ao estilo do Fora Collor. Teve

violência simbólica, com queima de bandeira do PT e de um boneco de Lula, e física, com provocações de punks à polícia. O fenômeno não se circunscreveu à capital federal. No Rio, membros de PMDB, PSC, PV e PDT incorporaram às suas faixas os dois “eles”, criando o Fora Lulla. Em São Paulo, PSDB, PV, PPS e PDT puxaram o enquadramento “petralhas” das páginas para a rua, com fantasias de Irmãos Metralhas, em escárnio aos petistas acusados de corruptos. (ALONSO, 2017, *on-line*)

Já existia um campo em confronto político. A estruturação desse campo de direita foi recebendo apoio na medida em que as redes de empreendedorismo empresarial com seus seminários, MBAs e Think Tanks, tornavam-se lugares nos quais movimentos de agenda liberal, pró-liberdades individuais e econômicas, moralizadores da gestão pública ganhavam espaços nos grupos sociais mais amplos. A grande questão é que todos esses grupos se formariam em torno da narrativa da corrupção enquanto um elemento moralizador da política encerrada na aversão ao partido que estava no poder.

De forma consoante, como aponta Rocha (2019, p. 8), a formação de um contrapúblico ultraliberal no Brasil ocorre desde os anos 2000. Nos primeiros anos da década de 2000, a presença de jovens universitários e profissionais liberais de classes média e alta em fóruns e redes sociais digitais começou a aumentar. Esses indivíduos discutiam ideias de liberalismo econômico, ainda que de forma esparsa e com alcance limitado, através de blogs e listas de e-mails. A criação da rede social Orkut em 2004 marcou um ponto de inflexão, permitindo que brasileiros compartilhassem ideias mais amplamente. No auge do Orkut entre 2005 e 2007, brasileiros compunham 75% dos usuários globais, indicando um engajamento significativo nas redes sociais¹⁴¹. Esse fenômeno aponta para o que posteriormente esses grupos ficariam conhecidos como grupos que dominariam muito bem as redes sociais e construiriam uma rede de campanha não oficial anti-Dilma nas eleições de 2014, veremos adiante.

Seu período de institucionalização ocorreria a partir da criação do Instituto Mises Brasil (IMB) em 2007 a partir dos irmãos Cristiano e Fernando Chiocca. O Instituto foi fundado para difundir o liberalismo econômico no país, proporcionando uma base institucional e intelectual para o contrapúblico emergente. Como salientamos anteriormente, as manifestações de junho de 2013 no Brasil criaram oportunidades políticas para a mobilização desses grupos ultraliberais. Estes grupos começaram a articular protestos e a estruturar sua presença política em resposta às mudanças na conjuntura política. A reeleição de Dilma Rousseff em 2014 intensificou a ação dos ultraliberais, que começaram a convocar protestos *pró-impeachment*,

¹⁴¹ No Orkut, surgiram comunidades focadas na discussão do liberalismo econômico, que serviram como plataformas para a formação inicial de uma identidade coletiva ultraliberal. Esses espaços virtuais permitiram que entusiastas do liberalismo econômico compartilhassem textos, discutissem conceitos e formassem grupos de estudo (Rocha, 2019, p. 10-11)

alegando corrupção e má gestão. A militância ultraliberal se consolidou como uma força política relevante, aproveitando-se do descontentamento geral com o governo (Rocha, 2019, p. 21-22).

Nas redes sociais, durante a campanha para as eleições de 2014, construiu-se uma estrutura de mobilização importante antipetista. Esta rede se caracterizava por sua composição híbrida, descentralização, ambivalência, anonimidade, posicionamento ideológico claro e com impacto significativo no debate público. De acordo com Santos (2017, p. 114), a Rede Antipetista era composta por 532 fanpages no Facebook, que formaram um agrupamento heterogêneo de canais com naturezas diversas, incluindo políticos, blogs e outros atores digitais. Essa diversidade permitiu que atores institucionais e não-institucionais se unissem contra um adversário comum, criando um ecossistema de comunicação política que disputava espaço com a mídia tradicional e as alianças eleitorais (SANTOS, 2017, p. 115). Essa estrutura multifacetada refletia uma tendência contemporânea de comunicação política, na qual a centralização e a hierarquia tradicionais eram substituídas por interações dinâmicas entre diferentes tipos de atores (SOON e KLUVER, 2014, p. 511 *apud* SANTOS, 2017).

Um dos aspectos mais marcantes da Rede Antipetista era sua descentralização, muito semelhante aos coletivos sociais que apareceram em junho de 2013. Ao contrário das campanhas oficiais, que são caracterizadas por uma hierarquia *top-down* e controle centralizado, a rede antipetista operava de forma independente, sem um agente central coordenador. Cada agente dentro da rede atuava com métodos e prioridades próprias, refletindo uma autonomia que permitia maior flexibilidade e adaptabilidade às condições mutáveis do ambiente político. Assim, apesar de sua crítica constante à mídia e aos políticos profissionais, a Rede Antipetista mantinha relações complexas com esses mesmos atores, apropriando-se e modificando o conteúdo jornalístico para atender suas necessidades políticas. Esse comportamento ambivalente demonstrava como blogs e outros canais não oficiais frequentemente amplificam, em vez de subverter, as agendas da mídia de elite. Neste sentido, embora essa estrutura de mobilização se posicionasse contra o *status quo* político e midiático, ela ainda dependia, em grande medida, de suas narrativas para construir seu próprio discurso (SANTOS, 2017, p. 113).

No entanto, uma característica era comum a essa rede em relação aos coletivos sociais que surgiram durante o mesmo período: a anonimidade e a ausência de uma estrutura organizacional. A anonimidade era uma característica predominante na Rede Antipetista, com 85% dos canais não declarando autoria ou revelando estrutura organizacional (SANTOS, 2017,

p. 114). Essa falta de transparência dificultava a responsabilização pelas mensagens veiculadas, incentivando uma postura mais radicalizada, que frequentemente incluía a disseminação de boatos e ataques pessoais. Este ambiente permissivo contribuía para um tom mais agressivo nas discussões políticas, sem o risco de repercussões legais ou sociais diretas para os envolvidos.

Contudo, a rede se destacava por um forte posicionamento ideológico de direita, que incluía liberalismo, conservadorismo e reacionarismo (SANTOS, 2017, p. 115). Com 171 canais identificados como de direita, a Rede Antipetista representava uma reação comunicativa à presidência do PT e às políticas de esquerda implementadas durante esse período. Ainda que houvesse divergências ideológicas internas entre esses grupos, eles permaneciam unidos contra um adversário comum.

Com efeito, com mais de 10 milhões de seguidores alcançados durante as eleições de 2014, a Rede Antipetista desempenhou um papel crucial na moldagem do discurso político no Brasil. Este impacto é demonstrativo do poder das mídias sociais em mobilizar e engajar grandes audiências fora das estruturas de campanha tradicionais. A rede evidenciou a pluralização do ecossistema de comunicação política, influenciando o processo de debate e disseminação de informações de maneira significativa que, juntamente com outros veículos hegemônicos, possibilitava a formação de uma estrutura de mobilização¹⁴² que se articulava em torno da crise e das oportunidades políticas geradas pela conjuntura fluida dentro desse mesmo processo político.

Por outro lado, o contrapúblico ultraliberal contou com o apoio de uma rede pré-existente de think tanks liberais que ofereciam suporte organizacional e financeiro. Instituições como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, e a Fundação Friedrich Naumann proporcionavam infraestrutura e recursos para a mobilização dos ultraliberais. Além dos think tanks locais, os movimentos que compunham o quadro ultraliberal receberam apoio de instituições internacionais, como o Cato Institute e a Atlas Network. Em termos de uma articulação maior, esses grupos não só forneceram financiamento, mas também ajudaram a

¹⁴² Como aponta Neto (2016, p. 100), no campo discursivo, a “gestão do *impeachment*” desenvolveu-se segundo complexa rede discursiva em um contexto ampliado de midiaticização. Operações enunciativas de produção de sentidos eram engendradas mediante circuitos e de fluxos de campos sociais (midiático, jurídico, policial, fiscal, político). Tal gestão se fez através de um longo percurso e se materializou através de textos que deram forma a um intenso tecido de inteligibilidades. Gesta-se ainda em 2014, no Tribunal de Contas, sob a “monitoração midiática”, protocolos formulados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos juristas ligados a partidos de oposição ingressam no Congresso com pedido formal do *impeachment*. O discurso que alimentaria o *impeachment* foi o mesmo que alimentou a formação de uma estrutura de mobilização capaz de se colocar contrária aos governos do PT durante todo o período que vai de 2006 até a destituição de Dilma. A grande questão é que essa estrutura vai ganhado dimensão à medida em que as *conjunturas fluidas* dão espaço para a política do confronto.

conectar a militância brasileira a uma rede global de defensores do chamado livre mercado (ROCHA, 2019, p. 16).

Durante o período que vai de 2010 a junho de 2013, os grupos ultraliberais se estruturaram de maneira mais formal com a criação de novas organizações, como o Estudantes Pela Liberdade (EPL). Suas ações se dedicavam na promoção das ideias de mercado nas universidades com o intuito de circular as ideias liberais no meio acadêmico. Fica perceptível também que neste mesmo período o crescimento de organizações pró-mercado que se concatenava com a visibilidade como a tentativa de construir um quadro interpretativo a respeito da ideia de liberdade se torna o instrumento de convencimento de jovens universitários em se agregar ao movimento. Além do mais, a estratégia de convencimento de públicos jovens vai de encontro com a própria estratégia de recrutamento de jovens realizada pelo movimento estudantil historicamente. Certamente, figuras como Bernardo Santoro e Fábio Ostermann desempenharam papéis de liderança na reestruturação de instituições como o Instituto Liberal e na criação de novas iniciativas, como o EPL. Essas lideranças foram fundamentais para a captação de recursos e para a articulação de estratégias de ação coletiva.

Como aponta Rocha (2015), esses movimentos também se construíram a partir de densas redes *think tanks* que marcaram presença e atuação na América Latina desde os anos 2000, principalmente em resposta a ascensão de governos de esquerda no continente e a tentativa de reativação e surgimento de novas organizações que difundem ideais neoliberais e de livre mercado. Como afirma a autora, em termos quantitativos, o número de *think tanks* atuantes na região dobraram estiveram ligados à Atlas Network (35 para 72), sempre atuando a partir da defesa do “livre mercado”. Em termos qualitativos promoveram um adensamento de organizações e redes nacionais e regionais. Assim, vários desses *think tanks* fundados ainda nos anos de 1980 receberam uma injeção renovada de recursos humanos e materiais ou alcançaram um grau maior de influência e visibilidade (ROCHA, 2015, p. 274).

Rocha ainda observa que no Brasil essas redes foram se adensando durante o governo Lula e passaram a se conectar com os *think tanks* fundados nos anos 1980. Formaram-se também redes regionais e internacionais antigas e novas, criadas após a metade dos anos 2000 dando visibilidade às pautas políticas e econômicas defendidas pelo movimento neoliberal¹⁴³.

¹⁴³ Como aponta Friderichs (2017, 126) retomando a ideia de campo social em Bourdieu, os *think tanks* operam como uma peça fundamental dentro do campo político das direitas. Este campo se constrói como um campo de forças e de luta que “geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. O convencimento no campo das ideias é muito

Esse adensamento de redes nacionais e regionais promoveu também articulações latino-americanas como a Red Liberal de America Latina (Relial) criada em 2004, e a Fundación Internacional para la Libertad (FIL) de 2002 (ROCHA, 2015, p. 275).

Assim, como aponta Barbosa (2016, p. 161), é possível perceber que as organizações nacionais de direita, como o "Instituto Millenium", a "Ordem Livre", o "Instituto Von Mises", os "Estudantes pela Liberdade" e o "Movimento Brasil Livre (MBL)", apesar de apresentarem diferenças em suas abordagens e alcance, promovem iniciativas que defendem o livre mercado, a privatização e criticam o modelo de um Estado amplo, apoiando uma perspectiva de "Estado mínimo". Isso é exemplificado, por exemplo, pelas "Propostas de políticas públicas do MBL". Desta maneira, essas organizações estão conectadas a *think tanks* pioneiros no ativismo político liberal no Brasil. Elas têm acumulado experiências, infraestrutura e recursos ao longo de quase três décadas, criando estruturas privadas que promovem uma hegemonia burguesa e articulam pautas para uma agenda política com interesses de classe explícitos.

Com efeito, de forma mais ou menos semelhante aos movimentos que se articulavam em junho de 2013 a partir de uma rede de movimentos sociais que se formam através da experiência autonomista e também do Fórum Social Mundial, podemos observar que a organização de uma rede de *think tanks* possibilita a formação de uma estrutura de mobilização que oferece, não só subsídio teórico e ideológico para a ação dos diversos grupos que dela se compõem, em cada localidade ou país, como também essa articulação fornece recursos através dos quais esses grupos constroem uma dinâmica de mobilização. Caso ilustrativo é a participação da guatemalteca Glória Alvarez¹⁴⁴ nos protestos organizados pelos grupos pró-*impeachment*.

Por conseguinte, em 2015 e 2016, durante os protestos que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff, os movimentos de direita executavam táticas e estratégias de persuasão que dava suporte aos seus articuladores e mantenedores, assim como ao público em geral, através

importante para que as concepções neoliberais sejam reconhecidas, aceitas e desejadas tanto para um público específico, como os empresários, como para a sociedade em geral. Não foi por acaso que grande parte desses movimentos se embrenharam na estrutura educacional brasileira disputando as ideologias nas universidades, principalmente em cursos da área das ciências econômicas. No ensino básico com o Escola Sem Partido, que foi criado em 2004 por Miguel Nagib, Procurador do Estado de São Paulo, e retomado em 2014 pelo deputado federal Erivelton Santana a partir do PL 7180/2014 esses grupos procuraram desenvolver substancialmente os valores do neoliberalismo na formação educacional de base, além de desenvolverem práticas de coação de professores através da ideia de que os mesmos exercem uma "doutrinação ideológica" sobre os alunos (FERNANDES & FERREIRA, 2021).

¹⁴⁴ Ver: **A nova roupa da direita**. CartaCapital, 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795/>>. Acesso em: 9 ago. 2024

da projeção de pautas uníssonas, sobretudo a respeito da corrupção¹⁴⁵. No geral os movimentos se organizavam em torno das redes sociais e as principais formas de articulação de suas demandas eram debatidas em postagens que destacavam os sentidos discursivos que justificavam a realização de cada uma das grandes manifestações. Como aponta Baron (2019, p. 212), desde o princípio das mobilizações contra o governo Dilma, o discurso em torno do *impeachment* se constituiu em um discurso antagônico ao PT e à esquerda em geral. Assim, ainda que vinculada à ideia de combate à corrupção e da influência da esquerda no contexto discursivo nacional, os movimentos passaram a apresentar uma agenda propositiva, posteriormente, no Estado. Fosse a partir das candidaturas de alguns dos principais líderes, como no Caso de Kim Katagui e Fernando Holiday, ou então em torno de propostas de reforma do Estado, como o Escola Sem Partido citado anteriormente e também à privatização de estatais como medida de contenção da corrupção. Por fim, outro ponto estava também em conter o ímpeto dos grupos de esquerda na estruturação de ações que investigassem as relações entre o governo Dilma e os movimentos estudantis em torno da alocação de recursos da Lei Rouanet (BARON, 2019, p. 211).

Decerto, a prática instaurada por esses movimentos passaria a constituir um discurso contra aquilo que eles evocavam sobre a ineficiência do Estado brasileiro imbricado em

¹⁴⁵ De acordo com Oliveira (2016), o movimento "Vem Pra Rua" emergiu em 2014, fundado por Rogério Chequer e Colin Butterfield, como resposta à insatisfação com o cenário político brasileiro. Inicialmente concebido como o movimento "Basta", que falhou em mobilizar apoio, o Vem Pra Rua rapidamente se reestruturou, organizando sua primeira manifestação em 16 de outubro de 2014 no Largo da Batata, São Paulo, com o objetivo de pressionar pela saída do PT do poder, atraindo cerca de 300 participantes. Em 22 de outubro de 2014, uma segunda manifestação ocorreu em nove cidades, inclusive São Paulo, com apoio de figuras públicas como José Serra e Ronaldo Fenômeno, reunindo aproximadamente 25 mil pessoas. Três dias depois, em 25 de outubro, o movimento realizou uma manifestação nacional em mais de 200 cidades, que obteve significativa cobertura da mídia, apesar de não ter impedido a reeleição da presidente Dilma Rousseff. Após as revelações da Operação Lava Jato, o Vem Pra Rua convocou, em 15 de novembro de 2014, um protesto em São Paulo focado no combate à corrupção, que reuniu 15 mil pessoas. Em 15 de março de 2015, o movimento organizou um dos maiores protestos desde as Diretas Já, com 210 mil manifestantes em São Paulo e atos ocorrendo em todos os estados brasileiros, mobilizando milhões de pessoas. Seguindo a aceitação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, o Vem Pra Rua promoveu novas manifestações em 16 de agosto de 2015, com cerca de 1 milhão de participantes pelo país, e em 13 de dezembro do mesmo ano, simbolizando uma vitória contra o governo.

Por outro lado, ser questionado sobre a distinção entre o MBL o Vem pra Rua e o Revoltados Online, o líder Kim Katagui comenta que os dois últimos têm mais foco na questão a indignação e o MBL estaria focado na questão da corrupção. Para o líder do movimento, ao justificar a opção pelo *impeachment*, acreditava que tinha uma questão envolvida em torno da ideia de reconstrução do país e que "e a presidente Dilma não tem nem convicção para isso nem a força política". Ele afirmou também "a questão do modelo de corrupção que o PT criou. Concordo quando dizem que não foi o PT que inventou a corrupção. Mas foram eles que institucionalizaram, transformaram em método de governo". É notório, porém, como a questão da corrupção passa a ser articulada pelo MBL como justificativa para o processo de mobilização, ainda que o foco do movimento seria não a indignação em si, mas o enquadramento em torno do tema da corrupção como forma de angariar público em prol da causa. Ver: **Eu também poderia ter pedido saída de Lula e FHC, diz líder do MBL - 27/09/2015 - Poder**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686987-eu-tambem-poderia-ter-pedido-saida-de-lula-e-fhc-diz-lider-do-mbl.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

relações de corrupção dentro do sistema político. De alguma maneira, essa contensão se fazia também às custas de encampar um discurso semelhante ao discurso dos direitos no sentido de requerer, por exemplo, melhorias na saúde que fora evocado pelos manifestantes em junho de 2013, mas que se apresentaria enquanto uma preocupação desse movimento que retirasse a influência da “ideologia socialista” na composição dessas políticas reivindicatórias.

Como aponta Souza (2023, p. 45), o ativismo patriota se mostrou presente e potente em reivindicações e presença nos protestos contemporâneos a partir de uma conjugação de diversos temas sensíveis à esfera pública. Apesar de existir uma centralidade na questão da corrupção, as menções nos princípios e missões dos movimentos apresentavam-se em uma seara de termos que compunham uma *moralidade pública* em torno de questões cotidianas. Neste sentido, durante todo o período dos governos do PT diversas associações foram criadas a partir da temática da moralidade pública. Essas associações transitavam sobre diversos temas como aborto, apartidarismo, autoritarismo, classe, comunismo, cidadania, conservadorismo, cristianismo, drogas, eficiência, estado de direito, democracia, educação, ética, família, federalismo, fiscalização, integralismo, liberalismo econômico, liberdade individual, meritocracia, mídia, militarismo, pacifismo, patriotismo, pedofilia, propriedade privada, religião, socialismo e transparência. Estes eram os temas mais recorrentes nas missões desses movimentos, mesmo antes dos atores da direita terem ido às ruas em 2015 e 2016.

Entretanto, a grande questão é como esses movimentos se constituiriam uma estrutura de mobilização em torno do processo de *impeachment*. Chamo a atenção de que não somente o campo do ativismo em torno da moralidade pública foi importante para a formação dessa estrutura de mobilização. Ainda que exista um peso relativo da organização dos movimentos de direita nesse contexto, principalmente em torno da criação de uma moralidade pública, a articulação entre parte do sistema político, mídia e movimentos de direita foram importantes na construção dessa estrutura de mobilização. Neste sentido, quando olhamos para as convocações que separam o campo da direita e da esquerda durante os protestos pelo e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff observamos importantes meios de comunicação que acabaram também dando espaço para os ativistas destes grupos para expressar suas principais demandas e construir um enquadramento sobre o próprio movimento¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Ver: **5 momentos em que a Rede Globo agiu a favor do golpe parlamentar**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/5-momentos-em-que-a-rede-globo-agiu-a-favor-do-golpe-parlamentar>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Assim, não eram somente os grupos de direita que se mobilizaram em torno da questão do *impeachment*. Como apontado anteriormente, a janela de oportunidades políticas durante a disputa eleitoral de 2014 abriu um campo de possibilidades de ação, sobretudo dos campos empresariais, na formação de uma coalizão em torno do *impeachment*. Como aponta Braga (2021), a burguesia industrial interna estava dividida em três posições principais. Primeiro, havia um segmento que apoiou ativamente o processo de *impeachment* desde o início. Em segundo lugar, havia grupos que mantiveram uma postura de neutralidade institucional, evitando tomar posição durante a disputa política. No entanto, à medida que o governo perdia apoio no Congresso Nacional a sua capacidade de controlar a crise diminuía. O terceiro grupo, composto pela grande burguesia industrial interna, se opôs ao *impeachment*. Este grupo manifestou apoio ao governo e tentou promover a reunificação da burguesia interna contra o *impeachment*. Apesar de sua oposição ao processo de *impeachment*, eles não defenderam publicamente o governo devido ao contexto político do período ou por adotarem uma postura institucional neutra.

Nesse sentido, os motivos que levaram as bases da FIESP e do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) a apoiar o *impeachment* de Dilma Rousseff variaram conforme o setor industrial, o tamanho do capital e a influência política dos sindicatos. Quando os mandatários eram proprietários ou presidentes de grandes empresas, parte de uma cadeia produtiva significativa, presidentes de sindicatos ou detinham cargos de diretoria na FIESP ou no CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), o apoio ao *impeachment* era predominantemente por razões políticas. Aqui observamos como o campo da moralidade pública trazia um componente importante sobre a questão do apoio ao governo que passava pela orientação ideológica que esses grupos poderiam imprimir ao Estado. Em contrapartida, para pequenas e médias indústrias, a crise econômica foi o principal fator de apoio à campanha pela destituição de Dilma, sobretudo pelo fato de que essas empresas passariam a ser prejudicadas pelo mau desempenho econômico que se manifestava sobre um mercado consumidor com pouco poder de compra.

Com efeito, apesar das divisões internas, o setor industrial, comandado pela figura de Paulo Skaf compôs essa estrutura de mobilização a partir de algumas frentes importantes. Primeiramente, no campo político-institucional a FIESP já vinha atuando desde agosto de 2015

a favor da coalizão que visava a deposição de Dilma, liderada por Michel Temer¹⁴⁷. Neste contexto, o papel de Paulo Skaf foi particularmente proeminente no *lobby* político e na pressão parlamentar pelo *impeachment*¹⁴⁸. Juntamente com outros líderes empresariais, organizou encontros e reuniões com parlamentares para assegurar o apoio necessário à destituição de Dilma Rousseff. Essa estratégia de lobby foi importante para influenciar votos no Congresso Nacional e demonstrou a capacidade de mobilização política da FIESP (BRAGA, 2022, p. 271).

Em segundo lugar, na sociedade civil, Paulo Skaf utilizaria de sua posição como presidente da FIESP para mobilizar a federação na campanha a partir de convocações e recursos aos manifestantes favoráveis ao *impeachment*. Enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) liderava o movimento contrário ao *impeachment*, os empresários usaram diversos recursos para incentivar as manifestações pela saída de Dilma da Presidência. Assim, a FIESP teve um papel importante na organização dos protestos e fez uso de símbolos como os patos infláveis amarelos. A sede da entidade iluminou sua fachada com a bandeira brasileira e insígnias como “Renúncia Já”, “*Impeachment* Já” e “Não vamos pagar o Pato”. Além do mais, a FIESP montou uma infraestrutura na frente da sua sede para receber manifestantes e publicou anúncios nos principais jornais do país¹⁴⁹ defendendo o *impeachment* (VACCARI, 2024).

¹⁴⁷ Como observamos anteriormente, a janela de oportunidades aberta durante as eleições acirrou também o conflito distributivo fazendo com que as linhas demarcatórias da cooperação e do conflito dentro do governo Dilma fossem redefinidas. O programa de Michel Temer, *Uma ponte para o futuro* se tornou mais atraente para essa frente ampla empresarial que se formou a partir de uma repactuação de amplo arco de frações das elites empresariais da indústria e das finanças (VACCARI & PEREZ, 2021). Dilma tentou reverter os sinais de sua política econômica no início do segundo mandato, mas já era tarde. O grupo de Skaf já havia desembarcado do governo e firmado apoio aos parlamentares da frente pelo *impeachment*. O empresário se baseou na insatisfação especialmente do médio capital industrial, que lutava para sobreviver às crises econômica e política enfrentadas pelo país. Conforme Paulo Skaf, a decisão foi tomada após o resultado de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas e Estudos da Fiesp indicando que 91% dos empresários paulistas apoiam o processo de *impeachment* da presidenta da República Dilma Rousseff. Dos empresários ouvidos, 5,9% manifestaram-se contra o *impeachment* e 3,1% não responderam. Além do mais, o agravamento da situação econômica, as denúncias recorrentes contra o governo e seus aliados, além da pressão da Operação Lava Jato, intensificaram a insatisfação do médio capital com o governo. Assim, eles prontamente aceitaram a convocação de Skaf para uma aliança favorável ao *impeachment*, na esperança de que a troca de governo melhorasse a situação econômico-financeira da indústria doméstica. Ver: **Skaf anuncia apoio da Fiesp a processo de *impeachment* da presidenta Dilma**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/990026>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

¹⁴⁸ Ver: MACIEL, A. **Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment***. Agência Pública, 25 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

¹⁴⁹ Ainda que não fosse revelado a FIESP foi questionada sobre os valores e o processo de criação do enorme pato da FIESP. O interessante notar foi que a agência responsável pela criação era carioca Prole, que tem entre seus sócios o publicitário Renato Pereira, responsável pelas últimas campanhas do PMDB ao governo e à prefeitura do Rio. A Prole atendia também ao Sesi-SP (Serviço Social da Indústria) e ao Senai-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de São Paulo, entidades ligadas à Fiesp. Ver: **Fiesp não revela gasto com campanha a favor do *impeachment* de Dilma - 21/04/2016 - Poder**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763383-fiesp-nao-revela-gasto-com-campanha-a-favor-do-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Por outro lado, dentro dessa estrutura não podemos deixar de averiguar como foi o papel da imprensa no enquadramento e convocação dos protestos. Diferentemente de junho de 2013, a mídia teve uma postura mais contundente nos chamamentos às manifestações sobre o *impeachment* de Dilma organizados pelos grupos de direita. Ela foi um mobilizador de interesses públicos e privados e com participação efetiva durante esse processo, realizando a apropriação dos acontecimentos acionando uma cadeia de sentidos propostos à audiência sobretudo a partir de enquadramentos que tentavam traduzir a complexidade dos acontecimentos a partir da promoção do antagonismo dos grupos envolvidos (Becker *et al.*, 2017, p. 101). Assim, nas manifestações do dia 13/03 de 2016 das primeiras páginas traziam as seguintes matérias: “BRASIL VAI ÀS RUAS CONTRA DILMA E LULA E A FAVOR DE MORO” com uma linha de apoio “Protesto pacífico reuniu 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal” (O Globo); “ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA” (Folha de São Paulo); 13/03/2016 (Estado de São Paulo). Por conseguinte, as manifestações contra o *impeachment* recebiam atribuições diferentes dos movimentos pró-*impeachment*: “ALIADOS DE DILMA E LULA FAZEM MANIFESTAÇÃO EM TODOS OS ESTADOS” com linha de apoio “PT reúne 275 mil , 7% do público dos protestos do domingo pelo *impeachment*” (O Globo); “STF SUSPENDE POSSE DE LULA E MANTÉM INVESTIGAÇÃO COM MORO” com linha de apoio “Gilmar Mendes acatou pedido de PSDB e PPS, que alegavam que o ex-presidente virou ministro para ganhar foro privilegiado” (Estado de São Paulo); e “ATO PRÓ-GOVERNO REÚNE 95 MIL NA PAULISTA, CALCULA DATAFOLHA” com linha de apoio “Presente no evento, Lula adota discurso conciliador; no domingo (13), 500 mil pediram saída de Dilma” (Folha de São Paulo) (BECKER *et al.*, 2017, p. 102-105).

É perceptível como a abordagem de desqualificação da política é um elemento que permeia as manchetes. Neste sentido, as manchetes e textos sublinhavam o sentenciamento em torno da presidente e seu partido. Por conseguinte, ao atacar a figura da presidente Dilma e de Lula depositava a esperança de soluções morais, políticas e econômicas em figuras como o juiz Sergio Moro, no Legislativo ou no Judiciário. A respeito das manifestações, como aponta Becker e demais autores (2017, p. 113), os jornais acabam apresentando os “protestos verde-amarelos” (protestos pró-*impeachment*) como pacíficos e representantes oficiais dos brasileiros,

enquanto os “protestos vermelhos” (contra o *impeachment*) como parte dos problemas políticos do país.

Por conseguinte, a revista Veja também se apresentaria para o público como uma importante *estrutura de mobilização midiática* ao colocar a corrupção como um problema central do Brasil naquele momento (SANTOS, 2019). Para Santos (2019), a veja construiu um *master frame* (SNOW & BENFORD, 1986) atribuindo ao PT a reponsabilidade pela corrupção, além de promover uma extensão do *frame* ao apresentar o *impeachment* como alternativa para solucionar o problema. Esse processo possibilitou a recuperação da identidade da direita brasileira e se fortaleceu com a apropriação da luta contra a corrupção.

No entanto, ainda que possamos enxergar a Veja como uma estrutura importante de mobilização midiática, cremos que seu papel esteve mais em construir *frames* do que sustentar estruturalmente os protestos de forma geral. Sabemos que o segmento da população ao qual atende a revista é relativamente restrito, ainda que esse mesmo segmento pudesse estar nas ruas. Porém, entendemos o fato de que o papel da imprensa televisiva na cobertura dos atos de protesto realizados durante os domingos se configura como um elemento mais contundente em torno da mobilização a partir dos chamamentos para as manifestações. As manifestações com números expressivos de manifestantes, como as do dia 12 de abril (domingo), em 224 cidades foram abordadas pelo Fantástico. Mas um destaque maior de cobertura foi no dia 16 de agosto de 2015, em que havia faixas que pediam a renúncia ou *impeachment* de Dilma. Nessa ocasião o jornalismo da Globo cobriu com flashes a programação do domingo de manhã durante o programa Esporte Espetacular. Por fim, a maior manifestação, em números gerais, que ocorreu contra o governo Dilma em 13 de março de 2016, em mais de 300 municípios, onde milhões de pessoas foram às ruas, a Globo também entrou com flashes na programação ao longo da manhã. E, como ocorrera em outras ocasiões, a GloboNews derrubou a grade e transmitiu os protestos ao vivo. No Fantástico daquela noite, as manifestações tiveram destaque no primeiro bloco, bem como a repercussão dos eventos no meio político¹⁵⁰.

Decerto que a presença nas ruas em 2015 não era somente de uma estrutura de mobilização erigida a partir dos movimentos de direita. Existiram movimentos de esquerda que marcaram as manifestações contra o *impeachment*. Essa constatação é muito interessante ao notarmos a diferença na estrutura de mobilização de junho de 2013 com o processo de

¹⁵⁰ *Impeachment de Dilma Rousseff.* Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/impeachment-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

impeachment de Collor. Quando olhamos para este, a dinâmica de mobilização tem como principal catalisador jovens secundaristas que estruturavam os protestos com presença forte de lideranças de partidos políticos. O fato é que, os diversos movimentos sociais envolvidos na dinâmica de mobilização no processo de Collor tinham sua organização estruturada institucionalmente a partir de estruturas de mobilização política que assemelhavam às formas mais institucionais da política partidária e tradicional. A organização dos protestos a partir de comitês e com uma estrutura organizativa estruturada foi-se modificando ao longo dos anos e ganhando configurações diferenciadas. Chegaríamos em 2013 e 2015 com dinâmicas bem diferentes daquelas às quais as mobilizações pelo Fora Collor ocorreram, mas com princípios um tanto quanto semelhantes.

Neste sentido, a partir de junho de 2013, observou-se um abalo significativo nas estruturas sociais e políticas do Brasil. As manifestações desse período foram marcadas por uma polarização ideológica que revelou tensões subjacentes na sociedade brasileira. De um lado, estavam os coletivos progressistas, que emergiram com uma crítica incisiva à gestão dos bens públicos, clamando por maior participação popular e transparência. Esses grupos enfatizavam a necessidade de políticas públicas que atendessem diretamente as demandas sociais, como saúde, educação e transporte público de qualidade. Por outro lado, o mesmo período testemunhou o surgimento de movimentos de direita, que capturaram o descontentamento de segmentos da classe média em relação às políticas do governo federal. Esse descontentamento foi potencializado pela cobertura midiática dos escândalos de corrupção, como o Mensalão e a Lava Jato, assim como a percepção sobre a gestão econômica, manifestada através de críticas à inflação, ao controle das contas públicas e à qualidade dos serviços governamentais.

Dentro deste contexto, utilizamos o conceito de estruturas de mobilização para demonstrar o papel crucial na análise dos movimentos sociais que surgiram durante o ciclo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Estruturas de mobilização referem-se aos mecanismos e recursos disponíveis que facilitam a organização e sustentação dos movimentos sociais. Esses mecanismos incluem redes de comunicação, lideranças organizadas, financiamento e, crucialmente, a capacidade de construir narrativas convincentes que ressoem com o público. A questão da corrupção emergiu como um poderoso catalisador nas estruturas de mobilização desses movimentos. A corrupção foi utilizada como um quadro interpretativo central que mobilizou não apenas aqueles descontentes com o governo, mas também uma ampla coalizão de atores sociais que viam na luta contra a corrupção uma bandeira capaz de unir

diferentes interesses e grupos sociais. As acusações de corrupção contra figuras-chave do governo, amplamente divulgadas e discutidas na mídia, foram exploradas por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua para aumentar sua base de apoio e organizar protestos de grande escala.

Esses movimentos de direita, em relação aos movimentos que estavam nas ruas em 2013, distinguiram-se por uma retórica voltada para a redução do tamanho do Estado e o fortalecimento das iniciativas privadas, promovendo um discurso de liberdade individual e empreendedorismo encapsulados por uma ideia de moralidade pública. Destacaram-se nesse contexto grupos que utilizaram as redes sociais para mobilizar apoiadores e articular protestos massivos. Esses grupos desempenharam um papel importante na articulação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, dando evidência à força e a influência adquirida pelas novas direitas no cenário político brasileiro.

Dessa forma, as jornadas de junho de 2013 representaram um ponto de inflexão na política brasileira, marcando o início de um novo momento de mobilização onde a convergência entre tecnologia digital e ação política se tornou evidente. Esse período também evidenciou como a mídia social pôde atuar como um catalisador para a mobilização política, alterando radicalmente as dinâmicas de poder entre o Estado e a sociedade. Por conseguinte, a dualidade observada nas manifestações de 2013 refletiu uma sociedade em contenciosa, onde diferentes narrativas competiram por espaço e legitimidade. A corrupção, como tema central, revelou-se como força unificadora e contraditória, capaz de transcender linhas ideológicas tradicionais e de configurar um campo de disputa que não é recente, mas que ganha destaque em momentos de crise e acaba ressoando na política e em movimentos sociais contemporâneos.

Por conseguinte, é preciso compreender que a disputa contenciosa na dinâmica de transformação dos ciclos de protestos no Brasil contemporâneo se moveu a partir de um terreno em disputa. Demonstrou como oportunidades políticas possibilitaram com que estruturas de mobilização se desenvolvessem em contramovimentos (KRIESI *et al*, 1996). No decorrer das manifestações de 2013 e 2015, observamos uma transição significativa, onde inicialmente os coletivos progressistas, com suas pautas focadas na justiça social e na democratização, foram os protagonistas. No entanto, à medida que o contexto político se desenvolveu, surgiram contramovimentos, compostos principalmente por atores de direita, que reconfiguraram o cenário de mobilização, desviando as demandas populares para uma agenda conservadora e de oposição ao governo de Dilma Rousseff.

O conceito de *countermovements* é central para a compreensão dessa transição, pois se refere à resposta organizada de grupos que se opõem às demandas e ao progresso de movimentos sociais existentes. Esses contramovimentos, que emergiram em reação aos coletivos progressistas, não só contestaram as suas reivindicações, mas também se utilizaram das oportunidades políticas para fortalecer sua própria agenda, promovendo uma narrativa que associava as manifestações a uma necessidade de mudança política conservadora. Esse fenômeno demonstra como os ciclos de protestos são arenas dinâmicas de disputa, onde diferentes grupos competem para moldar o discurso público e influenciar as direções da política.

Ao longo desse capítulo, fica evidente que os *countermovements* desempenharam um papel relevante na redireção do foco das mobilizações, utilizando estratégias de mobilização próximas às dos coletivos progressistas, mas com objetivos contrastantes. A emergência desses contramovimentos ilustra como a mobilização social pode ser reconfigurada e apropriada por diferentes forças sociais, em resposta às mudanças nas oportunidades políticas e nas estruturas de mobilização.

A partir dessa, podemos agora nos mover para as considerações finais da tese, onde sintetizaremos os principais achados e refletiremos sobre as implicações dos ciclos de protestos, bem como o impacto dos *countermovements* na trajetória democrática do Brasil. Este entendimento nos permite ver como os movimentos sociais e seus contramovimentos não apenas refletem, mas também moldam o cenário político, influenciando profundamente a dinâmica das futuras mobilizações sociais no país.

Por outro lado, as estruturas de mobilização observadas durante o movimento “Fora Collor” desempenharam um papel fundamental na articulação e unificação de diferentes setores da sociedade em torno de uma causa comum: a ética na política. Mesmo que isso se desenvolvesse na deposição do então presidente Fernando Collor de Mello. Esse movimento foi caracterizado por uma ampla coalizão de atores, incluindo estudantes, sindicatos, e organizações da sociedade civil, que, apesar de suas diferenças, conseguiram convergir em torno de uma agenda que refletia um sentimento nacional de indignação. Aqui, os valores em torno de uma narrativa nacional diminuíram as possibilidades de campos em disputas, até porque o cenário de disputa política não advinha de um tempo alargado de um mesmo partido no poder.

Com efeito, podemos observar que, embora o “Fora Collor” tenha sido marcado por uma mobilização coesa e progressista, os ciclos de protestos de 2013 e 2015 revelaram uma fragmentação nas estruturas de mobilização, onde contramovimentos emergiram e reorientaram

as demandas populares. Isso se torna mais emblemático no ciclo das eleições e na disputa eleitoral. No “Fora Collor”, a ausência de contramovimentos fortes permitiu uma mobilização relativamente unificada em direção a um objetivo comum. Em contraste, a dinâmica contenciosa de 2013 e 2015 foi mais suscetível à fragmentação e ao redirecionamento, evidenciando a complexidade das estruturas de mobilização em um contexto político mais diversificado e polarizado.

Adiante, teceremos algumas considerações a respeito dessas questões e apontaremos possibilidades futuras de investigação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, analisamos três momentos cruciais de mobilização social no Brasil: a Campanha Pela Ética na Política (Fora Collor), as manifestações de junho de 2013, e as manifestações de 2015 contra o governo Dilma Rousseff. Esses momentos, embora distintos em suas motivações e contextos, compartilham a característica de terem surgido e impulsionados por estruturas de oportunidades políticas que possibilitaram a articulação de demandas sociais e políticas a partir de estruturas de mobilização.

Como aponta Avritzer (2016), o ponto de partida das manifestações de junho de 2013 foi a ruptura do campo político da participação social no Brasil entre 2011 e 2013. Essa ruptura ocorreu de forma paulatina e se deu à medida que se acumularam conflitos de movimentos sociais com o governo federal. A aprovação da legislação da Copa do Mundo¹⁵¹ e a questões ligadas aos grandes eventos gerou críticas relativas à luta pela reforma urbana e os diversos problemas que envolvem a questão da vida nas cidades. Neste primeiro momento as pautas se concentravam em torno da demanda básica, mas no decorrer dos dias outras pautas foram se multiplicando até que chegaríamos ao ponto da entrada de grupos com orientações à direita nas manifestações.

Sabemos que na história brasileira a mobilização de grupos conservadores não é uma novidade, muito menos um fato extraordinário¹⁵². De fato, um marco de aprofundamento da polarização política no Brasil foram os protestos de junho de 2013, sobretudo a partir da convergência de grupos autonomistas, da esquerda clássica e de grupos que se utilizavam da estética nacionalista (SOLANO, ORTELLADO e MORETO, 2017). A grande questão, porém, é que a pulverização de pautas levaria junho de 2013 na direção de manifestações que viriam a conjugar o descontentamento ao governo à moralização do mundo da política, com a roupagem da ideia de corrupção.

Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) apontam que eventos de protestos à direita existiam desde 2007 na sociedade brasileira a partir do Movimento Cansei, mais especificamente o Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros. Em um primeiro momento

¹⁵¹ LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm>. Acesso em: 28/03/2024.

¹⁵² Ver: CORDEIRO, J. M. **A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM SÃO PAULO: DIREITAS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E GOLPE NO BRASIL**, 1964. Revista de História (São Paulo), n. 180, p. a01720, 2021.

esse movimento se concentrou no caso do acidente aéreo da TAM Express¹⁵³, mas seus apoiadores e lideranças expressavam um sentimento de “degradação moral” às denúncias de corrupção no caso de Mensalão do PT¹⁵⁴. Com efeito, o Cansei, apesar da sua pouca duração, foi um movimento que se articulou a partir de lideranças e celebridades conhecidas na cena brasileira e que participara de outros momentos de manifestação na história do país. Sua posição era controversa, buscando também manter uma postura conciliadora com o governo Lula. O movimento não teve grandes articulações, tampouco conseguiu despontar como um catalisador de grupos que se identificavam com sua temática na sociedade. Sua base era elitista e ele não foi levado a sério pelos partidos de oposição, nem pela imprensa, a qual sempre destacava seus traços anedóticos e caricaturais (TATAGIBA et al., 2015). No entanto, o Cansei é elucidativo para compreender como um sentimento de insatisfação geral na sociedade brasileira passaria a ser interpretado como uma questão moral em torno da corrupção e do antipetismo.

No contexto conjuntural de 1989, diversas situações mostram também a questão da corrupção como um problema da ética na política que é histórico no Brasil. À época, esse problema se traduzia em uma situação através da qual a sociedade brasileira passaria por um processo de redemocratização onde poderia, porventura, sanar determinados problemas da República. Neste contexto, a chegada de um contingente de cidadãos comuns, arregimentados por dispositivos constitucionais que possibilitasse a participação política institucionalizada, levou para a arena eleitoral uma disputa importante durante a primeira eleição pós ditadura militar. O consenso no repúdio ao clientelismo político trazia à percepção do eleitor uma espécie de “crise moral” da política em relação a todas as forças políticas que tinham qualquer identificação com o governo Sarney.

De acordo com Rodrigues (2000, p. 66), neste contexto, a ascensão vitoriosa de Collor foi sua percepção das demandas do eleitorado na conjuntura que se concentravam, além dos evidentes reclamos por políticas sociais efetivas, em reclamos contra a “fisiologia”. Atributos como “acabar com a corrupção e a impunidade”, “coragem” para enfrentar os que “tiram proveito” do Brasil, acabar com a “politicagem”¹⁵⁵, foram explorados por Collor no

¹⁵³ Ver: Acidente aéreo TAM – 2007. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/acidente-aereo-tam-2007/noticia/acidente-aereo-tam-2007.ghtml>>. Acesso em: 28/03/2024.

¹⁵⁴ Ver: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml>>. Acesso em: 28/03/2024.

¹⁵⁵ Rodrigues (2000, p. 67) aponta em nota, a partir de Nêumane (1989, p. 62), levantamento de abrangência nacional feito pelo IBOPE entre os dias 8 e 12 de agosto de 1989 sobre os “atributos indispensáveis” de um candidato à presidência. Dentre esses atributos estavam: acabar com a politicagem (18%) e a impunidade no Brasil

desenvolvimento de sua campanha. Além do mais, o contato com os “descamisados” e os “pés-descalços” era intermediado pelos líderes religiosos pentecostais (MARIANO e PIERUCCI, 1992 *apud* RODRIGUES 2000, p. 68). Isso dava ar de proximidade com o eleitorado e trazia para o bojo de sua campanha elementos fundamentais da relação personalista, tão criticada na sociedade e no meio da política.

Por conseguinte, o confronto Collor-Lula nas eleições de 1989 chama a atenção ao expressar o embate entre duas ideias que disputavam espaço na política nacional que se traduziam na polaridade “primazia do mercado” *versus* “reforma social”¹⁵⁶. Por mais que seja correto afirmar que a disputa entre Collor e Lula foi uma disputa entre a primazia do mercado e a reforma social, o melhor disciplinador do espaço público foi aquela força que fosse capaz de “moralizar” as atribuições e ações do governo. Uma moralização entendida como pré-requisito para uma ideia, ainda que vaga ou arbitrária, de implantação da justiça social em contraponto à conjuntura da crise do Estado do início dos anos 90. Para Sallum Jr. (2015, p. 23), a campanhas das Diretas Já em 1984 marcara a ruptura dos limites da legitimidade do chamado Estado Varguista¹⁵⁷ a partir da própria perda de legitimidade do governo e do regime autoritário. Ainda que houvesse um contorno provisório em torno dessa própria crise, sobretudo a partir das eleições indiretas, com Tancredo no poder.

Neste sentido, o que fica dessa conjuntura seriam duas situações controversas onde, de um lado, ocorria um projeto de liberalização política em torno do Estado e da Constituição de 1988, o qual abriria as franquias democráticas no sentido de incorporar as camadas populares urbanas autônomas, juntamente com novas associações civis e o novo sindicalismo. De outro lado, um contexto adverso que encontrou na dificuldade de dar vazão a um tipo de *nacional desenvolvimentismo distributivo* (SALLUM JR, 2015, p. 38) a partir de uma disputa em torno dos rumos da política econômica que fora impelida também por uma situação restritiva devido à mudança nos fluxos econômicos e nas ideias predominantes em relação à gestão econômica. Houve aí a constituição de uma *lógica de situação* (RODRIGUES, 2001, p. 73) pela qual o debate posto entre os atores relevantes passou a ser reelaborado, tanto na disputa eleitoral de

(16%); experiência para governar bem (16%); coragem para enfrentar os que hoje tiram proveito de tudo no Brasil (14%); acabar com o aumento de preços (13%); garantir médico, remédio e ensino para quem precisa (11%); vontade de trabalhar (8%); e acabar com a politicagem no governo (2%).

¹⁵⁶ Ver: Diniz, E. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**: Brasil, 1985-95 Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹⁵⁷ Sallum (2015, p. 16) entende o Estado Varguista como núcleo organizador da sociedade que se apresentou em alguns momentos da história, como o Estado Novo (1930), a “democracia restrita” (1934-1937) e o Regime Militar (1964-1985).

1989 quanto na campanha pelo *impeachment*, que se confrontaram aos sentimentos difusos da população em torno da insatisfação social. Como sabemos, essa pretensão de um caráter privatista da ideologia recém absorvida pela direita a respeito das reformas do Estado, funcionou, em um primeiro momento, como elemento retórico. Nesse contexto, as propostas de reforma que surgiram no governo Collor tiveram como pretensão reduzir a dimensão do Estado racionalizando a administração pública a partir de um apelo às questões morais. Esse apelo serviria à direita para facilitar a assimilação popular durante a campanha eleitoral. No entanto, posteriormente, passou a ser mobilizada politicamente como uma agenda considerada minimalista e excludente frente às questões sociais.

Contraditoriamente, o governo Collor, que fora construído, desde a campanha presidencial, sob a égide do combate ao clientelismo e à corrupção, ficou conhecido por acumular um conjunto de ações nas quais colocaram sua atuação em um ambiente crítico em relação à própria governabilidade. Como afirma Rodrigues (200, p. 159), as práticas de corrupção ganham contornos e caráter específicos a partir de formas de interação que estabelecem historicamente com os processos de racionalização social e do *state building*, processos estes que são inerentes aos processos de formação nacionais.

Neste sentido, a tese contida no entendimento de nossa formação política e social que confere peso à matriz patrimonial-patriarcal no processo de racionalização das relações sociais, sobretudo as que envolvem vínculos entre classes sociais ou grupos sociais e o Estado (FAORO, 2021; FERNANDES, 1987) tornaria a fazer algum sentido. Como decorrência, a tese dos “anéis burocráticos” (CARDOSO, 1975), a partir da combinação entre industrialização e autoritarismo, demonstrou um exemplo de como a desestruturação da dimensão pública do Estado pode ocasionar canais privilegiados de inserção de interesses privados no aparelho do Estado (CAVALCANTE *et al*, 2018, p. 62), os quais acabam por constituir-se em antessalas de práticas de corrupção ou de negociações em vários sentidos. Isso se manifestou em torno das oportunidades políticas que passaram a ser exploradas devido aos fenômenos de corrupção no Estado brasileiro, seja no Fora Collor, fosse no *impeachment* de Dilma.

Por outro lado, outra característica importante das relações políticas no âmbito do Estado brasileiro também configurou um tipo de relação que se desenvolveu em torno da disputa e manutenção no poder que se manifestou em suas diversas dimensões do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1989; 2018). Isso aparece em Collor e de maneira bem contundente em Dilma, como elementos responsáveis pela dinâmica das relações na política institucionalizada que engendram processos de crise política. Em resumo, as

dinâmicas provenientes das relações de poder possibilitaram aberturas nos ciclos de protestos em *mudanças que podem resultar em aberturas repentinas no sistema*. Não somente do ponto de vista de uma espécie de racha nas elites, mas também na composição dos índices de aceitação do governo perante a sociedade que engendram formas de descontentamento e contestação públicos.

Voltando a junho de 2013, não podemos afirmar categoricamente que a emergência dos protestos fossem somente um reflexo da deterioração das condições políticas e econômicas (TATAGIBA *et al*, 2016, p. 77). As políticas públicas implementadas pelos governos petistas afetaram as diferentes classes e grupos sociais de maneiras diversas, ocasionando não só inclusão social como também indignação. Os diversos efeitos poderiam ser medidos por várias formas de descontentamento desde a luta pela expansão dos direitos, dos bens públicos, da inclusão social, da moralidade privada, da liberdade individual, da manutenção dos costumes etc.

Por conseguinte, em junho de 2013 as manifestações apresentaram estruturas de mobilização mais descentralizadas e flexíveis, refletindo a emergência de novos atores e métodos organizacionais. Os coletivos autônomos, que operavam independentemente de partidos políticos tradicionais, ganharam destaque. O uso das redes sociais foi crucial, permitindo a difusão rápida de ideias e táticas de protesto. As manifestações evoluíram de demandas específicas, como a redução das tarifas de transporte, para questões mais amplas sobre direitos sociais e governança, um processo identificado como coalescência (CHRISTIANSEN, 2009). A inovação foi um mecanismo chave, com novos métodos de mobilização surgindo e se adaptando rapidamente ao contexto político.

Porém, as manifestações de 2013 também catalisaram o surgimento de movimentos de direita, que se consolidaram nos anos seguintes, especialmente durante o ciclo de impeachment de Dilma Rousseff. Não que junho fosse o “ovo da serpente” que gestara movimentos conservadores de direita. Aqui, as eleições de 2014 representariam uma estrutura de oportunidade política a ser explorada no contexto da crise. E por isso a relação entre movimentos sociais e eleições se torna importante nesse contexto. Por fim, esses movimentos se distinguiram por suas estruturas de mobilização informais, com um uso intensivo de redes sociais para propagar suas mensagens. Foram capazes de criar uma estrutura de mobilização com forte atuação ao longo dos anos através das redes de *Think Tanks*. A corrupção emergiu como um quadro interpretativo central, unindo diversos grupos em torno de uma narrativa comum de oposição ao governo imbuídos de um sentimento de moralização pública muito forte.

Nesse contexto o mecanismo de polarização política desempenhou um papel crítico, delineando clivagens políticas bem definidas. Isso tanto nas eleições de 2014 que marcou uma disputa muito forte entre setores divergentes na sociedade, os quais tentavam imprimir seu projeto político na cena eleitoral. Assim como na disputa pelo impeachment, onde os movimentos de direita tiveram um peso relativo na construção de alianças com os setores mobilizados em torno do antipetismo.

De alguma maneira, observamos nestes dois momentos um dilema fundamental à política brasileira: a demanda por políticas sociais que atendam a população *versus* um sentimento de combate à corrupção. A partir dessa configuração emergem estruturas sociais diferentes em termos dos projetos políticos apresentados na esfera pública e em relação aos rumos da sociedade. No caso Collor, esse projeto esteve atrelado à reivindicação de direitos sociais garantidos pela constituição que afetavam a população desde o *boom* do processo de modernização da sociedade brasileira, o qual extrapolou os limites do Estado autoritário. No caso Dilma, essa reivindicação aparece em junho de 2013 ao trazer uma crítica ao não aprofundamento das políticas de inclusão social nos governos do PT, as quais foram parciais ou contraditórias, ainda que também ocorreria, nesse período, um processo de mudança social substancial em relação aos mais pobres que afetaria a estrutura da sociedade assim como a disputa político-partidária.

Ambos os períodos foram caracterizados por grandes manifestações populares, envolvendo uma ampla gama de atores sociais. Em 1992 a narrativa central era a ética na política, enquanto em 2013, as questões sociais urbanas dominaram inicialmente, seguidas por um foco na corrupção que foi apropriado por grupos de direita. Em ambos os casos, a mobilização se centrou na oposição a figuras governamentais específicas, seja Collor ou Dilma, com a corrupção como um tema unificador. Destaque será junho de 2013 em que as pautas se dirigiam, sobretudo, ao sistema político. Por sua vez, as estruturas de mobilização durante o impeachment de Collor eram mais hierárquicas e formalizadas, enquanto as de 2013 eram descentralizadas e flexíveis. O fator novidade está no fato de que as mobilizações de 2013 e 2015 foram significativamente influenciadas pelo uso das redes sociais, ao contrário de 1992, que dependia mais da mídia tradicional e da não existência das redes sociais.

Para fins de ilustração, podemos observar o funcionamento de alguns mecanismos durante esses momentos a partir de algumas categorias de entendimento do processo político (Quadro 8). Eles estão dispostos de acordo com as oportunidades políticas observadas em cada um desses momentos e a relação com os processos trabalhados no decorrer do nosso estudo.

Quadro 8 - Estruturas de Mobilização e oportunidades políticas nos ciclos de protestos no Brasil

CATEGORIAS ANALÍTICAS	FORA COLLOR (1992)	JUNHO DE 2013	FORA DILMA (2015)
ABERTURA DEMOCRÁTICA	Moderada, com recente transição para a democracia	Alta, período democrático consolidado	Alta, mas com polarização política crescente
CRISES ECONÔMICAS	Estabilidade econômica relativa, mas com descontentamento com políticas neoliberais	Insatisfação com gastos públicos em megaeventos e serviços deficientes	Grave crise econômica, com recessão e inflação
ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO	Graves escândalos envolvendo o presidente	Escândalos relacionados a superfaturamento e ineficiência	Escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e o governo
ALIANÇAS COM ELITES	Alianças políticas frágeis, apoio dividido no Congresso	Fragilidade nas alianças políticas, oposição crescente	Fortes alianças com setores conservadores e empresariais
REPRESSÃO ESTATAL	Repressão moderada, com uso de violência em alguns protestos	Repressão estatal variada, com respostas violentas em alguns casos	Repressão mais contida, com foco em manter ordem
PARTICIPAÇÃO DA MÍDIA	Cobertura ampla, mas controle estatal de algumas narrativas	Cobertura intensa, com polarização das narrativas	Cobertura intensa, com narrativas fortemente polarizadas e tendenciadas
ENGAJAMENTO DE ATORES SOCIAIS	Mobilização predominantemente liderada por elites políticas e sociais	Engajamento significativo de jovens, estudantes e classes médias	Mobilização ampla com participação de diversas classes sociais
INOVAÇÃO E RECURSOS DE MOBILIZAÇÃO	Manifestos e comunicação tradicional	Uso massivo de redes sociais e tecnologias digitais para mobilização	Ampliação do uso de redes sociais para mobilização e disseminação de mensagens
ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO	Estruturas de mobilização baseadas em lideranças carismáticas e apoio de entidades civis organizadas, como a Igreja Católica e sindicatos.	Estruturas de mobilização descentralizadas, organizadas principalmente através de redes sociais, com ênfase em ações espontâneas e sem lideranças claras.	Estruturas de mobilização fortemente influenciadas por movimentos sociais organizados, partidos políticos de oposição e setores empresariais, com campanhas estruturadas.

Fonte: elaborado pelo autor.

A abertura democrática é um elemento central na teoria do processo político, que sugere que a disponibilidade de canais institucionais para a expressão de demandas é crucial para a

mobilização social. No caso do Fora Collor, a recente transição para a democracia ainda estava em fase de consolidação, o que significava uma abertura moderada, mas com um ambiente político instável que permitiu a emergência do movimento. Já em junho de 2013 e no Fora Dilma, a democracia brasileira estava mais consolidada, mas o nível de abertura percebido variou de acordo com o grau de polarização política. A crescente polarização no período do Fora Dilma, por exemplo, indicava uma abertura formal, mas com dificuldades institucionais para lidar com as demandas populares.

Por sua vez, as crises econômicas são frequentemente catalisadoras de protestos, pois exacerbam as insatisfações populares com o governo. No Fora Collor, a crise estava associada ao descontentamento com políticas neoliberais e ao impacto dessas políticas nas classes médias e populares. Além do mais, o contexto se agravava também devido à dívida deixada pelo período autoritário. Em 2013, a insatisfação não era apenas com a economia em si, mas com a percepção de má gestão dos recursos públicos, especialmente em relação aos grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. No caso do *impeachment* de Dilma, a crise econômica era severa, com recessão e alta inflação, criando um terreno fértil para a mobilização tanto de setores populares quanto de elites econômicas descontentes que aos poucos foram desembarcando do governo.

Talvez o destaque seja a corrupção que foi um tema recorrente nos três ciclos de protesto, mas manifestou-se de maneiras distintas. No Fora Collor, os escândalos de corrupção estavam centrados no presidente e sua administração. Em junho de 2013, a corrupção estava mais difusa, com escândalos que advinham desde o período Lula (mensalão em 2006), depois os problemas envolvendo superfaturamento na questão dos megaeventos, e a chamada ineficiência pública servindo como pano de fundo para uma série de reivindicações que iam além da corrupção direta. Já no Fora Dilma, a corrupção estava fortemente associada ao escândalo da Petrobras, amplamente explorada pela Operação Lava Jato e pela mídia. Foi utilizado por forças políticas de oposição para justificar as mobilizações em torno do impeachment. Assim, a mídia desempenhou papéis diferentes em cada um dos ciclos. Com ampla cobertura no Fora Collor, embora algumas narrativas fossem controladas devido à própria relação da Rede Globo com o governo Collor.

Em 2013, a mídia teve uma cobertura intensa, mas contraditória. Procurou, em um primeiro momento, desqualificar o movimento e depois reconsiderar sua posição¹⁵⁸. Trouxe à tona uma qualificação dos protestos enquanto “baderneiros” e “atos ordeiros”. Em outros casos uma contundente crítica à violência, sobretudo aos grupos *Black Blocs*. No Fora Dilma, a mídia teve um papel ainda mais polarizador, com diferentes veículos assumindo posições claras a favor ou contra o governo. As chamadas aos domingos no Esporte Espetacular foram o principal chamamento para os protestos, o que influenciou diretamente a percepção pública e as dinâmicas de mobilização.

As alianças com elites políticas e econômicas variaram entre os ciclos de maneira que no Fora Collor elas se apresentaram como eram frágeis em relação à base do governo no Congresso. Em junho de 2013, as alianças estavam em estado de crescente fragilidade. O PT sofria com os escândalos de corrupção e Dilma ia perdendo aos poucos sua articulação junto ao congresso. Após as eleições e o advento de um congresso mais conservador, aos poucos sua base de sustentação foi erodindo até o PMDB decidir desembarcar do governo com a “Ponte para o futuro” de Michel Temer. Consequentemente, no Fora Dilma, as alianças entre setores conservadores e empresariais foram decisivas para o na mobilização contra a presidente.

Por fim, a análise destes protestos revela que a interação entre mobilização coletiva e a política institucional é fundamental para compreender as dinâmicas dos protestos e suas implicações para a democracia brasileira. Cada ciclo de protesto analisado foi moldado por condições estruturais e conjunturais específicas, que influenciaram tanto a emergência quanto a sustentação das mobilizações. As oportunidades políticas, como abertura democrática e momentos de crise governamental, foram determinantes na configuração dinâmicas de mobilização.

De fato, as manifestações de junho de 2013 marcaram um momento novo de mobilizações em massa no Brasil. Após a Campanha Pela Ética na Política passaríamos por cerca de 21 anos sem uma mobilização que ganhasse tal proporção na sociedade. Isso não

¹⁵⁸ Fala emblemática de Arnaldo Jabour: "A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos R\$ 0,20. Os mais pobres ali, eram os policiais apedrejados que ganham muito mal". Ver: **Jornal da Globo | Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus | Globoplay**, [s.d.]. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em: 17 ago. 2024. A mudança de postura ocorre quando há uma escalada da violência policial e um aumento das manifestações na qual a fala muda totalmente o teor: "De início esse movimento parecia uma pequena provocação inútil. Muitos criticaram erradamente, inclusive eu. Temos democracia desde 1985. Tudo acabava em pizza. De repente apareceu o povo e uma juventude que estava calada desde 1992". Ver: **Jornal da Globo | Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude | Globoplay**, [s.d.]. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2640269/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

significa dizer que as diversas outras mobilizações que ocorreram durante esse período se tornam residuais frente ao nosso quadro explicativo. Sabemos da importância de tais eventos, mas resguardamos ao fato de que o objeto da presente pesquisa está restrito a esses momentos que consideramos específicos na realidade social brasileira, e que foram capazes de mobilizar um contingente muito grande de pessoas, incluindo pessoas comuns.

De certa maneira, as manifestações de junho de 2013 inauguram novos repertórios de ação com a utilização de mecanismos potentes de mobilização social. Atrelado a isso, temos também uma gramática social nova, encarnada na maneira como o ativismo social se comporta na contemporaneidade, tanto quanto na composição e estrutura organizacional dos movimentos sociais. Neste sentido, a mobilização que ganha a cena política brasileira em junho de 2013 resguarda uma estrutura relativamente diversificada de atuação política que possui estreita relação com a efemeridade que determinadas formas de ativismo social podem se desenrolar, e que estão atreladas a aspectos culturais e emocionais. Além disso, a própria dinâmica organizativa desses movimentos procura se desvincular do formato enrijecido e hierarquizado dos movimentos sociais mais tradicionais, promovendo uma ação difusa através de uma organização descentralizada. Concomitantemente, guardam também uma forte relação com a questão da ação contenciosa, onde as dinâmicas de mobilização se desenrolam em processos de radicalização da ação coletiva.

Com efeito, o quadro interpretativo que promove o ciclo de protestos na sociedade brasileira a partir de junho de 2013 acaba possuindo estreita relação com os sucessos e dilemas da política promovida pelo Partido dos Trabalhadores em seus 10 anos de poder. Atrelado a isso está a dinâmica da mudança social na sociedade brasileira e a configuração de novos sujeitos no cenário social e político. Esse cenário foi diferente de 1992, onde se uniram diversos movimentos sociais, e que tinha uma centralidade dos movimentos de esquerda na cena contenciosa. No processo político recente os elementos de disputa passaram a ser dados pela disputa no contencioso entre movimentos de direita e movimentos de esquerda.

De alguma forma, podemos dizer que essas polarizações marcam as disputas sobre as quais se fundamenta a luta de classes na sociedade brasileira, sobretudo quando analisados do ponto de vista da mobilização dos grupos sociais e as estruturas de mobilização as quais eles estão conectados. Com certas diferenças em cada momento, podemos perceber, no entanto, que os campos em disputa em cada um desses ciclos de protestos se fazem perante a situação de conduzir o processo de mobilização política societal e colocar essas dinâmicas em relação aos anseios e orientações sociais e políticas dos grupos envolvidos. De certa forma, a disputa pela

hegemonia na sociedade é a pedra de toque quando falamos em processos sociais amplos e os ciclos de protestos são momentos em que essas disputas são mais latentes. Isso devido ao caráter de cada processo político, no qual abre um campo de possibilidade onde os atores testam as condições do sistema político e social em aderir suas demandas. Ou então, do ponto de vista da condução do processo político, em termos hegemônicos, em médio e longo prazo em relação à política institucionalizada e as dinâmicas da disputa partidária.

Em suma, o presente estudo argumenta que os ciclos de protesto no Brasil devem ser entendidos como fenômenos complexos, influenciados por uma variedade de fatores estruturais, conjunturais e discursivos. As lições extraídas dessas mobilizações oferecem importantes insights sobre a relação entre sociedade civil e Estado, bem como sobre as possibilidades e limitações da ação coletiva em promover mudanças sociais e políticas. De certa forma, várias questões de pesquisa podem se tornar importantes a partir das reflexões aqui apontadas. Primeiramente, explorar mais profundamente o impacto das redes sociais e das novas tecnologias na mobilização social. Como essas plataformas não apenas facilitam a organização de protestos, mas também moldam as narrativas e a percepção pública, há uma necessidade de compreender melhor as interações entre mídia digital, opinião pública e ação coletiva. Além de uma necessidade de se observar esse fenômeno ao longo de um período histórico mais alargado.

Além disso, a relação entre crises econômicas e mobilização social poderia ser estudada em diferentes contextos históricos e geográficos, para averiguar se há padrões universais ou se esses fenômenos são puramente contextuais. Da mesma forma, a relação interativa dos movimentos sociais e elites políticas e econômicas merece atenção, especialmente no que diz respeito à legitimidade e à sustentação dessas mobilizações e seus impactos na política.

A compreensão das dinâmicas de mobilização no Brasil contemporâneo, portanto, não se esgota nesta análise, mas aponta para a necessidade de um contínuo esforço de investigação e reflexão sobre os caminhos da democracia e da participação política no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; RIBEIRO, Uriella Coelho. **O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”**. IPEA-Boletim de Análise Político-Institucional, n. 6, p. 24-28, 2014.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**. Revista brasileira de Ciências Sociais., São Paulo, v. 13, n. 37, Jun. 1998.
- ALEXANDER, Jeffrey. **O novo movimento teórico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.2 n.4 São Paulo jun. 1987.
- ALONSO, A. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer**. Novos estudos. CEBRAP. SÃO PAULO. Especial. 49-58. JUNHO, 2017.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 49-86.
- ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- AMADOR, A.; CASTRO, E. **"O coletivo (com preguiça): encontros, fluxos, pausas, artes"**. Interface, Botucatu, vol. 20, nº 56, p. 267-280, 2016.
- AMARO, Ceandreson Dias; COVOLAN, Fernanda Cristina. **Sucessão presidencial e os direitos políticos: uma análise da construção do movimento “Diretas Já!”**. Cadernos de Direito, v. 16, n. 31, p. 257–292, 2016.
- ANDRADA, Leonardo Silva. **Teoria Política e Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.24, pp 01-18, 2021.
- ARAUJO, Tania Bacelar de. **Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula**. In: *SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Augusto, A; Rosa, P. O.; Resende, P. E. R. “Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos”. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, vol. 21, nº 40, p. 21-37, 2016.
- AUGUSTO, Acácio. **Protestos contra a Copa do Mundo de 2014 no Brasil: quando o enfrentamento coloca as posições das forças**. *Revista Verve*, Ano 4, n. 7, p. 153-162, 2015.
- AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação**. DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, nº 3, 2007, pp.443 a 464.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.2, pp. 383-398.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. *Lua Nova* [online]. 2000, n.50, pp. 25-46.

BAQUERO, M; CASTRO, H. C. de; RANINCHESKI, S. M. **(Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014**. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 15 - Nº 32 - Jan./Abr. de 2016.

BARBOSA, J. R. **Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais orgânicos da burguesia**. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.151-165, jan./jun. 2016.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARON, Letícia. **Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil**. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 191–217, 2019.

BARROS, L. S. de. **As manifestações de junho no Brasil e o hacktivism: uma análise das referências ao anonymous nos portais Folha.com e G1**. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2013.

BECKER, C.; MOREIRA CESAR, C.; GALLAS, D.; WEBER, M. H. **MANIFESTAÇÕES E VOTOS SOBRE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAIS BRASILEIROS**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 13, n. 24, 2017.

BEDÊ, Isabelle Aguiar Paiva. **Redes Sociais, Jornalismo colaborativo e o impacto de um clique: mudanças de enquadramento do G1 nas jornadas de junho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Unifor - Universidade de Fortaleza. Curso de Jornalismo, Fortaleza, 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENFORD, R. D., SNOW, D.A. **Framing processes and social movements: an overview and assessment**. *Annual Review of Sociology* 26, 611–639, 2000.

BENFORD, R.D. **Frame disputes within the nuclear disarmament movement**. *Social Forces* 71, 677–701, 1993.

- BENNETT, Lance W.; SEGERBERG, Alexandra. **The Logic of Connective Action.** Information, Communication & Society, v. 15, n. 5, pp. 739-768. 2012.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. **"Eu quero votar para presidente":** uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova* (76):169–96. 2009.
- BORDALLO, E. CASTRO, P. C. **A mediação da Justiça:** a cobertura da Operação Lava Jato e a crise de representatividade na democracia brasileira. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.
- Bordt, R. L. “Show alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives”. Non Profit and Voluntary Sector Quarterly, vol. 26, nº 2, p. 132-155, 1990.
- Borelli, S.; Aboboreira, A. **Teorias/metodologias:** trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Manizales* (Colombia), vol. 9, nº 1, p. 161-172, 2011.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. **Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidatismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Opinião Pública, v. 24, n. 1, p. 53–89, jan. 2018.
- BOSCHI, Renato R. (Org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BOSCHI, Renato. **A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982.** *Revista de Ciências Sociais*, v. 29 (1), p. 5–24, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_04.htm>.
- BOSCHI, Renato. **A arte da associação.** Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais/IUPERJ (coedição), 1987.
- BOSI, L. REITER, H. **Historical Methodologies:** Archival Research and Oral History in Social Movement Research. *Methodological Practices in Social Movements Research.* Oxford University Press. Oxford, 2014.
- BOUTIN, A. C. D. B.; FLACH, S. de F. **O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA.** *Revista Inter-Ação, Goiânia*, v. 42, n. 2, p. 429–446, 2017.
- BRAGA, F. Q. **A FIESP na crise política do impeachment de Dilma Rousseff.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.
- BRAGA, F. Q. **FIESP e médio capital:** análise sobre a participação do médio capital industrial paulista na crise política do governo de Dilma Rousseff. SPG05. Comportamento político empresarial e a crise da democracia. 45º Encontro Anual da Anpocs, 2021.
- BRAGA, Felipe de Queiroz. **A FIESP na crise política do impeachment de Dilma Rousseff.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2022.

BRASIL. **A Eleição que abalou a ditadura.** Jornal do Senado, Brasília, 19 nov. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **A Travessia.** BRASIL. *Câmara dos Deputados. Ulysses Guimarães: seleção de textos, introdução e comentários de Luiz Gutemberg.* 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. pp. 299-311.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais.** Data: 24/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.839, DE 9 DE JULHO DE 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12839.htm>. Acesso em: 25/06/2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 609, de 8 de março de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv609.htm>. Acesso em: 25/06/2023.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo 234/2011.** Data: 02/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 5900/2013.** Data: 05/07/2013. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=583945>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV.** Data: 21/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. **Proposta de Ementa Constitucional 37/2011.** Data: 08/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal 470 Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/relatoriomensalao.pdf>> Acesso em: 31/05/2015.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras".** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 457-475.

BRINGEL, Breno; ESPINEIRA, Maria Victória. **Movimentos sociais e política: releituras contemporâneas.** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 419-422.

- BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial.** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp. 267-286. ISSN 0103-4979.
- BROER, C; DUYVENDAK, J. W. (2009). **Discursive opportunities, feeling rules, and the rise of protests against aircraft noise.** *Mobilization*, 2009. 14(3), 337–356.
- BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. **A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook.** *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015.
- BURGOS, Marcelo. **O levante democrático das ruas no Brasil.** *Boletim CEDES* – Julho-Setembro, 2013. p. 5-9.
- CALVANCANTE, P; LOTTA, G. S; OLIVEIRA; V. E. de. **DO INSULAMENTO BUROCRÁTICO À GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: AS TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E A BUROCRACIA NO BRASIL.** In: *PIRES, R; LOTTA, G. OLIVEIRA, V. E. de (orgs.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018.*
- CARDOSO, Adalberto. **Centrais sindicais se fizeram ouvir no país.** Data: 12/07/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/artigo-centrais-sindicais-se-fizeram-ouvir-no-pais-9021780>>. Acesso em: 15/07/2013.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização.** Rio de Janeiro: Pax e Terra, 1975.
- CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização.** *Lua Nova* [online]. 2011, n.84, pp. 315-348. ISSN 0102-6445.
- CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp. 153-166.
- CARVALHO, Alessandra. **Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978.** XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e o padrão midiático publicitário da política.** Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- CASTELLS, M. et al. **Electronic communication and sociopolitical mobilization: a new form of civil society.** In: *ANHEIER, H. K.; KALDOR, M.; GLASIUS, M. Global Civil Society*, v. 6, London: SAGE, 2005/6. Chapter 8. p. 266-285.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Vol. 2.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (org.) **A sociedade em Rede: do conhecimento à acção política**. Imprensa nacional – Casa da Moeda. Portugal, 2005.
- CAVASSANA, F. CERVI, E. (2018). **Imprensa Brasileira e Eleições Presidenciais: a polarização do conteúdo jornalístico das revistas na web**. Cuadernos.info, (42), 2018. p. 163-182.
- CERVI, E. U. **Eleições Casadas, Votos Solteiros e PT em Namoro Eleitoral com PSDB: Uma Descrição da Tendência de Polarização das Eleições Presidenciais entre 1994 e 2014**. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.25-46, out. 2014.
- CHAGAS, C. **Collor, um perfil devastado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.
- CHAIA, V. L. M. **ESCÂNDALOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES NO BRASIL**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). 22 a 24 de abril. 2015.
- CHALOUB, Jorge. **A eloquência das ruas**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 15-21.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política**. Insight Inteligência, 72, 2016. pp. 24-41
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política**. Em 39º Encontro Anual da ANPOCS GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia, 2015.
- CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CHRISTIANSEN, Jonathan. **Four Stages of Social Movements**. EBSCO Research Starters: Academic Topic Overviews, 2009.
- CIOCCARI, Deysi. **Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento**. *Revista Alterjor*, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 58–78, 2015.
- CORSI, Francisco Luiz. **A Política Econômica do Governo Dilma: Baixo Crescimento e Recessão**. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2016. DOI: 10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153.
- COSTA, Ana Maria. **Saúde é desenvolvimento**. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

COSTA, D.; PAULON, S. **Participação social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 95, p. 572-582, 2012.

COUTO, C. G. **Novas Eleições Críticas?** *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.17-24, out. 2014.

CRUVINEL, T. **1992: o ano que mudou a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

DAMASCENO, W. A. **Classes e Conservadorismo nas Manifestações Pró-impeachment**. Revista Ensaio, Vol.10, janeiro – junho de 2017.

DATAFOLHA. **Avaliação da Presidente Dilma Rousseff (PO813694) 27 e 28/06/2013**. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>> Acesso em 31/05/2015.

DATAFOLHA. **Avaliação Lula 17 a 19/11/2010**. Disponível em: < http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf> Acesso em: 31/05/2015.

DATAFOLHA. **Opinião sobre as manifestações (PO813693)**. São Paulo, 21/06/2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 25/06/2015.

DE AZEVEDO, F. P. **Sob o céu de junho: Movimentos juvenis e crise da política nas manifestações de 2013**. Juventude.br, [S. l.], n. 16, p. 14–20, 2021.

DELLA PORTA, D; RUCHT, D. **Left-libertarian movements in context: Comparing Italy and West Germany, 1965–1990**. In: Jenkins, J.C., and Klandermans, B. (eds), *The Politics of Social Protest. Comparative Perspectives on States and Social Movements*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1995. pp. 229–272

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2. ed. Blackwell Publishing. Oxford, 2006.

DELLA PORTA, Donatella. **Political opportunity/political opportunity structure**. In: SNOW, David A.; DELLA PORTA, Donatella; KLANDERMANS, Bert; McADAM, Doug (Ed.). *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. v. 1, p. 960-964.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Balanço das greves em 2012**. São Paulo: DIEESE, 2013. (Estudos e Pesquisas, n. 66).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Balanço das greves em 2013**. São Paulo: DIEESE, 2014. (Estudos e Pesquisas, n. 67).

DESOUZA, S. **“The strenght of collective processes: an ‘outcome analysis’ of women’s collectives in India”**. Indian Journal of Gender Studies, vol. 19, nº 3, p. 373-392, 2012.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro, Relume Dumará-Anpocs, 1995.

EISENBERG, José. **A Crise da Mobilidade Social Brasileira**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 10-13.

ELIZABETE FRIDERICH, L. **A importância do Think Tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil**. Faces de Clio, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 109–129, 2016.

ENGESSER, S; FAWZI, N; LARSSON, A. **Populist online communication**: introduction to the special issue. Information Communication & Society, 20(9), 2017. pp. 1279-1292.

FANTINATTI, Márcia; MOURA, Patrícia Rodrigues de. **A cobertura dada pela Rede Globo ao movimento Diretas já**: o que as atuais gerações sabem a respeito? Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 29 de agosto a 2 de setembro, Santos, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Companhia das Letras, 2021.

FARIA, F. de. **Epistemologia emancipatória de coletivos políticos**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 33–48, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita**. In: *SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **"Vigiando o protesto**: reconfigurações das táticas policiais de controle às manifestações sociais durante a Copa do Mundo de 2014." *Lua Nova*, São Paulo, 120: 209-245, 2023

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Lorena Ismael; FERREIRA, Camila Alves. **O Movimento Escola Sem Partido**: ascensão e discurso. Humanidades em diálogo, São Paulo, Brasil, v. 10, p. 194–209, 2021.

FERREE, M. M. **Resonance and radicalism**: Feminist framing in the abortion debates of the United States and Germany. *American Journal of Sociology*, 109(2), 2003. pp. 304–344.

FERREE, M. M; GAMSON, W. A; GERHARDS, J; RUCHT, D. **Shaping Abortion Discourse**: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States. Cambridge University Press, New York, 2002.

FERREIRA, F. V.; CARDOSO, L. F. A. P. **CONTRA-AGENDAMENTO: A COBERTURA DO THE INTERCEPT BRASIL COMO RESISTÊNCIA À COBERTURA SILENCIOSA E ENVIESADA DA MÍDIA BRASILEIRA**. Cenas Educacionais, [S. l.], v. 3, p. e8358, 2020.

FERREIRA, G. **“Margeando ativismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, nº 312, p. 207-218, 2015.

FERREIRA, M. G. M; TAVARES JR, F. **DE 2013 A 2016: AS RUAS E RESSIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 Jul/Dez., 2016. pp. 1-159.

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FLIGSTEIN, N; MCADAM, D. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FONTES, G. S; FERRACIOLI, P; SAMPAIO, R. **Petrolão na mídia: O enquadramento de 18 meses da operação lava jato nas revistas impressas**. Revista Agenda Política. Vol.4 – n.3 – setembro/dezembro – 2016.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-**

GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. **A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.25, pp. 39-45.

GAMSON, W. A. (2004). **Bystanders, public opinion, and the media**. In: Snow, D. A., Soule, S. A., & Kriesi, H. (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell, Malden, MA, 2004. pp. 242–261.

Gamson, W. A., & Meyer, D. S. **Framing political opportunity**. In: McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (Eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge University Press, New York, 1996. pp. 275–290.

GARCIA, Marco Aurélio. **Dez anos de política externa**. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil**. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Harper Colophon Books, New York, 1974.

GOHN, M. G. **“Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação”**. Caderno CRH, Salvador, vol. 31, nº 82, p. 117-133, 2018.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. *Cad. CRH*[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455.

- GOHN, Maria da Glória. **Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019.** *Mundos Plurales. Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, FLACSO Sede Ecuador. vol. 6, no. 1, pp. 93-119, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago. 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Editora Vozes. Petrópolis, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** Edições Loyola. São Paulo, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (orgs.) **Movimentos sociais na era global.** Vozes. Petrópolis, RJ, 2012a.
- GOODWIN, J; JASPER, J.J. **Caught in a winding, snarling vine: The structural bias of political process theory.** In: *Goodwin, J., and Jasper, J.J. (eds), Rethinking Social Movements. Structure, Meaning and Emotions.* Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 2004. pp. 3–30
- GUIGNI, M; KOOPMANS, R; PASSY, F; STATHAM, P. **Institutional and discursive opportunities for extreme-right mobilization in five countries.** *Mobilization*, 10(2), 2005. p. 145–162.
- HADDAD, S. **O Fórum Social Mundial como um espaço educador.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 41, e233928, 2020.
- HAUCK, J. C. R. **THINK TANKS: QUEM SÃO, COMO ATUAM E QUAL SEU PANORAMA DE AÇÃO NO BRASIL.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.
- HILSENBECK FILHO, A. M. **O EZLN e a guerrilha informacional: a política no mundo encantado da mídia e da comunicação.** 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos914/ezln-guerrilha-informacional/ezln-guerrilha-informacional2.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil.** Woodstock, Oxfordshire: Princeton University Press, 2008.
- HOLZER, E. **Borrowing from the women’s movement “for reasons of public security”:** A study of social movement outcomes and judicial activism in the European Union. *Mobilization*, 13(1), 2008. p. 25–44.

HOPKIN, Jonathan. **The Comparative Method**. In: MARSH, David; STOKER, Gerry (ed.). *Theory and Methods in Political Science*. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 285-307.

IBOPE. **ICS – Índice de Confiança Social 2013 (JOB13_0963)**. Brasil, julho/2013.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações (JOB0948)**. Brasil, junho/2013.

In: Penteado, C. L. de C.; Goya, D. H.; França, F.O. de. *O Debate Político no Twitter nas Eleições Presidenciais de 2014 no Brasil*. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.47-54, out. 2014

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** /; Ministério do Trabalho e Emprego – ano 21/abr. 2015 – Brasília: Ipea: MTE, 2015.

JARDIM, Maria Chaves. **“Nova” elite no brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 363-399, maio/ago. 2009.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio [et al]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JOSÉ DE SOUZA, Herbert. **Como se faz análise de conjuntura**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

KECK, M. E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 37-63.

KECK, Margaret E. 2. **A transição brasileira para a democracia**. 2010.

KING, L; HUSTING, G. (2003). **Anti-abortion activism in the US and France: Comparing opportunity environments of rescue tactics**. *Mobilization*, 8(3), 2003. p. 297–312.

KOOPMANS, R; OLZAK, S. **Discursive opportunities and the evolution of right-wing violence in Germany**. *American Journal of Sociology*, 110(1), 2004. p. 198–230.

KOOPMANS, R; STATHAM, P. **Ethnic and civic conceptions of nationhood and the differential success of the extreme right in Germany and Italy**. In: Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (Eds.), *How Social Movements Matter*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1999. pp. 225–251.

KORNIS, M. A. **Uma história do Brasil recente nas minisséries da Rede Globo**. Tese de Doutorado. PPGCom/Universidade de São Paulo. 2000.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

KRIESI, H. **Political context and opportunity**. In: Snow, D.A., Soule, S.A., Kriesi, H. (eds), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Blackwell, Oxford, 2004. pp. 67–90.

- KRIESI, H. **The political opportunity structure of the Dutch peace movement.** *West European Politics* 12, 295–312. 1989.
- KRIESI, H; HUTTER, S; BOJAR, A. **CONTENTIOUS EPISODE ANALYSIS.** *Mobilization: An International Journal* 24(3): 251-273. 2019.
- KRIESI, H; KOOPMANS, R; DUYVENDAK, J.W; GIUGNI, M. **New Social Movements in Western Europe.** University of Minnesota Press, Minneapolis. 1995.
- LAMOUNIER, B. **O Brasil pós-1985.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- LAPA, Priscila Maria. **Como votou a classe C nas eleições presidenciais brasileiras de 2014?** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2016.
- LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., **Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência.** In: *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 20-86.
- LEMOES, C. R. F.; BARROS, A. T. DE. **Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37.** *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 702–738, set. 2016.
- LEPRI, A. G. **Um pato no caminho:** a FIESP e a disputa do território no audiovisual. In: *MIGLIORIN, C. [et al] (Org.) Anais de textos completos do XXI Encontro da SOCINE [recurso eletrônico]* São Paulo: SOCINE, 2018.
- LIEBERSON, S; SILVERMAN, A. R. **The precipitants and underlying conditions of race riots.** *American Sociological Review* 30(6), 887–898. 1965.
- LIMA, Stephanie. **‘Coletivo’, ‘ativista’ e ‘horizontal’:** uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 1, 2018. pp. 18-34.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo, Martins fontes, 1981.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova* [online]. 2007, n.70, pp. 139-170.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova* [online]. 2007, n.70, pp. 139-170.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** *Rev. katálysis* [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 86-94.
- LUDD, Ned. (org.). **A urgência das ruas:** black blocks, reclaim the streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. **A reinvenção da *Potentia*.** *Boletim CEDES* – Julho-Setembro, 2013. p. 22-26.

- MAIA, Felipe. **As jornadas de junho e a hora da política.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 32-35.
- MAIA, Gretha L. **A juventude e os coletivos:** como se articulam novas formas de expressão política. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 8, n. 1, pp.58-73. 2013.
- MALINI, F. ANTOUN, H. **A internet e a rua:** Ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MALTA, Márcio. **Diretas Já era:** a estratégia de redemocratização de Henfil através das cartas da mãe. Acheagas: Revista de Ciência Política. n.46. jan-dez, 2013. pp. 72-106.
- MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: *MARICATO, Ermínia; [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp. 19-26.*
- MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MARKUN, Paulo. **Farol alto sobre as diretas (1969-1984).** São Paulo: Benvirá, 2014.
- MARQUES, M. de S.; MARX, V. **Os coletivos em cena:** algumas contribuições para o debate. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 08–32, 2020.
- MARTINS, N. M. **Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016):** um ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 1 (74), p. 43-63, janeiro-abril 2022.
- MARTINS, Paulo Henrique. **Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas.** *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.59, pp. 401-418.
- MARTUSCELLI, D. **Movimento Fora Collor:** processo político e classes sociais. Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 52, n. 1, 2015.
- MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MATOS, O. V. H. de; FORMENTIN, C. N. **Veja e CartaCapital:** a polarização política das páginas às ruas. Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 16, p. 15-40, 2016.
- MATTOSO, Jorge. **Dez anos depois.** In: *SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.*
- MCADAM, D. **Culture and social movements.** In: Larana, E., Johnston, H., & Gusfield, J. R. (Eds.), *New Social Movements: From Ideology to Identity.* Temple University Press, Philadelphia, 1994. pp. 36–57.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **The Political Context of Social Movements.** In: *SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter; MCCAMMON, Holly J. (Ed.). The*

Wiley Blackwell Companion to Social Movements. 2. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2019. p. 19-42.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições**: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.28, pp. 18-51.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge University Press, 2004.

MCCAMMON, H. J; MUSE, C. S; NEWMAN, H. D; TERRELL, T. M. **Movement framing and discursive opportunity structures**: The political successes of the US Women's Jury movements. *American Sociological Review*, 72(5), 2007. pp. 725–749.

MEDEIROS, C. R. de O; SILVEIRA, R. A. da. **A Petrobrás nas teias da corrupção**: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 11, núm. 31, Universidade de São Paulo. Setembro-Dezembro, 2017, pp. 11-20.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago. N ° 5 Set/Out/Nov/Dez. N ° 6, 1997.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento**. *Novos Estudos CEBRAP*. n. 40, novembro 1994 pp. 152-166.

MELUCCI, Alberto. **The Symbolic Challenge of Contemporary Movements**. *Social Research*, Vol. 52, No. 4, Social Movements, 1985. pp. 789-816.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 49-66.

MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. **A Privação Relativa e o Ativismo em Protestos no Brasil em 2012**: uma investigação sobre o Horizonte do Possível. 38º Encontro Anual da Anpocs. GT06 - Comportamento Político e Opinião Pública. Setembro/2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais como acontecimentos**: linguagem e espaço público. *Lua Nova* [online]. 2007, n.72, pp. 115-142.

MESQUITA, M. R. **Cultura e política**: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra (Portugal), vol. 81, p. 179-207, 2008.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. DE A. **A crise e suas fronteiras**: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v. 13, p. 97–123, jun. 2007.

MILAN, Stefania; BARBOSA, Sérgio. **Enter the WhatsApp**: Reinventing digital activism at the time of chat apps. *First Monday*, [S. l.], v. 25, n. 12, 2020.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos**: redes de jovens e participação política. *Citizenship Studies*, v. 10, n. 6, p. 597-611, 2006.

- MOISES, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010
- MOISÉS, J. A. **A construção da democracia no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1994.
- MOISES, J. A.; MENEGUELLO, Rachel. (org.) **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- MORA, C.; RIOS, M. “**De política de representación a política de coalición? Posibilidades de movilización feminista en el Chile post-dictadura**”. Revista de la Universidad Bolivariana, Chile, vol. 8, nº 24, p. 133-145, 2009.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** p. 13-18. In: MARICATO, Ermínia; [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NETO, A. F. **Dos circuitos à sentença: O impeachment de Dilma Rousseff no ambiente da circulação midiaticizada.** In: Mediaciones de la Comunicación, vol. 11, febrero, 2016, pp. 97-111.,
- NICOLAU, J. **A Participação eleitoral no Brasil.** In: VIANNA, L. W. *A democracia e os três poderes no Brasil* (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP). Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: brasil, 1978-2007.** Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.
- NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- NUNES, Rodrigo. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- OFFE, Claus. **Los nuevos movimientos sociales.** Ariel, Barcelona, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **O conservadorismo brasileiro: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores.** *Open Science Research III*, vol. 3, 2022. pp.1905-1920.
- OLIVEIRA, H. M. G. de. **Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira.**

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p. 83 -96, Jul/Dez 2016.

PAIM, Claudia. **Coletivos e iniciativas coletivas:** modos de fazer na América Latina contemporânea. Tese (Doutorado em Artes Visuais) –Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social:** um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. Vol. I e II.

PEDROSO, R. T. **A participação na “era Lula” revisitada:** novas agendas de pesquisa.

PENTEADO, Cláudio. **OS PROTESTOS CONTRA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL: ANÁLISE DO II GRANDE ATO CONTRA A COPA NO FACEBOOK.** Em Debate, Belo Horizonte, v.6, n.1, Mar. 2014. p.7-23

PEREIRA, F. H. **Collor e a imprensa:** a construção de uma crise. São Paulo: Summus, 1993.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia:** a tensão necessária. *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.1, pp. 68-87.

PEREZ, Olívia C.; SILVAFILHO, Alberto L. A. **Coletivos:** um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, 2017. pp. 255-94.

PEREZ, Olívia C.; SOUZA, Bruno M. (2017), **Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais?** As pautas e práticas dos coletivos. In: *41º Encontro Anual da ANPOCS. Anais. Caxambú: ANPOCS. 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos/file>> Acesso em: 02/08/2023.*

PERLATTO, Fernando. **As manifestações de junho e as novas agendas para as instituições, os partidos e as ciências sociais.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 14-17.

PERUZZO, C. M. K. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “gigante acordou”(?).** Matrizes, São Paulo. Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Movimentos sociais:** abordagens clássicas e contemporâneas. CSOnline. Juiz de Fora. Ano 1, ed. 2, nov. 2007.

PINHEIRO JR., Ari Leme. **NARRATIVAS DE PROTESTO:** a Copa das Black Blocs (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014

PINHEIRO, D. **ANOS REBELDES E A ABERTURA DA TELEFICÇÃO.** Sociologia & Antropologia, v. 10, n. 3, p. 907–930, set. 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI.** In: SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.* São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

POLLETA, Francesca; JASPER, James M. **Collective identity and social movements.** Annu. Rev. Sociol. 2001. 27:283–305.

Polletta, F. **Culture is not just in your head.** In: Goodwin, J., and Jasper, J.J. (eds), *Rethinking Social Movements. Structure, Meaning and Emotions.* Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 2004. pp. 97–110.

REIS, F. W. **Eleição de 2014: "País Dividido"** e Questão Social. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.8-16, out. 2014

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **Bom para pensar.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 1-4.

RICCI, Rudá. Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. 2. ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas:** a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora letramento, 2014.

RITTER, D. **Comparative Historical Analysis.** In: DELLA PORTA, D. (ed.) *Methodological Practices in Social Movements Research.* Oxford University Press. Oxford, 2014.

ROCHA, C. **“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- Impeachment de Dilma Rousseff.** Dados, v. 62, n. 3, p. e20190076, 2019.

ROCHA, Camila. **Direitas em rede:** think tanks de direita na América Latina. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-276.

ROCHA, D. L. da. **Ocupação das escolas em 2015 e 2016:** uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 6, n. 1, p. 61-86, jan. 2020.

RODRIGUES, A. T. **Mobilização e conflito político:** a campanha das diretas já. Campinas. Dissertação (Mestrado) - IFCH/ UNICAMP, Campinas: SP, 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **A democracia que nos coube:** mobilização social e regime político no Brasil (1989-1994). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. [s.n], 1999a.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO AUTÔNOMA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA.** REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 12: 99-119 JUN. 1999b.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já:** o grito preso na garganta. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Estudantes na política em tempos de mobilização e crise.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 93, p. 63-86, 2014.

RODRIGUES, Alberto. **Brasil de Fernando a Fernando:** neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

ROMÃO, W. de M. **#naovaitercopa:** manifestações, Copa do Mundo e as Eleições de 2014. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol. 1. n. 2. 2013.

RUSSO, G. A.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. **Confiança nas instituições políticas:** diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. Opinião Pública, v. 24, n. 2, p. 365–404, maio 2018.

Ryan, C. **Media battlefronts:** Political action and coverage in the press. Social Policy 22, 8–15, 1991.

Saatcioglu, A., & Carl, J. (2011). The discursive turn in school desegregation. *Social Science History*, 35(1), 59-108. <https://doi.org/10.1017/s0145553200014188>

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Editora Paz e Terra: São Paulo, 1988.

SADER, Emir. **A construção da hegemonia pós-neoliberal.** In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SADER, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia.** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI.* Ceceña, AnaEsther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.

SALLUM JR, B. **CRISE POLÍTICA E IMPEACHMENT.** Novos estud. CEBRAP. São Paulo. V35.02. 183-203 julho, 2016.

SALLUM JR, B. **Governo Collor:** O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, pp. 259 a 288. 2011.

SALLUM JR, B; CASARÕES, G. S. P. e. **O impeachment do presidente Collor:** a literatura e o processo. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 163-200, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. **CLASSE TRABALHADORA, CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRACIA:** O CICLO DE GREVES DO ABC PAULISTA E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO ATUAL. Lua Nova, São Paulo , n. 104, p. 19-65, ago. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal:** O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.72, Out. 2005a. p. 7-44.

SANTOS, E. R; HOFFMANN, F. **Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas**. Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 1, n. 1, p. 46–69, 2021.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. ***Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)***. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SANTOS, J. de S. **Movimento estudantil e o “Fora Collor”**. Juventude.br, [S. l.], n. 16, p. 6–13, 2021.

SANTOS, M. A. **Campanha não oficial – A Rede Antipetista na eleição de 2014**. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 19(1), p. 102-119, 2017.

SAPRIEZA, G. “‘Nos habíamos amado tanto’. Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 23, p. 939-958, 2015.

SCALON, Celi. **Juventude, Igualdade e Protestos**. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol 01, nº 02. Jul/Dez/2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**. Política e Sociedade. Florianópolis. Vol 13. n. 28. Set./Dez. de 2014. pp. 13-34.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória?** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517, Set./Dez.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Uma Revolução no Cotidiano? Os movimentos sociais na América Latina**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. *Soc. estado*. [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 109-130.

SEGURADO, R; CHICARINO, T. **POSICIONAMENTO POLÍTICO: um estudo dos coletivos/movimentos sociais durante as eleições de 2014**. In: CERVÍ, E. E.; MASSUCHIN, M. G; CARVALHO, F., C. de. (Orgs.) *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016. 430 p.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução: estudantes, movimentos sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985)**. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, E. F. DA. **A Mobilização do Voto Anti-Dilma nas Eleições de 2014: Analisando os Argumentos de uma Liderança da RCC**. *Esferas*, v. 1, n. 12, p. 33-44, 8 nov. 2018.

SILVA, Matheus. **O motim de 1983 contra a fome e o desemprego em São Paulo**. *Projeto História*, São Paulo, v. 58, jan.-mar, 2017. pp. 344-362

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos: CEBRAP. 97, novembro 2013. pp. 23-40.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

Siqueira, J. L.; Lago, A. V. “**Coletivo da música: um estudo sobre relações entre arte e saúde mental**”. Estudos Interdisciplinares de Psicologia, Londrina, vol. 3, nº 1, p. 93-111, 2012.

Smelser, N.J. **Theory of Collective Behavior**. Free Press of Glencoe, New York, 1963.

SNOW, D. AND BENFORD, R. **Master frames and cycles of protest**. In: MORRIS, A. and MUELLER, M. (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992.

SOARES, C. B. **Mobilização social, acontecimentos e opinião pública: o posicionamento estratégico do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa em Belo Horizonte (Copac-BH)**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015

socialista. In: SOUZA, J. (Org.) *Democracia hoje* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SOUSA, Diogo Tourino. **Sobre o valor da representação**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 27-31.

SOUZA, I. J. de. **ADVERSÁRIOS FACE A FACE: UMA ANÁLISE DA CAMPANHA NEGATIVA PROMOVIDA POR DILMA ROUSSEFF E AÉCIO NEVES NO FACEBOOK DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2014**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2015.

SOUZA SANTOS, B; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, C. A. de. (2018). **O LULISMO CONFRONTADO NAS RUAS: PROJETO POLÍTICO E CICLO DE PROTESTO NO BRASIL (2013-2017)**. *Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades*, (242), 688–710.

SOUZA, Cibele Silva e; FIGUEIRA LEAL, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. **Das eleições de 2014 ao impeachment de 2016: as estratégias de Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB) no contexto de personalização da política**. *Conexão - Comunicação e Cultura, [S. l.]*, v. 18, n. 36, 2020.

SOUZA, Jessé (org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Viviane Brito de. **O campo patriota antes da "nova direita": o caso do Revoltados Online**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

STURARI, V. de S. **MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS E O MOVIMENTO VEM PRA RUA: BREVE ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS**. Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 143-159, jul./dez., 2020.

SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; ARAUJO, R. **A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, [S. l.], n. 92, p. 1–22, 2020.

Tarrow, S. **The Strategy of Paired Comparison: Toward a Theory of Practice**. *Comparative Political Studies*, 43(2), 230-259. 2010.

Tarrow, Sidney. **Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and Repertoire of Contention**. In: Traougott, Mark. *Repertoires of collective action*. Duke University Press. Durham and London, 1995.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. **Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos**. *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55, pp. 151-161.

TATAGIBA, L. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Lusotopie [online] XVII(1), 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública, v. 25, n. 1, p. 63–96, jan. 2019.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013. Sobre os ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política & Sociedade. Florianópolis. Vol. 13. nº 28. Set/Dez. de 2014. pp. 35-62.

TATAGIBA, Luciana. **O impeachment do presidente Collor**. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.

TEIXEIRA DE BARROS, A.; COELHO BARBOSA, S. B. **Respostas dos representantes políticos aos protestos de 2013: análise do discurso dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 23, 2020.

TEIXEIRA, Ana Cláudia; SOUZA, Clóvis Henrique Leite; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. **Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais**. Texto para Discussão 1735, Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

Teräsväinen, T. (2010). **Political opportunities and storylines in Finnish climate policy negotiations**. *Environmental Politics*, 19(2), 196-216.

THIBES, M. Z.; PEREIRA, N. B.; SEGURADO, R.; CHICARINO, T. S. **Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política.** Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 49–73, 2020.

TILLY, C. **BIG STRUCTURES, LARGE PROCESSES, HUGE COMPARISONS.** Russell Sage Foundation. New York, 1984.

TILLY, C. **Contentious Performances.** Cambridge University Press, New York, 2008.

TILLY, C; TARROW, S. **Contentious politics.** Second revised edition. Oxford University Press, 2015.

TILLY, Charles. **Democracia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution.** Londres, Addinon-Wesley Publishing Company, 1978.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América.** 1 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848:** as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução.** [1856]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

TORI, L. A.; HOMMA, L. H. G.; FIACADORI, G. **Coletivos e o uso das redes: o caso das ocupações das escolas de São Paulo em 2015.** Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 98–134, 2020.

TORINELLI, M. C; SALLAS, A. L. F. **Anonymous nas manifestações de junho de 2013:** uma proposta teórica. Sociologias Plurais. número especial 2 – V Seminário Nacional de Sociologia e Política. GT 17 – Sociologia da Cultura. v.2. Curitiba, 2014.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINE, Alain. **O retorno do actor:** ensaio sobre sociologia. Lisboa. Instituto Piaget, 1996.

TOURAINE, Alain. **A sociologia pública e o fim da sociedade.** *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.56, pp. 245-254. ISSN 0103-4979.

TOURAINE, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais.** *Soc. estado.* [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 17-28.

TOURAINE, Alain. **Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos.** *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 05-18.

VACCARI, G. da S. **A COALIZÃO EMPRESARIAL NA CRISE BRASILEIRA: DA CRÍTICA À “NOVA MATRIZ ECONÔMICA” À DEFESA DA “PONTE PARA O FUTURO”** (2011-2017). Em Tese, Florianópolis, v. 21, p. 01-40, 2024.

VACCARI, G. S.; PEREZ, R. T. **O conflito distributivo e os paradoxos da intervenção: A FIESP diante do governo Dilma Rousseff (2011-2016)**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 60, p. 43-72, 2021.

VALIENGO, C. B.; OLIVEIRA, M. J. de. **Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 74-97, 2020.

VALK, A. M. **“Living a feminist lifestyle: the intersection of theory and action in a lesbian feminist collective”**. Feminist Studies, vol. 28, nº 2, p. 303-332, 2002.

VARGAS, J. H. C. **Black Disidentification: The 2013 Protests, Rolezinhos, and Racial Antagonism in Post-Lula Brazil**. Critical Sociology, 42(4-5), 2016. Pp. 551-565.

VEIGA, L. F.; DUTT-ROSS, S.; MARTINS, F. B.. **Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento**. Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 72, p. e002, 2019.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Teoria e método na análise de conjuntura**. Educação & Sociedade, vol. 21, núm. 72, agosto, 2000, pp. 145-152.

VIANNA, Luiz Werneck. **O Estado novo do PT**. In: BRINGEL, Breno. *et al.* (Coord.) Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país. NETSAL-IESP/UERJ. Dossiê Temático n.2. Jun/2013.

VIEIRA, A. de O. **Crise política e impeachment: Uma análise dos efeitos da cobertura midiática na deposição de Dilma Rousseff**. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 4, n. 8, p. 4-26, 4 dez. 2017.

VIEIRA, Rosângela de Lima. **Como fazer ‘análise de conjuntura’ numa abordagem histórica**. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-24.

VIRGENS, J. H. A; TEIXEIRA, C. F. **ANÁLISE DE CONJUNTURA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**. Lua Nova, São Paulo, 120: 325-357, 2023.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Argentina: Grupo Editor Universitario, 2015.

WAHLSTRÖM, M., & TÖRNBERG, A. **Social media mechanisms for right-wing political violence in the 21st century: discursive opportunities, group dynamics, and co-ordination**. *Terrorism and Political Violence*, 33(4), 2019. p. 766-787.

ZAGO, G. da S; RECUERO, R. da C. BASTOS, M. T. **Quem Retuita Quem? Papéis de ativistas, celebridades e imprensa durante os #protestosbr no Twitter.** Observatório, 9(3), 2015. pp. 67-83.

ZANOTTI, Carlos Alberto. **Entre baderneiros e cidadãos:** a cobertura da imprensa nas manifestações de junho de 2013. C&S – São Bernardo do Campo, v. 35, n. 2, p. 93-116, jan./jun. 2014.

ZOLBERG, Aristide R. **"Moments of madness."** Politics and Society 2 (Winter): i83-207, 1972.